

ARTHUR SOFFIATI

AS LAGOAS DO NORTE FLUMINENSE

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE UMA LUTA

Campos dos Goytacazes, RJ
2013



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor Luiz Augusto Caldas Pereira
Pró-Reitor de Ensino Carlos Márcio Lima
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação José Augusto Ferreira da Silva
Pró-Reitora de Extensão Paula Aparecida Martins Borges Bastos

Conselho Editorial Desiely Silva Gusmão
Edinalda Almeida da Silva
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Maria Amelia Ayd Corrêa
Maria Inês Paes Ferreira
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Regina Coeli Martins Aquino
Rogério Atem de Carvalho
Romeu e Silva Neto
Saíd Sérgio Martins Auatt
Salvador Tavares
Sergio Vasconcelos
Sílvia Lúcia dos Santos Barreto
Synthio Vieira de Almeida
Vania Cristina Alexandrino Bernardo
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Consultivo Adalberto Cardoso (IESP/UERJ)
Antonio Carlos Secchin (UFRJ)
Antonio José da Silva Neto (UERJ)
Asterio Kyoshi Tanaka (UNIRIO e UFRJ)
Erica Maria Pellegrini Caramaschi (UFRJ)
Fernando Benedicto Mainier (UFF)
Fernando Pruski (UFV)
Francisco de Assis Esteves (UFRJ)
Gaudêncio Frigotto (UFF)
Hamilton Gomes Costa (UFRRJ)
Helder Gomes Costa (UFF)
Iná Elias de Castro (UFRJ)
Jader Lugon Junior (IFF/UERJ/SENAI)
Janete Bolite Frant (PUC/SP)
José Abdallah Helayel-Neto (CBPF/MCT)
Miriam Fontenelle (UNIFLU e UNESA)
Rodrigo Valente Serra (ANP)
Ronaldo Pinheiro da Rocha Paranhos (UENF)
Sergio Arruda de Moura (UENF)
Vera Lucia Marques da Silva (FBPN)
Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Equipe Editorial
Revisão de língua portuguesa Edinalda Almeida da Silva
Capa, Projeto Gráfico e Diagramação Diego Melo Gomes
Catálogo Inez Barcellos de Andrade

Tiragem: 1000 exemplares
Impressão: Global Print Editora Gráfica Ltda
Tel (31) 2557-8030

Essentia Editora
Rua Dr. Siqueira, 273 - Anexo do Bloco A
2o. andar - Parque. Dom Bosco
Campos dos Goytacazes/RJ - CEP 28030-130
Tel.: (22) 2726-2882 | fax (22) 2733-3079
Site: www.essentiaeditora.iff.edu.br
E-mail: essentia@iff.edu.br

S6811 Soffiati, Arthur
As lagoas do Norte Fluminense : uma contribuição à história de uma luta /
Arthur Soffiati. -- Campos dos Goytacazes (RJ) : Essentia Editora, 2013.

203 p.: il.

ISBN 978-85-99968-32-1

1. Lagoas - Norte Fluminense. 2. Meio ambiente. 3. Preservação ambiental.
I. Título.

CDD - 574.5263

DEDICATÓRIA

À memória de
Ruth Christie
Marcello de Ipanema
Breno Marcondes e
Elmo da Silva Amador,
que muito contribuíram para este livro
mas partiram antes de sua publicação.

EPÍGRAFE

A água é, dos dois elementos da vida climatérica da Terra, o que mais se faz mister conservar nas regiões tropicais, e, por fortuna, que a pretensiosa incúria da nossa “civilização” tem transformado em ruína, o único sobre o qual tem poder a ação humana. Alberto Torres.

As Fontes de vida no Brasil, 1915.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
EXPLICAÇÃO	15
ARTIGOS	17
A morte da Lagoa Feia _____	17
Dez questões sobre a Lagoa Feia _____	18
A verdade sobre a lagoa _____	21
Intranquilidade _____	23
Perguntas ao DNOS _____	24
A hidra de Campos _____	26
As lagoas do Norte Fluminense _____	27
A Lagoa do Vigário _____	29

O que falta é vergonha _____	30
A Lagoa de Imboacica _____	32
Um dossiê não tão secreto _____	33
A Lagoa do Campelo _____	34
Novos rumos _____	36
Um projeto para a Lagoa do Vigário _____	37
Um passarinho me contou _____	39
Chegou ao meu conhecimento _____	40
Se ficar o bicho pega, se correr.. _____	41
Laguna de Iquipari _____	43
Administrando a água _____	44
Uma conversa com pescadores _____	45
De volta à Lagoa de Cima _____	46
Explicações à CEDAE _____	47
A herança do DNOS _____	49
Uma instituição mítica da República Brasileira _____	50
Comportas e canais _____	52
As lagoas de Guarus _____	53
As lagoas do Norte Fluminense _____	54
Canal Campos-Macaé _____	55
A hora e a vez das lagoas _____	56
Limpeza de canais _____	57
A Lagoa das Pedras _____	58
Dragagem de canais _____	59
O retorno das lagoas _____	60
A revanche das lagoas _____	61
Um pioneiro na defesa das lagoas _____	62
A polêmica das lagoas da Baixada Campista _____	63
Águas do Norte-Noroeste Fluminense _____	64
Um caso impar de lagoa _____	66
A ciência (ou os cientistas?) contra as lagoas _____	67
Lagoa ou fazenda do Pau Funcho? _____	68
Lagamar _____	69
Lagoas _____	70
Rios e lagos de São Francisco de Itabapoana _____	71
Três visões _____	72
Princípios inconsistentes _____	73
Lagoa Feia outras _____	73
Lagoa Limpa _____	74
Valão da Cataia _____	75
Canal do Saco e Lagoa Feia _____	77
Um rio chamado Imboacica _____	79
De volta à Lagoa Feia _____	81
Águas na Baixada _____	82
Brejos _____	83
Ação ilegítima da SERLA _____	84
Baixa na baixada: tragédia em três atos _____	85
Mobilizações estéreis _____	87
Diques _____	88
DNOS: apogeu e queda _____	90
Um DNOS estadual _____	91
As Lagoas do Pau Funcho _____	92

Banhado da Cataia _____	93
A Lagoa Feia ontem e hoje _____	96
O que vi e vivi neste verão _____	97
Lagoas destruídas pela cidade de Campos _____	100
O que fazer com as cheias na Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro _____	102
Era uma vez uma lagoa _____	114
Brejo sem vaca _____	115
Brejo com vaca _____	116
O brejo está na moda _____	118
As lagoas e a drenagem urbana _____	120
Lagoa da onça _____	121
Lagoas pra que te quero _____	122

ENTREVISTAS

125

Conservacionistas afirmam que não desistiram de ação popular _____	125
Confirmadas denúncias contra obras do DNOS _____	127
Problemas da lagoa ainda em discussão _____	129
Soffiati responde crítica do coronel _____	131
Soffiati diz que obras na lagoa permitem invasão de terras pelos fazendeiros _____	132
Soffiati expõe hoje na SBPC questões da Lagoa Feia _____	134
Povoamento na Lagoa Feia é incoerência _____	136
Soffiati afirma que a paralisação das obras do DNOS só depende do governo _____	138
Arthur Soffiati diz que Governo do Estado também é responsável pela Lagoa Feia _____	140
Soffiati diz esperar que anúncio de demarcação da Lagoa Feia seja verdade _____	141
Soffiati diz que pescadores agem em legítima defesa ao tirar barragem do Quitungute _____	141
Ecologista mostra riscos do canal em Imboacica _____	143
A importância de uma lagoa na visão de um ecologista _____	144
Soffiati acusa DNOS de desinteresse pelo canal _____	145
Soffiati acha que engenheiro procura um “bode expiatório” _____	146
Soffiati culpa DNOS por cheias e define Acir Campos como cínico _____	148
CNFCN diz que Acir é inimigo da ecologia _____	148
Soffiati denuncia a devastação de lagoas _____	150
Lagoa Feia já perdeu mais da metade de seu espelho d’água _____	150
Ecologista acusa prefeito por infringir a lei _____	151
Reabertura da Laguna de Iquipari agrada pescadores – Soffiati favorável à abertura _____	152
Lagoas da região continuam morrendo _____	153
Morte lenta nas lagoas _____	155
Invasão prejudica Lagoa Feia _____	156
Lagoa do Salgado tem destaque em conferência _____	157
Lagoa Feia cresce _____	158
Lagoas sofrem com intervenções _____	159
Norte Fluminense e sua riqueza natural _____	160
Arthur Soffiati – ambientalista “esta unidade de conservação, aprovada pelo conselho, deveria ser respeitada pela senhora prefeita” _____	160

UM DEPOIMENTO

163

CARTAS

167

Carta a Daniel da Silva Vidal _____	167
Carta a Osvaldo Caetano de Mello Filho _____	169

Carta a Osvaldo Caetano de Mello Filho _____	172
Carta a Manuela P. de Azevedo Souza _____	174
Carta a José Carlos da Fonseca _____	176
Carta pública sobre a Lagoa do Lagamar _____	178
Carta pública sobre usinas e lagoas _____	179

ANEXOS

181

Ofício do Diretor da 6ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, engenheiro Acir Campos _____	181
Parecer conjunto das Assessorias da Presidência da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente _____	188
Nota publicada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento esclarecendo que referência de nível o órgão adotava em suas obras _____	190
Documento de Ponta Grossa dos Fidalgos _____	191
Parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara Municipal de Campos para apurar irregularidades nas obras efetuadas pelo DNOS no norte fluminense e na construção de diques por proprietários marginais à Lagoa Feia _____	193
Parecer em separado do Vereador Hélio de Freitas Coelho _____	195
Os verdadeiros inimigos da Lagoa Feia – nota do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza _____	197

REFERÊNCIAS

181

PREFÁCIO

“Levantem os olhos sobre o mundo e vejam o que está acontecendo à nossa volta, para que amanhã não sejamos acusados de omissão, se o homem, num futuro próximo, solitário e nostálgico de poesia, encontrar-se sentado no meio de um parque forrado com grama plástica, ouvindo cantar um sabiá eletrônico, pousado no galho de uma árvore de cimento.”

Manoel Pedro Pimentel.

Ao tomar conhecimento de que o professor Arthur Soffiati iria publicar este livro, não me contive e tomei uma iniciativa insólita: usando e, talvez, abusando da liberdade decorrente do estreito relacionamento que mantenho com ele, literalmente me convidei para fazer o prefácio da obra. Isto porque não poderia perder a oportunidade de deixar aqui registrado meu reconhecimento à importância da obra de Arthur Soffiati e do seu rico legado intelectual, postos à disposição do povo de Campos.

Trata-se de um profundo conhecedor dos ecossistemas regionais, que fez de sua corajosa palavra a principal arma na luta pela preservação da Natureza, no intuito obstinado de deixar um Ambiente em condições de suportar a vida das futuras gerações.

Mais do que um Doutor da História Ambiental regional, na concepção da palavra, Soffiati revelou-se um baluarte da coerência e da ética, mantendo-se firme em suas trincheiras, mesmo nos momentos de maior dificuldade e de menor esperança em que sua voz pudesse ser ouvida e sua luta pudesse render frutos. O caráter de Soffiati e a firmeza de seus posicionamentos sobreviveram incólumes aos mais poderosos e sorrateiros interesses.

Como bom lutador, Soffiati nunca fugiu do bom combate. Não fosse sua segurança, sua postura firme, seu destemor e sua credibilidade acadêmica, certamente não teria sido possível, no verão passado, vencer a verdadeira guerra travada contra aqueles que ao longo de anos grilaram as águas da Lagoa Feia.

Este livro é o testemunho vivo desta história, de final parcialmente feliz.

Com toda a certeza, a história de Campos não teria sido a mesma sem a militância de Aristides Soffiati que, de artigo em artigo, de representação em representação, de laudo em laudo, de crítica em crítica, de entrevista em entrevista, escreveu seu nome no Panteão dos heróis da planície.

Soffiati fez e faz a diferença. Obrigado, amigo, por fazer do seu presente uma porta que luta para permanecer aberta para o futuro dos nossos filhos.

Mãos na Obra, vamos (eu, por sorte minha, novamente) à leitura!

Marcelo Lessa Bastos

Doutor em Direito

Promotor de Justiça

Titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva/Campos

APRESENTAÇÃO

Antes de o tema ecologia ter conquistado o espaço definitivo que ocupa hoje, no final do século e do milênio, nos campos do Norte Fluminense, que assistiram aos valentes goitacases serem dizimados pelos invasores colonizadores, que tiveram o chão ensopado pelo sangue e suor dos escravos, travou-se nas últimas décadas uma luta de resistência.

Foi uma luta desigual: de um lado havia o interesse da aristocracia rural, dos usineiros e latifundiários em expandirem suas terras, invadindo terrenos públicos, dessecando ecossistemas frágeis, porém produtivos, como as lagoas e os brejos; de outro lado, estavam as comunidades de pescadores, que desesperadamente reagiam à destruição da fonte de seu sustento e poucos militantes do recém criado Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza, uma das mais antigas entidades ambientais do Brasil.

O interesse dos usineiros e latifundiários era viabilizado pelo todo poderoso DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), do Ministério do Interior, que, criado em 1940, dava continuidade à nefasta tarefa desenvolvida por diversas comissões de “saneamento” que o antecederam.

Em nome do “saneamento”, ecossistemas eram erradicados, dessecados ou mutilados. Rios, como o Macaé, São João e os que deságuam na Baía da Guanabara, foram transformados em canais artificiais estéreis. Lagoas e brejos secavam ou reduziam sua

superfície com as ações “saneadoras”. Manguezais e outros ecossistemas costeiros foram erradicados.

O dinheiro público era (e continua sendo) utilizado para, simultaneamente, destruir o patrimônio ambiental público e favorecer os grandes proprietários, que tinham suas terras ampliadas ou valorizadas com as obras de “saneamento”. A destruição da natureza servia apenas para reproduzir e aumentar a concentração de renda dos poderosos, enquanto comunidades, como a dos pescadores, que possuíam uma relação harmoniosa com os ecossistemas, eram erradicadas e empurradas para a marginalização.

AS LAGOAS DO NORTE FLUMINENSE - CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE UMA LUTA é uma coletânea de artigos, ensaios e entrevistas produzida pelo professor e historiador Arthur Soffiati, na sua luta do dia a dia pela defesa do homem e da natureza dos Campos dos Goytacazes, à frente do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza no período entre 1978 e 1991. É, antes de tudo, a saga de um idealista, precursor da ecologia social e da ecologia política que, mais do que ninguém, soube entender e denunciar que a miséria humana da região e a destruição dos ecossistemas lacustres dos Campos dos Goytacazes são produtos acabados de um mesmo perverso modelo de desenvolvimento, centrado na reprodução e concentração de renda.

A luta do ativista Soffiati se deu principalmente por meio da guerrilha das palavras, dos textos, dos artigos. Escritor de primeira linha, sua redação é cristalina e contundente. As ideias expressas em seus textos e conferências são facilmente assimiláveis pelos aliados e temidas pelos opositores.

O brilho intelectual de Soffiati, a coragem e obstinação do seu enfrentamento, a sua forma gentil e modesta de ser e o padrão ético e moral do seu caráter são valores responsáveis pela legião de admiradores e seguidores que conquistou.

Recordo-me que até a temida Polícia Federal, acionada pelo DNOS durante a ditadura militar para prendê-lo, curvou-se ante sua argumentação e seus valores.

Mais que uma semente fértil, as ideias e a luta de Soffiati são um ponto de partida para a construção de uma nova ordem social e ambiental sustentáveis.

Elmo da Silva Amador
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

EXPLICAÇÃO

No final da década de 1990, reuni artigos jornalísticos, entrevistas, cartas e documentos relacionados à luta que pescadores e ecologistas travaram em defesa das lagoas do Norte Fluminense e apresentei o conjunto a Elmo da Silva Amador, geógrafo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Juntamente com Marcello de Ipanema, Ruth Christie e Breno Marcondes, Elmo e eu estávamos na linha de frente do combate em prol dos ecossistemas nativos do Estado do Rio de Janeiro. Agrupamo-nos na Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente (FAMA), que está a merecer um estudo. Todos avalizaram a coletânea para publicação e Elmo escreveu a apresentação. Por razões de ordem profissional, tive de engavetar os originais do livro. De lá aos dias de hoje, lastimavelmente, meus quatro amigos morreram e não poderão ler o trabalho que eles tanto incentivaram. Daí a dedicatória que lhes ofereço.

Meu primeiro artigo sobre o assunto foi escrito em 1978 e publicado no jornal campista *Folha da Manhã*. Eu contava 31 anos de idade. Nunca mais parei de defender as lagoas regionais pela imprensa e por meio de outras táticas de luta. Agora, com mais tempo disponível, retiro do arquivo o livro que almejei ver publicado em 1999 para revê-lo e ampliá-lo.

Quem tiver a paciência de lê-lo, notará, logo na primeira parte, a repetição dos argumentos. Ela, a repetição, é inevitável. Primeiramente, porque escrevo para um leitor

que, por suposto, vai me ler pela primeira vez. Assim, é sempre necessário fornecer-lhe subsídios para compreender o texto. Em respeito à íntegra dos artigos, conservei as repetições, atualizando-os apenas no plano gramatical. Em segundo lugar, a repetição espelha a permanência dos problemas ou a mudança muito lenta da realidade. A tautologia não deixa também de ser uma forma de luta: cercar o adversário ao longo do tempo é uma arma que pode levá-lo a desistir ou a se transformar. Não tenho dúvidas de que houve desistências e transformações, conquanto poucas e lentas.

A coletânea reflete também meu processo de aprendizado. Comecei a escrever em defesa das lagoas sem conhecimento suficiente para tanto. O exercício da luta com palavras escritas, porém, obrigou-me a estudar, a conhecer as táticas do adversário, a garimpar documentos nem sempre acessíveis nos arquivos e na leitura. Quem conseguir superar a primeira parte do livro perceberá que, de ativista, passo progressivamente a cientista, nunca embainhando a espada, jamais calando a baioneta. De certo modo, passei do jornalismo de combate ao jornalismo científico. Cabe salientar, contudo, que, já no primeiro artigo, clamo ajuda a pensadores, pesquisadores e cientistas, assim como, nos últimos, datados de 2010, o caráter bélico não é abandonado.

Ao reler esta coletânea, impressionei-me com meu destemor. Percebi os riscos que corri, mormente durante o regime militar brasileiro, que vigorou de 1964 a 1985. Sem subterfúgios, expressava aberta e publicamente minhas opiniões. Não sem razão, sofri ameaças veladas de agressão física e de morte. Atemorizei-me. Contudo, sempre tive meus quatro amigos a meu lado, sobretudo Marcello de Ipanema, que mais idoso e muito mais experiente do que eu, tranquilizava-me com suas palavras serenas e corajosas. Não sem razão, minha pessoa física (tão frágil fisicamente) foi objeto de sete ações judiciais.

Mas creio ter aprendido a lutar. A partir de 1977, não mais consegui ser um professor limitado à sala de aula. Graças à luta em defesa dos ambientes do Norte Noroeste Fluminense e do sul capixaba, meu auditório adquiriu amplas dimensões. Foi ela, a luta, que me permitiu conhecer as razões de pescadores, trabalhadores rurais, pequenos e grandes proprietários rurais, usineiros, políticos, Ministério Público e Poder Judiciário. É fácil falar da realidade em sala de aula. Entretanto, do lado de fora, aprendemos a sua realidade e passamos a compreendê-la melhor.

Que o possível leitor não julgue este livro pelo seu valor científico. Não foi esta a minha intenção ao publicá-lo. Ele é mais um livro-documento, um livro-depoimento, um livro-registro que pretende oferecer aos interessados subsídios condensados para o conhecimento da história de uma luta.

Arthur Soffiati
Campos, agosto de 2011.

ARTIGOS

Era um grandíssimo lago ou lagoa d'água doce, a qual estava tão agitada com o vento sudoeste, tão crespas suas águas e tão turvas que metiam horror: aonde lhe demos o apelido de Lagoa-feia.

Descrição que faz o Capitão Miguel Ayres Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa, 1661.

A MORTE DA LAGOA FEIA

Antes de morrer, em 1975, Arnold Toynbee, num último esforço, escreveu um memorável livro que intitulou *A Humanidade e a Mãe-Terra: uma história narrativa do mundo*¹. Dentro de parâmetros que começou a definir, na década de 20, o famoso historiador inglês desenvolve, invocando toda a prodigiosa erudição que acumulou nos seus bem vividos 86 anos de experiência, um tema que lhe foi muito caro no fim da vida: as relações da humanidade com a biosfera desde o paleolítico aos dias atuais. A biosfera, segundo ele, é a mãe que alimenta todos os seus filhos vegetais e animais. A humanidade, em sua infância, comportou-se como uma filha obediente e amorosa, mas à medida que se desenvolveu em forma de mulher, tornou-se de tal forma agressiva que ameaça agora matar sua mãe.

É claro que, ao chamar a biosfera ou a natureza de mãe, Toynbee está recorrendo a uma fonte que nutriu a maior parte da sua obra: a mitologia. O mito da terra e da natureza como mãe é muito comum entre as sociedades arcaicas e as classes populares rurais das sociedades históricas. Fiquei encantado quando um pescador de Ponta Grossa dos Fidalgos² chamou a Lagoa Feia de mãe. A mãe que alimenta os pobres e que agora está sendo agredida pelos filhos que, por terem se tornado ricos, não mais precisam dela. A

¹ TOYNBEE, Arnold J. *A Humanidade e a Mãe Terra: Uma História Narrativa do Mundo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

² Ponta Grossa dos Fidalgos é a maior comunidade pesqueira da Lagoa Feia.

natureza é uma grande e onipresente mãe e está sendo assassinada aos poucos. O pior é que este assassinato é cruel e premeditado e consiste em amputar, progressivamente, seus membros até que ela não apresente mais condições de vida. São poucos os seus assassinos, mas estão armados até os dentes e contam com capangas bem treinados que estão em toda parte. Não se pode mais dormir tranquilo em Campos dos Goytacazes. Eles já chegaram também aqui e ameaçam atacar nossa grande mãe enquanto dormimos.

Pelas informações que obtive, as pessoas que dependem da Lagoa Feia para viver já começam a se alarmar com o crime organizado que se instalou em suas margens. Consta que 1) o Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS resolveu dragar a lagoa, 2) que a empresa vencedora da concorrência para realizar tal obra foi a COBRÁULICA, e 3) à medida que o nível das águas desce (1,68m, para 0,33m.), os ruralistas ampliam gratuitamente seus latifúndios às custas de terras conquistadas à lagoa.

Ao que tudo indica, existe nesse crime uma aliança que passa despercebida a muita gente. A participação do DNOS, órgão federal, revela qual é a posição do Estado face à sociedade. Embora o governo falaciosamente se proclame defensor dos interesses da sociedade, o escândalo da Lagoa Feia parece mostrar que, na verdade, ele está ao lado das forças econômicas dominantes. Numa sociedade capitalista como a nossa, tudo está sujeito a se transformar em mercadoria. O capitalismo transformou a força de trabalho do ser humano, a arte, a medicina, a educação, a cultura, a religião e as terras em mercadoria. E como a lógica (irracional) do sistema capitalista é ampliar sempre a taxa de lucro, o importante para o capitalista é aumentar a produtividade ao máximo e reduzir os custos ao mínimo. É isto, segundo parece, que está ocorrendo com a Lagoa Feia. Suas águas, antes propriedade comunal, estão sendo afastadas para que as terras fertilíssimas que elas recobrem sejam incorporadas às propriedades particulares situadas em suas margens, tornando-se assim mercadoria para o consumo de poucos.

Na Lagoa Feia, o livro do *Gênesis* está sendo contado numa versão diferente da que conhecemos. Primeiro Caim mata Eva para, em seguida, matar Abel. Como a grandiosidade do amor materno tende ao perdão, pode ser que Eva não reaja ante a mão assassina de seu filho, mas seu irmão Abel certamente lhe oporá resistência. Os pescadores não estão nada contentes com o que anda acontecendo na lagoa. Os mais exaltados se esforçam para se conter. O clima é de revolta, mas não envolve nenhum cunho ideológico, como os beneficiados com o recuo das águas da lagoa gostariam que ocorresse para atribuir um aspecto de subversão ao descontentamento ou localizar nele alguma orientação externa. A revolta é espontânea, mas já começa a despertar a atenção dos defensores da natureza.

Folha da Manhã. Campos (RJ), 07 de junho de 1978.

DEZ QUESTÕES SOBRE A LAGOA FEIA

Já é hora de resolver em definitivo o caso da Lagoa Feia. Chega de protelação. Os interessados em assegurar a sua integridade, ou seja, os ecologistas, os que dela vivem e boa parte da comunidade, estão cansados de ver a lagoa entrar e sair dos noticiários sem que nada de concreto fique decidido. É, pois, com o propósito de contribuir para a definição do problema que apresento as questões a seguir.

A questão das cotas. O DNOS assegura que, concluídas as obras de macrodragagem da lagoa, seu nível será estabilizado na cota 3. Mas, perguntamos: de que cota se fala? Sabemos que existem duas, fora as arbitrárias, e que a diferença entre elas atinge 1,75 m. Não importa que a draga tenha parado. Oficialmente, os trabalhos do

DNOS na Lagoa Feia continuam e, mesmo que não continuassem, a comunidade espera esclarecimentos relativos às intenções originais do projeto.

A questão das ilhas. A terra retirada do fundo da lagoa pela draga foi sendo depositada nas margens do canal submerso que o DNOS está escavando e propiciou a formação de um cinturão de ilhas. Aos poucos, estas ilhas recobrem-se de vegetação e se ligam entre si, transformando-se numa barragem que irá favorecer futuramente o avanço das propriedades às expensas da lagoa.

As apropriações de terra. Aproveitando-se da vazante da lagoa, alguns proprietários locais constroem diques impedindo que a lagoa retorne ao seu leito normal. Assim, eles ampliam, gratuita e ilicitamente, suas já imensas propriedades, numa época em que a terra alcança preços exorbitantes. Este procedimento, além de comprometer o sistema lagunar, beneficia a alguns somente em detrimento da maioria. Embora sejam anteriores às obras do DNOS, a nós, cidadãos, interessa saber em que medida este órgão contribui para essas apropriações indébitas. Com ou sem intenção?

A questão dos diques. Segundo técnicos sensibilizados pela questão ecológica, houve uma inversão na ordem dos trabalhos realizados pelo DNOS na Lagoa Feia. Era necessário, antes de tudo, delimitar com uma orla de diques o espelho d'água da lagoa, em sua extensão normal, para depois iniciar a abertura do canal submerso. O próprio DNOS reconheceu esta necessidade, no artigo intitulado *Norte Fluminense – Uma Opção Ecológica*³. Todavia, não foi o que se verificou. Se o DNOS começou a construir os tais diques, a verdade é que eles não foram concluídos. Interpelado sobre o assunto, o Dr. Acir Campos, Diretor da 6ª Diretoria Regional de Saneamento do DNOS, alegou que o levantamento dos diques não compete ao DNOS, mas à Superintendência Estadual de Rios e Lagos (SERLA). E, assim, o caso da Lagoa Feia, para prejuízo seu, caiu no aranhol burocrático governamental.

A questão do assoreamento. A concepção de que a natureza é estática não tem mais respaldo científico. Atualmente, é ponto pacífico que a natureza em seu todo é dinâmica, assim como a vida. Portanto, é de se esperar que a Lagoa Feia deixe de existir um dia por um processo de assoreamento, ou seja, pela deposição de sedimentos carreados pelos rios que deságuam nela e pela ação das chuvas. Esse processo tem um ritmo muito lento, mas, ao que tudo indica, está sendo apressado por algumas pessoas que desejam ampliar suas terras, às custas da lagoa, e pelas obras de retificação de rios da sua bacia que o DNOS vem realizando, permitindo que os sedimentos se acumulem com maior rapidez no fundo da lagoa. O Dr. Acir Campos, em conversa que manteve com ecologistas, não afirmou nem desmentiu que a lagoa possa vir a morrer em breve. Esquivou-se apenas com um “não sei”. Segundo ele, porém, o canal submerso teria por finalidade salvar a lagoa da morte.

O impacto ecológico. Embora o DNOS se recuse a fornecer informações sobre as obras que vem realizando na Lagoa Feia, tudo indica que a finalidade do canal submerso é estabilizar o seu nível, evitando as cheias e as secas para favorecer a agropecuária. Todavia, se, do ponto de vista técnico, a obra é irrepreensível, o mesmo não se pode dizer dela sob o aspecto ecológico. Como de costume, o DNOS elabora um projeto puramente hidráulico e, a seguir, movimenta as dragas das companhias que contrata para concretizá-lo. A perspectiva ecológica não importa. O Dr. Neif Camis, do alto de sua sabedoria, diz que o DNOS é mais antigo que a ecologia, portanto ela não é da sua competência. Trocando em miúdos, ele quer dizer que o DNOS parou no tempo em que foi fundado e não precisa se atualizar. Ora, a ecologia tem demonstrado fartamente

³SIMÕES, Dilson F. Norte Fluminense: uma opção ecológica. *Saneamento: revista técnica e informativa do DNOS*, nº. 3 e 4. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, jul/dez de 1977.

⁴Trata-se do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, fundado em 13 de dezembro de 1977.

que a natureza é um sistema hipercomplexo, ainda não perfeitamente conhecido e que, se alterarmos um de seus elementos, o conjunto será afetado. Mesmo a Lagoa Feia, com suas imensas dimensões, não é uma unidade isolada. Ela faz parte de um todo maior que abrange a Lagoa de Cima, os rios que deságuam em ambas e as matas do Imbé (nome genérico da Serra do Mar na região Norte Fluminense), onde estão as cabeceiras da maior parte desses rios, bem como a fauna e a flora que habitam este vasto cenário. Por tal prisma, o jacaré é tão importante quanto o homem, pois a existência deste depende da existência daquele. Sem dúvida, o DNOS é anterior à voga atual da ecologia, mas não é certamente mais antigo que a complexidade da natureza, e, por isso, deve levá-la em conta em suas obras.

O desmatamento do Imbé. Não apenas as obras do DNOS e a ampliação ilegal de propriedades comprometem o equilíbrio ecológico da Lagoa Feia, mas também a devastação sistemática das matas do Imbé, que reduz a precipitação pluviométrica nas cabeceiras dos rios que a alimentam. Como já vimos, um ecossistema é um tecido inconsútil que não pode ser tocado sem um conhecimento prévio. O que se verifica atualmente no Imbé é um verdadeiro escândalo. Por mais de uma vez, os ecologistas denunciaram os desmatamentos indiscriminados na região e só encontraram ouvidos moucos.

A questão social. Tocamos aqui no nervo sensitivo do problema. É preciso distinguir. Ao se preocuparem com o destino da Lagoa Feia, os pescadores estão defendendo o sustentáculo econômico de várias famílias que têm na pesca o seu meio de subsistência. Por outro lado, os ecologistas, coerentes com seus princípios, esforçam-se para defender a natureza contra os assaltos de uma atividade econômica predatória e inescrupulosa. Não há, como pretende o simplismo de algumas pessoas, ingerência dos ecologistas no movimento dos pescadores. O que há é um objetivo comum aos dois movimentos: a proteção da Lagoa Feia. Toda tentativa de descobrir interferência externa na passeata aquática que os pescadores fizeram para paralisar a draga que ameaçava o “Durinho da Valeta” fracassou por uma razão muito simples: não há interferência externa. O movimento deles é tão genuíno como o movimento ecologista de Campos dos Goytacazes.

As implicações políticas. Em seu sentido mais amplo, toda atividade humana é política. Nesta acepção, a atitude dos pescadores e dos ecologistas é política. Não confundir, contudo, como faz o Dr. Acir Campos, com política partidária. Externando seu autoritarismo, ele acusou os ecologistas de agitadores, subversivos e comunistas, certamente pretendendo intimidá-los. Ardil inútil. Estas palavras, utilizadas por ele tantas vezes de forma indiscriminada, sofreram um processo de desgaste e perderam seu significado original. Em outra ocasião, numa entrevista à imprensa campista, ele insinuou que os ecologistas estavam sendo manipulados por políticos da oposição à cata de votos. Nada disso é verdade. Os ecologistas de Campos dos Goytacazes estão reunidos numa entidade legal que atua sob a égide das leis estabelecidas e está aberta a todos, tanto aos pescadores como aos políticos da oposição ou da situação, desde que eles manifestem interesse pela causa ecologista⁴. Infelizmente, esta entidade nunca teve a oportunidade de registrar em suas atas e presença de algum político da oposição em suas reuniões. Se alguns políticos de renome fizeram uso da palavra na caravana ecológica que os ecologistas promoveram em Ponta Grossa dos Fidalgos, foi porque a tribuna estava aberta a todos. Falaram também pescadores, professores e estudantes. Enganou-se, portanto, o Dr. Acir Campos. Politicamente não somos tão bem relacionados como ele, que priva da amizade

de conhecidos políticos de Campos dos Goytacazes, especialmente um, proprietário de uma empresa que presta serviços ao DNOS.

As propostas dos ecologistas. O que os ecologistas pretendem é simples. Primeiro: que o DNOS se disponha ao diálogo e forneça informações de seus projetos aos grupos interessados. Segundo: que o DNOS leve em conta os aspectos ecológicos ao elaborar seus projetos. Terceiro: que, antes de se começar uma obra hidráulica numa lagoa qualquer, ela tenha seu espelho d'água delimitado. No caso específico da Lagoa Feia, já é tarde para tomar esta medida previamente, uma vez que as obras já começaram há muito. Porém, ainda é possível destruir as barragens erigidas por certos fazendeiros e delimitar a lagoa com diques ou estacas.

Parece que estas propostas são perfeitamente cabíveis e nada têm de absurdas. Há algum tempo, os ecologistas se batem por elas sem encontrar o eco esperado. Resultado: o caso da Lagoa Feia deu no que deu. A princípio, preocupando apenas os pescadores e os ecologistas, transforma-se agora num assunto de interesse da comunidade. Esperamos que prevaleçam os interesses da maioria.

A Notícia. Campos (RJ): 14 de outubro de 1978.

A VERDADE SOBRE A LAGOA

No zen budismo existe um ditado que diz o seguinte: “Antes que um homem estude o zen, as montanhas são para ele montanhas e as águas são águas. Mas quando ele vislumbra a verdade zen através das instruções de um bom mestre, as montanhas não são mais montanhas nem as águas são mais águas. Mais tarde, quando ele alcança o local do repouso (atinge o *satori*), as montanhas são novamente montanhas e as águas são águas”. Para alcançar o *satori*, que corresponde ao estado de iluminação, um monge zen deve praticar rigorosos exercícios, repetir invariavelmente uma fórmula denominada *koan* e esperar que um acontecimento cotidiano abra-lhe a mente. Atingindo o *satori*, ele percebe inteiramente a realidade e se integra na sua essência.

Parece que os campistas atingiram o *satori* no tocante à Lagoa Feia. Depois de tanto esforço em descobrir a verdade, alguns acontecimentos nos mostraram o caminho até ela. A paralisação da draga flutuante, por pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, a abertura do dique-estrada pelos pescadores do Lagamar, a briga de fazendeiros por questão de terra e as declarações do Procurador do DNOS à imprensa não são eventos isolados. Eles se vinculam a uma realidade profunda de cuja existência suspeitávamos, mas que tínhamos dificuldade em alcançar. Agora, não há mais dúvidas. As obras que o DNOS vem realizando na Lagoa Feia só beneficiam a lavoura de cana e a criação de gado e, conseqüentemente, só interessam aos proprietários de terras.

Numa entrevista publicada em *A Notícia*, de 19 de agosto de 1978, Neif Camis declarou que o DNOS não tinha o objetivo de prejudicar ninguém, que não existia o propósito de beneficiar uns e prejudicar outros e que o órgão devia atender ao mesmo tempo a pecuaristas, fazendeiros e pescadores⁵. Dois meses depois, o Procurador do DNOS, tentando defendê-lo, outra coisa não faz senão denunciar suas verdadeiras intenções. Vale a pena citar suas palavras textualmente: “Campos, como polo de desenvolvimento da região Norte-Fluminense, recebeu a merecida atenção por parte do Governo Federal, que se propôs a oferecer meios de aumentar as áreas agricultáveis, através de um sistema de irrigação partindo do aproveitamento da Bacia dos Goytacazes. Pois bem, todo planejamento foi feito levando em conta o fortalecimento da economia

⁵ DNOS volta a negar prejuízo para a Lagoa Feia com obras de drenagem. *A Notícia. Campos (RJ), 19/08/1878.*

⁶Procurador do DNOS: pescadores são incitados à violência por terceiros. *Folha da Manhã*. Campos (RJ), 23/10/1978.

⁷*Ibidem*.

da região, fixada na agricultura e na pecuária de corte e de leite, ficando a atividade pesqueira em segundo plano por não representar, economicamente, coisa alguma dentro do quadro geral”⁶. (grifos meus).

A leitura das declarações do Procurador descerrou de uma vez por todas o véu que encobria a verdade. Nelas, ficam patentes as várias ideologias que revestem o projeto de macrodragagem. Primeiro, confunde-se favorecer a agroindústria açucareira e a pecuária com promover o desenvolvimento da região. Assim, atender aos interesses de uma minoria de potentados, em detrimento da maioria que se mostra francamente contrária às obras, significa satisfazer o bem comum. É de se perguntar em que medida o trabalhador do campo e os pescadores vão ser beneficiados com este pseudo-desenvolvimento. A vida do pescador é dura, mas ao menos ele é dono de sua atividade. Transformá-lo em lavrador é superexplorar seu trabalho para que uma minoria de fazendeiros e usineiros aumente mais ainda suas riquezas e sua vida nababesca. Em suma: este desenvolvimento é uma falácia. Ele não passa de aumento da produtividade a qualquer preço.

Procura-se também, sistematicamente, desvincular os problemas técnicos dos problemas sociais. O DNOS cuida tão somente de planejar e de executar obras cujo alcance se limita aos aspectos técnicos. Tudo que extrapolar estes limites compete a outros órgãos. Toda crítica do cidadão comum às obras é considerada desprovida de fundamentos. Todo repúdio a elas, por mais autêntico que seja, é considerado agitação. Esta é a atitude típica da ideologia tecnocrata. Existe ainda a ideologia do burocrata, que separa tudo em departamentos: o DNOS cuida de água, a SERLA cuida dos diques e a justiça cuida das invasões de fazendeiros na lagoa. E, finalmente, a ideologia simplista do temor permanente, que vê em qualquer manifestação de desagrado, em qualquer contestação, a infiltração de agitadores, subversivos e comunistas. Assim, esvazia-se todo movimento legítimo de cidadãos que protestam em nome de seus direitos para atribuí-la sempre a alguns elementos que manipulam a massa. É aqui que aflora todo o caráter paternalista, controlador e autoritário dos funcionários do órgão. Só eles têm a sabedoria para planejar e executar a felicidade de seus súditos, sem lhes dar nenhuma satisfação dos seus atos. Foi o que deixou entrever o Procurador do DNOS nessas palavras: “Tenho impressão de que os engenheiros não podem ter traçado um plano errado, inclusive aprovado e financiado pelo Governo, que quer melhorar as condições da agricultura na região, cuja economia está calcada no plantio da cana de açúcar”⁷.

Sabe-se que a finalidade de uma ideologia é mascarar, consciente ou inconscientemente, a dominação para a classe dominante e para a classe dominada, dando-lhe o aspecto de interesse coletivo. Em alguns casos, porém, a verdade vem à tona sem que se espere. Foi o que ocorreu nas declarações do Procurador do DNOS. Primeiro, ele fez questão de frisar, por meio de racionalizações, que o DNOS nada tem a ver com a mortandade de peixes produzida pelo vinhoto despejado nas águas pelas usinas; depois, ele afirma que não é da competência do DNOS impedir as invasões de fazendeiros sobre terras conquistadas à lagoa, tentando demonstrar, com estes dois casos, que o DNOS é neutro. Logo a seguir, todavia, ele lastima que nem usineiros nem plantadores, que são os beneficiários das obras do DNOS, tenham sequer pronunciado uma palavra em defesa do órgão. Depois dessas palavras, que reação podem ter os pescadores? Como não ficar inquietos sabendo que não passam de meras cifras e – pior – cifras totalmente insignificantes. Isto sim, é provocar agitação. Por isso, eu sugiro que, se e quando o DNOS promover investigações a respeito de supostos elementos que estariam agitando os pescadores, não se esqueça de incluir, se possível encabeçando a lista, três nomes: Dr. Acir

Campos, Dr. Neif Camis e o Procurador Dr. Gilson da Silva Moraes.

A Notícia. Campos (RJ): 25 de outubro de 1978.

INTRANQUILIDADE

Faz tempo que desejo descontraí-me para falar um pouco de amenidades. Os acontecimentos, todavia, impedem que minha pena possa flunar despreocupada. Como reduzir a voltagem crítica de meus artigos quando pessoas a nossa volta estão a proferir tolices ou a praticar injustiças e atos de violência? Nada tenho contra a poesia ou a crônica descomprometida. Ao contrário. Já falei, e não canso de repetir, que a medida do desenvolvimento cultural de um povo está na qualidade da diversidade. E, neste sentido, o Brasil pode se orgulhar de ter uma literatura desenvolvida, evidência esta que cria certos embaraços aos teóricos estreitos e mecanicistas, que não conseguem entender como as estruturas “subdesenvolvidas” dos países latino-americanos podem gerar literatura de tão alta qualidade. Há um mês, pelo menos, aguardo uma oportunidade para tratar de literatura, música, política internacional etc. Mas, sabendo da ameaça que paira sobre os índios com a tal emancipação, ou lendo nos jornais a declaração do presidente do INPS de que a população brasileira “ainda não se deu conta de que temos o serviço previdenciário mais bem organizado do mundo e o que, proporcionalmente, paga os mais altos benefícios aos seus associados”, não tenho remédio senão protelar meus planos e praticar um jornalismo de combate.

Da mesma forma, as questões sociais e ambientais norte-fluminenses não nos permitem um sono tranquilo. Parece que a nossa região está sendo assolada pelas pragas do Egito ou pelas bestas do Apocalipse. Primeiro, é um capitão dos portos que anda solto por aí incendiando casas de gente pobre na orla marítima do Município de São João da Barra, para depois afirmar que isto não passa de medida de rotina e que ele se considera um homem muito humano. A mim não interessa saber se um ato terrorista como este, revestido de aspecto legal, foi perpetrado por decisão sua ou de superiores. Parta de onde partir, seja qual for o motivo, ele atesta perfeitamente bem a prepotência e o desrespeito com que a maioria das autoridades trata as pessoas do povo. Quero fazer três perguntas: 1) Apesar da posição oficial, sei que a lei não é igual para todos, mas, em vez de recorrer à violência, não seria mais “correto” desalojar as pessoas em questão pela via judicial? 2) Será que o capitão dos portos agiria com a mesma energia se, em vez de a pobres, as casas pertencessem a pessoas de condição social elevada? 3) Não existiria uma contradição flagrante entre as atitudes vândalas do capitão e as suas palavras cândidas e humanistas?

Em segundo lugar, ainda em voga, a questão do ambiente. Era de se esperar que a visita do Ministro do Interior, Rangel Reis, motivada por uma série de dificuldades que os pescadores vinham enfrentando, liquidasse de uma vez por todas o assunto. De fato, as medidas tomadas num encontro memorável que o Ministro manteve com membros da comunidade, na Escola Técnica Federal de Campos, foram bastante tranquilizadoras. A bem dizer, Rangel Reis concordou com todos os dez itens de um documento elaborado pelos ecologistas e apressou-se em atendê-los. O primeiro passo foi determinar a substituição do dique-estrada sobre o canal do Quitungute por uma ponte que permitisse o acesso do peixe canal acima. O segundo foi anunciar a assinatura de um convênio entre órgãos federais e estaduais para demarcar a Lagoa Feia com um cinturão de diques. O terceiro foi estabelecer que toda usina construa uma bacia de oxidação para que o vinhoto não seja lançado *in natura* nas águas da Planície Goitacá.

Antigamente, circulava no exterior (não sei se ainda circula) um ditado dizendo que, no Brasil, Deus e a natureza colocam as coisas em ordem durante a noite para que os homens desarrumem tudo durante o dia. Se já não é (ou se algum dia o foi) válido para todo Brasil, parece que em Campos dos Goytacazes ainda há um lugarzinho para ele. Nem bem o Ministro virou as costas, a Usina Santa Cruz despejou uma forte carga de vinhoto nos canais Cacumanga-Macacua que, além de dizimar, como de costume, a fauna aquática, matou também algumas reses de pecuaristas ricos. Assim, a luta em defesa do meio ambiente deixou de ser apenas conduzida por uma aliança tácita entre pescadores e classe média, contra os grandes proprietários para adquirir um caráter intra-classe. Talvez agora ela tenha algum resultado favorável ao ecologismo e aos pequenos.

Dias após a visita do Ministro, o chefe da Residência local do DNOS, engenheiro Neif Camis, veio às folhas para declarar que “desconhece qualquer medida prática para o início imediato da demarcação da Lagoa Feia”. Como não podia deixar de ser, estas palavras nos deixaram intranquilos. A demarcação tem que ser para agora. Se não for para agora, não tenham dúvidas de que a invasão da lagoa por fazendeiros inescrupulosos será. Aliás, está sendo. É bem verdade que a nota oficial emitida pelo DNOS, estipulando a cota utilizada por Saturnino de Brito, como referência de nível para todos os projetos do DNOS na baixada campista, nos deixou exultantes. Pelo menos uma dúvida foi dirimida. Mas isto apenas não basta. É imprescindível que esta medida venha acompanhada pelo elenco de sugestões apresentado pelos ecologistas. De que vale a cota IPC (Inspetoria de Portos e Canais) se a lagoa não for demarcada? Até uma piscina no fundo de um quintal pode ser mantida a uma profundidade de 3,20 m.

Por tudo isto, considero indispensável e urgente que o Ministério do Interior publique a nota oficial prometida por Rangel Reis, definindo claramente as medidas de quando aqui esteve. Em seguida, estas medidas devem prontamente ser colocadas em prática para que a paz social volte a reinar. Caso contrário, sou de opinião de que os ecologistas, de acordo com o décimo item do documento que encaminharam ao Ministro, devem recorrer à via judicial, já que a via administrativa foi esgotada, quiçá em vão.

A Notícia. Campos (RJ): 17 de novembro de 1978.

PERGUNTAS AO DNOS

“ Pelos buracos da tua capa vejo a tua vaidade”, dizia Sócrates a um dos seus discípulos que procurava aparentar humildade, vestindo roupas esfarrapadas. Sob a aparência de eficácia e segurança das realizações do atual regime, diremos nós, escondem-se irregularidades que começam agora a vir à tona graças à chamada abertura. No entanto, os tecnoburocratas que estão no poder, a começar pelo Presidente, empenham-se em refutar toda crítica a eles dirigida e a reclamar aplausos da oposição por tudo que fazem. Eles estão sempre certos, não erram nunca. É preciso dizer, todavia, que o papel da oposição, no seu mais lato sentido (não apenas o MDB), é mostrar erros. Luta vencida não mais interessa. O importante é sempre equacionar novos problemas e se esforçar para resolvê-los. Para mostrar os acertos, já bastam os aduladores da situação (também no sentido lato), que não se cansam de fazer elogios fáceis ao poder.

Desde que o Ministro do Interior esteve em Campos dos Goytacazes, ocorreram algumas mudanças que me fizeram refletir. Por isso, desejo dirigir algumas perguntas ao DNOS.

Primeira: quando o dique-estrada sobre o canal do Quitungue foi desmantelado

pelos pescadores, o DNOS mobilizou força policial para recompô-lo e declarou que sua função era impedir a salinização das terras. Ora, se ele era tecnicamente correto, por que o Ministro ordenou sua substituição por uma ponte que permitisse a renovação das águas e a entrada do peixe? Teria ele agido de maneira intempestiva ou teria reconhecido que o dique realmente prejudicava os pescadores e beneficiava apenas os proprietários de terras? O mais interessante é que Acir Campos e Neif Camis defendem hoje a abertura do dique com o mesmo entusiasmo com que defendiam a sua manutenção. Onde está a necessidade e, principalmente, onde está a qualidade técnica da obra? Não duvido de que o DNOS passasse a defender a suspensão das obras de macrodragagem da Lagoa Feia caso o Ministro assim o decidisse. Por conseguinte, se um rápido exame foi suficiente para que Rangel Reis concluísse pela inconveniência do dique-estrada sobre o canal, será que não sucederia o mesmo, caso fosse feito um exame mais apurado das obras na lagoa?

Segunda: por que o DNOS tem tanta pressa em reiniciar os trabalhos da draga, mesmo que eles se arrastem por dois anos e meio, e não tem a mínima pressa em começar os trabalhos de demarcação da lagoa? É certo que as obras de macrodragagem dependem diretamente do DNOS, mas eu não noto nenhum empenho de sua parte em cumprir a parcela de responsabilidade que lhe cabe quanto à demarcação da lagoa. Esta preocupação só é registrada nos artigos encomiásticos e triunfalistas da revista Saneamento, seu órgão de divulgação, nos quais seus projetos aparecem como imprescindíveis e irretocáveis. Eu, pessoalmente, vejo até uma desigualdade de interesse: as obras da macrodragagem interessam à minoria de 10% que controla 90% da economia Norte-Fluminense, enquanto que a demarcação da lagoa, não. Pelo contrário, vai frontalmente de encontro aos interesses dos proprietários confrontantes da lagoa, sobretudo se o dique for construído de acordo com o projeto do DNOS.

Terceira: o DNOS assegura que a dragagem da Lagoa Feia tem por objetivo ampliar seu tempo de vida porque retira de seu fundo os sedimentos carregados pelos rios que afluem a ela, notadamente o Ururá e o Macabu. Na verdade, porém, o total de sedimentos se mantém, uma vez que o DNOS, ao retirá-los para abrir o canal, não os deposita fora da lagoa, mas em outro ponto dela, concorrendo assim para a formação de ilhas que, futuramente, irão favorecer o avanço das propriedades confrontantes. A julgar pelas explicações de Acir Campos, com a conclusão do canal submerso, o assoreamento da lagoa irá diminuir, pois os sedimentos serão transportados pela correnteza dos rios Ururá e Macabu até o Canal da Flecha, onde mais facilmente serão removidos. Mas até lá muita água vai correr. Além do mais, frequentemente me pergunto se este canal não foi projetado para corrigir um erro que o próprio DNOS cometeu ao retilinizar o baixo curso dos rios Ururá e Macabu, que, sem os seus meandros retentores de sedimentos, passaram a despejá-los em quantidade bem maior na lagoa. Indago-me, ainda, se a Lagoa de Cima não funcionaria como bacia de retenção da maior parte dos sedimentos que seriam transportados pelo rio Ururá à Lagoa Feia.

Quarta: creio que o DNOS superestima a utilidade do canal submerso que vem rasgando na Lagoa Feia para “alargar” o seu tempo de vida. Todavia, enquanto o DNOS “salva” a lagoa por um lado, por outro os fazendeiros matam-na, abocanhando suculentos pedaços de seu leito. O DNOS só se preocupa com o seu canal, silenciando quanto ao avanço dos diques particulares, o que, por sinal, é muito suspeito.

Quinta: parece que a dúvida que até pouco pairava sobre a extinção da Lagoa Feia e de outras lagoas, pela ação do DNOS, não é de todo infundada. Quem examina o mapa do Norte-Fluminense, traçado por Alberto Lamego, em 1954, fica impressionado com a

profusão de lagoas que circundavam a Lagoa Feia e que hoje não mais existem por causa do “saneamento” e da “recuperação” de terras. Desapareceram as lagoas de Dentro, da Goiaba, Vermelha, do Louro, da Aboboreira, para só citar algumas. Por que não temer que a Lagoa Feia tivesse também o mesmo destino? Creio, porém, que, se a intenção original do órgão era essa, depois da grita dos pescadores, seus planos tiveram que ser radicalmente revistos.

Sexta e última: quando os ecologistas solicitaram ao DNOS o projeto de macrodragagem da Lagoa Feia, Acir Campos, além de partir para agressões verbais, disse que era necessário um caminhão para transportá-lo do Rio a Campos dos Goytacazes. Sua intenção era claramente vedar o acesso dos ecologistas à documentação que ele declarou estar à disposição do público num dos artigos ufanistas da revista *Saneamento*. Contudo, face às dimensões que o movimento dos pescadores assumiu, Acir Campos se viu na contingência de expor à comunidade campista o projeto fechado a sete chaves e, para trazê-lo, não necessitou talvez mais do que uma pasta.

A Notícia. Campos (RJ): 01 de dezembro de 1978.

A HIDRA DE CAMPOS

Um dos mais importantes trabalhos de Hércules, herói mitológico, foi liquidar a Hidra de Lerna, monstro de várias cabeças que se regeneravam se não fossem cortadas todas de uma só vez.

Campos também tem a sua Hidra. Aqui, ela assumiu a forma de um órgão governamental chamado DNOS. A bem dizer, existem outros monstros governamentais a assolar nossa cidade e o Brasil, mas por ora fiquemos com esse. A Hidra de Campos também tem várias cabeças que renascem se não forem cortadas todas de uma só vez. O problema é que a gente não sabe quantas cabeças ela tem e o preço da nossa ignorância é um permanente estado de sobressalto. A primeira cabeça a se manifestar foi Acir Campos, que, no VI Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar, declarou em alto e bom som que não vacilaria em poluir o Rio Paraíba do Sul para aumentar a produção canavieira do norte fluminense. Posteriormente, numa entrevista à imprensa, ele afirmou, com toda a tranquilidade, que o vinhoto não polui, pelo contrário, é um alimento excelente para os peixes. Invocando a autoridade do Professor Melvin Calvin, ele contrariava assim os maiores conhecedores do assunto. O editorial de um jornal campista lembrava o desconhecimento da realidade norte-fluminense, como uma constante dos secretários de agricultura do Estado do Rio de Janeiro, e apontava o nome de José Resende Perez, que propôs, para espanto geral, dragar o Rio Paraíba, a fim de nivelá-lo à planície banhada por ele. Ora, as declarações de Acir Campos atestam que essa época ainda não passou. Mas, graças a Deus, Acir Campos anda calado ultimamente.

Uma outra cabeça da Hidra, Neif Camis, embora mais discreto, andou também fazendo algumas declarações pouco felizes que foram registradas pela imprensa, sem contar as que não foram e das quais a gente tem notícia. Outra cabeça, que andou falando demais e causou grande celeuma, foi Gilson da Silva Moraes, procurador do DNOS, que ameaçou Deus e o mundo até silenciar repentinamente. Creio que nenhuma das cabeças da Hidra de Campos foi tão perniciosa como esta.

Depois que o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, esteve em Campos, a impressão que se tinha é de que o mitológico animal estivesse agonizando. Qual não foi nossa surpresa ao verificar que todas as cabeças não foram decepadas de uma só vez

e que agora o monstro ameaça reconstituir-se? Uma cabeça, até então desconhecida, manifestou sinais de vida quando o vereador Aldemir Gonçalves Azevedo denunciou que o uso de herbicidas pelo DNOS, nos canais do norte fluminense, estava afetando a fauna aquática. No dia seguinte ao da denúncia, a quarta cabeça da Hidra, representada pelo Engenheiro Roberto Faria, do DNOS, chegou a brandir a Lei de Segurança Nacional, caso o uso de herbicidas continuasse sendo contestado. Além disso, afirmou que o herbicida é imprescindível para evitar a inundação das terras agricultáveis, “o que seria mais danoso que a morte de peixes, caso tivesse procedência a denúncia feita.” Embora cauteloso, Roberto Faria deixa transparecer em suas palavras do lado de quem o DNOS está. E não é novidade para ninguém que quase nunca está do lado dos pescadores e da maioria da população.

Não cabe aqui discutir se o herbicida contamina ou não os peixes. Só uma análise minudente de laboratório irá esclarecer este ponto, e ela deveria ser feita imediatamente pelos órgãos competentes. Afirmar, por outro lado, que o herbicida é inócuo porque foi aprovado pela Organização Mundial de Saúde não significa nada, uma vez que os Ministérios da Saúde e da Agricultura usam produtos condenados e proibidos em outros países. Não seria de se estranhar que o DNOS procedesse da mesma forma.

A meu ver, é sintomático que Roberto Faria recorra, ao primeiro sinal de protesto, à Lei de Segurança Nacional. O DNOS é um órgão muito autoritário e ainda não se deu conta de que o Brasil, aos trancos e barrancos, está ingressando em outra era. Certa ocasião, Sartre disse que a burguesia, ao esgotar seus argumentos, apela para suas forças de repressão, em permanente prontidão para intervir. O que é o fascismo senão a burguesia em desespero? Assim, atingidos os limites do debate, ela parte para as intimidações. Sendo lídimo representante das classes dominantes, que o privatizaram, não se poderia esperar outro comportamento do DNOS.

Eis porque o ecologismo tem um compromisso inadiável com a democracia. Numa democracia mais ampla – não esta que temos –, os senhores Acir Campos, Neif Camis, Gilson da Silva Moraes e Roberto Faria teriam todo o direito de preferir tolices. Só não teriam o direito de concretizá-las, sem que fossem amplamente discutidas e aprovadas pelo povo, que não entra em suas equações.

A Notícia. Campos (RJ): 03 de fevereiro de 1979.

AS LAGOAS DO NORTE FLUMINENSE*

Grosso modo, podemos distinguir duas fases na questão das lagoas do Norte Fluminense, tendo como marco a vinda do ex-ministro do interior, Maurício Rangel Reis, a Campos, em novembro de 1978, para tratar exclusivamente do assunto. Evidentemente, essa visita não foi uma graça especial do então ministro aos pescadores, tampouco foi obtida por qualquer autoridade local. Foi a gravidade da situação que trouxe o Sr. Rangel Reis a Campos.

No período anterior à visita, a situação definiu os seus contornos e se tornou incontável, culminando com a paralisação da draga do DNOS, que trabalhava na Lagoa Feia, pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos e com o levante dos pescadores de Barra do Furado, em virtude do fechamento do canal do Quitungute. Paralelamente, os ecologistas elaboraram um documento encaminhado ao Sr. Rangel Reis contendo suas principais reivindicações. Este documento solicitava a imediata instalação das comportas metálicas no Canal da Flecha, a definição da Referência de Nível usada pelo DNOS

* Publicado em agosto de 1979. O autor publicou outro artigo com o mesmo título em outubro de 1994.

⁸SIMÕES, Dilson F. *Op. cit.*

em suas obras na região, a cota que regularia o nível do espelho d'água da Lagoa Feia, a demarcação de sua orla, o fim imediato da invasão da lagoa pelos fazendeiros ribeirinhos, a garantia de que as obras do DNOS não comprometem fundamentalmente o equilíbrio da Lagoa Feia, a solução imediata da questão relativa ao Canal do Quitungute, medidas severas e urgentes para impedir o despejo "in natura" do vinhoto nos corpos d'água da região, o respeito à atividade pesqueira, o compromisso de que o DNOS e demais órgãos governamentais, encarregados de transformar a natureza, levarão em conta os aspectos ecológicos em suas obras na região e o reconhecimento do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza como representante da comunidade em assuntos ambientais.

Não resta dúvida de que algumas destas reivindicações foram atendidas. Por meio de uma nota oficial, o DNOS esclareceu que a Referência de Nível (RN) adotada em seus trabalhos na Baixada dos Goytacazes é a instituída pela Inspeção de Portos e Canais e utilizada por Saturnino de Brito, e não a geodésica. Ficou definido também que a cota da Lagoa Feia oscilará entre 3,20 e 3,40. Logo no dia 9 de novembro, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), por intermédio da Deliberação CECA nº. 37, proibiu o lançamento de qualquer efluente de usina nos corpos d'água do Estado do Rio de Janeiro a partir de 31 de maio de 1979. Vinte dias depois, a Portaria GM nº. 323, do Ministério de Interior, reforçou a medida da FEEMA. Todavia, vencido o prazo, constatou-se que o problema não foi resolvido. Poucas usinas preocuparam-se em atender às exigências do Governo. A maioria delas, ao avizinhar-se o prazo, adotou soluções provisórias, sendo que as usinas de Outeiro e São Pedro até agora não tomaram nenhuma medida para resolver o problema dos efluentes.

Por outro lado, as 14 comportas metálicas do Canal da Flecha ainda não foram instaladas. O DNOS assegurou que elas seriam colocadas até dezembro de 1978. Depois, o prazo foi protelado para maio de 1979 e agora, para novembro. O Canal do Quitungute, aberto por ordem direta do ex-ministro Rangel Reis quando aqui esteve, foi novamente fechado para permitir o transporte das comportas metálicas. Só que, desta vez, um tubo metálico manteve a comunicação do canal com o mar, embora, a princípio, o DNOS tenha afirmado que ele não resistiria ao peso das viaturas. As ensecadeiras já seccionaram o Canal da Flecha em dois pontos e agora as comportas aguardam pacientemente a sua instalação.

Outra reivindicação, até agora não atendida, foi a demarcação da orla da Lagoa Feia. O próprio DNOS reconheceu a necessidade desta providência em artigo publicado em Saneamento⁸, seu órgão oficial de divulgação, e a incluiu em seu projeto inicial. Na verdade, as obras de macrodragagem da lagoa deveriam ser precedidas pela definição de seu perímetro mínimo. No entanto, não foi o que ocorreu. Em janeiro de 1979, foi assinado um convênio, entre o Ministério do Interior e o Governo Estadual do Rio de Janeiro, estabelecendo a proteção das lagoas do Norte Fluminense. Ao que se saiba, porém, nenhuma medida foi tomada neste sentido. Primeiro, o ex-governador Faria Lima, pelo Decreto nº. 2.330, de 8 de janeiro de 1979, instituiu o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'água e, imediatamente após, sete decretos de seu punho aprovavam os projetos de alinhamento das orlas de várias lagoas do Estado do Rio de Janeiro. Só o Norte Fluminense ficou de fora. Claro está que um simples decreto não resolve a questão, mas fornece a base legal para ulteriores reivindicações.

Enquanto isso, a draga do DNOS prosseguia abrindo os três canais submersos na lagoa, confluindo os três para o Canal da Flecha. E o que é pior: os sedimentos retirados do fundo e acumulados dentro d'água facilitam o avanço dos fazendeiros sobre a lagoa,

transformando-a em pasto. Pela quarta vez em oito meses, as autoridades prometem demarcar a orla da lagoa o mais rápido possível. A fim de evitar que as tensões aumentem e se generalizem, torna-se necessário que o governo estadual, de acordo com o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'água e por meio da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, tome as seguintes providências: a) Determinar, por meio de decretos, a demarcação das lagoas do Norte Fluminense, sobretudo as Lagoas Feia, do Campelo e de Cima; para tanto, é preciso um levantamento acurado da história das orlas das lagoas por meio de mapas e outros dados que mostrem se a ocupação de terras ao seu redor é legal ou não; b) Demarcar efetivamente as orlas das referidas lagoas, bem como as suas faixas marginais de proteção; c) Exercer fiscalização permanente junto às lagoas a fim de impedir o avanço de fazendeiros sobre elas ou a extração indevida de areia de seu leito.

Sem estas providências, a comunidade perderá a confiança no Governo e será estimulada a apelar para medidas drásticas e radicais.

Jornal de Campos. Campos (RJ): agosto de 1979.

A LAGOA DO VIGÁRIO

Três grandes e belas lagoas restaram, no Norte Fluminense, depois de toda a agressão cometida contra elas, e devem ser defendidas com unhas e dentes: a Feia, a de Cima e a do Campelo. Mas devemos olhar com complacência para as pequenas lagoas. Num país onde a natureza é tão vilipendiada, os pequenos ecossistemas que escaparam da secular devastação merecem o nosso respeito e devem ser tratados com todo carinho.

É o caso da Lagoa do Vigário, que, no passado, era maior do que é hoje, mas que foi amputada por uma cidade violenta que se desenvolveu ao seu redor. Esta pequena lagoa seria bela se as agressões que sofreu não a tivessem golpeado severamente. Às suas margens, fixaram-se pessoas ricas e pobres. Estas últimas, expelidas para a periferia do espaço urbano, por condições hostis de existência e pela especulação imobiliária, ergueram uma favela que provoca um impacto ambiental considerável. Mas de quem é a culpa? Dos pobres? Eles são mais vítimas do que algozes. Junto a ela, aninhou-se também um matadouro cujos dejetos, juntamente com os despejos de esgoto “in natura”, devem poluir sobremaneira as suas águas. A situação assume gravidade maior porque a lagoa é subalimentada. Nenhum rio renova o seu reservatório.

E o mais admirável é que, apesar de tudo, existe pesca na lagoa. Certamente como forma de suplementar os rendimentos da população pobre e não como atividade econômica voltada para o mercado. Não importa. A existência de peixe é um maravilhoso indício de vida.

Mas as agressões não pararam aí. José Carlos Vieira Barbosa, num de seus mandatos de prefeito, pretendendo ligar suas margens, achou por bem atravessá-la por um aterro. Resultado: a fisionomia da lagoa foi adulterada e a comunicação entre as duas seções tornou-se bastante difícil, apesar dos tubulões sob o aterro. Além do mais, as margens ainda não ocupadas foram invadidas por aproveitadores e por pessoas pobres, sendo estas últimas pressionadas pelos salários aviltantes, pelo custo de vida e por outros motivos, enfim.

Na verdade, para compreender o problema da Lagoa do Vigário, é preciso ter em mente quatro fatores. Primeiro: pela legislação vigente, cabe aos Estados zelar pela segurança dos corpos d'água que se situam inteiramente em seus territórios. A Constituição

DNOS sugere obra em foz do canal em Campos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23/04/1981.

Brasileira é muito explícita a este respeito em seus Artigos 41 e 51, e a Constituição do Estado do Rio de Janeiro fala sobre o assunto no Artigo 41. Para completar, o Governo Estadual, pelo Decreto nº. 2.300, de 8 de janeiro de 1979, instituiu o Sistema de Proteção aos Rios e Lagos (SIPROL), incumbindo a Superintendência Estadual de Rios e Lagos – SERLA, por meio das Deliberações CECA nº. 48 e 49, de aplicar o SIPROL. Isto sem falar no velho Código de Águas e outras leis mais de proteção à natureza.

Em segundo lugar, algumas pessoas de posse privatizaram a faixa *non aedificandi* que, no SIPROL, recebeu o nome de faixa marginal de proteção (FMP). Em terceiro lugar, aproveitadores e vigaristas venderam às pessoas pobres lotes de terra situados na faixa marginal de proteção, pertencente ao patrimônio público. Assim, esta faixa foi privatizada duas vezes: primeiro por aqueles que se intitularam seus proprietários e depois, por aqueles que a venderam para ganhar dinheiro fácil. O quarto fator é a população desfavorecida que se fixou às suas margens em busca de uma vida melhor.

Face ao seu avançado estado de degradação, valeria a pena um esforço para salvar a Lagoa do Vigário? Entendo que sim. Ela deveria reocupar o seu papel no equilíbrio ambiental da região e servir como área de lazer, sobretudo para a população pobre. Para tanto, seria necessário demarcar a lagoa e sua faixa marginal de proteção por meio de um decreto, a fim de que ficasse bem definido o que é patrimônio público e o que é área privada ou privatizável. Em seguida, a população situada na faixa marginal de proteção deveria ser retirada, não antes de se providenciarem condições de habitação em outros locais para as pessoas pobres. Todos os aterros que mutilam a sua fisionomia deveriam ser removidos, restaurando-se o seu aspecto original da maneira mais aproximada possível. Por fim, a comunicação da lagoa com o Rio Paraíba do Sul deveria ser reativada para revigorá-la, impedindo-se, paralelamente, as descargas de qualquer material poluente em suas águas.

A Notícia. Campos (RJ): 24 de novembro de 1979.

O QUE FALTA É VERGONHA

Quando, em 1978, os ecologistas de Campos afirmaram que a intenção do DNOS, ao realizar obras de drenagem e dragagem na baixada, era favorecer a agroindústria açucareira e alcooleira e a pecuária, em detrimento da economia pesqueira e do ambiente, muita gente discordou. O próprio DNOS assegurou que sua intenção era livrar a planície de focos de endemias e “consertar” a natureza na região, como se a natureza fosse “defeituosa”. Numa demonstração exemplar de cinismo, um técnico bem conhecido do DNOS chegou mesmo a garantir que todo esforço do órgão visava atender aos interesses dos pescadores e dos ecologistas.

Dois anos e meio depois, os fatos mostram que os ecologistas e os pescadores, na sua condição de “leigos”, estavam e estão com a razão. A abertura do Canal do Quitungute e a paralisação de uma draga que trabalhava no Canal Engenheiro Antônio Resende, ambas por pescadores, serviram claramente para definir posições.

Numa entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, o Diretor Regional do DNOS declarou que, do Brasil Império até hoje, foram recuperados 250 mil hectares de terras, sendo 252 mil para a lavoura de cana e 25 mil para o gado. Mas, continua ele, “o programa não está completo”⁹. A principal crítica dos ecologistas ao DNOS é a de que esta “recuperação” de terra se fez às custas dos dessecaamentos total ou parcial de muitas lagoas da região. Entre elas, podemos mencionar as Lagoas Salgada, do Jesus, do Pau Grande, do Açu, do Pau Fincado, Poça das Pitangueiras, da Água Preta, Taí Grande, da

Onça, das Pedras, do Brejo Grande, do Bragança, do Pau Fundo, da Ribeira, Marambá, de Carapebus, da Saudade e outras pequenas. Sem falar nas Lagoas Feia e do Campelo, que foram drasticamente reduzidas em seu espelho d'água pelas sucessivas sangrias que sofreram com a invasão do seu leito por proprietários de suas margens. É só cotejar o mapa elaborado por Alberto Lamego, em 1954¹⁰, e outros mais antigos com o mapa recentemente elaborado pelo IBGE¹¹ para se verificarem as profundas transformações que se operaram na região, no que concerne aos seus ecossistemas lagunares. Certamente que estas transformações devem ser atribuídas, em alguma medida, à dinâmica da natureza. Mas, em sua maior parte, foram obras de drenagem as principais responsáveis por este quadro.

Todavia, no entender do engenheiro-residente do DNOS em Campos, Ronaldo Correa Lima, “alguns leigos afirmam que o DNOS acabou com muitas lagoas. Na realidade, o que fizemos foi eliminar brejos, onde havia focos de malária. Em compensação, abrimos 1.700 quilômetros de canais em Campos, ou seja, mais do que as áreas recuperadas onde havia estes brejos”¹². O autor dessas palavras pode entender muito de engenharia hidráulica, mas é um leigo em ecologia. Primeiro, por desconhecer inteiramente o papel das lagoas ou dos brejos, no equilíbrio ambiental e no balanço hídrico. Depois, por pensar que canais podem substituir lagoas. Aliás, nenhum órgão mais eficiente do que o DNOS para transformar lagoas em rios, como se ambos não tivessem realidade e leis próprias. E o que é pior é que o órgão cnicamente julga estar prestando um grande serviço à ecologia.

Se ainda resta dúvida quanto a quem o DNOS serve, ouça-se o que disse o engenheiro Acir Campos, em recente declaração à imprensa, a respeito do Canal do Quitungute: “Ao arrebentar o dique, os pescadores tinham a intenção de conseguir água doce no sistema. De fato, vão é colocar água salgada nos três canais, uma vez que o mar é muito forte. Com isso, o risco é de se perder 15 a 20 mil hectares de terras recuperadas, área que, considerando-se apenas a produção de álcool, representa cerca de 300 mil litros por dia.”¹³

Está claro, por estas palavras e por muitas outras já pronunciadas, que a única coisa que importa nessas obras é a agroindústria açucareira a alcooleira. A pesca e o meio ambiente que se danem, apesar das medidas de consolação, como desenvolver um programa de incremento da pesca na Lagoa do Jacaré ou ao longo do Canal da Flecha. Tudo parece muito natural. Ninguém se lembra de que as terras ameaçadas de salinização com a abertura do dique no Quitungute eram salinizadas antes das obras feitas pelo DNOS e integravam uma região destinada à pesca e a uma vegetação típica de litoral. Só falta agora o DNOS querer empurrar as águas do mar para não sei quantos metros adiante da linha da maré, a fim de “recuperar” terras para a lavoura e o gado, tal qual se fez na Holanda. Cabeça para ideias mirabolantes e faraônicas como essa o Dr. Acir Campos tem de sobra. Haja vista o seu sistema de bolsacreto, que consiste em amontoar grandes bolsas de plástico especial, cheias de areia do próprio local, sobre as quais é colocada uma camada de concreto¹⁴. Tudo isso, para resolver problemas da Petrobras na região. E assim o DNOS prossegue seus trabalhos no Norte Fluminense: gastando rios de dinheiro público para cometer erros e rios maiores ainda para corrigi-los e cometer outros erros. Interessa, sem dúvida, desfazer o que a natureza nos dá de graça para depois refazê-lo a altos custos. Por certo, alguém ganha dinheiro com isso. Só posso garantir que não é o povo.

E ainda vem o engenheiro-residente de Campos dizer que o problema da Lagoa do Campelo é falta de verba¹⁵. Será que não bastam todas as verbas destinadas à região pelo PRODENOR para a “recuperação hidroagrícola”? Não, meu caro Senhor, não é

¹⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Carta Geológica do Brasil*, escala 1:100.000, folhas Campos (2708), Cabo de São Tomé (2709), Lagoa Feia (2744) e Xexé (2745). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

¹¹ IBGE. *Carta do Brasil – Esc. 1:50.000*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

¹² Problema do Campelo é falta de verba. *Folha da Manhã*. Campos (R.J.), 07/05/1981.

¹³ DNOS sugere obras em foz do canal em Campos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/04/1981.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Problema do Campelo é falta de verba. *Folha da Manhã*. Campos (R.J.), 07/05/1981.

verba o que falta. O que falta é vergonha da parte do Governo Federal, que só beneficia os ricos; dos grandes proprietários, que abocanham, cada vez mais, grandes nacos de terra às custas dos ecossistemas, e do Governo Estadual, que não toma providências efetivas para a demarcação das nossas lagoas e para melhorar a qualidade de nossos ecossistemas hídricos.

A Notícia. Campos (RJ): 12 de maio de 1981.

A LAGOA DE IMBOACICA

Durante muitos milênios, o ser humano esteve sujeito aos desígnios da natureza. A tecnologia produzida e utilizada por ele foi, por muito tempo, incapaz de superar os estreitos limites impostos pelo ambiente natural às sociedades. A partir da revolução industrial, no entanto, a situação parece ter se invertido: agora as sociedades, munidas de tecnologias altamente eficazes em destruição é que desmantelam e encurralam os ecossistemas, que são as unidades básicas da ecosfera, ou seja, daquela delicada película que cobre a superfície terrestre e que comumente chamamos de natureza.

Talvez um dos mais notáveis ecossistemas que compõem a ecosfera sejam as lagoas e as lagunas. As primeiras são massas líquidas de água doce e as segundas são corpos d'água que têm comunicação periódica com o mar. Estes ecossistemas estão sofrendo vários atentados em todo o Brasil. Ora são reduzidos, total ou parcialmente, em sua superfície, por meio de drenagens e de aterros para ampliar a área destinada à agricultura, à pecuária ou à especulação imobiliária. Ora são vítimas de obras hidráulicas que violam o seu equilíbrio natural. Em outros casos, são transformados em depósitos de resíduos poluentes de toda espécie. Outros recebem espécies vegetais ou animais que alteram as suas peculiaridades. Outros ainda são despovoados de seus habitantes por uma pesca predatória. Por fim, há aqueles que têm a sua vida abreviada pela aceleração do processo de assoreamento e de eutrofização.

A Lagoa de Imboacica, no Município de Macaé, enfrenta alguns desses problemas. Estive lá recentemente, a convite do mutirão ecológico que se propõe defendê-la, e, num breve exame, foi-me possível fazer um diagnóstico do seu caso, ainda que superficial. O regime hídrico da lagoa depende das chuvas. Segundo informantes, o seu nível subiu consideravelmente com as chuvas de 1966, obrigando a elevação da estrada de rodagem contígua a uma de suas margens. Quando isto acontece, costuma-se abrir a barra que a separa do mar. É neste momento que o camarão entra para desenvolver-se em suas águas, propiciando uma expressiva atividade pesqueira.

Agora, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) está realizando uma obra para estabilizar o nível de suas águas. Trata-se de um extravasor: ao atingirem um determinado nível, as águas vertem para o mar por três fileiras de tubulões. Como o sistema é unidirecional, não existe a possibilidade de a água do mar fluir para a lagoa. Nem do movimento das ondas, das marés e das correntes marinhas taparem com areia a saída do escoadouro, de vez que os tubulões desembocam num ponto pedregoso do litoral macaense. Para que o camarão continue entrando na lagoa, é necessário vedar o extravasor para que o nível do sistema se eleve e permita a abertura da barra, agora com menos frequência do que antes. As explicações dadas pela SERLA, em parte convenceram, em parte não, os macaenses interessados na questão. Os técnicos do órgão disseram que a abertura da barra, várias vezes no ano, permitia não só a entrada do camarão, como também a sua evasão, o que prejudicava a pesca. No meu entender, a estabilização do

regime hídrico da lagoa não deixa de ser uma agressão. Impedir que uma lagoa ou laguna oscile entre o seu perímetro mínimo (estiagem) e o seu perímetro máximo (cheia) é como proibir um animal de dormir ou uma ave de botar ovo. Pelo menos, é perturbar o seu ciclo normal. Os macaenses com quem conversei sobre o assunto estão dispostos a pagar para ver se os resultados da obra serão benéficos ou se, ao menos, não acarretarão desequilíbrios acentuados. Se as coisas não correrem bem, eles estão determinados a se mobilizarem para defender a Imboacica.

Além disso, pude notar que a lagoa está sob pressão da especulação imobiliária para habitações de luxo. Visitamos dois aterros. Informaram-me que um foi embargado, mas o maior, ocupado por casas elegantes, foi aprovado pela SERLA. Outro problema que constatei é que a lagoa está sofrendo algum desequilíbrio ambiental, porquanto se verifica uma proliferação excessiva de plantas aquáticas num de seus setores. Este desequilíbrio aparentemente é natural porque ninguém anda semeando as tais plantas em suas águas, mas, com certeza, está sendo induzido, ainda que inconscientemente, pelo lançamento de esgoto.

Entendo que a providência prioritária a ser tomada pela SERLA é a demarcação de sua orla de acordo com critérios ecológicos. A demarcação deveria anteceder a construção do extravasor. Caso contrário, a estabilização de seu nível pode favorecer a especulação imobiliária. Não será de se estranhar se a SERLA disser que não dispõe de recursos para a demarcação. Afinal, estamos esperando há bastante tempo a demarcação da Lagoa Feia. Esta é uma luta a ser travada pelo mutirão ecológico de Macaé, que, para alegria nossa, se levanta em defesa do ambiente, como, de resto, vem acontecendo em todo o Brasil.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 25 de março de 1982.

UM DOSSIÊ NÃO TÃO SECRETO

Embora o Prefeito de Campos, o Deputado Federal Carlos Peçanha e, muito provavelmente, o Deputado Alair Ferreira tenham postulado a permanência de Acir Campos, à frente da 8ª Diretoria Regional do DNOS, e de Pedro Melo como Coordenador da SUDEPE, no Rio de Janeiro, a verdade é que eles, em princípio, sofreram uma derrota.

Graças a um “lobby”, do qual os ecologistas fizeram parte, foram nomeados José Carlos da Fonseca para a 8ª DR do DNOS e Léo Nascimento para a Coordenadoria Regional da SUDEPE. A pedido dos Deputados Freitas Nobre, José Frejat e José Eudes, os ecologistas de Campos prepararam um pequeno dossiê de Acir Campos e Pedro Melo, enviado aos Ministros da Agricultura, Pedro Simon, e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto.

Além disso, apoiamos o nome de Léo Nascimento por telegramas enviados ao Deputado Federal Márcio Macedo e ao Ministro Pedro Simon. Nossa participação na mudança de nomes e – oxalá – na mudança de orientação foi pequena, sabemos disso perfeitamente, mas não foi nula. Agora, que as coisas parecem estar definidas, publicamos o dossiê elaborado pelo CNFCN.

“O engenheiro Acir Campos, à frente da 8ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento desde fins dos anos 60, formou-se à sombra do autoritarismo e de tal forma se impregnou dele que soube exercê-lo implacavelmente por diversas vezes. Suas ligações com grandes empreiteiros, com grandes proprietários de terra e com grandes usineiros são notórias e conhecidas de todos.

¹⁶DNOS diz que não tem culpa pelo estado da Lagoa Feia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22/06/1978.

¹⁷Campos, Acir. *Parecer sobre as obras do DNOS na Baixada dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 22/07/76.

“Ele, melhor do que ninguém, representa os interesses desses grupos poderosos. Existem inúmeras evidências de que as obras realizadas pelo DNOS no Estado do Rio de Janeiro e especificamente no Norte Fluminense favorecem a incorporação ilícita de terras por proprietários rurais às custas do dessecamento de lagoas. Cerca de vinte delas desapareceram por obras de drenagem, sendo que as duas maiores – a Feia e a do Campelo – tiveram seus espelhos d’água substancialmente reduzidos também por essas obras.

“O engenheiro Acir Campos cansou de repetir, na imprensa e em oficinas de seu próprio punho, que ‘não hesitaria em poluir o Rio Paraíba do Sul se isto fosse necessário para aumentar a produtividade açucareira e alcooleira da região’. Disse também que ‘não se pode proteger uma pseudo-indústria pesqueira nem compará-la com a cana-de-açúcar, que traz divisas para o Estado e o País. Toda a importação nacional é compensada com quatro produtos: café, soja, cacau e açúcar. Não me consta que se exporte peixe da Lagoa Feia. Mesmo porque não há tanto peixe na lagoa quanto dizem os pescadores e desconheço que essa seja uma das fontes econômicas da região campista. O forte de Campos é a produção açucareira.’¹⁶

“Sobre o ambiente, ele declarou que ‘Toda região (Norte Fluminense) era um *desastre ecológico* (grifo no original), e biologicamente inaproveitável às práticas agrícolas e insalubre ao homem ou a qualquer vida animal. No ideal de sanear, vencer e corrigir as aberrações da natureza, a comissão (de saneamento da Baixada Fluminense) criou alma. É o ainda conhecido *Espírito da Baixada Fluminense*, que ainda hoje perdura. Aquele Caos Ecológico, aqueles pantanais insalubres, aquele desequilíbrio biológico foi recuperado, graças somente e tão somente às obras do DNOS.’¹⁷

“Por declarações como estas e por ações correspondentes a elas é que o engenheiro Acir Campos tornou-se o inimigo nº. 1 dos pescadores, dos ecologistas e de grandes parcelas da comunidade. Suas ligações com empresários e políticos inescrupulosos são inegáveis. O que mais surpreende é que seu nome tenha sido apontado pelo Deputado Federal Carlos Peçanha, do PMDB fluminense, indicado que foi pelo Prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, também do PMDB, que, ao que tudo indica, atendeu a pedido do Deputado Federal Alair Ferreira, do PDS, muito interessado em sua permanência.

“Quanto ao senhor Pedro Melo, sua atuação à frente da Coordenadoria Regional da SUDEPE também tem sido alvo de críticas de cidadãos honestos e íntegros. Assim como o engenheiro Acir Campos, ele está a serviço de interesses particulares, notadamente do Deputado Alair Ferreira, que representa uma das tendências políticas mais conservadoras e antipopulares do País. O senhor Pedro Melo é mestre em demagogia ecológica. Ele, juntamente com o engenheiro Acir Campos, realizaram o terminal pesqueiro de Barra do Furado, que beneficiou o Deputado Alair Ferreira como empresário e como político: foi a sua firma, a COBRÁULICA, que executou a obra, usando pedras de uma pedreira pertencente a seu filho. Se os critérios para a nomeação de pessoas para cargos de confiança da Nova República são os de competência e probidade, os nomes do engenheiro Acir Campos e do senhor Pedro Melo não podem figurar em nenhuma lista.”

Estado do Rio nº. 3. Campos (RJ): de 20 a 26 de julho de 1985.

A LAGOA DO CAMPELO

Na história da Lagoa do Campelo, podemos identificar três momentos. No primeiro, a lagoa não tinha sofrido tanta interferência de atividades humanas. Possuía uma superfície bem maior do que a atual, sendo alimentada pelas

águas da chuva, pelas lagoas circundantes e pelo Rio Paraíba do Sul através do Córrego da Cataia. Obedecendo aos ritmos da natureza, seu espelho d'água variava de acordo com as cheias e as estiagens. Tinha, portanto, um leito maior e um leito menor, sendo que essa oscilação favorecia, sobremaneira, o desenvolvimento da fauna e da atividade pesqueira.

No segundo momento, o DNOS executou obras de drenagem, extinguindo várias lagoas do complexo e alterando as comunicações da Lagoa do Campelo com o Rio Paraíba do Sul. O órgão construiu um dique-estrada na margem esquerda do rio e instalou três comportas automáticas na ligação do Córrego da Cataia com esse curso d'água, permitindo que as águas da lagoa defluam para o rio, na época da estiagem deste e não vertam para a lagoa na época da cheia. Com isto, a lagoa começou a só perder água e a estiolar. Emergem, então, conflitos entre pescadores, que arrancam as comportas, e proprietários de terra, que pressionam o DNOS para recolocação das mesmas.

No terceiro momento, pretendendo concluir seus planos para a Lagoa do Campelo, o DNOS retoma obras que preocupam os pescadores. A finalidade, nem sempre confessa, do DNOS é transformar a lagoa num estabilizador de águas para as cheias do Paraíba pela margem esquerda, desempenhando esse papel, pela margem direita, a Lagoa Feia. Para tanto, é necessário ligá-la ao Rio Paraíba do Sul pela tomada d'água e pelo Canal do Vigário. Esta tomada d'água situa-se num ponto do Paraíba em que a cota da superfície, na estiagem, está em torno de 5,20 m., transportando o excedente de água para a lagoa, que, na estiagem, tem a superfície situada na cota 3,20 m. Com essa interligação, a lagoa, que apresenta, atualmente, uma superfície de 8.796m², recuperará uma área de 3.799 m², passando a ter uma superfície de 12.595m². Para que as águas da lagoa não retomem toda a sua primitiva área, talvez mais, uma das empresas que se aproveitaram do recuo da linha d'água para se apropriar ilicitamente de terras do seu leito – a Usina São João – está construindo um dique em sua margem esquerda que servirá como limite entre o espelho d'água e a margem. A fim de obter terra para a ereção do dique, a Usina São João abriu uma vala, inicialmente por dentro do dique, mudando depois para o lado externo. Os pescadores temem que esta vala permita, por meio de infiltração, o escoamento das águas da lagoa. Concluindo o projeto, o DNOS pretende ligar a lagoa ao oceano, na altura da praia de Guaxindiba, pelo canal Engenheiro Antônio Resende. No entroncamento do canal com a lagoa, será erguido um vertedouro na cota de 4,60 m. Assim, a lâmina d'água passará da cota de 3,20 m para a cota de 4,60 m, ganhando 1,40 m.

O DNOS afirma que este conjunto de obras tem por finalidade restaurar a lagoa em benefício da economia pesqueira. No entanto, pelo que se pode depreender dos projetos do DNOS, tais obras têm, prioritariamente, os seguintes objetivos:

1- Escoar o excesso de água do Paraíba, pela margem esquerda, para a Lagoa do Campelo e desta para o mar.

2- Utilizar os Canais do Vigário e Engenheiro Antonio Resende, bem como a Lagoa do Campelo, para irrigação, visto que suas águas apresentam teores impróprios de cloreto para a lavoura. O sistema sofreria, assim, uma espécie de lavagem pelas águas do Paraíba para se tornar adequado à irrigação.

3- Utilizar o sistema Vigário-Campelo-Engenheiro Antonio Resende para abastecimento público de água, notadamente para os balneários do litoral norte do Município de São João da Barra, que utilizam água de má qualidade obtida de poços profundos.

Se o sistema funcionar a contento, o Córrego da Cataia será fechado, eliminando-se os conflitos entre pescadores e proprietários de terra. Os pescadores, contudo,

argumentam que os peixes não chegarão à lagoa pelo Canal do Vigário porque o peso da água será muito grande. Além do mais, ele será usado para despejo de efluentes da Usina São João.

Do ponto de vista ecológico, a principal preocupação é que a manutenção da cota de 4,60 m o ano inteiro impeça as variações de nível da lagoa, tão benéficas à fauna aquática. Tememos também que o Canal do Vigário carregue para a lagoa sedimentos e substâncias poluentes. Por outro lado, a lagoa será um ponto de passagem, havendo o risco de não reter a ictiofauna. É preciso, igualmente, demarcar a lagoa segundo critérios ecológicos.

Face ao exposto, propomos:

1- Garantia de que os Canais do Vigário e Engenheiro Antonio Resende serão concluídos simultaneamente.

2- Garantia de que o Córrego da Cataia só será fechado depois de comprovada a eficiência do sistema Vigário—Campelo—Engenheiro Antônio Resende.

3- Garantia de que a vala aberta pela Usina São João, para obtenção de terra para construção de um dique demarcando os limites entre suas terras e o leito da lagoa, não vai permitir o escoamento de toda água da lagoa para o mar por fora do vertedouro.

4- Garantia de que o vertedouro construído entre a Lagoa do Campelo e o Canal Engenheiro Antônio Resende não impeça a entrada de peixes provenientes do mar na Lagoa do Campelo. Para tanto, torna-se necessária a construção de uma escada para peixes.

5- Garantia de que o fluxo de água pelo Canal do Vigário permitirá a entrada de peixes na Lagoa do Campelo.

6- Garantia de que todo programa de peixamento da lagoa será precedido de estudos de impacto de meio ambiente.

7- Garantia de que a pesca predatória não será praticada no sistema lagunar.

8- Parecer técnico quanto ao impacto causado pela estabilização da lâmina d'água da lagoa na cota 4,60 m sobre o meio ambiente e a atividade pesqueira.

9- Garantia de que a Usina São João cesse todo despejo de efluentes no Canal do Vigário.

10- Parecer técnico quanto à demarcação da lagoa por um dique construído pela Usina São João e garantia de que a demarcação de sua orla e de sua faixa marginal de proteção será presidida por critérios ecológicos.

11- Supervisão geral das obras pela Comissão encarregada de acompanhar as obras promovidas pelo DNOS no Estado do Rio de Janeiro.

A Cidade. Campos (RJ): 23 de dezembro de 1985.

NOVOS RUMOS

Por dezessete anos, o engenheiro Acir Campos permaneceu à frente da 6ª Diretoria Regional do DNOS, hoje 8ª DR. Durante esse tempo, ele exerceu, de forma implacável, todo seu autoritarismo, toda sua prepotência, toda sua arrogância e pôde colocar em prática suas concepções reducionistas e caducas de ciência. Ao mesmo tempo, se fortaleceu, política e economicamente, com uma série de acordos que também favoreceram grupos poderosos. Eis por que os ecologistas de todo o Estado do Rio de Janeiro se uniram contra ele, a fim de afastá-lo da Diretoria. De maneira nenhuma, tratou-se de questão pessoal, como chegaram a pensar alguns, mas de princípios.

Antes mesmo de afastado o engenheiro Acir Campos, alguns indícios estavam a revelar mudanças significativas. Primeiramente, foi a transferência do DNOS do

Ministério do Interior para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, ministério este que os ecologistas se esforçam por manter e aperfeiçoar com a reforma ministerial que se aproxima. Sendo o DNOS um órgão que tem por finalidade transformar o meio ambiente, nada mais correto do que colocá-lo num ministério destinado a cuidar desta questão. Além do mais, ele está ao lado da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, companheira de quem deve ouvir os conselhos.

Em segundo lugar, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, preocupado com as orgias hidráulicas do engenheiro Acir Campos, criou uma comissão especial só para acompanhar toda e qualquer obra realizada em ecossistemas aquáticos do Estado do Rio de Janeiro. Esta comissão exerceu papel relevante na mudança que se operou no DNOS em nosso Estado.

Por sua vez, a nova Diretoria do DNOS também acena com sinais promissores. Em sua primeira visita oficial a Campos, o novo Diretor Regional, Dr. José Tostes, declarou sua disposição para o diálogo com políticos, pescadores e ecologistas. Diálogo, palavra mágica que há anos perseguimos infrutiferamente. A bem dizer, nosso desejo sempre foi dialogar com o DNOS, mas, com o engenheiro Acir Campos, esta prática civilizada era impossível.

Demonstrando que está disposta a levar a sério mudanças de atitude, a nova Diretoria Regional procura sensibilizar seus técnicos para questões relativas ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Constituída de técnicos jovens, a nova Diretoria percebe que seu saber dá conta de uma parcela da realidade apenas. O todo só pode ser compreendido recorrendo-se a técnicos de outras áreas do conhecimento. Parece que o tempo do “Dá-me uma draga e transformarei o mundo” já passou.

A primeira oportunidade de demonstrar que a nova atitude não se limita ao discurso surgiu recentemente, com a questão da Lagoa do Campelo. Ali, o DNOS retomou obras que sempre causaram desconfiança a pescadores e ecologistas. Como era de se esperar, os protestos ressurgiram. Nos antigos tempos, haveria dois desfechos previsíveis para as obras: ou elas seriam prosseguidas contra a vontade dos seus críticos ou seriam paralisadas pelos pescadores, como aconteceu por duas ou três vezes na Lagoa Feia ou por várias vezes na Lagoa do Campelo. Nos novos tempos, porém, a primeira providência da Diretoria foi dialogar com pescadores e ecologistas, dispondo-se também a ouvir a SERLA e a FEEMA. Alguns percalços têm surgido, mas é natural que isso aconteça. Afinal, estamos emergindo de um período obscuro e a normalidade democrática não se processa da noite para o dia.

O lamentável nisto tudo é a teimosia com que certas pessoas insistem em práticas já ultrapassadas. Refiro-me especificamente ao vereador Aldemir Gonçalves de Azevedo, que se proclama representante dos pescadores e, ao mesmo tempo, faz acordo com a Usina São João, permitindo que ela incorpore vastas extensões de terra pertencentes à Lagoa do Campelo. No dia em que os pescadores se organizarem, este tipo de representante, que só sobrevive graças à desorganização, estará condenado à morte.

A Cidade. Campos (RJ): 02 de janeiro de 1986.

UM PROJETO PARA A LAGOA DO VIGÁRIO

Com a brevidade que era de se esperar, a Superintendência Estadual de Rios e Lagos – SERLA atendeu, em 25 de novembro de 1989, ofício que enviamos em 11 de julho do mesmo ano, solicitando relatório elaborado em 3 de junho de

1988, de vistoria na Lagoa do Vigário. Como se vê, tudo muito rápido e desburocratizado, chegando o relatório num momento em que suas conclusões não correspondem mais exatamente à realidade.

De qualquer maneira, o diagnóstico do engenheiro Pedro José Colaço Carvalheira Junior endossa o que há anos vimos denunciando na Lagoa do Vigário. Como se sabe, este pequeno sistema lagunar, situado em Guarus, ligava-se ao Rio Paraíba do Sul por um canal natural que hoje não mais existe.

Atualmente, a lagoa é provida por água da chuva (que, para o governo de falsos especialistas, como o Delegado José Roberto Vieira e o Sr. José Carlos Barbosa, alimenta todos os corpos d'água conhecidos). Para facilitar o acesso de pessoas, o ex-Prefeito José Carlos Vieira Barbosa seccionou a lagoa por meio de um aterro que prolonga a antiga Avenida Salo Brand (hoje Tancredo Neves), criando, assim, duas lagoas que se comunicam por tubulões sob o aterro.

Nota-se uma ligeira inclinação da lagoa, havendo na sua parte mais baixa um brejo que está agora em vias de ser drenado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS para o Canal do Vigário, que liga o Rio Paraíba do Sul à Lagoa do Campelo. Desnecessário dizer que ocorreu com a Lagoa do Vigário o mesmo que com outras lagoas da região, mas vou repetir. Suas margens e seu leito foram de tal modo invadidos por aterros, casas populares ou de outro tipo, muros e cercas que, a esta altura, não há mais acesso público a sua orla. Esta ocupação desenfreada, por razões de ordem social ou por ganância, acarretou uma série de problemas, tais como acúmulo de lixo, despejo de águas servidas e de esgoto, poluição e eutrofização (concentração de substâncias nutrientes na água, provocando a proliferação de plantas aquáticas). Como não se bastasse, galerias de águas pluviais desembocam na lagoa, carreando mais resíduos.

O resultado já pode ser previsto. O sistema lagunar tornou-se um foco de insalubridade. A população ribeirinha de baixa renda é que paga um preço caro, pois convive com micro-organismos transmissores de doenças, com mosquitos e com ratos. Sem falar nos riscos de inundação na época das chuvas. Mesmo assim, o relatório confirma o que já havíamos constatado. Malgrado tudo, a lagoa ainda apresenta vida e uma boa lâmina d'água, que permite a navegação de pequenas embarcações.

Localizada no coração de uma área densamente povoada, a Lagoa do Vigário bem que poderia ser transformada numa excelente opção de lazer popular. Para tanto, julgo necessárias as seguintes medidas por parte da atual administração municipal e da SERLA:

- 1- Exame minudente do cadastramento que a Prefeitura e a CEHAB parecem ter feito dos ocupantes de suas margens;

- 2- Retirada progressiva de todos eles segundo um critério de natureza social: para os pobres, o reassentamento em local próximo, em condições similares ou melhores; para os ricos, a lei;

- 3- Demarcação da orla e da faixa marginal de proteção da lagoa, de forma a permitir o acesso público; espantosamente, a melhor solução para alcançar este objetivo talvez seja a apresentada pelo Sr. José Carlos Vieira Barbosa, um dos invasores, que consiste em circular a lagoa com uma avenida; aliás, ele declarou ao funcionário da SERLA existir na Prefeitura um projeto neste sentido;

- 4- Implantação de um sistema para impedir ou minorar o despejo de lixo e de esgoto em suas águas;

- 5- Recuperação do ecossistema, transformando-o em local popular de lazer, para passeios de pedalinho e caiaque, para piqueniques, pesca amadorística e de subsistência

etc.; e

6- Exigência de estudos pelo DNOS a fim de se saber quais os impactos ambientais causados pela abertura do canal do Vigário.

Sem dúvida, são medidas que exigem recursos e decisão política. Mas o povo de Campos merece. Ou não merece?

Folha da Manhã. Campos (RJ): 12 de fevereiro de 1989.

¹⁸ Construção da Pousada para segundo supervisor. *Folha da Manhã. Campos (RJ): 03//04/1991.*

UM PASSARINHO ME CONTOU

Uma das vantagens de ser ecologista é poder comunicar-se com os animais. Há coisa de quinze dias, uma preguiça de coleira me ligou do Rio de Janeiro e, na sua voz pachorrenta, me disse que, durante uma entrevista concedida pelo prefeito de Campos, Anthony Garotinho, à Rádio Jornal do Brasil, um ouvinte, por telefone, perguntou-lhe, no ar, sobre o hotel particular construído irregularmente em área pública do Estado e do Município, às margens da Lagoa de Cima. Com sua proverbial agilidade mental, o prefeito teria explicado que a responsabilidade não cabia à Prefeitura. Bem ao contrário, foi a Prefeitura que embargou a obra. Passados alguns dias, o prefeito foi visto em Lagoa de Cima acompanhado de um dos “donos” do hotel, por um jacaré de papo amarelo, que imediatamente me contou o que ocorreu. Segundo suas palavras, o prefeito prometeu regularizar a situação do hotel, aproveitando-se da circunstância de pertencer ao partido do governador do Estado.

Confio nos meus informantes, que são atentos e ainda não adquiriram o pecado humano da mentira. Por isso, lamento voltar a público para repetir certos esclarecimentos. Antes de mais nada, o § 1º do Art. 245 da Lei Orgânica do Município estabelece que “É dever inadiável da Prefeitura embargar todo e qualquer projeto, obra ou atividade que, instalando-se ou operando clandestinamente, cause, direta ou indiretamente, potencial ou efetivamente, danos ao meio ambiente e contrarie a legislação em vigor, ainda que conte com a aprovação e a autorização dos órgãos governamentais competentes”. É impossível acreditar que o hotel construído por Gilson Alves de Souza e esposa, em área pública, na Lagoa de Cima, chegasse quase ao final das obras sem que nenhum fiscal da Prefeitura o percebesse.

Em segundo lugar, o Balneário Lagoa de Cima, onde ilegalmente foi construído o hotel, pertencia à FLUMITUR, que, com a Prefeitura, firmou acordo. Assim, a área ficou sob responsabilidade da Prefeitura de 19/01/1988 a 08/01/1991, mediante instrumento particular de comodato que, na cláusula 5ª, determina: “A Comodante (FLUMITUR) não responde por quaisquer danos ou prejuízos eventualmente ocasionados a terceiros.” Na cláusula 6ª, fica estabelecido que “A Comodatária (Prefeitura) se obriga a conservar o imóvel como se de sua propriedade fosse, não podendo usá-lo para outro fim diverso da sua destinação atual.” A construção do hotel mostra que a Prefeitura não respeitou o contrato de comodato.

Por outro lado, sabe-se que o convite para a construção do hotel partiu da Prefeitura, num seminário sobre turismo realizado no Rio de Janeiro. Uma das responsáveis pela obra, Ana de Souza, confirmou que o prefeito a convidou para instalar o hotel no Balneário, desde que se aproveitasse a mão-de-obra e o comércio de material de construção locais. Para arrematar, o procurador do casal Alves de Souza declarou que o projeto do hotel foi aprovado pela Secretaria de Obras e Urbanismo. Várias pessoas residentes nas imediações do Balneário testemunharam que o prefeito e assessores visitaram a área após o início das

obras.

Mas não é só. Em 23/10/1990, o prefeito, por meio do ofício nº. 67/90-SG, propôs a desapropriação amigável da área. A FLUMITUR Empreendimentos Turísticos aceitou a proposta e, é interessante notar que, logo a seguir, entre 5 e 7 de novembro, iniciou-se a construção do hotel. Em 28/12/1990, o prefeito, pelo Decreto nº. 90, desapropriou a área em caráter de urgência para fins de utilidade pública, sendo que a FLUMITUR transferiu o Balneário à Prefeitura em caráter amigável no dia 08/01/1991, mediante escritura lavrada no Cartório do 13º Ofício, livro 108, fls. 106. Em suma, a Prefeitura está mergulhada até o pescoço neste caso. Ela não só sabia da existência da obra desde o seu início, como criou todas as condições para favorecê-la.

Causa surpresa que a SERLA e a FEEMA não tenham tomado conhecimento da referida obra, de modo a embargá-la antes do seu começo. Aliás, é preciso lembrar, mais uma vez, que nossas lagoas estão entregues a toda sorte de agressores. O ex-prefeito José Carlos Vieira Barbosa mantém um trecho da Lagoa do Vigário sob seu controle, sem que o Governo do Estado e do Município tomem qualquer providência. Agora, o atual prefeito, que prometeu moralizar a administração municipal, comete ilícito semelhante.

Por informações da SERLA e da FEEMA, soube que se decidiu pela demolição do hotel, que já tarda muito. No meu entender, o prefeito e assessores envolvidos deveriam arcar com todos os custos de demolição, remoção de entulhos e indenização com dinheiro de seus próprios bolsos. Meus informantes estão a postos. Qualquer manobra com vistas a manter o hotel ou qualquer uso de dinheiro público para demolição e indenização vai nos levar a mover ação civil pública contra pessoas físicas envolvidas.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 17 de setembro de 1991.

CHEGOU AO MEU CONHECIMENTO

Desta vez não foi nenhum bicho que me contou. Foi uma pessoa que preferiu manter-se incógnita, por meio de conversa telefônica. Falando do Rio de Janeiro, ela descreveu-me quadros com tamanha riqueza de detalhes e de tal forma referendando a realidade, que não pude levantar suspeitas sobre as informações fornecidas. Foi assim que cheguei ao meio conhecimento que:

Um parente da deputada estadual Alice Tamborindéguy, supostamente proprietária de um terreno contíguo ao sistema lagunar do Farol de São Tomé, decidiu transformá-lo num loteamento.

O projeto de loteamento foi traçado pelo arquiteto Marcelo Peixoto, da Prefeitura de Campos, ao arripio da legislação ambiental federal, estadual e municipal em vigor, sobretudo no que concerne a rios e lagoas. Aliás, esta é, ao que eu saiba, a terceira vez em que o arquiteto tenta agredir o meio ambiente. Foi da sua autoria um projeto de ocupação às margens da Lagoa de Cima e um outro para urbanização do Pontal de Atafona. Nenhum dos dois vingou, graças a Deus.

Além disso, a secretaria de obras da Prefeitura de Campos deu sinal verde para a instalação do loteamento, ao que parece não de forma oficial, como manda o figurino, mas verbalmente, como tudo indica ter acontecido na pousada construída no Balneário Lagoa de Cima. Resumindo, em mais outro caso irregular, a Prefeitura está envolvida até a medula.

Tão logo tomaram conhecimento do caso, os ecologistas acorremos ao local e constatamos as irregularidades. Imediatamente elas foram denunciadas à SERLA, que

embargou o projeto.

Nosso informante, no Rio, revelou-nos que a deputada Alice Tamborindeguy usou do seu poder de pressão sobre o presidente da SERLA, Weber Figueiredo, para suspender o embargo, ela que, em entrevista à imprensa, proclama-se empenhada em lutar para moralizar o serviço público.

Uma excelente equipe de técnicos da SERLA que participou do Encontro de Meio Ambiente na Região Norte Fluminense, entre 23 e 25 de setembro último, esteve no local e, estaretecida com as irregularidades, confirmou o embargo.

Então, o representante dos interesses do parente da Deputada Alice Tamborindeguy manteve um encontro com o presidente da SERLA e este o instruiu por escrito a me procurar para que efetuassem Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e correspondente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Pelo menos, para que eu lhe indicasse uma empresa capacitada a realizar tais estudos, já que a SERLA, num prurido ético nada convincente, entendeu que a indicação de uma empresa de consultoria poderia parecer um caso de conluio. Ela não pode fornecer uma relação de empresas credenciadas a efetuarem EIA/RIMA, o que seria procedimento de rotina. Todavia, eu e os ecologistas podemos, sem que isto nos custe qualquer ônus.

Expliquei ao representante dos interesses do parente da Deputada Alice Tamborindeguy que nossa função era tão somente fiscalizar o fiscal e exigir dele a defesa do ambiente, quando muito apontar soluções técnicas. O detalhamento das soluções técnicas fica por conta do órgão. Por exemplo, lutamos há treze anos pela demarcação das lagoas, mas não nos compete formular tecnicamente a demarcação da orla e da faixa marginal de proteção dos nossos sistemas lagunares. Não contente com minha resposta, o presidente da SERLA, numa inequívoca demonstração de desconhecimento de suas prerrogativas, pediu que eu emitisse um parecer sobre o loteamento, a fim de que a equipe técnica do órgão pudesse examiná-lo. Em suma, o presidente da instituição não passa de um fraco e ficaria melhor com um tucano na gaiola do que com uma rosa na mão.

Diante de tanta indefinição, o representante dos interesses do parente da Deputada Alice Tamborindeguy, Sr. Laércio Martins, disse-me que iria recorrer ao prefeito de Campos. Quero apenas alertar que nossa posição com relação a este sistema lagunar também é intransigente, como preceitua a lei. Queremos que a SERLA proíba qualquer tipo de ocupação humana em sua faixa marginal de proteção, que deve ser definida. Queremos que a FEEMA proíba o lançamento de efluentes domiciliares e industriais em suas águas. Queremos que a Prefeitura proíba o lançamento de lixo em seus limites e que ela própria – a Prefeitura – cesse de usar o local como vazadouro de lixo. Enfim, queremos a restauração daquele ecossistema para que ele se torne um dos cartões de visita do Farol de São Tomé.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 15 de outubro de 1991.

SE FICAR O BICHO PEGA, SE CORRER...

Não resta dúvida de que o vereador Aldemir Gonçalves de Azevedo, o Ruço Peixeiro, há anos vem se servindo da questão ambiental para autopromoção e para auferir proveitos próprios. Será que todos se esqueceram de que outro grande invasor da Lagoa Feia, Dermeval Queiroz, presidente da COOPERLEITE, enredou o nosso bravo vereador num episódio de corrupção? Será que todos se esqueceram de que o barulhento vereador, pretensamente representando os pescadores da Lagoa do

Campelo, assinou um acordo com o extinto DNOS, assumindo a atribuição da SERLA de demarcá-la? Demarcação que, por sinal, favorecia os interesses da Usina São João? Por que agora as pessoas, inclusive os jornalistas, dizem que a máscara de Ruço Peixeiro demorou a cair? Que, sob a pele de cordeiro, escondia-se um lobo? Há muito tempo ele está desmoralizado. Em caso de dúvida, é só conversar com pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos e de Mundéus. Ou então consultar os arquivos implacáveis deste articulista.

Depois de muita insistência dos ecologistas, finalmente a SERLA “enxergou” os atentados praticados pelo vereador e outros à Lagoa Feia, que, em discursos, ele tanto defendeu. A agressão era tão flagrante que não havia como ignorá-la. Intimado a devolver o que ilícitamente ocupou, o vereador “ecologista”, como sempre faz quando quer ver os seus caprichos atendidos, correu para os braços da Deputada Estadual Alice Tamborindéguy, acompanhado do presidente do Sindicato Rural de Campos. Outro presidente (que esta história está recheada de presidentes), o da SERLA, sem dúvida, relaxou a penalidade imposta pelos funcionários sérios do órgão. O azar do Ruço é que os ecologistas verdadeiros denunciaram a ação entre amigos.

Não há como ocultar os fatos. Não é possível ignorar o flagrante. A bem da verdade, em 16 anos de existência, a SERLA nunca conseguiu impedir o mais simples atentado aos ecossistemas aquáticos do Estado do Rio de Janeiro. “Aliviar” a situação de Ruço Peixeiro seria desmoralizar-se mais ainda. A saída foi manter as sanções e dizer que os ecologistas estão pregando mentira. Por trás dessa atitude, porém, pode haver outra manobra: a SERLA finge que pune e o vereador finge que é castigado. Mas não há como fugir. A invasão foi perpetrada e nós ficaremos de plantão até que o dano seja reparado. Mas vou fazer uma pergunta de macaco à SERLA: e os outros? Concordo que o caso do vereador é mais grave, porquanto, além de legislador e defensor da lei, ele é, pasmem, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos. Os outros, todavia, e saibam que são legião, não podem ficar impunes. A SERLA não pode ser arbitrária, transformando nosso “bom” Ruço em vítima e Judas. Que ela se lembre, entre outros, do ex-prefeito Zezé Barbosa, que desafia os governos estadual e municipal com seu grilo na Lagoa do Vigário.

O argumento usado pelo vereador, que se julga muito esperto, de que não houve invasão porque não há demarcação invalida toda a sua luta de mentirinha em defesa das lagoas, inclusive no plano do discurso. É de se perguntar por que ele denunciou tanto os vereadores em suas três legislaturas. É claro que se torna necessária a demarcação oficial para estabelecer os limites entre lagoa e terra. É claro que os invasores têm consciência de que estão se apossando do patrimônio público. É claro que os agressores das lagoas confiam no seu poder econômico, nas suas influências políticas e, sobretudo, na sua impunidade.

Agora, caberia uma pergunta dirigida aos ecologistas: se não é necessária a demarcação das lagoas para definir o seu espelho d'água, por que os ecologistas do Norte Fluminense lutam por ela há 14 anos? Resposta: para que nenhuma pessoa inescrupulosa, como o vereador Ruço Peixeiro, por exemplo, valha-se do argumento de que não existe lagoa enquanto não se proceder à demarcação dela.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 22 de outubro de 1991.

LAGUNA DE IQUIPARI

Laguna é um corpo d'água separado do mar por uma barragem, recebendo água doce da chuva e eventualmente de rios, como também água salgada quando da abertura da barra ou da transgressão das marés. Informa-nos o cientista Elmo da Silva Amador que a Laguna de Iquipari – a exemplo das lagoas do Açú e de Gruçaí – originou-se de um braço do delta do Rio Paraíba do Sul, abandonado por ele no seu deslocamento rumo ao norte¹⁹.

Das três, a Laguna de Iquipari é, ainda, a menos agredida. A do Açú passa por um acelerado e desordenado processo de urbanização. A de Gruçaí teve a sua barra engolfada pelo balneário do mesmo nome e transformou-se em receptáculo de esgoto e de lixo. A de Iquipari, bem ou mal, ainda conta com vegetação nativa em suas margens, muito embora enfrente problemas graves a ameaçar a sua sanidade.

Curiosamente, assiste-se nela a um novo capítulo da luta travada entre atividades econômicas dominantes na região e ecossistemas lagunares. A cana, o gado e os núcleos urbanos sempre reclamaram espaço para sua expansão. A fronteira agropecuária, no Norte Fluminense, esbarrou com frequência nas lagoas e florestas. Para ampliá-la, foi necessário drenar e desmatar. Estas práticas intensificaram-se com o declínio da produtividade, em certa medida compensada com a ampliação horizontal da agricultura. A draga, a queimada, o trator e a motosserra passaram a ser as tecnologias de fronteira. Assim, inúmeras lagoas foram literalmente riscadas do mapa, enquanto outras tiveram seu espelho d'água drasticamente reduzido. Por outro lado, a cobertura vegetal nativa, que, outrora, correspondia a cerca de 90% das terras emersas do Norte Fluminense, está reduzida a parques 6%. Ambos os processos concorreram para jogar água doce ao mar e na atmosfera. Hoje, a água doce é recurso escasso numa região que depende fundamentalmente dela. Daí todo o discurso em torno da irrigação.

Decerto, esta história explica também o que está ocorrendo na Laguna de Iquipari. Via de regra, a pesca e a agropecuária têm se constituído em atividades antagônicas no Norte Fluminense. Os pescadores sempre lutaram pela manutenção das lagoas, vistas por eles como reservatórios pesqueiros. Os agricultores, pecuaristas e agroindustriais consideravam-nas estorvo à sua ambição por terras. No que se refere à Laguna de Iquipari, as posições mudaram. Os usineiros, no caso representados pela Usina Baixa Grande, estão defendendo com unhas e dentes a manutenção da laguna porque ela se transformou num manancial de água doce para irrigação. Os pescadores, por sua vez, desejam a abertura de sua barra para a entrada de organismos aquáticos.

É preciso esclarecer que as lagoas necessitam manter um diálogo periódico com o mar a bem de sua saúde. A fortificação da barragem de Iquipari e o seccionamento de seu leito num determinado ponto pela misteriosa e rica "Associação dos Amigos da Lagoa de Iquipari" impedem que tanto as águas do mar ingressem no sistema, quanto a água acumulada no seu interior ganhe força para romper o dique. A falta de comunicação laguna-mar, durante muito tempo, acaba favorecendo o acúmulo de matéria orgânica, seja arrastada pelas chuvas, seja lançada pelo ser humano. Advém, então, o fenômeno de eutrofização: a saturação de matéria orgânica e o calor solar provocam a proliferação de plantas aquáticas, no caso de Iquipari, de algas chamadas *lixo roseta*.

Não havia alternativa senão abrir a barra mecanicamente. O estranho nisso tudo é que a SERLA sempre foi criticada por consentir desmandos com relação às lagoas fluminenses. Quando, finalmente, ela decide agir em sua defesa, os meios de comunicação

¹⁹ Lagoas fluminenses: classificação com base na origem, idade e processos da evolução. *Anais do 1º Seminário sobre Conservação de Recursos Pesqueiros – Sudepe-RJ*. Rio de Janeiro, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – COREG-RJ, 1986.

social da mesma forma não lhe poupam críticas. Há interesses econômicos e políticos em jogo? Sempre há, quer no processo de agressão às lagoas, quer no que toca à sua proteção. O importante é que a SERLA imbua-se de um verdadeiro espírito público e dê continuidade à tarefa de defender os ecossistemas que lhe são afetos, doa a quem doer. Enfim, a SERLA precisa normalizar-se no dia a dia da vida fluminense. Se ela ocupar a sua verdadeira posição e granjear respeitabilidade, os interesses mesquinhos de qualquer natureza serão desmascarados. E os ecologistas autênticos não podem ficar fora desta luta.

Folha da Manhã, Campos (RJ): 5 de novembro de 1991.

ADMINISTRANDO A ÁGUA

Quase todas as primeiras civilizações nasceram junto a vales e rios e todas elas enfrentaram problemas de gerenciamento de recursos hídricos. Esses problemas suscitaram disputas belicosas que, de ordinário, culminaram com uma unificação política da civilização e com a imposição de um poder central cuja finalidade precípua era disciplinar o uso da água. Foi assim na Suméria e em Acad, com Lugalzagisi e Sargão; no Egito, com Narmer, e na China, com Shi Huang-ti. Bem cedo, as sociedades criadoras dessas civilizações compreenderam que a água é um recurso público e que deve ser controlada publicamente por uma autoridade supra-paroquial.

Dando um salto de cerca de seis mil anos, viemos parar no Norte Fluminense, onde a água é, ao mesmo tempo, um problema e uma solução. Os povos indígenas que habitavam a região moldaram-se adequadamente à sua ecofisionomia e conviveram em paz com a água, tanto em período de cheia quanto de estiagem. A água era, para eles, uma solução, pois representava fonte de alimento e abrigo. Não consta que, antes da chegada de colonos europeus por estas plagas, ocorressem endemias ou epidemias de cólera, tifo e malária.

Pelo olhar ocidental, no entanto, os rios, as lagoas, os brejos e as inundações foram antes um obstáculo a ser vencido que um aliado. Assim, desenvolveu-se, a partir do século XIX, a ideologia do saneamento e da drenagem. Várias comissões foram instituídas para secar a baixada, ocultando, sob a denominação de “saneamento”, o projeto de apropriar-se de terras alagáveis e alagadas para a ampliação da fronteira agropecuária.

Uma delas veio para ficar. Foi a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada em 1933. Em 1940, ela passou a ser chamada de Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que transformou o Norte Fluminense num verdadeiro feudo. As bacias do Rio Paraíba do Sul e da Lagoa Feia foram, permanentemente, interligadas por uma rede de canais que, ao todo, alcança 1.450 quilômetros. Com a colaboração de particulares, várias lagoas foram totalmente drenadas. O Rio Paraíba do Sul foi emparedado por diques. A malha de canais naturais que escoava as águas da Lagoa Feia para o mar foi substituída pelo Canal da Flecha, com uma bateria de comportas para regular o seu nível. Retilinizou-se o baixo curso dos Rios Ururai, Macabu e da Prata, o que acelerou a erosão e o assoreamento. Idealizou-se um sistema de transporte hídrico do Rio Paraíba do Sul para a Lagoa Feia e para a Lagoa do Campelo e destas para o mar, dando ao rio uma espécie de três desembocaduras. O projeto só não foi concluído devido à resistência dos pescadores.

Enquanto o DNOS exerceu o seu domínio no Norte Fluminense, a utilização da água foi mais ou menos disciplinada. É bem verdade que a favor da agroindústria sucroalcooleira e da pecuária. Após a sua extinção, instalou-se um verdadeiro caos. Foi como se o faraó, o patesi e o imperador tivessem sido depostos, retornando as civilizações

ao estágio de anarquia pré-imperial. Se o DNOS controlava a água a favor dos poderosos, agora os poderosos assumiram as rédeas individualmente. Assim é que, por conta própria, os proprietários vedam comportas e rasgam canais, afetando seus vizinhos e pescadores.

Por outro lado, o fantasma do falecido órgão continua nos assombrando. Recentemente, o último engenheiro residente do DNOS em Campos declarou que a dragagem do canal do Jenipapo não foi obra de particular, mas sim, da Secretaria Estadual de Agricultura em convênio com a Superintendência Nacional de Irrigação. O impressionante é que os tempos mudaram, mas as práticas não. Esta obra, pela Resolução CONAMA nº. 001/86, só poderia ser executada mediante estudos de impacto ambiental. Entretanto, ninguém dá a mínima importância às leis, nem mesmo o governo.

Com o fim oficial do DNOS, abre-se um espaço para o controle da situação pelo Estado. Entendemos que a SERLA deve ocupar o lugar que sempre lhe coube, ou seja, o de gerenciar os recursos hídricos para o bem comum. Compete a ela realizar ou exigir que se realize um amplo estudo relativo às alterações que as obras do DNOS produziram na região, com vistas às necessárias correções. Cabe a ela, também, controlar as comportas, providenciar a limpeza de canais e zelar pela integridade dos ecossistemas aquáticos. Do contrário, os fortes continuarão dominando.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 03 de dezembro de 1991.

UMA CONVERSA COM PESCADORES

Há alguns anos eu não ia a Ponta Grossa dos Fidalgos, certamente a maior comunidade pesqueira de água doce do Norte Fluminense. Agradou-me ser reconhecido por vários moradores da localidade, que não esqueceram o apoio que os ecologistas deram à luta dos pescadores, contra as obras realizadas pelo DNOS na Lagoa Feia e contra os proprietários que se apropriaram do seu leito, entre 1978 e 1980.

Em conversa descontraída, notei o grande conformismo que reina entre os pescadores. Quando se lhes pergunta se desejam, como há treze anos, a demolição dos diques construídos por fazendeiros poderosos, a fim de que a lagoa se espraie por uma superfície maior, respondem que esta medida, além de desnecessária, jamais ocorrerá por iniciativa governamental. Eles deixam transparecer, com muita nitidez, que a invasão da Lagoa Feia é um fato consumado, irreversível.

Embora os pescadores conhecidos confiem em mim, percebi um certo clima de temor entre eles. Comportam-se como se os “olhos e os ouvidos do rei” estivessem imiscuídos por toda parte. Em tom de quase sussurro, confirmaram que os maiores invasores da lagoa são Dermeval Queiroz, Scyla Martins, Antonio Oliveira, José Carlos Menezes, José Cajuca e Silvio Siqueira. Apesar de estarem completamente decepcionados com o vereador Aldemir Gonçalves de Azevedo, dizem que ele é peixe miúdo perto dos tubarões. Quanto ao vereador Hélio de Azevedo Gomes, contaram-me que se apoderou de terras na Lagoa do Jacaré e que, quando ele desafia a provarem que ampliou seus domínios, está se referindo ao terreno onde construiu sua residência.

Disseram-me que, ao lado dos maus proprietários, existem os bons. Entre eles, apontam Otávio e Aluísio Carneiro, que não construíram diques no leito da lagoa, só se utilizando dele como pasto na época da vazante, e os que possuem terra junto às margens da lagoa no município de Quissamã. “Como as margens do lado de lá são altas, não há necessidade de diques”, explicam.

Há divergências entre eles. Alguns sustentam que a marcha dos proprietários

sobre a lagoa cessou e que eles se limitam agora à reforma e à manutenção dos diques. Outros garantem que a invasão prossegue de forma mais discreta ou que, na primeira oportunidade, os ricos não hesitarão em retomá-la. Todos, porém, são intransigentes e irredutíveis quanto a um ponto: se alguém tentar remover o *Durinho da Valeta*, haverá um novo levante em sua defesa. “O durinho é a garantia de que não vão secar nossa lagoa”, resumem.

Do governo esperam pouco. Desejam apenas que a SERLA assegure o seu direito de acesso às margens da lagoa, retirando as cercas de arame farpado, que o dificultam. Pergunto por que não também os diques. A resposta vem imediata: “Professor, no dia em que a SERLA tirar os diques de Dermeval Queiroz e Scyla Martins, a gente passa a acreditar no governo.”

Conquanto extinto, disseram-me que a alma penada do DNOS continua rondando a lagoa, principalmente junto à bateria de comportas do Canal da Flecha. O conflito entre pescadores e proprietários rurais deixou de ser ostensivo, mas não desapareceu. É evidente o seu estado de latência. Haja vista a erupção ocorrida recentemente no Canal de Cacimbas, no sertão de São João da Barra. Volto a insistir que a SERLA tem um espaço a ser conquistado no contexto do Norte Fluminense.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 10 de dezembro de 1991.

DE VOLTA À LAGOA DE CIMA

Infelizmente, sou obrigado a recontar uma história lamentável. Ela se refere à participação direta da Prefeitura de Campos na destruição da Lagoa de Cima, por meio de um balneário que se localiza em suas margens. Esse balneário, originalmente pertencente ao Estado e administrado pela FLUMITUR Empreendimentos Turísticos S. A., ficou sob o controle do governo municipal, mediante regime de comodato, entre 19/1/88 e 8/1/91. Pela cláusula 5ª do acordo assinado entre Governo do Estado e Prefeitura, estabeleceu-se que “A Comodante (FLUMITUR) não responde por quaisquer danos ou prejuízos eventualmente ocasionados a terceiros.” A cláusula 6ª do mesmo documento deixa claro que “A Comodatária (Prefeitura) se obriga a conservar o imóvel como se de sua propriedade fosse, não podendo usá-lo para outro fim diverso da sua destinação atual”.

Desrespeitando o instrumento de comodato, a Assessoria de Turismo da Prefeitura convidou um casal de hoteleiros de Rondônia a instalar um empreendimento em Campos, dentro de uma visão bem estreita. Adivinhem qual foi a oferta que o prefeito fez ao casal? Exatamente: construir uma pousada no balneário Lagoa de Cima, que estava sob responsabilidade da Prefeitura, mas que não lhe pertencia. O negócio foi fechado. Enquanto isto, nosso dinâmico prefeito procurava legalizar o ilegal. Em 28/10/90, por meio do ofício nº. 67 S.G., ele propôs à FLUMITUR a desapropriação amigável da área. Antes mesmo que a transação se efetuasse, as obras já haviam começado a toque de caixa. Para completar, o balneário foi desapropriado em caráter de urgência para fins de utilidade pública, pelo Decreto nº. 90, de 28/12/1990.

A utilidade pública era a privatização da área. A urgência era a construção da pousada pelo casal de Rondônia, aliás praticamente pronta quando da publicação do decreto, invadindo, inclusive, a área de preservação permanente da lagoa. A transferência do imóvel foi finalmente efetuada no dia 08/01/1991, em escritura lavrada no Cartório do 13º Ofício, livro 108, fls. 6.

Notem que a SERLA e a FEEMA de nada sabiam até que a Vereadora Ivete Marins denunciou a falcatrua. O prefeito, então, declarou também que ignorava a existência da obra, numa revoltante demonstração de desfaçatez. Pois bem: a SERLA opinou pela demolição apenas da parte da obra que invadia a faixa marginal de proteção da Lagoa de Cima, enquanto que o parecer da FEEMA à Comissão Estadual de Controle Ambiental foi pela demolição total da pousada. Acabaram por seguir a posição da SERLA, demolindo a parte que entrava pela faixa marginal de proteção, onde deixaram o entulho.

Para esfriar os ânimos, a Prefeitura deu um tempo. Eis que, recentemente, o presidente do CNFCN, fazendo uma visita de inspeção à lagoa, encontrou, surpreso, a obra sendo novamente tocada a todo vapor. A responsável por ela, em tom agressivo, abriu o jogo. Disse que foi chamada pelo prefeito a retomar o empreendimento e que o secretário de obras do município tudo facilitou.

É impressionante a falta de caráter dessa turma toda. Por isso, eu acuso, sim, os proprietários que estão invadindo as margens e o leito da lagoa, principalmente no trecho da Lagoinha. Eu acuso os desmatadores do Imbé, que contribuem para o assoreamento da lagoa e para a turbidez de suas águas. Eu acuso os agricultores e pecuaristas, que, usando fertilizantes químicos, estão acelerando o processo de eutrofização daquele esplêndido ecossistema. Eu acuso, em menor grau, os pescadores que praticam pesca predatória. Eu acuso a prática de esportes danosos em seu espelho d'água, como é o caso do jet-ski. Eu acuso os órgãos do Estado pela sua omissão, inoperância e conivência. Mas, acima de tudo, eu acuso a Prefeitura, que, pelas Constituições da República e do Estado, bem como pela Lei Orgânica, devia zelar pela integridade da natureza no âmbito do município, e que demagogicamente mantém uma assessoria de meio ambiente como órgão de fachada, que dá aos pobres com uma das mãos e aos ricos, com a outra. Eu acuso o prefeito de irresponsável, ele que, na condição de deputado estadual, presidiu a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa. Eu acuso o secretário municipal de obras pela sua ação manipuladora e lesiva ao patrimônio público.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 11 de agosto de 1992.

EXPLICAÇÕES À CEDAE

Na questão das obras que a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) realiza para abastecer Travessão com água da Lagoa Limpa, tenho falado, até aqui, como representante do CNFCN, porque o Presidente da entidade não se encontra em Campos. Exerci a presidência da mais antiga organização não-governamental de meio ambiente do Norte Fluminense durante doze anos. Hoje, sou um dos seus diretores e estou autorizado a falar por ela, assim como qualquer associado, desde que em sintonia com os Estatutos da organização. Prova de que reina seriedade e democracia dentro dela. Se a imprensa usa fotos minhas em matérias que publico, deve ser por razões jornalísticas, não a meu pedido.

Diante das declarações caóticas, distorcidas e descomedidas do superintendente da CEDAE em Campos a meu respeito, em carta publicada neste jornal, não me resta alternativa senão falar em meu nome.

Em palavras que revelam nítido despreparo emocional para o cargo que ocupa, o superintendente tenta me atingir pessoalmente, mas não faz senão esmurrar o ar. Em momento nenhum das minhas declarações, proféri qualquer palavra que pudesse sequer insinuar algum tipo de ofensa aos pais do engenheiro Alberto José. Aliás, já é tempo de o

engenheiro abandonar este comportamento infantil de, em toda e qualquer ocasião, falar de papai e de mamãe, bem como de aludir à sua carreira na CEDAE.

Apelando para uma discursão interminável, o superintendente só desvia a discussão da questão central e contribui para despolitizá-la. Esta é uma atitude bem típica do populista. A questão em juízo é a seguinte: a CEDAE, antes de iniciar as obras de captação na Lagoa Limpa, deveria ter apresentado o projeto correspondente à FEEMA, à SERLA e à Prefeitura. De acordo com a legislação ambiental vigente, a FEEMA daria uma licença prévia à CEDAE (LP), enquanto a Comissão Estadual de Controle Ambiental decidiria sobre a necessidade de se efetuarem Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Meio Ambiente (EIA/RIMA). Se ambos fossem necessários, a CEDAE deveria contratar uma empresa especializada para realizá-los. Uma vez concluídos, eles seriam apreciados pela FEEMA e submetidos a uma audiência pública com representantes comunitários. Aprovado o projeto, a FEEMA daria uma licença para instalação das obras (LI). Concluídas de acordo com as exigências, a FEEMA expediria licença para operação (LO) e tudo estaria certo. É isto que está em discussão. Será que fui claro agora, senhor superintendente?

Como a CEDAE não tomou nenhuma dessas providências, o CNFCN apresentou denúncia ao Ministério Público, que moveu ação civil pública contra a CEDAE por julgar procedente a provocação. A Magistratura concedeu liminar embargando a obra porque a FEEMA enviou ofício ao M. P., juntado aos autos, dizendo que não foi consultada pela CEDAE. Ofício de mesmo teor da SERLA se encontra na mesa do Promotor de Justiça. Enquanto isto, o superintendente anuncia que, só agora, com as obras em estado avançado, enviou o projeto à SERLA e pretende enviá-lo para a Prefeitura. No entanto, em nenhum momento, mencionou o nome da FEEMA. Quero aqui, mais uma vez, reclamar a omissão deliberada destes órgãos, sobretudo da FEEMA, que não moveu uma palha sequer para deter o autoritarismo da CEDAE.

Em momento nenhum, eu disse que a CEDAE não se pronunciou a respeito da ação civil pública movida contra ela. Apenas estranhei que, intimada a contestar a ação, a Superintendência tenha representado a ré e, na hora de assinar a citação que acompanhava a liminar do Exmo. Sr. Juiz, o superintendente tenha “passado a bola” para o presidente da empresa.

Mais uma vez, quero deixar bem claro que o CNFCN é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, vivendo das anuidades pagas por seus sócios, que tem por finalidade fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental e fazer reivindicações. Não temos nenhuma obrigação de realizar obras nem de apontar soluções técnicas. Os técnicos da CEDAE são pagos com dinheiro público – e muito bem pagos – para isto. Apenas não podemos permitir que a CEDAE ou qualquer outro órgão governamental rasgue as leis.

Por fim, dispensio a sugestão piegas que o superintendente me fez de ler os Salmos. Ninguém é obrigado a ler a Bíblia, mas todo funcionário público é obrigado a conhecer a lei. Eis porque aconselho o superintendente a tomar conhecimento da legislação ambiental. Se eu a estudo é porque sou obrigado a dominá-la, a fim de tentar impedir que pessoas como V. S. (e as há em grande quantidade) a desrespeitem com tanta frequência.

Sabedores de que o presidente da CEDAE responde por ela em juízo, toda e qualquer discussão com o superintendente perde o sentido. Se quiser continuar falando sozinho, a palavra é toda de V. S.

A HERANÇA DO DNOS

Em 1984, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio da Resolução nº. 12, intimou o Departamento Nacional de Obras e Saneamento a pagar uma dívida: promover, no prazo de 360 dias, estudos sobre as consequências ambientais das obras em execução e dos seus projetos previstos para o Estado do Rio de Janeiro, unidade da Federação mais afetada pelo órgão. Criou-se, inclusive, uma comissão para acompanhar os estudos efetuados. A comissão nunca funcionou e o DNOS rolou a dívida, prática, por sinal, muito comum no Brasil.

Em 23 de janeiro de 1986, o CONAMA voltou a cobrar a dívida, concedendo ao DNOS uma prorrogação de 270 dias para pagá-la e determinando o fortalecimento da comissão de acompanhamento. Jacaré cumpriu a Resolução? Nem o DNOS. E tudo ficou por isto mesmo. Em março de 1989, logo no primeiro pacote de medidas do presidente cassado Fernando Collor, o DNOS foi extinto.

Quando uma pessoa morre deixando dívidas, seus familiares não são obrigados a saldá-las. No entanto, se o Governo extingue um órgão seu que causou danos, ele tem obrigação de designar um outro que responda pelos mesmos. O fim do DNOS criou um vazio que a Secretaria de Desenvolvimento Regional, por razões institucionais, não cobriu por inteiro. Abria-se, então, um ancho espaço à SERLA, que politicamente sempre foi um órgão fraco. Exatamente por isso, não soube, não quis ou não pôde alojar-se no lugar do finado órgão federal.

Ora, ruim com o DNOS, pior sem ele. Minhas pesquisas têm mostrado que as obras de saneamento (no sentido legítimo) efetuadas pelas instituições públicas e privadas, incluindo o DNOS, não foram de todo más, levando-se em conta a visão manipuladora da natureza que reinou soberana até os anos 60. No entanto, as obras beneficiando a agropecuária e a agroindústria foram desastrosas para o meio ambiente e para a pesca. Com todo o autoritarismo do DNOS, pelo menos havia uma instituição pública que se podia criticar e à qual era possível se apresentarem reivindicações ou acionar judicialmente. Seu fim ensejou um verdadeiro cenário de filmes de “western” na região.

Hoje, os proprietários rurais mais arrogantes julgam-se com direito de abrir e fechar canais e comportas, bem como de promover a desobstrução de canais. Quando chove mais forte, como em dezembro de 1992, ninguém sabe exatamente de quem é a competência de zelar pelas obras deixadas pelo DNOS. Todos querem fazer tudo e ninguém quer fazer nada. É como se várias pessoas gordas se encontrassem diante de uma porta que só permite a passagem de uma de cada vez. Ou nenhuma toma a iniciativa de passar ou todas querem passar ao mesmo tempo.

Os canais, as retificações de leitos fluviais, as comportas e os diques construídos pelo DNOS acarretaram grandes danos ambientais, mas estão aí. Mudaram radicalmente a ecofisionomia da baixada, de forma quiçá irreversível. É inadmissível, com a visão que temos hoje, agravar mais ainda este quadro. Se é necessário desobstruir os canais, necessário é também empreender esta operação de forma ecologicamente correta. É hora de alguém pagar a dívida legada pelo DNOS. A dragagem pura e simples dos canais pode provocar – e certamente provocará – desequilíbrios ambientais nas lagoas, notadamente liberação de gases, poluição físico-química, assoreamento e alterações do regime hídrico. A CECA e a FEEMA não podem assistir de braços cruzados a mais este atentado. Cabe a elas, apoiadas na Constituição do Estado, Art. 265, inciso I; na Lei Estadual nº. 1.130, de 12/02/87; no Decreto Estadual nº. 9.760, de 11/03/87; e na Resolução CONAMA nº. 005/88, exigir

²⁰LAMEGO, Alberto Ribeiro.
O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

estudos de impacto ambiental às instituições que vão proceder à dragagem, com o fim de corrigir, na medida do possível, os estragos deixados pelo DNOS e de prevenir outros.

Quanto à Assessoria do Meio Ambiente da Prefeitura, apesar de bem intencionada, é preciso ver se papai deixa ou se papai não deixa entrar nesta questão.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 09 de fevereiro de 1993.

UMA INSTITUIÇÃO MÍTICA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Nas duas últimas décadas do século XIX, a indústria açucareira da região norte da Província-Estado do Rio de Janeiro passou por um profundo processo de modernização. Os inúmeros pequenos engenhos artesanais foram substituídos pelos engenhos centrais e pelas usinas movidas a vapor. O aumento da capacidade produtiva das novas fábricas exigiu um correspondente aumento da produção de cana. Instalada numa imensa planície aluvial, a indústria açucareira esbarrou, nesse momento crucial de sua expansão, em constrangimentos impostos pela natureza.

Centenas de lagoas, de brejais e alagadiços; do banhado imenso à insignificante poça há depressões sem conta; pântanos que recebem lavoura na estiagem e que se afogam em tempos d'água; tremedais perenemente inacessíveis, baixadas atoladiças; charcos intermitentes chupados pelo sol e que se alagam de novo sob as chuvas; atoleiros barrando estradas; lamaçais engolindo o gado; o Paraíba transbordante e devastador, galgando as ribanceiras, espreado-se em torrentes de rumo incerto, ao sabor de caminhos d'água evanescidos num delta fossilizado; a malária, a ancilostomiase, as endemias latentes...

É com estas cores fortes que Alberto Ribeiro Lamego pinta a região²⁰. Aos olhos dos usineiros, o quadro afigurava-se como o verdadeiro caos, muito embora, pelo prisma da atividade pesqueira, ele se mostrasse altamente profícuo.

Entre 1883 e 1933, foram feitas várias tentativas de “dominar o ambiente hostil”. Comissões de saneamento criadas pelos governos imperial e republicano, sucessivamente, bem como pelo governo provincial e depois pelo estadual, ao lado de concessões efetuadas a particulares, empenharam-se para impor ao espaço uma “ordem” sintonizada aos interesses da agroindústria açucareira. A despeito dos avanços obtidos, parece que os “entraves” de origem natural continuaram a ser os principais fatores restritivos da produção agrícola e industrial.

Assim é que, em 1933, o Governo Federal, por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas, criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Sob a direção do engenheiro Hildebrando de Araujo Góes, ardoroso defensor da superioridade do “Homem” em relação à natureza e movido por um espírito triunfalista, a Comissão empreendeu um ciclópico trabalho de mapeamento da Baixada dos Goitacases e de identificação dos obstáculos naturais ao desenvolvimento da agroindústria açucareira. A experiência foi tão bem sucedida que, em 1940, o Estado Novo transformou a Comissão no Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, ampliando seu campo de ação para todo o território nacional. Animado por convicções nitidamente antropocêntricas e amparado por uma legislação que lhe conferia ampla autonomia, o DNOS quase chegou a atuar como uma força paralela dentro do Estado e, nesta condição,

realizou obras de infraestrutura só possíveis com recursos governamentais. O Governo João Goulart e a instituição do Programa Nacional do Álcool – Proálcool – consolidaram mais ainda o poder do órgão.

José Murilo de Carvalho salienta que, “embora heróis possam ser figuras totalmente mitológicas, nos tempos modernos são pessoas reais.”²¹ Acrescento que, nas sociedades tradicionais, as personalidades míticas assumem condição divina com aparência humana, numa clara operação de antropomorfização, ao passo que, nas sociedades modernas, realiza-se o procedimento inverso de divinizar o herói. Mais ainda: o processo de heroificação pode envolver tanto um indivíduo quanto uma instituição.

Ao aparentemente “domar” as forças naturais na região Norte Noroeste fluminense, o DNOS criou as condições necessárias para se transformar numa verdadeira instituição mítica. No entanto, este caráter não se explicitou nos momentos de “glória”. Aqui, duas observações de Raoul Girardet são pertinentes. A primeira delas mostra que os mitos políticos apresentam tempos fracos e tempos fortes, momentos de efervescência e períodos de remissão. A segunda sustenta que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade nos “períodos críticos”²². Ora, o tempo forte do mito DNOS corresponde ao período em que seu poder e seus métodos de ação não são constatados; antes merecem a exaltação de quase todos os segmentos da sociedade, produtores de cana e usineiros à frente. Seu tempo fraco coincide com duas crises: a da agroindústria sucroalcooleira na região Norte Fluminense e a do próprio DNOS enquanto instituição.

Com efeito, é a crítica formulada por cientistas, técnicos e ecologistas, ao lado dos levantes de pescadores afetados por obras de engenharia hidráulica, entre 1978 e 1980, que leva o DNOS a explicitar o seu caráter mítico, numa espécie de mecanismo de defesa. Ninguém expressa melhor esta condição do que o engenheiro Acir Campos. Como que convocando todos os técnicos do órgão e os beneficiários diretos de suas obras, assim como organizando elementos difusos, ele deixa bem claro que: 1) a Baixada dos Goitacases não passava de um caos ecológico, impróprio para qualquer atividade econômica e para qualquer forma de vida animal; 2) o DNOS atuou como entidade ordenadora do caos, funcionando, por assim dizer, como mito ao mesmo tempo fundador do cosmo, civilizador e mantenedor da ordem na região; e 3) toda a atuação do órgão foi sempre pautada pelas “leis imutáveis da ciência”²³.

Malgrado todo o otimismo de Acir Campos em outorgar ao DNOS um cunho mitológico, seus esforços foram parcialmente baldados. Algumas razões podem ser invocadas para explicar este relativo fracasso. Primeiramente, o órgão não contou com construtores competentes de mitos em número suficiente. Em segundo lugar, o mito do DNOS como entidade ordenadora do caos, civilizadora e mantenedora do cosmo não chegou a exercer o devido fascínio sobre todos os seus técnicos, numa época em que o sagrado, o mítico, cederam lugar ao profano, conforme o clássico estudo de Mircea Eliade²⁴. Aquilo que Acir Campos denominou de “Espírito da Baixada Fluminense” não apresentou o desejado poder de contágio, em parte por falta de senso corporativista entre os funcionários do órgão²⁵. Em terceiro lugar, a instituição não se preocupou em criar um serviço de relações públicas capaz de popularizar suas intenções junto aos beneficiários diretos de suas obras e à sociedade em geral. Não é sem razão que Gilson da Silva Moraes, um procurador do órgão, no ano de 1978, reclamava de os proprietários rurais e dos usineiros não terem empunhado, publicamente, a bandeira em defesa do DNOS, que tantos benefícios lhes proporcionou²⁶.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²² GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²³ CAMPOS, Acir. *Parecer sobre as obras do DNOS na Baixada dos Goitacazes*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 22/07/76.

²⁴ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

²⁵ CAMPOS, Acir. *Op. cit.*

²⁶ Pescadores são incitados à violência por terceiros. *Folha da Manhã*. Campos (RJ): 22-23/10/1978.

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*

²⁸ GIRARDET, Raoul. *Op. cit.*

Confiando nos órgãos de repressão do regime militar que então vigia, a agência governamental não se empenhou em ocupar os meios de comunicação social. No momento em que estes canais tornaram-se indispensáveis, faltou, mais uma vez, competência ao órgão. Não assim os ecologistas, que, fracos e desorganizados, valeram-se de todas as oportunidades oferecidas pelos meios de comunicação social para realizar uma implacável obra de corrosão do mito.

Referindo-se à república brasileira, José Murilo de Carvalho nota que “O mito da origem ficou inconcluso, como inconclusa ficara a república.”²⁷ Da mesma forma, o mito do DNOS ficou inconcluso, mas não se pode afirmar que tenha morrido, ainda que o órgão tenha sido extinto pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello e substituído pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, que não goza de qualquer mística. Uma que outra vez, defensores nostálgicos do “grande” Departamento Nacional de Obras e Saneamento ainda se manifestam publicamente, recordando seus feitos fabulosos. Aliás, analisando o mito salvador, Girardet salienta que, em relação a ele, há o tempo da espera e do apelo, o tempo da presença e o tempo da lembrança²⁸. O DNOS já viveu os dois primeiros. Agora vive o terceiro.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 11 de abril de 1993.

COMPORTAS E CANAIS

Embora exercida por profissionais experientes, a imprensa opinativa de Campos, com raríssimas exceções, tem revelado amadorismo primário com relação às questões ambientais. Ilustremos a assertiva examinando o problema dos canais e das comportas.

Primeiro argumento: “os ecologistas, no seu radicalismo, querem uma natureza intocada e posicionam-se contra o progresso e o desenvolvimento”. Os formadores de opinião colocam o problema em termos maniqueístas para facilitar a compreensão deles próprios e para melhor influenciar os leitores. Ou se está com o “progresso”, defendendo a limpeza dos canais a qualquer custo, ou contra ele. Os ecologistas entendem que o DNOS cometeu uma enxurrada de erros nas obras realizadas na região. Todavia, não pretendem o retorno a uma ordem pré-européia. A seu ver, os canais existem e devem ser desobstruídos, mas em conformidade com a legislação ambiental vigente, mais precisamente com a Resolução 05/88 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Indo mais longe, eles pleiteiam uma avaliação de todas as obras realizadas pelo DNOS, com fins corretivos, já que, até do ponto de vista convencional, elas apresentam incorreções, como demonstram os estudos do PROJIR.

Segundo argumento: “os ecologistas nunca se posicionaram contra a dragagem dos canais, só se manifestando agora porque fazem oposição sistemática ao prefeito de Campos”. Se fôssemos apontar as omissões dos meios de comunicação social, seria um rosário interminável. No entanto, cobram dos ecologistas postura face a problemas que ocorreram numa época em que não havia ainda uma consciência ecológica ou então que eles estejam a par de tudo o que acontece no Norte Noroeste fluminense. Em se tratando dos canais, cumpre lembrar que condenamos severamente a limpeza deles com o herbicida Tordon 101, desde 1978, já no primeiro ano de existência do CNFCN. Nossas críticas à desobstrução, por meios mecânicos de forma indevida, foram tão intensas que o empresário Francisco Pinto chegou a construir uma ceifadeira flutuante para cortar a vegetação e lançá-la nas margens dos canais. O engenho fracassou. Em 1988, quando a

Agência Regional da FEEMA ainda era confiável, hipotecamos todo apoio ao Agente René Justen, que embargou a limpeza do canal da Flecha pelo DNOS em convênio com a UDR. Não temos nos omitido. É que a medida legal para embasar o pedido de embargo que fizemos à SERLA e à FEEMA só foi criada em 1988.

Terceiro argumento: “os ecologistas jamais buscam o diálogo, tentando resolver tudo pelas vias judiciais”. O prefeito Sérgio Mendes, que também é comunicador, diz que somos ecochatos, que vivemos espreitando erros da sua administração para recorrer ao Ministério Público, em vez de buscar o diálogo com a Prefeitura. Ora, diariamente nós abrimos os jornais para saber qual a tolice cometida pela equipe do prefeito no dia anterior. Ele desprestigia sua própria Assessoria de Meio Ambiente e ainda reclama de nós falta de diálogo. Se a sua Assessoria não basta, prefeito, estamos à sua disposição. É o senhor que não quer o diálogo e nós não temos bola de cristal para saber qual será o seu próximo ato intempestivo, de modo a alertá-lo.

Quarto argumento: “a SERLA não pode atuar em ecossistemas aquáticos não demarcados por ela, conforme preceitua o Sistema Estadual de Proteção a Rios e Lagos (SIPROL), portanto não poderia embargar a redragagem do Canal de Coqueiros”. Quem passou esta informação à imprensa ignora que à SERLA cabe fazer cumprir também o Código Federal de Águas, de 1934, que considera demarcados os corpos d’água pelo só efeito da Lei. Que se critique a SERLA pelo seu comprometimento com forças poderosas e pela sua ineficiência, não por suas frágeis tentativas de cumprir a legislação.

Nesta discussão, só se salvaram o editorial “Política saudável”, publicado no *Monitor Campista* de 20 de abril, e a nota “Reflexão”, de Giannino Sossai, sugerindo a criação de frentes de trabalho para a limpeza dos canais, proposta que defendemos há muitos anos, desde que precedida de normas técnicas.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 26 de abril de 1994.

AS LAGOAS DE GUARUS

As terras que os colonos de origem europeia iriam denominar de Santo Antônio de Guarulhos, hoje somente Guarus, ficam na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em terreno de tabuleiro, e são mais altas que as terras da margem direita. Enquanto que as águas do Paraíba do Sul escoam mais facilmente pela margem direita, em direção à Lagoa Feia, em Guarus, o problema de drenagem sempre foi mais difícil.

Nos domínios deste povoado que viu nascer José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, seu mais famoso filho, há uma diversidade fantástica de lagoas. Entre o Rio Muriaé e o Córrego da Cataia, encontramos lagoas cuja origem se deve ao barramento natural de antigos rios que desciam do tabuleiro ou da região elevada de Morro do Coco, em direção ao Muriaé. É o caso das Lagoas da Onça, Limpa e das Pedras. A da Onça, uma das mais belas e piscosas do Norte Fluminense, foi totalmente drenada pelo Canal da Onça. A Limpa é talvez a mais bonita lagoa do Estado do Rio de Janeiro, com sua orla ainda cercada por vegetação nativa. Mesmo assim, encontra-se ameaçada pela pesca predatória, pelo bloqueio do canal que a liga ao Muriaé e pelo sistema de captação que se pretende instalar nela para abastecer Travessão. A das Pedras já foi bastante adulterada pela agropecuária e pela agroindústria.

No coração de Guarus, agonizam duas lagoas outrora formadas pelo transbordamento do rio Paraíba. Trata-se das Lagoas do Vigário e do Taquaruçu. A primeira poderia constituir-se numa excelente opção de lazer para a população de baixa

* Publicado em 25 de outubro de 1994. O autor publicou outro artigo com o mesmo título em agosto de 1979.

renda. Inclusive, os jornais campistas consideravam-na uma espécie de Lagoa Rodrigo de Freitas em Campos, já que ela apresentava condições excelentes para a prática do remo, na década de 30. A partir dos anos 60, ela foi seccionada, invadida e favelizada, transformando-se num verdadeiro esgoto. A do Taquaruçu ainda é ornada por uma florestinha, conhecida por Mata de Angra, mas já começa a sofrer também a pressão da expansão urbana.

Mais para o interior, sem considerar com rigor os limites distritais, encontram-se as Lagoas do Brejo Grande, de Porto dos Bondes, do Bonde, do Gregório, de Santa Maria e da Saudade, todas elas rios que desciam em direção ao mar e que foram barrados pela restinga. Todas elas também definham dia a dia, abandonadas pelo poder público e agredidas pela ganância. Apesar de tudo, ainda se pode salvá-las.

Folha de Santo Antônio. Campos (RJ): julho/setembro de 1994.

AS LAGOAS DO NORTE FLUMINENSE*

O estado do Brasil que mais conta com lagoas costeiras é o do Rio Grande do Sul. O segundo é o do Rio de Janeiro. No levantamento precário efetuado pela SERLA, há cerca de cem lagoas no território fluminense. Delas, no mínimo 50 encontram-se nos municípios de Macaé, Quissamã, Campos e São João da Barra. Também quanto à formação geológica e à diversidade, o norte do Estado ainda é o mais expressivo. Lagoas derivadas do barramento de rios que desembocavam no mar, como as da Saudade, Santa Maria, do Brejo Grande e dos Bondes. Lagoas oriundas de afluentes dos Rios Paraíba e Muriaé que acabaram barrados pelos transbordamentos periódicos destes, como a Limpa e das Pedras. Lagoas originadas pelo transbordamento dos rios, como as do Vigário e do Taquaruçu. Lagoas formadas por espigões de restinga, como a Feia e a do Campelo. Lagoas antiquíssimas, como a de Cima. Antigos braços abandonados do Rio Paraíba do Sul, como as lagoas de Gruçaí, de Iquipari e do Açú. Lagoas formadas pelo avanço e recuo do mar, aprisionadas em cordões de restinga, como o colar de lagunas no litoral de Quissamã. Rios que conseguiram romper os cordões de restinga, mas que foram barrados pelo mar, como as de Carapebus e Paulista. Lagoas para todos os gostos. E havia mais, muito mais. Lagoas enormes, belas e ricas em biodiversidade que foram inteiramente riscadas do mapa por ação das inúmeras comissões de saneamento da baixada ou por iniciativa de particulares.

Restaram-nos muito poucas e delas, não podemos mais abrir mão. Elas desempenham um importante papel no equilíbrio ecológico da região e, com certeza, as secas que as afligem atualmente resultam em grande parte da drenagem excessiva que lhes foi imposta. Os colonos de origem europeia que se instalaram na terra dos goitacás e seus descendentes sempre viram as lagoas como inimigas e trataram de eliminá-las ou reduzi-las para expandirem suas lavouras e seus pastos. Se havia água demais, hoje há água de menos.

Assim comprimidos contra a parede, não é mais possível recuar. Não podemos mais consentir no sacrifício de uma lagoa sequer, por menor que ela seja. Da Feia à Molha Barriga, todas elas devem ser protegidas e, sempre que possível, recuperadas no seu equilíbrio e saúde. Para tanto, é indispensável a sua demarcação, em cumprimento ao que determina o Art. 27, inciso III, do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* da Carta Magna do Estado, solenemente ignorado pelo Governo. Além de demarcadas, todas as lagoas remanescentes deveriam merecer estudos sistemáticos, a exemplo do que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de uma equipe altamente qualificada,

sob direção do renomado limnólogo Francisco de Assis Esteves, vem realizando nas lagoas de Imboacica, Comprida, Cabiúnas e Carapebus. A UFRJ, associada à Universidade Estadual do Norte Fluminense e possivelmente à Universidade Federal Fluminense, com o patrocínio da Petrobras, poderiam dirigir seu olhar agora para as demais lagoas da região.

Com base nestes estudos, seria possível detalhar mais ainda as formas de defesa, transformando as lagoas em unidades de proteção, seja na figura de Área de Proteção Ambiental, seja na de Área de Relevante Interesse Ecológico, seja na de Parque, seja na de Estação Ecológica, seja inclusive na de Reserva Biológica. Estudá-las somente para depois abandoná-las aos predadores seria um crime maior do que a sua destruição sem estudo.

Para não haver colisão nas políticas de proteção ambiental, o programa aqui proposto para as lagoas deve levar em conta o zoneamento estabelecido pelo *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro* e pela *Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*, já aprovado pela Unesco. Por fim, tanto o governo nos seus diversos níveis quanto a sociedade civil deveriam propor a inclusão de todas as lagoas na *Convenção de Ramsar*, que se destina à proteção de áreas úmidas. Será que tudo isto não passa de um sonho inatingível? Se bem que ambiciosa, julgo que ainda vale a pena lutar pela viabilização desta proposta. De há muito passamos da hora de aprender a conviver com rios, lagoas e florestas.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 25 de outubro de 1994.

CANAL CAMPOS-MACAÉ

Os historiadores parecem concordar que a mais famosa obra pública de todos os tempos na ecorregião Norte Fluminense é o Canal Campos-Macaé. Discute-se muito a respeito do seu primeiro idealizador, mas quem deu organicidade ao projeto, até então muito difuso, foi José Carneiro da Silva, ao publicar, em 1836, a *Memória sobre a Abertura de um Novo Canal*. Pelo Decreto nº. 85, de 19/10/1837, o Presidente da Província era autorizado pela Assembleia Provincial a providenciar estudos para a construção de um canal partindo de Campos, passando por Macaé e terminando nas imediações de Niterói. Em 11/05/1844, pela Lei nº. 333, é aberto um crédito extraordinário de 432 contos para ligar Campos a Macaé por um canal, que começou a ser construído no ano seguinte.

Hildebrando de Araujo Góes conta, no seu relatório da *Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*, de 1934, que faltou ao canal uma concepção única, pois ele foi construído por várias empreiteiras ao mesmo tempo²⁹. Sua abertura drenou totalmente as lagoas do Osório, do Coelho, do Pessanha, Sítio Velho, da Travagem, Cuga, do Paulo, do Morcego e Suja. Passando por Campos nos fins dos anos 60 do século passado, Charles Ribeyrolles registra o dessecação de mais lagoas ainda no seu *Brasil Pitoresco*.³⁰ Quanto às grandes e ricas lagoas da Piabanha, do Jesus, Paulista, de Carapebus e de Jurubatiba, Hildebrando de Araujo Góes explica que elas foram rebaixadas, mas continuaram existindo³¹.

Quando o canal ficou pronto, seu objetivo de via navegável entre Campos e Macaé perdera o sentido, em face da ligação entre estas duas cidades por uma estrada de ferro. Diz Alberto Frederico de Moraes Lamego, em *A Terra Goytacá*, que as obras do canal consumiram dois mil contos, não se computando as despesas de mão de obra, já que elas foram executadas à custa do trabalho escravo. Desde sua origem até o presente momento, o canal sempre foi problemático. Se a sua conservação já deixava a desejar no pouco tempo em que serviu à navegação, atualmente então nem se fala. Seu abandono salta aos olhos,

²⁹ GÓES, Hildebrando de Araujo. *Saneamento da Baixada Fluminense*. S/l: s/e, 1934.

³⁰ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*, 2º vol. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

³¹ *Op. cit.*

³² O título original do documento é "Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentileza e com os piratas nesta costa". Foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

³³ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: 1785, ms. original.

mesmo após ter sido transformado unicamente num canal de drenagem pelo DNOS.

Pelas concepções atuais de natureza, ele jamais seria construído. No entanto, na visão fomentadora do século XIX, ele representava um signo de desenvolvimento. Em nome da história e em respeito à natureza que ele sacrificou, tanto quanto ao braço escravo que consumiu, não tem cabimento a sua cobertura no trecho urbano de Campos. Levanto ainda uma razão de ordem sanitária: gostaria de ouvir as instituições médicas sobre a conveniência de cobrir o canal. Bem sei que ele mostra um aspecto repugnante no trecho descoberto, com lançamentos de esgoto feitos até pela CEDAE. Contudo, sei também que seu aspecto no trecho coberto deve ser ainda pior e que sua tapagem serve apenas para esconder a sujeira, não para removê-la. Gostaria também que arquitetos e urbanistas sérios opinassem acerca da intenção da Prefeitura em cobrir o canal para criar, na cidade, espaço para lojas, quiosques, estacionamento e outros tipos de estabelecimento, tão ao gosto da atual administração municipal.

Enfim, estou invocando o Art. 6º do Código de Obras, que não foi revogado pela malfadada lei que instituiu o novo Plano Diretor. O teor do artigo é o seguinte: "Toda e qualquer obra de demolição, construção, reparos, pinturas, restaurações, afixação de anúncios, cartazes e letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóveis não tombados, ou em seu entorno, que suscite debate público, só será realizada com a aprovação do COMURB. § 1º- Se a manifestação pública a que se refere o artigo ocorrer após a autorização da Prefeitura, as obras deverão ser imediatamente suspensas até o competente pronunciamento do COMURB, que se reunirá em caráter de urgência para a apreciação da matéria." A Prefeitura pretende construir uma cobertura sobre o canal Campos-Macaé, bem imóvel não tombado. Com este artigo, pretendo iniciar um debate público. Como não mais existe o COMURB para apreciar a questão, deve ela ser remetida ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Deixo a palavra com médicos, arquitetos, urbanistas, paisagistas e quem mais queira fazer uso dela.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 18 de janeiro de 1995.

A HORA E A VEZ DAS LAGOAS

Dentre as regiões do Estado do Rio de Janeiro, a dos Lagos não fica no norte, e sim no centro-sudeste fluminense. Todavia, se fosse possível retornar duzentos anos no tempo, a Região dos Lagos seria aqui. A ser autêntico o Roteiro dos Sete Capitães, datado de 1651, causa espanto a quantidade de água existente na planície fluviomarina e no tabuleiro armazenada em lagoas³². Esta abundância de reservatórios nativos de água também impressionou vivamente o capitão topógrafo de infantaria, Manoel Martins do Couto Reis, no documento mais detalhado sobre a ecorregião Norte Fluminense escrito até o século XVIII³³. Era lagoa que não acabava mais: a da Onça, a do Osório, a do Curtume, a de Saquarema, a de Colomins, a de Bananeiras, a do Jesus, a da Ostra, a do Paulo, a do Morcego, a de Cacumanga e tantas outras. Isto sem falar nas grandes lagoas que sobreviveram, como a Feia, a de Cima e a do Campelo.

A partir do século XIX, a abertura dos canais Campos-Macaé, Cacimbas, Nogueira e da Onça concorreu para a drenagem parcial ou completa de uma infinidade delas. Na última década do século XIX, a Comissão de Saneamento dirigida pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva inaugurou a presença do Estado no impropriamente chamado saneamento da Baixada dos Goytacazes. Várias outras a sucederam, sendo a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, depois Departamento Nacional de Obras e

Saneamento, a mais conhecida e longeva de todas. Ela foi a que mais feriu os ecossistemas lagunares. Ao ser extinta melancolicamente em 1989, a fisionomia da região, no que concerne às lagoas, tinha sido tão drasticamente mudada que um viajante do século XVIII sentir-se-ia perdido num ambiente completamente estranho.

Em 1977, com a criação do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, iniciou-se uma luta sistemática e sem trégua em defesa das lagoas. Pescadores levantaram-se contra as obras do DNOS na Lagoa Feia (que se tornou um símbolo da luta ecologista) e na Lagoa do Campelo, principalmente. O assunto ganhou o noticiário nacional e foi debatido em vários fóruns, sem que uma solução jamais tivesse sido encontrada. Os poderes executivo e legislativo sempre se mostraram impotentes e envolvidos com os interesses econômicos contrários às lagoas. Depois da extinção do DNOS, a SERLA deveria ter assumido o controle da situação. Entretanto, como o órgão sempre se mostrou omissivo, Prefeituras, associações de classe e até indivíduos interferiram nas lagoas sem nenhum freio. Procurando ocupar este buraco, criou-se até um consórcio para proteger o sistema Lagoa Feia. Tudo em vão.

Agora, surge um novo alento. Após buscar inutilmente a defesa das lagoas por vias administrativas, o CNFCN partiu para as vias judiciais, contando com o apoio do Ministério Público Estadual. A princípio, pensou-se em acionar judicialmente todos os invasores, o que se revelou inviável. Entendeu então o Ministério Público que os canhões deveriam ser apontados para a SERLA. Numa ação civil pública avassaladora, tibiamente contestada pela Procuradoria Geral do Estado, o Ministério Público Estadual obteve uma sentença condenando a SERLA a demarcar 22 lagoas no município de Campos no prazo de seis meses, sob pena de pagar severas multas. Neste processo, os ecologistas contaram com as leis protetoras de lagoas, mas, acima de tudo, com a sensibilidade do Promotor de Justiça, Cláudio Henrique da Cruz Vianna e do Juiz Sebastião Rugier Bolelli. É claro que a luta não está ganha, mas é mais animador esperar que o caso tenha agora um desfecho feliz para as lagoas que restaram de um dos mais espetaculares atentados contra a natureza em todo o mundo.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 17 de outubro de 1995.

LIMPEZA DE CANAIS

Pela imprensa, fui informado que os governos federal e do Estado do Rio de Janeiro assinaram um convênio destinando recursos para a limpeza e a redragagem de canais da Baixada Goitacá, recursos que serão depositados em conta especial gerida pela Secretaria Estadual de Agricultura e pela TECNORTE. Pretende-se iniciar a ação com a limpeza e a redragagem dos canais Campos-Macaé, São Nicolau e Tocos. Aguarda-se também determinação da Procuradoria Geral da União (que deve ser a Advocacia Geral da União) para repassar à TECNORTE a gestão da rede hídrica da Baixada.

A notícia suscita comentários de duas ordens. Primeiramente, com quem deveria ficar a administração da imensa rede de canais que começou a ser construída no século XIX e chegou a atingir 1.400 km de extensão, mais ou menos: com a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e com o Departamento de Obras e Saneamento depois da extinção deste? Embora tenha sido criada a Secretaria de Desenvolvimento Regional, órgão federal com algumas atribuições do antigo DNOS, entendo que a SERLA deveria ter assumido todo este legado. No entanto, um dos integrantes da cúpula da área ambiental no governo Marcello Alencar afirmou que a SERLA não tinha estrutura para

alçar tão elevado voo. Tenho certeza de que a TECNORTE também não tem e continuo cobrando uma postura mais veemente da SERLA ou do mini Ibama estadual que se cogita criar. O governo estadual sempre foi omissivo quanto aos ecossistemas hídricos do Norte Noroeste fluminense, sejam eles nativos, transformados ou antrópicos. Mais uma vez sustento: parece que o Brasil acaba no Rio dos Bagres (atual Macaé) e recomeça no Rio Managé (atual Itabapoana). Entre os dois, há um buraco negro que se chama Norte Noroeste fluminense e que não é nada.

A ordem do segundo comentário é legal. Os ecologistas querem os canais limpos e com água fluente. No entanto, é preciso observar a legislação vigente, seja lá quem for que fique responsável pela tarefa da limpeza e da redragagem. A Resolução nº. 005, de 15 de junho de 1988, expedida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, é muito clara quanto a isto. Obras em sistemas de drenagem ficam sujeitas a licenciamento do órgão governamental competente. Para efetua-las, é necessário elaborar um projeto atendendo aos critérios e parâmetros previamente estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador. Isto vale para a limpeza, a redragagem e inclusive para a cobertura do Canal Campos-Macaé, uma vez que tais interferências no meio ambiente “estão diretamente ligadas a problemas de medicina preventiva e de saúde pública”, como reza um dos considerandos da Resolução.

Um representante da Secretaria Estadual de Agricultura procurou os ecologistas para convidá-los a opinar sobre o assunto. Respondemos que só poderíamos opinar com seriedade se conhecêssemos o projeto. Nunca mais fomos procurados. Mas não tem problema: se não nos procurarem para um diálogo franco e amistoso, procuraremos nós por eles. Creio que já demos provas suficientes de que, quando procuramos, nós costumamos achar.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 21 de fevereiro de 1996.

A LAGOA DAS PEDRAS

Para compreender a importância da Lagoa das Pedras, é preciso conhecer os níveis do relevo na região Norte Noroeste fluminense. Do interior para o litoral, sucedem-se três patamares. O primeiro é o planalto, formado pelas Serras da Mantiqueira e do Mar, ambas com mais de 600 milhões de anos. É nelas que nascem os rios da região. O segundo é o tabuleiro, formado por elevações de pequeno porte com predominância de argila, em meio à qual encontram-se rochas ferruginosas desgastadas pela erosão hídrica. O terceiro é a planície fluvio-marinha, formada pelo Rio Paraíba do Sul e outros de menor porte, bem como pelo mar.

Os rios que cruzavam o tabuleiro e desembocavam no Rio Muriaé ou no mar foram, quase todos, bloqueados pelos sedimentos acumulados pelo próprio Muriaé nas suas cheias ou pela formação de restingas. Estes pequenos rios ficaram aprisionados, sem ter por onde escoar suas águas, que se alastraram em depressões já existentes ou escavadas por elas. Só os maiores rios conseguiram romper as barragens que tendem a se formar no litoral norte-fluminense. Os Rios Itabapoana, Paraíba do Sul e Macaé furaram o bloqueio e chegaram ao mar. O Rio Imbé alastrou-se na Lagoa de Cima e forçou uma passagem até o mar pelo Rio Ururai, que depois ficou aprisionado pela Lagoa Feia. No entanto, as águas acumuladas nesta cavaram canais para o oceano, reunidos no Rio Iguaçú, hoje laguna do Açú. Apenas um rio de pequeno porte conseguiu varar a restinga e chegar ao mar: o Guaxindiba. Os outros se transformaram em lagoas de tabuleiro, as mais antigas e mais

fundas da região. Dentre elas, podemos mencionar as Lagoas de Cima, da Saudade, de Santa Maria, dos Bondes e do Brejo Grande. Afora a primeira, as outras se comunicavam com a lagoa do Campelo, formada por restingas, encontrando uma passagem para o Rio Paraíba pelo Córrego da Cataia. Além destas, a extinta Lagoa da Onça, que acabou se ligando ao Rio Muriaé pelo Canal da Onça, construído no século XIX; a Lagoa Limpa, que se liga ao Muriaé pelo estreito Canal do Cavalo Baio; e a Lagoa das Pedras, comunicando-se com o Paraíba pelo Canal do Jacaré.

A Lagoa das Pedras é, pois, uma típica lagoa de tabuleiro. Sua origem deve ter sido um rio que foi cortado pelo Paraíba. No passado, ela era cercada por uma vigorosa mata estacional semidecidual (que perde parte das folhas na estação seca), da qual resta, atualmente, um melancólico fragmento com cerca de 15 hectares. Havia, também, em suas margens, uma pequena e próspera comunidade rural que vivia da agricultura e, principalmente, da extração de madeiras nobres das matas. Aliás, as extensas e densas florestas situadas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul se constituíram na talvez maior fonte de riquezas da região. Hoje, esta riqueza está concentrada nas mãos de poucos ou se transferiu para outras regiões. A maior parte da população ficou sem dinheiro e sem floresta.

No caso da Lagoa das Pedras, a madeira, a lenha e a produção agropecuária eram escoadas em pranchas pelo Canal do Jacaré, navegável no século XIX, até o Paraíba do Sul. Daí, rumavam para Campos, de onde podiam ser enviadas para o Porto de Imbetiba pelo Canal Campos-Macaé ou pela estrada de ferro que foi construída no final do século passado. Podiam também continuar descendo o Rio Paraíba do Sul até o Porto de São João da Barra, onde eram embarcadas para o Rio de Janeiro, para Vitória ou para Salvador.

Atualmente, a Lagoa das Pedras está seriamente ameaçada. O Canal do Jacaré foi fechado com uma comporta que impede a troca de água com o Rio Paraíba do Sul. Sua orla foi desmatada. Proprietários invadiram seu leito e o extinto DNOS produziu nela transformações perigosas para o equilíbrio ambiental. Como a Lagoa da Onça, teme-se que a das Pedras seja totalmente drenada, sobrando, assim, só as pedras que lhe deram o nome.

Folha da Manhã, Campos (RJ): 02 de julho de 1996.

DRAGAGEM DE CANAIS

Deixa eu ver se entendi bem. Os governos federal e estadual entram com o dinheiro, que monta a R\$ 739 mil, para financiar a dragagem ou a redragagem, na área rural, dos canais que o extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento rasgou na Baixada dos Goytacazes. A parte urbana destes canais fica por conta do poder público municipal. A TECNORTE elabora o projeto das obras e a empresa Condracon as executa. Foi este o quadro que eu consegui montar a partir de notícia publicada num jornal campista. Só não encontrei nenhuma referência à Associação para Manutenção e Operação dos Canais do Norte Fluminense – AMOCAN.

Esta entidade nasceu com o nome de Associação dos Usuários dos Canais da Baixada Campista – AUCAN, desfrutando, pelos seus estatutos, de amplos poderes. Seu primeiro objetivo deixava tais poderes patentes: “Promover a utilização racional do sistema de drenagem e adução do Norte Fluminense, através da realização de obras e melhoramentos complementares que se fizerem necessários, operação e manutenção dos componentes do sistema, na forma e com os recursos oportunamente definidos, e

aprovação de projetos de irrigação e drenagem que se utilizem desses canais.” Promover, utilizar, realizar, operar, manter e aprovar. Estes verbos, no contexto do primeiro objetivo da associação, deixavam claro que ela substituíria o poder público na gestão dos ecossistemas transformados e antrópicos que se nativizaram com o tempo. Estava em perfeita sintonia com os princípios do neoliberalismo. Ela própria elaboraria os projetos e os aprovaria; executaria obras e as operaria, além de zelar pela sua manutenção. A SERLA, que nunca existiu, teria a sua morte decretada oficialmente.

Foi neste momento que os ecologistas entraram em cena para lembrar aos proprietários rurais e aos tecnocratas que existem leis a serem observadas. Depois de acaloradas discussões, a AUCAN passou a se chamar AMOCAN, associação que explicitamente incorporou aos seus objetivos a observância da legislação vigente, na realização e aprovação de projetos e de obras e na operação e manutenção dos canais. Os ecologistas, sempre vistos como retrógrados e contrários ao desenvolvimento, exerceram seu direito de cidadania, dando uma contribuição concreta para o refinamento da civilização.

No entanto, as notícias publicadas sobre a redragagem dos canais da baixada não falam mais da AMOCAN, dando a impressão de que ela foi criada exclusivamente para respaldar as ações do governo estadual, com recursos parciais da União, por meio da TECNORTE. Todos somos favoráveis à recuperação dos canais, que estão assoreados e imundos. Haja vista o caso do canal Campos-Macaé, que foi abandonado pelos poderes públicos. Entrementes, cabe indagar se as obras previstas para começarem em breve foram precedidas pelos estudos e pela licença ambiental consoante o que dispõe a Resolução nº. 005/88, do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Segundo ela, ficam sujeitas a licenciamento obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem (sobretudo construção de canais, dragagem e retificação de sistemas de macrodrenagem) e obras de limpeza urbana. A pergunta começa por aqui, esperando que os governos federal e estadual, bem como a AMOCAN e a TECNORTE providenciem os estudos exigidos e as respectivas licenças. É bom lembrar que a Universidade Estadual do Norte Fluminense pode efetuar tais estudos, a serem examinados pelo órgão governamental competente.

Procuremos evitar desentendimentos. Cumprir a lei significa avançar em termos de cidadania e, conseqüentemente, em termos de civilização.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 17 de setembro de 1996.

O RETORNO DAS LAGOAS

O geógrafo-geólogo Elmo da Silva Amador elaborou uma tipologia detalhada das lagoas do Estado do Rio de Janeiro, segundo ele, em conversa particular comigo, ainda incompleta. Para facilitar a compreensão do leitor, podemos identificar quatro tipos de lagoa na ecorregião Norte Noroeste fluminense, em conformidade com as formações geológicas e geomorfológicas. Como lagoa situada na zona cristalina, está a pequenina Lagoa Preta, em Miracema, com apenas 5 hectares de área. As lagoas de tabuleiro revelam-se bastante expressivas. Normalmente, trata-se de rios que desembocavam no Muriaé, no Paraíba e no mar. Barrados seus desaguadouros, pela deposição de sedimentos acumulados por transbordamentos de seus rios coletores e pelos cordões de restinga, os rios de tabuleiro transformaram-se em lagoas ou em brejos com formato alongado. Os exemplos mais significativos são os das Lagoas da Saudade, Limpa, das Pedras, Tabatinga, do Cantagalo, do Vigário, Salgada, da Sesmaria, do Imburi, do Saco, da Mutuca, do Cunha,

da Demanda, da Cauaia, da Palha, do Paraíso, de Santa Maria, de São Gregório, do Brejo Grande, do Taquaruçu, do Pau Funcho, do Lameiro e de Cima. A maioria sofreu processo de drenagem total ou parcial. Entre o tabuleiro e a zona cristalina, situava-se a magnífica Lagoa da Onça.

O segundo grupo é formado por lagoas da planície aluvial. Destaca-se, entre todas, a celebrada Lagoa Feia, em parte formada por restinga. No passado, luziam à luz do sol e da lua as Lagoas de Piripiri, de Cacumanga, do Saco, da Piabanha, Grande, da Caraca, de Frecheiras, da Carioca, do Jesus, do Camará, do Capim, Vermelha, do Sussunga, das Colhereiras, da Janjuca, das Aboboreiras, das Conchas, do Assuzinho, da Goiaba, Rasa, dos Coqueiros, do Salgado, do Caboclo, da Cutia, de Dentro, da Sentinela, do Limão, da Fazendinha, dos Paus, do Colomins, dos Capões, do Mergulhão, de Cambaíba, da Restinga Nova, de Saquarema, de Saquarema Pequena e outras, quase todas extintas.

Por fim, as lagoas de restinga, como as de Imboacica, de Jurubatiba, de Cabiúnas, Comprida, de Carapebus, Paulista, Lagamar, do Açú, Salgada, de Iquipari e de Gruçaí, além de uma miríade de pequenas lagunas entre Barra do Furado e Macaé. Na confluência da restinga com o tabuleiro, localiza-se a grande Lagoa do Campelo.

A invasão, ocupação e colonização do Norte Noroeste fluminense por europeus e neoeuropeus condenou as lagoas ao desaparecimento. Todavia, vez que outra, elas tentam reocupar o espaço que lhes pertencia. Foi o que ocorreu recentemente com as chuvas de janeiro. A Lagoa Feia voltou a ligar-se com a Lagoa da Ribeira, como no passado. As lagoas do tabuleiro afogaram lavouras e pastos. Com pujança, as Lagoas da Onça e do Lameiro alastraram-se nas suas concavidades. Como por encanto, apareceram peixes e pescadores. Todavia, a Usina Sapucaia, neste momento a maior destruidora de lagoas da região, mais que depressa lançou-se a trabalhos de drenagem, a fim de expulsar novamente as águas. Denunciou-se a agressão à SERLA, mas nenhuma medida foi tomada. Sabe-se apenas que o agente regional do órgão autorizou o rebaixamento da lâmina d'água de algumas lagoas. Ora, se a SERLA tem autoridade para determinar a drenagem, por que não teria para proibi-la? Aguardo resposta.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 16 de maio de 1997.

A REVANCHE DAS LAGOAS

A abertura do Canal Campos-Macaé, no século XIX, iniciou um processo contínuo de drenagem parcial ou total de lagoas da região Norte Fluminense. Este processo se acentuou com a atuação de vários órgãos governamentais ou concessionários a partir de 1893, sendo o mais famoso deles a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada em 1933 e transformada em Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em 1940. Ao lado de suntuárias obras de drenagem, retilinização, dragagem e abertura de canais, os proprietários de terras junto à margem de lagoas foram se apropriando de seus leitos mediante a construção de diques na estação seca, no intento de impedir o retorno das águas ao seu leito maior no período das cheias. Mesmo assim, quando há chuvas abundantes, as lagoas rompem as barragens e retomam a área que ocuparam outrora, como recentemente aconteceu com as Lagoas da Onça e do Lameiro, mantidas secas pela Usina Sapucaia.

Assim, inúmeras lagoas foram literalmente riscadas do mapa, entre elas as de Cacumanga, do Jesus, Piabanha, Saquarema, dos Colomins, dos Jacarés, das Bananeiras, dos Coqueiros, do Capim, do Mulaco, do Salgado, dos Capões, das Conchas, Vermelha,

da Aboboreira, do Pau Grande, de Dentro, da Ostra, da Restinga Nova, do Sussunga, da Onça, do Cantagalo, da Cauaia, da Demanda, da Mutuca, do Saco, Brejo do Imburi, Brejo da Sesmária, Brejo do Macabu e outras. Quanto à Lagoa Feia, a maior de todas, Marcelino Ramos da Silva dava para ela, em 1898, 370 km² de superfície. Em 1929, Saturnino de Brito atribuiu-lhe 335 km². Estima-se que ela conte atualmente com 170 km².

Apesar desta hidrorragia, o Norte Fluminense continua contando com o maior e mais diversificado conjunto de lagoas do Estado do Rio de Janeiro. Um levantamento feito pela SERLA apontou 105 lagoas para todo o Estado, sendo que 67 encontram-se no Norte Fluminense, distribuídas nas restingas, na planície aluvionar, nos tabuleiros e até na serra.

Preocupado com a agonia dessas lagoas, o Ministério Público Estadual, na pessoa do Promotor de Justiça, Cláudio Henrique da Cruz Vianna, propôs ação civil pública contra a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), requerendo a demarcação das orlas e das faixas marginais de proteção das Lagoas do Açú, do Arisco, da Boa Vista, do Bonde, do Brejo Grande, do Campelo, de Cima, Feia, do Jacaré, do Lagamar, Limpa, do Mel, da Misericórdia, Molha Barriga, das Pedras, Porto do Bonde, Salgada, Santa Maria, São Gregório, da Saudade, do Taquaruçu e do Vigário, todas elas situadas, inteira ou parcialmente, no município de Campos dos Goytacazes. Apesar da contestação oferecida pela Procuradoria do Estado e da SERLA, o Juiz Sebastião Rugier Bolelli julgou procedente o pedido do Ministério Público visando proteger as 22 lagoas mencionadas. Houve recurso por parte do Estado, mas o Desembargador Décio Meirelles Góes manteve a decisão prolatada em primeira instância.

Está, assim, o Poder Executivo Estadual, por meio da SERLA, obrigado a demarcar as lagoas do município de Campos no prazo de seis meses. A questão agora não se restringe mais ao Direito, senão que envolve a esfera política. Instrumento legal de jurisprudência já existe. Conclamamos, pois, toda pessoa física e jurídica comprometida com a causa ambiental a participar da luta para salvar o que restou de tão imponentes lagoas.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 17 de outubro de 1997.

UM PIONEIRO NA DEFESA DAS LAGOAS

A edição de 10 de dezembro de 1931 de *Folha do Commercio*, jornal campista que não mais circula, estampou uma carta assinada por Vicente Pereira denunciando a invasão de lagoas da baixada aluvial por proprietários rurais. “Quem – dizia ele em seu libelo – conheceu as lagoas de Campos – Colomins, Capões, Coqueiros e tantas outras, as quais se acham descritas no mapa territorial do município de Campos, existente na Prefeitura, quem conheceu essas lagoas anos passados não as conhece hoje! É que os proprietários, cujos terrenos dão fundos para as lagoas, aproveitam as secas e vão estendendo as cercas até o meio da lagoa numa elasticidade de causar pasmo, com prejuízo dos pobres que ali criavam à vontade!”

O processo apontado por Vicente Pereira para a apropriação indébita de leitões das majestosas lagoas da baixada não difere muito do atual: no período de estiagem, com o recuo das águas, o proprietário constrói um dique junto ao espelho d’água. No período das cheias, quando a lagoa tenta ocupar seu leito maior, o dique barra-lhe o caminho e, se consegue rompê-lo, o proprietário acusa a lagoa de ter invadido as suas terras. Como as lagoas não têm boca, não lhes é possível acusar os proprietários de terem invadido seu leito. Apenas os estudiosos e as pessoas sensíveis, como Vicente Pereira, compreendem sua voz.

Na carta, só não fica muito claro se as cercas estendidas pelo invasor correspondem a diques ou a cercas de arame. Neste segundo caso, as águas não poderiam ser contidas.

Em seguida, Vicente Pereira menciona o artigo 539 do Código Civil Brasileiro então vigente, preceituando que “os donos de terrenos que confinam com águas dormentes, como os de lagoas e de tanques, *não adquirem o solo descoberto pela retração delas*, nem perdem o que elas invadem.” (grifo meu). Havia uma reciprocidade de direitos, segundo a qual o proprietário não podia invadir a lagoa nem esta a sua propriedade. Baseando-se em tal princípio, os proprietários alegavam que os leitos invadidos por eles eram terras suas e que as lagoas, essas sim, é que eram as invasoras.

Finalmente, Vicente Pereira, morador em Colomins, atribui à Prefeitura, por meio de sua repartição de obras, então chefiada pelo engenheiro Heitor Peixoto, tomar medidas para coibir o processo de ocupação ilícita a fim de defender os legítimos direitos do Estado e os interesses dos pobres. Cabe lembrar que, desde 1893, com a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, organizada pelo governo estadual e chefiada, primeiro por João Teixeira Soares e depois, por Marcelino Ramos da Silva, as lagoas da planície fluviomarina vinham sofrendo violentos atentados. Mas o pior estava por vir. Em 1933, o governo federal criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, transformada no Departamento Nacional de Obras e Saneamento em 1940. As lagoas de Colomins, Capões e Coqueiros foram riscadas do mapa, ficando-nos uma amarga lição: os protestos de Vicente Pereira de nada valeram, a não ser para demonstrar que, num tempo em que lagoa era sinônimo de foco de doença, havia alguém a assumir sua defesa com respaldo legal.

Atualmente, a consciência ambiental é muito mais forte, as leis são bem mais severas mas a destruição prossegue.

Nosso Bairro/Goitacases nº. 4. Campos (RJ): outubro de 1997.

A POLÊMICA DAS LAGOAS DA BAIXADA CAMPISTA

J á examinei uma carta que Vicente Pereira publicou na *Folha do Commercio* de 10/12/1931, denunciando a invasão das lagoas da Baixada dos Goitacases. No dia 16 do mesmo mês e ano e no mesmo periódico, estampava-se uma notícia intitulada *Apropriação Indébita*. Lia-se que estivera na redação do jornal o capitão João Lopo dos Santos, “diretor da Associação Comercial de Campos e capitalista aqui residente”, reclamando que um pescador profissional de nome Manoel Cabral, em outra parte da matéria chamado de João Cabral, estava construindo uma casa às margens da Lagoa Feia, com autorização de José Alvarenga, subdelegado de Goitacases, à época São Gonçalo, e do capitão Jatyr Cerêjo, da Capitania do Porto de São João da Barra.

João Lopo dos Santos só trazia à tona a questão por dizer-se proprietário das terras, “pois a escritura diz que os seus terrenos confinam com a Lagoa, na testada.” Não obstante tivesse tentado proibir a construção de José Cabral (outro nome que aparece para o pescador), seus esforços foram inúteis face às autorizações concedidas, que, aduz a nota, não foram mostradas. Concluindo, João Lopo encarecia que as autoridades do município e o capitão Cerêjo tomassem providências para garantir seus direitos.

Em 19/12/1931, o capitão-tenente Jatyr Serêjo (escrevo conforme as informações do jornal) faz publicar uma carta na mesma *Folha do Commercio* com o seguinte teor: “Tendo ontem um amigo chamado minha atenção para uma local de vosso diário intitulada ‘apropriação indébita’, solicito vossa atenção para a presente. Para quem

³⁴ SILVA, José Carneiro. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacazes com uma Notícia Breve de suas produções e Comércio*, 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010 (1ª ed.: 1819).

³⁵ BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro Apresentado à Respectiva Diretoria em Agosto de 1837*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.F. da Costa, 1837.

³⁶ GALLIOLI LTDA, Engenharia. *Baixada Campista: Saneamento das Várzeas nas Margens do Rio Paraíba do Sul à Jusante de São Fidélis*. Rio de Janeiro: setembro de 1969.

ignora o Regulamento da Cap. do Porto, tornado Lei por decreto nº. 17.096, de 23 de outubro de 1925, parece à primeira vista ter a pessoa que vos forneceu a referida nota plena razão (...) Diz o art. 245: São terrenos de marinha todos os que, banhados pelas águas do mar, rios marginais e lagoas, vão até 33 mts, para a parte da terra, contados desde o ponto a que chega a preamar média. Art. 216: São terrenos reservados para servidão pública nas margens dos rios navegáveis e dos que se tornam navegáveis, e lagoas, todos os que, banhados pelas águas dos rios, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 m, 40 para a parte da terra, contada desde o ponto médio das enchentes ordinárias. Art. 216: O limite que separa o domínio marítimo do fluvial para efeito de medirem-se os 33 mts ou 15, 40, conforme os terrenos estiverem dentro ou fora do alcance das marés, será limitado pelo ponto onde as águas deixaram de ser salgadas, de um modo sensível ou não houver depósitos marinhos ou qualquer outro fato geológico que prove a ação do mar. Art. 207: É proibido fazer qualquer construção, aterros e obras sobre o mar, rios e seus braços, sobre os terrenos de marinha aforados ou não e nos reservados para a servidão pública, sem a audiência da Cap. do Porto, que só a concederá depois de verificar se tais obras não prejudicam os portos e sua navegação, rios e lagoas. Art. 209: Para conhecer se há ou não conveniência em autorizar as licenças para construção de aterros e obras sobre o mar, rios e lagoas deve o Cap. do Porto ou ajudante transportar-se ao local destinado pelo proprietário para a construção projetada e ali proceder a exame metucioso.”

Três anos depois, seria promulgado o longo Código de Águas, mantendo vários dos dispositivos do Decreto 17.096/25. O Código de Águas é a base contemporânea da legislação protetora dos ecossistemas aquáticos. Apesar de tudo, mais de 150 lagoas da região Norte Fluminense foram inteiramente drenadas.

Nosso Bairro Goitacazes nº. 5. Campos (RJ): novembro de 1997.

ÁGUAS DO NORTE NOROESTE FLUMINENSE

Água é o que ainda não falta no Norte Noroeste fluminense. A maior região do Estado do Rio de Janeiro é também a mais contemplada com este bem cada vez mais escasso e precioso, sem o qual não é possível pensar-se na existência da vida. Se não se criou na água, como anunciam algumas hipóteses científicas, a vida formou-se e desenvolveu-se em ambiente úmido, ganhando, posteriormente, a terra firme.

A grande região Norte Noroeste fluminense conta com quatro expressivas bacias hídricas: a do Rio Itabapoana, a do Rio Paraíba do Sul, a da Lagoa Feia e a do Rio Macaé. A da Lagoa Feia parece ser a mais complexa, pois não conta, como de hábito, com um curso d'água principal. Seu centro é uma grande lagoa para a qual confluem os Rios Macabu, da Prata e Ururá, além de alguns canais, e da qual deflui o grande Canal da Flecha e outros pequenos cursos construídos por ação humana. Considere-se ainda a comunicação desta bacia com a do Rio Paraíba do Sul, seja por superfície seja por via subterrânea. Antes mesmo que canais de navegação, drenagem e irrigação fossem abertos, a partir do século XIX, havia uma comunicação superficial do Rio Paraíba com o sistema Lagoa Feia na época das chuvas, visto o desnível existente entre ambos. Quanto à comunicação subterrânea, José Carneiro da Silva³⁴, em 1819, e Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde³⁵, em 1837, suspeitaram de sua existência. O Relatório Gallioli³⁶, de 1969, levanta novamente a suspeita, acreditando estar descobrindo a água.

Afora estes quatro sistemas hídricos, há ainda um incontável número de lagoas nas quatro unidades geomorfológicas da região. Na restinga que se estende de Macaé à Barra

do Furado, encontram-se as belas Lagoas costeiras de Imboacica, de Cabiúnas, Comprida, de Carapebus, Paulista, do Piripiri, Maria Menina, do Robalo, do Visgueiro, do Pires, da Barrinha, Casa Velha, Ubatuba, da Ribeira, do Carrilho, Canema, Funda, do Carvão, da Chica e Lagamar. Na restinga que vai do Cabo de São Tomé à Praia de Manguinhos, registram-se as Lagoas do Açú, da Ostra, Salgada, do Veiga, do Taí, de Iquipari, de Gruçai e do Campelo, esta última na interface da restinga com o tabuleiro.

Na planície aluvial, além da já mencionada Lagoa Feia, cintilavam ao sol as lagoas de Piripiri, de Cacumanga, do Saco, da Piabanha, Grande, da Caraca, de Frecheiras, da Carioca, do Jesus, do Camará, do Capim, Vermelha, do Sussunga, das Colhereiras, da Janjuca, das Aboboreiras, das Conchas, do Açuzinho, da Goiaba, Rasa, dos Coqueiros, do Salgado, do Caboclo, da Cutia, de Dentro, da Sentinela, do Limão, da Fazendinha, dos Paus, de Colomins, de Capões, do Mergulhão, da Cambaíba, da Restinga Nova, de Saquarema, de Saquarema Pequena, do Jorge, Seca, do Ciprião, do Mulaco, dos Jacarés, de Bananeiras, do Pau Grande (estas três últimas na confluência da planície aluvial com a restinga). De todas as unidades geomorfológicas, esta foi, sem dúvida, a mais adulterada pelos europeus e seus descendentes, pois a fertilidade do seu solo propiciou, inicialmente, a instalação de pastagens, depois da agricultura.

No tabuleiro, as lagoas ainda existentes são, de modo geral, cursos d'água barrados, quer por aluviões dos Rios Muriaé e Paraíba do Sul, quer pelas restingas. Entre as mais notáveis, encontram-se as da Onça (situada entre o tabuleiro e a zona cristalina), Limpa, Tabatinga, das Pedras, do Cantagalo, do Vigário, Salgada, da Sesmaria, do Imburi, do Saco, da Mutuca, do Cunha, da Demanda, da Cauaia, da Saudade, da Palha, do Paraíso, de Santa Maria, de São Gregório, do Brejo Grande, do Taquaruçu, do Pau Funcho e de Cima.

Inúmeras lagoas foram totalmente drenadas ou tiveram sua superfície e lâmina d'água drasticamente reduzidas. Mesmo assim, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, numa relação anacrônica, mostra que a região Norte Noroeste fluminense é a mais aquinhoadas em lagoas do Estado, tanto em quantidade quanto em diversidade³⁷. A verdadeira região dos lagos fica no Norte Noroeste fluminense e não na chamada Região dos Lagos.

Para proteger este patrimônio hídrico, algumas iniciativas tímidas estão sendo tomadas. O Projeto Managé, coordenado pela Universidade Federal Fluminense, visa estudar e recuperar a bacia do Rio Itabapoana. Aos trancos e barrancos, tenta-se constituir um consórcio para recuperação do Rio Muriaé. Também o Rio Paraíba do Sul tem sido alvo de iniciativas flébeis e descontínuas com vistas ao restabelecimento de sua saúde. Tentou-se criar um malogrado consórcio de municípios para proteger o sistema da Lagoa Feia. O Ministério Público Estadual ganhou uma ação no Judiciário obrigando a SERLA a demarcar 22 lagoas no município de Campos, mas o órgão estadual se nega a cumprir a sentença.

Agora, que está em vigor uma lei de águas insuficiente e que se fala em criar centros de referência sobre recursos hídricos, a região Norte Noroeste fluminense deveria ser olhada com grande atenção. Um primeiro investimento para a proteção dos recursos hídricos regionais consistiria em incluir estas áreas úmidas na Convenção de Ramsar. Outro caberia ao Estado, resguardando os ecossistemas aquáticos continentais das seculares agressões.

UM CASO ÍMPAR DE LAGOA

Debruçadas sobre as diversas folhas, referentes ao Estado do Rio de Janeiro, da planta do Brasil, em escala 1:50.000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a engenheira Mônica Miranda Falcão e a bióloga Verônica da Matta, ambas da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, efetuaram, em 1995, um levantamento das lagoas do Estado. O total montou a 105, sendo que 67 encontram-se na região Norte Noroeste fluminense, a verdadeira região dos lagos, como venho sustentando há muito tempo.

Este levantamento, importante porquanto pioneiro, pecou por três aspectos. Primeiro, tomou uma base cartográfica bastante usual, embora defasada, pois que foi constituída a partir de imagens aéreas de 1966 e nunca foi atualizada. Segundo, as técnicas da SERLA não foram a campo confirmar as informações da planta. Terceiro, o levantamento é seco e sincrônico, não levando em conta a dimensão histórica das lagoas. Houvesse delas esta preocupação, muitas lagoas mais estariam presentes na listagem, mas ausentes no terreno, visto que a maioria delas desapareceu com as ciclópicas obras de drenagem das diversas comissões de saneamento da planície fluminense.

Dei-me ao trabalho de efetuar levantamento congêneres valendo-me de várias cartas dos séculos XVIII, XIX e XX. A realidade era e é bem outra. Embora perca apenas para o Rio Grande do Sul em quantidade de lagoas costeiras, o Estado do Rio de Janeiro ganha dele em diversidade de lagoas quanto à origem. Várias situam-se no tabuleiro, como cursos de rios barrados por sedimentos dos Rios Muriaé e Paraíba do Sul, lançados em suas margens milenarmente durante as cheias, ou pelas restingas que soldaram a região Norte Fluminense. Outras são remanescentes da grande laguna semiaberta para o mar que foi sendo colmatada pelo Rio Paraíba do Sul, principalmente, na construção de seu delta. O terceiro conjunto é constituído por lagoas de restinga. Na zona serrana, só existe uma pequena lagoa que, no recorte humano do território, ficou dentro do município de Miracema. Isto sem contar com a imponente e drenada Lagoa da Onça, entre o tabuleiro e a zona cristalina.

Recentemente, participando da inauguração da usina de reciclagem de lixo de Miracema, fiz questão de visitar a Lagoa Preta, a única lagoa serrana do Norte Noroeste fluminense e a mais alta de todas. Percorrendo de caminhonete um trajeto razoavelmente acessível, chegamos a ela. Para não errar, eu diria que se trata de um ecossistema lântico, ou seja, que tem aspecto e comportamento de lagoa, muito embora possa tratar-se de uma represa. A lagoa tem uma pequena superfície que, no passado, por informações de miracemenses e por evidências locais, foi maior. Sem dúvida, ela é formada por um rio, ao qual as técnicas da SERLA dão o nome de córrego Lagoa Preta. Meu exame rápido e superficial não me permitiu definir se ela tem origem numa barragem à jusante, por onde verte e dá continuidade a um curso d'água que corre num vale, ou se resulta do acúmulo d'água numa depressão, a exemplo do que ocorre com a Lagoa de Cima, formada pelos Rios Imbé e Urubu e defluindo pelo Rio Ururai.

Se resultante de uma barragem, que me informaram secular, o ecossistema lântico já se nativizou e se transformou numa lagoa. Na condição de município, a contar com a única lagoa serrana e também a mais alta da região, poder público e sociedade civil devem mobilizar-se para defender a Lagoa Preta, aparando os golpes desferidos contra ela e procurando salvá-la de sua lenta agonia.

A CIÊNCIA (OU OS CIENTISTAS?) CONTRA AS LAGOAS

S em pretender propor uma tipologia para as lagoas costeiras do Estado do Rio de Janeiro, segundo sua gênese, estrutura e função, creio não ser incorreto agrupá-las em três categorias. Um primeiro conjunto reúne as lagoas que, naturalmente, perderam contato com o mar, não sofrendo mais influência de marés. Neste bloco, podemos incluir as Lagoas Feia e do Campelo, para só ficar com dois exemplos notáveis. A Feia separou-se do mar por uma larga faixa de terra construída por sedimentos fluviomarinhos. Numa segunda classificação, ficam as lagoas paralelas à costa e que mantêm ou mantinham uma comunicação periódica com o mar, com a abertura da barra, seja por força das águas acumuladas em sua caixa, seja por ação das correntes marinhas. Exemplificam esta categoria as lagoas da Barra da Tijuca, a Lagoa Rodrigo de Freitas, as Lagoas de Piratininga e Itaipu, as lagoas da Região dos Lagos e um colar de lagunas quase que inteiramente situado no interior do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. A Lagoa da Praia, em Gargaú, no lado esquerdo da foz do Rio Paraíba do Sul, tem comunicação tão estreita com o mar que se formou recentemente, dando sempre a impressão de que será tragada por ele a qualquer momento. Um terceiro grupo é constituído por antigos rios de pequena vazão ou braços de rios que foram barrados pela deposição de sedimentos fluviais ou marinhos ou ainda os dois conjuntamente. Podemos ilustrar esta categoria com as Lagoas de Cabiúnas, Comprida, Carapebus, Açú, Iquipari e Gruçá.

Desde o século XVII, há registro de barras de lagoas costeiras sendo natural ou antropicamente abertas, neste segundo caso pelos pescadores, ordens religiosas (sobretudo a dos Jesuítas) e autoridades governamentais. O aquaviarismo do século XIX condenou muitas lagoas ao desaparecimento e contribuiu para alterar o regime hídrico delas. O século XX, até a década de 70, foi dominado pelos “sanitaristas”, que viam nas lagoas uma grande ameaça à saúde pública e um espaço a ser conquistado para a agropecuária e para a urbanização. As mudanças foram tão drásticas que as lagoas restantes estiolaram. A maioria delas começou a fenecer por falta de aporte de água através de seus afluentes, por assoreamento, por poluição e por eutrofização. Sem força, as lagoas costeiras próximas ao mar, paralelas ou perpendiculares à praia não conseguiam mais abrir suas barras por conta própria. Em várias, os órgãos governamentais de saneamento tentaram estabilizar comunicações permanentes com o mar, como nos casos das Lagoas Rodrigo de Freitas, de Itaipu e Feia.

Agora, por incrível que pareça, alguns cientistas que criticaram a ciência instrumentalizadora nascida no século XVII, universidades e órgãos públicos criados para proteger o meio ambiente querem assumir o comando do processo de domesticar o meio ambiente. Na Lagoa Rodrigo de Freitas, não é o Departamento Nacional de Obras e Saneamento que propõe uma solução antiecológica e cara para a mortandade de peixes. São cientistas de uma instituição universitária conceituada. Trata-se de uma solução que ataca as consequências e a superfície, não as causas e a profundidade: consolidar a lagoa transformando-a numa espécie de saco ou de baía, como fizeram com a Lagoa da Conceição, na ilha de Santa Catarina, pela fixação de uma abertura que permita o contato permanente da lagoa com o mar, como justamente denuncia o professor Elmo da Silva Amador.

Em outras, entende-se que a lagoa tende a deixar de ser um sistema de água salobra, com ligações periódicas com o mar, para se transformar num ecossistema de água doce por um processo de sucessão natural. Este o caso da Lagoa de Imboacica,

outrora alimentada por afluentes pujantes, como o extinto Rio Imboacica. Na situação das Lagoas do Açú, de IQUIPARI e de GRUÇAI, a interrupção de suas comunicações com o Rio Paraíba do Sul e com a Lagoa Feia, bem como a ocupação de suas margens por lavouras, pastos e casas, condenaram-nas a uma lenta agonia, estrangulando os manguezais que ainda resistem nelas, conquanto deformados. A solução proposta pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas é sempre abrir a barra de forma abrupta, sem estudo de impacto ambiental, em lugar de restabelecer, posto que dentro de limites possíveis, seu antigo regime para que elas voltem a respirar melhor.

Enfim, primeiro decretam a morte das lagoas, transformando-as em escravas do nosso modo de vida. Depois, num gesto de falsa piedade, propõem um remédio que, de tão agressivo, torna-se um veneno letal.

Fonte d'Água. Informativo sobre água em português do Florida Center for Environmental Studies: 09 de maio de 2000.

LAGOA OU FAZENDA DO PAU FUNCHO?

Dentre as cerca de 150 lagoas do Norte Fluminense, totalmente drenadas pelas obras de instituições de saneamento, inclusive pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, está a Lagoa do Pau Funcho. Dividida em dois braços e situada no pé do maciço do Itaoca, esta lagoa ligava-se ao Rio Ururá por dois canais, o do Pau Funcho e o da Boa Vista, ambos aprofundados e sistematizados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense no fim dos anos 30.

Atualmente, o segmento setentrional da rica lagoa situa-se no interior da fazenda Santa Rita do Pau Funcho, que foi considerada improdutivo pelo INCRA e incluída na lista das propriedades a serem desapropriadas para fins de reforma agrária. O conceito de produtividade para o INCRA e para o MST limita-se ao aspecto econômico. Não conta muito, para seus técnicos e líderes, a produtividade biológica dos ecossistemas nativos e transformados existentes no interior de um imóvel rural. Assim, ambos adotam postura de política social avançada em relação à da UDR e de latifundiários, mas revelam-se atrasados com relação à questão ambiental.

Pelas estimativas do INCRA, apenas 40 hectares desta propriedade enquadram-se em áreas de preservação ambiental permanente. Outra avaliação eleva esta cifra para 400 hectares. É notória a presença do leito de um braço da lagoa e de vegetação nativa, superando os 40 hectares entrevistados pelo INCRA.

Como os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal não estão dispostos a desapropriar a área para fins de preservação permanente, só resta uma saída: a sua transformação em Reserva Particular do Patrimônio Natural, unidade de conservação prevista pelos Artigos 14 e 17 da Lei nº. 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O proprietário tem dois caminhos a seguir: aceitar a indenização do INCRA pela desapropriação do imóvel rural para que ele seja transformado numa fazenda economicamente produtiva ou propor aos órgãos governamentais a sua transformação em RPPN.

Para tanto, ele deverá gravá-la com perpetuidade e aceitar que, em seu interior, sejam unicamente permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Para ele, talvez seja mais seguro aceitar a indenização do INCRA. Para o conjunto da sociedade e para a natureza não humana, sem dúvida, a melhor destinação é a restauração dos ecossistemas aquáticos e vegetais nativos. Para além de latifundiário e de pequenos proprietários, há uma terceira posição, mais avançada.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 07 de dezembro de 2000.

LAGAMAR

No verão de 2000, a Prefeitura de Campos pomposamente inaugurou um núcleo turístico na orla da Lagoa Lagamar, entre o Farol de São Tomé e a Barra do Furado. Desde então, o poder executivo municipal passou a considerá-lo intocável, defendendo-o e defendendo-se de toda e qualquer crítica. Como o principal questionamento se dirige à qualidade da água do balneário, a Prefeitura acena logo com uma bateria de exames fornecidos pela FEEMA, Águas do Paraíba e FUNDENOR. Vamos ver se, em dois cenários distintos, o empreendimento é defensável.

Primeiro cenário: Em 29 de abril de 1993, o poder executivo municipal sancionou a Lei nº. 5.418, criando a Área de Proteção Ambiental do Lagamar. Por várias vezes, a partir de então, o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil, que se perpetua no cargo há quase doze anos, declarou como prioridade efetivar a APA do Lagamar, anunciando providências necessárias para tanto, sobretudo a elaboração de um Plano de Manejo, como exige a legislação vigente. Sete anos depois, sem Plano de Manejo, a APA do Lagamar transformou-se num atrativo meramente turístico.

Pela Resolução nº. 04/85 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, então em vigor, a área em que se ergueu o núcleo é não edificável. Além de ferir este diploma legal, a Prefeitura infringiu a Lei Federal nº. 9.605/98 (dos Crimes Ambientais) em seus Artigos 40 (causar dano direto ou indireto a Unidades de Conservação) e 60 (construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes). Se estes dispositivos fossem observados pelos órgãos governamentais de meio ambiente, o titular do poder executivo municipal seria punido com pena de reclusão de um a cinco anos e multa.

Em resumo, o empreendimento causou dano a uma Reserva Ecológica, então sob responsabilidade do IBAMA, e a uma Área de Proteção Ambiental criada pelo próprio Poder Público Municipal, ao revolver o substrato arenoso, suprimir a vegetação nativa, colocar material mineral diverso do existente no local, construir obras que impedem a regeneração da área e introduzir espécies vegetais exóticas. Ainda mais, pela Portaria Ibama nº. 10, de 30 de janeiro de 1995, o trecho costeiro entre a Praia do Farol de São Tomé até a divisa do Espírito Santo é considerado área de postura de espécies de tartaruga marinha, todas elas figurando na lista oficial das espécies ameaçadas de extinção, instituída pela Portaria Ibama nº. 1.522/89.

Estes os questionamentos que desejamos respondidos racionalmente, não com emocionalismos piegas veiculados na imprensa ou em programas de rádio.

Área de Proteção Ambiental é uma unidade de conservação admitindo ocupação humana e dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida. Seus objetivos básicos são proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Necessariamente, ela contará com um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações civis e da população residente. Assim dispõe a Lei Federal nº. 9.985, de 18/07/2000, sobre as APAs. Ela é posterior à Lei nº. 5.418/93, que criou a APA do Lagamar, mas, como esta não foi efetivada até o momento, sua implantação agora deve seguir a Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo cenário: Imaginemos que não existisse a Lei municipal nº. 5.418/93 ou que, desejando desvencilhar-se dela, o poder executivo enviasse à Câmara Municipal um projeto de lei revogando-a. Seria fácil aprová-lo com a maioria de vereadores subservientes à Prefeitura. Imaginemos que a Resolução nº. 04/85, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, definindo como de preservação permanente a faixa de 300 metros com vegetação nativa a contar da linha do mar, não tenha mais validade. Mesmo assim, o balneário continuaria sendo ilegal.

Primeiro, porque o Decreto Federal nº. 24.643/34 (Código de Águas) define uma faixa de 25 metros ao redor das lagoas como não edificável. Ora, os quiosques mais próximos da lagoa do Lagamar quase entram em seu espelho d'água. Como reforço, a Lei Estadual nº. 3.239, de 02/08/99, (dos recursos hídricos), sancionada pelo governador do Estado e ex-prefeito de Campos, antes da construção do balneário, reza, em seu Art. 15, que os planos de manejo de usos múltiplos de lagoa ou laguna terão por finalidade a proteção e recuperação das mesmas, bem como a normatização do uso múltiplo e da ocupação de seus entornos, devendo apresentar diagnóstico ambiental da lagoa ou laguna e respectiva orla; definição dos usos múltiplos permitidos; zoneamento do espelho d'água e da orla, com definição de regras de uso em cada zona; delimitação da orla e da faixa marginal de proteção; programas setoriais etc. Pergunto: alguma destas providências foi tomada?

E mais. Pelo Decreto Federal nº. 750/93, uma obra como a do Lagamar, por suprimir vegetação nativa de um ecossistema associado à Mata Atlântica, só poderia ser feita mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Ibama, informado o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Além disso, deveria apresentar caráter de utilidade pública ou interesse social, executando-se as obras apenas com estudos de impacto ambiental. Neste segundo cenário, o titular do poder executivo municipal estaria incurso no Art. 60 da Lei dos Crimes Ambientais, sujeito a pena de um a seis meses de detenção e multa. Enfim, não há saída.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 15 de fevereiro e 01 de março de 2001.

LAGOAS

Um ecossistema é formado por clima, rochas, água, luminosidade, bactérias, protozoários, fungos, plantas e animais que interagem e compõem uma unidade complexa, multifuncional e autorreguladora. Um ecossistema criado pela natureza não humana é denominado de nativo. Se atividades humanas perturbam ou degradam este ecossistema, ele passa à condição de transformado. Se tanto um ecossistema nativo quanto um transformado são suprimidos para dar lugar a uma lavoura, a uma pastagem ou a uma cidade, temos um ecossistema antrópico, construído pela mão humana, mas sem perder as suas bases naturais.

A maioria das lagoas do Norte Fluminense tem origem nativa, pois criadas pela própria natureza, apresentando características de um ecossistema equilibrado até interferências humanas que lhes provocaram desde simples arranhões à supressão completa. Para os ecólogos, uma lagoa degradada deve ser restaurada na sua capacidade de autorregulação. Para uma lagoa perturbada, o correto é restabelecer-lhe o equilíbrio.

Infelizmente, não é esta a visão da secretaria municipal de meio ambiente de Campos. As ações, a pretexto de restaurá-las, não estão lhes devolvendo a multifuncionalidade, e sim, as transformando em peças decorativas. A primeira experiência

de piscinização de lagoas ocorreu no Lagamar. Também as Lagoas do Sapo, do Jacu e o recente e escabroso caso da Lagoa Feia. Pretende-se o mesmo para as Lagoas do Vigário e de Cima. Em vez de as restaurar e as recuperar, a Prefeitura degrada-as e perturba-as com suas intervenções.

O limite para converter uma concepção em ação é a lei. O executivo municipal pode desejar transformar todas as lagoas de Campos em piscinas, mas, pelos Códigos de Águas e Florestal e pela Lei Estadual dos Recursos Hídricos, trata-se de prática ilegal, considerada criminosa pela Lei dos Crimes Ambientais. Ademais, o governo de Campos dá um péssimo exemplo à sociedade. Se até ele, que deve, constitucionalmente, proteger as lagoas, torna-se seu agressor, como exigir que os tradicionais invasores as respeitem? É preciso que o Ministério Público e o Judiciário imponham o limite estabelecido pela norma legal.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 14 de junho de 2001.

RIOS E LAGOS DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Há várias tipologias para classificar os limnossistemas, termo que usamos para designar os ecossistemas aquáticos continentais. *Limné* significa lago em grego, mas a limnologia, ciência criada originalmente para estudar os lagos, hoje se dedica a todos os ecossistemas aquáticos existentes nos continentes, sejam eles doces, salobros ou salgados.

Numa perspectiva simples, classifiquemos os limnossistemas em três tipos: 1- os que mantêm contato permanente com o mar; 2- os que mantêm contato periódico com o mar; e 3- os que não mantêm contato com o mar. Para compreender os limnossistemas encontrados nos limites do município de São Francisco de Itabapoana, não podemos dissociá-los de sua base geológica. O território municipal situa-se sobre a parte norte da maior restinga do Estado do Rio de Janeiro, sobre o maior tabuleiro do Norte Fluminense e sobre pequenas porções de planícies aluviais.

Os mais antigos limnossistemas eram rios que desciam da serra, passando pelo tabuleiro, ou nascendo neste, para desembocar no mar. Entre eles, contamos, de norte para sul, as Lagoas Salgada e Doce (ambas rios antigos), os Ribeirões de Guriri, de Tatagiba e de Buena, os Córregos da Ilha e de Manguinhos, o Rio Guaxindiba, os Ribeirões de Sesmária, de Imburi, da Saudade, de Santa Maria e de Brejo Grande. Examinando a *Carta Geológica do Brasil*, folha Campos-S.Tomé, produzida por Alberto Ribeiro Lamego em 1954¹, e a *Carta do Brasil*, folhas Morro do Coco, Barra Seca, Itabapoana, Travessão e São João da Barra, do IBGE², ainda é possível levantar o contorno dessas bacias. Barradas pela grande restinga construída pelo Rio Paraíba do Sul e pelo mar, restinga que se estreita a partir de Manguinhos até reduzir-se à fita arenosa da praia, todas elas se transformaram em lagoas alongadas, mantendo comunicação periódica com o mar pela abertura natural ou humana de suas barras. Apenas o Rio Guaxindiba, com sua bela arquitetura, continuou com uma barra permanentemente aberta.

Ao norte, proveniente da Serra da Mantiqueira, distende-se o Rio Itabapoana, que foi usado para estabelecer os limites entre os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Correndo por um leito cheio de desníveis, trata-se de um curso d'água encachoeirado que desemboca no mar e mantém sua barra permanentemente aberta. No trecho final, corre numa planície aluvial. Funcionando como barreira hídrica, ele contribuiu para a formação da restinga de Morobá ou das Neves. A boca meridional do delta atual do Rio

³⁸ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Carta Geológica do Brasil*, escala 1:100.000, folhas Campos (2708), Cabo de São Tomé (2709). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

³⁹ IBGE. *Carta do Brasil – Esc. 1:50.000, folhas Barra Seca, Morro do Coco, Itabapoana, Travessão e São João da Barra*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

⁴⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945; 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974; Geologia das quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. *Boletim nº. 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.

⁴¹ MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José M. L.; e FLEXOR, Jean-Marie. *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

⁴² COUTO REIS, Manoel Martins do. Op. cit.

Paraíba do Sul constitui o limite entre os municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. A formação geológica deste rio tem uma história muito rica, descrita por Alberto Ribeiro Lamego⁴⁰ e, recentemente, pelos geólogos Kenitiro Suguió, Jean-Marie Flexor, Louis Martin e José Dominguez⁴¹. Para Lamego, ele desaguava numa baía rasa, em mar aberto. Pouco a pouco, o rio foi sedimentando a baía e correndo para o sul. Entre os atuais Cabo de São Tomé e Barra do Furado (que, na época, não existiam), ele formou um delta do tipo pé de ganso. Depois, seu leito bifurcou-se, caminhando um braço para o norte e constituindo seu atual desaguadouro com duas bocas. A interpretação recente sustenta que o Paraíba desaguava no interior de uma laguna semi-aberta para o mar, sedimentando-a progressivamente. O primeiro braço do delta a alcançar o mar foi o atual. Foi este rio que construiu a planície aluvial e a Lagoa Feia, ajudando a estruturar a maior restinga do estado. Sua foz conta com muitas ilhas, sendo as principais, as do Graça, da Criminosa, do Lima, do Pessanha e da Convivência.

Ao reter areia transportada pelo mar, o rio permitiu que se formasse uma grande restinga. Foi ela que aprisionou a maior lagoa de São Francisco, em parte no território de Campos: a Lagoa do Campelo. Outras lagoas de restinga são as do Comércio, da Tabua, do Meio e da Praia, em Gargaú. Podemos mencionar ainda as Lagoas de Dentro, da Roça e Salgada, que se situam no tabuleiro e parece ligarem-se à bacia do Rio Guaxindiba.

A verdade é que São Francisco conhece e trata mal os seus rios e lagoas. Manoel Martins do Couto Reis e naturalistas europeus que passaram pelo Sertão de Cacimbas, nome dado ao território do atual município de São Francisco de Itabapoana, impressionaram-se com a profusão de água e de matas existente nele⁴². Hoje, a água secou e as matas foram quase todas derrubadas.

São Francisco News. São Francisco de Itabapoana (RJ): 01 a 31 de julho de 2001.

TRÊS VISÕES

Depois de 25 anos de atividades em prol do meio ambiente, os ecologistas sentem a desagradável impressão de que estão falando ao vento o tempo todo. Entre tantos exemplos que poderiam ilustrar esta afirmação, tomemos o da limpeza e da redragagem de canais e o de urbanização de lagoas. De pronto, identificamos três visões em confronto.

A primeira, por demais pragmática, poderia ter o seguinte lema: “Dai-me uma draga e farei miséria”. Nesta visão, não há pedido de licenciamento junto a órgãos governamentais competentes, não há estudos de impacto ambiental, não há sequer um simples planejamento. Basta meter a caçamba da draga numa lagoa ou num canal e retirar o que se considera entulho. Tem sido esta a posição da secretaria municipal de meio ambiente de Campos e de várias Prefeituras do Norte Fluminense.

A segunda está ressuscitando o espírito do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento, espírito que, aliás, nunca repousou em paz. No final de sua história, o DNOS estava tentando incorporar alguns rudimentos de ecologia, mas a formação de seus engenheiros havia esclerosado suas sensibilidades. Quem melhor corporificou a atitude dura do DNOS foi a TECNORTE. Mas sua visão representa um avanço em relação à anterior ou esta um atraso em relação à da TECNORTE. Pelo menos, esta planeja. Todavia, ela entende que rios e canais não passam de aquedutos. Por considerar que os canais foram abertos por engenho humano e não pela natureza não humana, eles não são ecossistemas. Não se leva em conta que, depois de tanto tempo, eles se nativizam

e se transformam em ecossistemas, com a água e o solo propiciando o desenvolvimento de uma flora e uma fauna.

A terceira visão, defendida pelo ecologismo, considera que as intervenções efetuadas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e pelo DNOS causaram profundas alterações ambientais, mas acabaram por alcançar um novo equilíbrio. Para atuar neles, é necessário efetuar estudos multidisciplinares. E a TECNORTE pode recorrer à UENF para tanto. Visões distintas fazem parte da democracia desde que tenham por base as leis. As duas primeiras não têm.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 26 de julho de 2001.

PRINCÍPIOS INCONSISTENTES

O Secretário de Meio Ambiente e Defesa Civil de Campos, Zacarias Albuquerque Oliveira, tem defendido publicamente dois princípios para justificar suas intervenções no meio ambiente. Um deles consiste em dizer que preservação não é sinônimo de abandono. O segundo sustenta que a limpeza e a redragagem de canais norteiam-se pela lógica da adução e não pela da drenagem, como no passado, com o DNOS. Da minha parte, entendo rios, lagoas e canais como ecossistemas, que, nesta condição, apresentam complexidade. Portanto, as intervenções neles devem ser pautadas por dois critérios: respeito às normas legais e emprego do melhor juízo técnico.

A partir destas premissas, tento colocar cada macaco no seu galho. O Secretário usa o conceito de preservação sem nenhum rigor científico. Há duas formas de proteger um ecossistema. A forma de preservação pressupõe sua intangibilidade. A forma de conservação implica seu uso ecologicamente sustentado. Se o ecossistema se apresenta perturbado ou degradado, cabe ao poder público restaurá-lo em conformidade com a lei e com o melhor juízo técnico, o que implica recurso a uma equipe multidisciplinar.

Dependendo do caso, o ecossistema restaurado poderá se transformar numa unidade de proteção integral (o mesmo que preservação) ou de uso sustentável (equivalente à conservação), conforme definição da Lei Federal nº. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Portanto, é equivocado pensar que os ecologistas confundem preservação com abandono. Bem ao contrário, a preservação exige restauração e proteção do ecossistema.

As obras de drenagem efetuadas pelo DNOS foram de tal forma arrasadoras que seria irresponsabilidade continuar com elas, mesmo porque nada mais resta a ser drenado. Mas a lógica da adução, invocada com tanta ênfase pelo Secretário, continua adotando o princípio de que um curso d'água é um mero aqueduto e não um ecossistema. Para discutir estas diferenças, o caminho democrático é a reativação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 23 de agosto de 2001.

LAGOA FEIA E OUTRAS

A audiência pública sobre a Lagoa Feia, promovida pelo CREA-RJ no auditório do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da UFF, mostrou a impossibilidade de se examinar uma lagoa separadamente. Não podemos perder de vista que a região norte do Estado do Rio de Janeiro ainda apresenta o maior número e a maior diversidade de lagoas. Existem lagoas de restinga, de planície

aluvial e de tabuleiro, além das interfaciais.

Infelizmente, nenhuma se apresenta preservada. Em praticamente todas, notam-se dois fenômenos mortais: o assoreamento e a eutrofização. O primeiro mal advém do aporte de sedimentos para a caixa da lagoa, resultado do desmatamento e da retificação de rios. Assentada nos leitos, a terra transportada acaba por atulhar as lagoas e torná-las rasas. Já a eutrofização decorre de matéria orgânica e de fertilizantes químicos carregados para o interior das lagoas, estimulando a proliferação de algas e de plantas aquáticas.

Estas lagoas, feridas por obras de engenharia e por invasões de proprietários, estão ao relento. O primeiro passo para salvar o que restou delas consiste na atitude da SERLA em assumir o controle por seu estado de saúde e a manutenção de canais e comportas construídos pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense/Departamento Nacional de Obras e Saneamento, contando com a contribuição da União, que está sendo julgada na Justiça Federal pelo abandono de uma extensa obra. Nesta mesma ação, requeira o cumprimento das Resoluções nº. 12/82 e nº. 02/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que exigiam do DNOS um estudo de impacto ambiental corretivo para o conjunto das obras realizadas por ele.

Por decisão da Justiça estadual, a SERLA está obrigada a demarcar 22 lagoas, inteira ou parcialmente situadas no município de Campos. Espera-se que o atual governo do Estado dê continuidade a este empreendimento, de fundamental importância para proteger os ecossistemas lagunares. Da mesma forma, a empresa El Paso forneceu cinquenta mil reais para o levantamento das lagoas situadas entre os Rios das Ostras e Itabapoana, com o fim de transformá-las numa unidade Ramsar, convenção internacional que protege áreas úmidas. Por fim, há a proposta de transformar a Lagoa Salgada em patrimônio geológico e paleontológico da humanidade pela Unesco. Será que, desta vez, alguma coisa vai?

Folha da Manhã. Campos (RJ): 13 de Junho de 2002.

LAGOA LIMPA

Como nenhum jornal de Campos tenha publicado uma carta que escrevi condenando a autorização da SERLA e da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos para que a empresa Águas do Paraíba faça a captação na Lagoa Limpa, uso este espaço quinzenal resumindo meus comentários.

Começou na década de 1990 a novela em torno da captação d'água na lagoa para abastecimento público de Travessão de Campos. Os ecologistas adotaram posição contrária, tomando por base os ensinamentos dos mais eméritos técnicos da FEEMA e da CEDAE, segundo os quais lagoas não se prestam como fonte de abastecimento público, pois são ambientes propícios à formação de ácidos que, misturados ao cloro, representam risco à saúde humana, além de favoráveis à proliferação de algas, como as que tomaram a represa de Funil, no Rio Paraíba do Sul, e as lagoas da Barra da Tijuca. Estes ensinamentos nos levaram a desistir de lutar pela Lagoa de Cima como manancial para Campos. A FEEMA e a CEDAE só não conseguiram responder por que autorizaram a captação na Lagoa de Juturnaíba para a Região dos Lagos e na Lagoa Feia para Ponta Grossa dos Fidalgos.

Há um agravante para o estado de saúde de todas as lagoas do Norte Fluminense: nos últimos dez anos, aumentou nelas a produção de algas, seja pelo aporte de matéria orgânica (principalmente esgoto e lixo), seja pelo carregamento de fertilizantes químicos.

Em 1991, quando conheci a Lagoa Limpa, suas águas apenas apresentavam coloração de chá, decorrente da decomposição de matéria orgânica vegetal. Hoje, ela está coalhada de algas, tudo indicando ser resultado do transporte de fertilizantes químicos para sua bacia, já que suas margens não foram ainda urbanizadas. Trata-se de uma temeridade oferecer esta água para a população de Travessão.

Outro agravante é que a captação está próxima dos limites de vazão da lagoa, ou seja, 2,1 milhões de litros por dia, o que atende às necessidades dos 13 mil habitantes de Travessão. Ora, não se trabalha com um manancial no seu limite. É preciso considerar uma margem de segurança, o que parece não ter acontecido. Lembro ainda que a Lagoa Limpa foi incluída na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO em 1992.

O correto seria efetuar a captação no Rio Paraíba do Sul ou no Rio Muriaé e aduzir a água até a estação de tratamento de Travessão, ou então, no subsolo. É de se perguntar por que a decisão de captar na Lagoa Limpa tenha sido tomada pela SERLA e pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, mediante convênio com a Prefeitura de Campos e com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil, atendendo à empresa Águas do Paraíba, sem que a FEEMA se pronunciasse. Mantida a decisão, só posso considerar todos os envolvidos como irresponsáveis com relação ao ser humano e ao meio ambiente.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 16 de Janeiro de 2003.

VALÃO DA CATAIA

Há 5.100 anos antes do presente, o mar atingiu o último nível máximo de lá pra cá, alcançando as bordas do tabuleiro entre Campos e São Francisco de Itabapoana, Campos e Macaé e o sopé da Serra do Mar. Daí em diante, a formação da planície aluvial e a da restinga bloquearam pequenos rios que desciam da serra e do tabuleiro e construíram uma legião de lagoas. Uma delas foi a do Campelo, no trecho da restinga situado entre os Rios Paraíba do Sul e Guaxindiba. Na constituição da maior restinga do Estado do Rio de Janeiro, a Lagoa do Campelo ficou muito distante do mar e perdeu sua ligação direta com ele.

Agora, leitor, você precisará de um mapa para compreender minhas palavras. Não havendo um canal nativo capaz de romper a larguíssima faixa de areia para chegar ao mar, a lagoa encontrou o Rio Paraíba do Sul para desaguar e dele receber água. Pela sua margem direita, um canal foi abrindo caminho e traçando o limite entre a planície aluvial e a restinga. Trata-se do Valão da Ponte, que se encontrava com o Valão Campo Novo, este chegando até o Rio Paraíba do Sul pela margem esquerda.

Mas o verdadeiro curso d'água a comunicar a Lagoa do Campelo com o Rio Paraíba do Sul em mão dupla é o Valão da Cataia, correndo entre o rio e o Valão da Ponte. Há mais de um século, sabe-se que a formação da planície fluvio-marinha do Norte Fluminense apresenta uma ligeira declividade do Rio Paraíba do Sul para a Lagoa Feia. Assim, nas cheias, as águas que transbordavam pela margem direita do rio, fluíam em direção ao sistema Lagoa Feia, chegando até ela ou se acumulando na miríade de lagoas existentes na planície. As águas que transbordavam pela margem esquerda ou ficavam retidas nas lagoas de tabuleiro e de restinga ou voltavam ao leito do rio, uma vez cessada a cheia.

Percebendo-se estas características topográficas, vários planos foram concebidos

⁴³MENEZES, Camilo.
*Descrição Hidrográfica da
 Baixada dos Gottacases.*
 Campos: Diretoria de
 Saneamento da Baixada
 Fluminense, 1940.

para “sanear” a baixada. Pela margem direita, projetaram-se canais primários, a fim de derivar águas do Paraíba do Sul para a Lagoa Feia. Pela margem esquerda, autores famosos, como Saturnino de Brito, Coimbra Bueno, Hildalius Cantanhede e a Engenharia Gallioli, conceberam canais compridos e curtos que auxiliariam o escoamento das águas do Paraíba para o mar.

Em famoso relatório de 1940, Camilo de Menezes comenta: “Os transbordamentos entre Campos e Barra Seca concentram-se principalmente na Lagoa do Campelo; como esta não possui sangradouro para o mar, as águas têm de esperar a estiagem do Paraíba para a ele voltarem pelo Córrego da Cataia, graças à declividade superficial.”⁴³ As águas estacionadas nos baixios da margem esquerda do grande rio, em seu trecho final, inviabilizavam imensas glebas de terra para a agricultura e a pecuária. Acabou prevalecendo uma solução pragmática. Primeiro, um dique de terra pela margem esquerda, que serviria para conter os transbordamentos, e acabou sendo usado como estrada, em seu topo. Depois, um canal ligando o Rio Paraíba do Sul, pouco abaixo da cidade de Campos, à Lagoa do Campelo. Este canal, batizado com o nome de Vigário, aproveitou, em boa parte, o Canal do Nogueira, aberto no século XIX com fins de navegação. Para chegar ao oceano, foi construído, na ponta norte da Lagoa do Campelo, o Canal Engenheiro Antonio Resende, que roubou a foz do Rio Guaxindiba e o transformou em seu afluente. Por fim, criou-se um sistema no Córrego da Cataia para só permitir a saída de água dela para o Paraíba do Sul por meio de três comportas automáticas que abriam na estiagem e fechavam nas cheias.

Este sistema pretendeu descarregar excedente hídrico pela margem esquerda do Paraíba do Sul em direção ao mar, pela bacia do Guaxindiba, adoçar as águas meio salinas da Lagoa do Campelo e favorecer a incorporação de terras alagadas e alagáveis para a agropecuária. Os pescadores saíram perdendo, como nas Lagoas Feia e de Cima e no Farol de São Tomé. Não sem motivo, por mais de uma vez, os pescadores da comunidade de Mundéus arrancaram as comportas automáticas na embocadura do Valão da Cataia junto ao Rio Paraíba do Sul.

Recentemente, com as comportas fechadas e com a estrada asfaltada sobre o dique-estrada até o limite entre Campos e São Francisco de Itabapoana, exatamente onde se situa a estrutura das três comportas, os pescadores e assentados do Movimento dos Sem Terra (MST) abriram uma vala passando por fora das comportas, a fim de que a água e o peixe do Paraíba do Sul entrassem. Ação de legítima defesa. Pescadores e assentados foram parar na polícia. A Secretaria de Meio Ambiente de Campos tapou a vala de forma reforçada e agora deve improvisar mais um “projeto”.

Da minha parte, há muito advogo uma solução que consiste em substituir a bateria de comportas por uma ponte e proteger com diques o Córrego da Cataia, em ambas as margens, do rio à lagoa, criando-se um leito maior de cheia. Para tanto, é necessário que os proprietários rurais cedam, já que os pescadores e a lagoa não têm mais o que ceder, e que a proposta seja transformada em projeto que seja analisado pelo crivo de estudos ambientais.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 12 de Março de 2004.



Córrego da Cataia (assinalado em azul escuro): sistema original de alimentação e de escoamento da Lagoa do Campelo.
Fonte: *Carta do IBGE* 1:50.000 – 1968.

CANAL DO SACO E LAGOA FEIA

Assumo aqui minha heteropersonalidade de ecologista progressista para falar do que alguma entidade misteriosa está fazendo num segmento do canal do Saco. Entre a rua Cora de Alvarenga e o *Shopping Estrada*, existia, no passado,

uma lagoa de águas muito claras, conhecida como Lagoa do Saco, que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento drenou totalmente com a abertura do canal do Saco. Esta vala despejou a água da lagoa no Rio Cacumanga, que nasce no Rio Paraíba do Sul e desemboca no Rio Ururá, que, por sua vez, deságua na Lagoa Feia. Também o Rio Cacumanga foi canalizado pelo DNOS, drenando a lagoa do mesmo nome.

Não tendo uma fonte de alimentação, o canal do Saco vem servindo para coletar águas pluviais e esgoto doméstico e industrial. Com as obras viárias executadas pela Prefeitura de Campos no entorno de um supermercado, as ruas marginais ao canal foram asfaltadas. Um engenheiro que ocupa cargo de confiança na Secretaria de Planejamento da Prefeitura explicou-me que a finalidade não era apenas aumentar a fluidez de veículos, mas também proteger a faixa de servidão pública, impedindo, assim, qualquer ocupação irregular de suas margens.

Agora, uma obra misteriosa está sendo construída não nas margens, mas no leito do canal. Digo misteriosa porque só a placa da empresa “licitada” foi afixada no canteiro de obras: Guilherme S. Ferreira. Quem será o responsável por ela? A Prefeitura de Campos? O governo do Estado? A União? Algum particular? Trata-se da contenção dos taludes marginais em ângulo de 90°, como o governo do Estado do Rio de Janeiro já fez em parte, e continua fazendo, no trecho urbano do Rio Bengalas, em Nova Friburgo. A Lagoa do Saco foi drenada numa época em que o DNOS contava com o aplauso geral. Hoje, ele não teria a mesma facilidade. O canal é uma realidade e poderia se nativizar por conta própria não fosse o constante desequilíbrio do ecossistema pelo despejo de esgoto e lixo.

Diz a Constituição Brasileira que são águas federais aquelas entre o Brasil e outros países, as que se situam entre dois ou mais Estados e as decorrentes de obras da União. Parece não haver dúvidas de que a rede de canais, com cerca de 1300 km, entre as bacias do Paraíba do Sul, Lagoa Feia, Macaé e Guaxindiba pertence à União porque foi construída em sua maior parte pelo DNOS. Por esta razão, ingressei com representação no Ministério Público Federal e no IBAMA arguindo a legalidade da obra.

As obras têm cara de pura maquiagem ou de infraestrutura para uma possível cobertura de um trecho do canal, escondendo a sujeira embaixo do tapete. Não havia necessidade de contenção, pois as margens, inclinadas, não estavam desbarrancando. Nada foi feito para interceptar o esgoto despejado, visto que os canos de lançamento atravessam os muros de contenção. Além de ilegal, a obra não tem qualquer caráter ecológico ou sanitário. Para os canais abertos pelo DNOS, vejo duas destinações possíveis: 1- Dar a eles a condição de ecossistemas, ou seja, não os tratar apenas como condutores de água, mas como ambientes aquáticos que se interligam à terra, ao clima, à flora, à fauna e aos seres humanos. 2- Restaurar os ecossistemas aquáticos que eles drenaram, decretando, assim, o sepultamento dos canais.

Como interessa a manutenção do canal do Saco como escoadouro de águas pluviais e de esgoto, ainda que tapado com uma capa, nenhuma das duas soluções será dada a ele, caso as autoridades competentes não o defendam. Deixo claro que este texto expressa um conflito entre mim, hoje na condição de indivíduo não governamental (ING), e o misterioso responsável pela obra.

Agora, visto a carapuça de despota esclarecido. Um estudo da ONU mostrou que a maioria da população da América Latina prefere um regime autoritário que solucione seus problemas básicos de sobrevivência do que a democracia, que vem naufragando. A vida, na América Latina, na África e na Ásia, é hoje bem pior do que há 15 anos. Às vezes sofre a tentação do despotismo esclarecido, não do despotismo arrogante e violento.

Um regime forte, sem as influências acintosas de forças econômicas e de parlamentares mesquinhos. Um governo esclarecido que buscasse corrigir as distorções sociais e zelar pela integridade do ambiente.

Li na *Folha da Manhã* que problemas operacionais nas comportas do Canal da Flecha elevaram o nível da Lagoa Feia para a cota 4,5, provocando, segundo os fazendeiros, “a invasão de suas propriedades pelas águas”. É exatamente o contrário: os proprietários é que invadiram a Lagoa Feia. Imediatamente, os ruralistas pressionam a Secretaria de Meio Ambiente de Campos e a SERLA para regularizarem as comportas, a fim de baixar o nível da lagoa. Em 1934, antes que a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense começasse sua gigantesca obra de drenagem de lagoas, informa Hildebrando de Araújo Góes que, quando a Lagoa Feia atingia a cota 5,0 m, seus sangradouros entravam em funcionamento⁴⁴. E ela atingia níveis mais altos. Como déspota esclarecido, tendo as forças armadas me apoiando, eu ordenaria que a cota fosse fixada em 5,0 m e mandaria abrir fendas nos diques. A água se incumbiria de fazer o resto e ocupar seu antigo leito. Está faltando é coragem para enfrentar empresários rurais imediatistas e gananciosos.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 25 de Abril de 2004.

⁴⁴GÓES, Hildebrando de Araújo. *Saneamento da Baixada Fluminense, op. cit.* (p.61).

⁴⁵WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

⁴⁶CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

UM RIO CHAMADO IMBOACICA

Minha mais remota lembrança da Lagoa de Imboacica data de 1959. Meu pai decidiu passar férias em Barra de São João para praticar seu passatempo predileto: a pescaria esportiva. Barra de São João não passava de um povoado sem o mínimo conforto de um balneário da atualidade. Ficamos hospedados numa pensão atrás de um posto de combustível e perto da ponte antiga, hoje em ruínas. Rio das Ostras tinha apenas algumas casas de pescadores em meio a uma vegetação de restinga luxuriante.

Num dia de nossas férias, meu pai quis pescar na Lagoa de Imboacica. Chegamos a ela depois de uma viagem num carro velho que rodou perto de uma hora sobre uma estrada de terra. Eu contava então com 12 anos de idade e me lembro como se fosse hoje de uma parada nas margens da lagoa, completamente agreste e muito mais ancha que atualmente. Lembro-me de um vago manguezal. Mas, acima de tudo, minha memória olfativa registrou indelevelmente um cheiro de lagoa saudável, que evapora com rapidez crescente nos dias que correm.

Numa homenagem nostálgica ao meu olfato de adolescente, empreendo uma viagem mental e sentimental àquele longínquo tempo. Retorno à Lagoa de Imboacica e não encontro mais qualquer resquício de manguezal. Por informação pessoal de Francisco de Assis Esteves, que vem estudando há anos a lagoa, cientifico-me de que nenhum manguezal foi encontrado em seu interior até o momento. Então, retorno ao passado que documentos e livros me relatam. Maximiliano de Wied-Neuwied, um nobre naturalista alemão que realizou uma viagem científica do Rio de Janeiro a Salvador, entre 1815 e 1817, pela costa, surpreendeu as margens da lagoa, em 1815, cultivadas com mandioca, arroz, café e laranja, registrando em suas águas abundância de peixes⁴⁵. Dois anos depois, Aires de Casal informou que “A Lagoa de Boacica, que fica duas léguas ao sul do rio Macaé, e mui próxima ao Oceano, tem duas mil e quatrocentas braças de comprimento, seiscentas na maior largura, e pouco fundo. É salgada, e abundante de peixe, que sobe do mar, depois que se lhe abre um esgotadouro; e recolhe as águas do córrego, que lhe dá nome, do Serraria, do Mutum, do Riacho da Alagoa, e do Riachinho.”⁴⁶

⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

⁴⁸ BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro Apresentado à Respectiva Diretoria em Agosto de 1837*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.F. da Costa, 1837..

⁴⁹ NIEMEYER, Conrado Jacob de et al. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro* coordenada e desenhada pelo engenheiro Pedro Taulois encarregado do Arquivo da Diretoria, sendo presidente da mesma o Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: seção de iconografia da Biblioteca Nacional, 1839, cód. ARC 13-4-18. BELLEGARDE, P. A. & NIEMEYER, C.J. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*, publicada às expensas de Eduardo Bensburg. Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

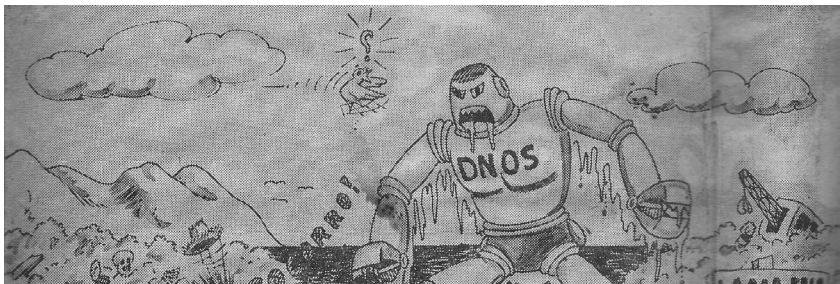
Repetindo as informações de Casal, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire apenas divergiu dele quanto à largura da lagoa, a que atribuiu 60 braças. Acrescentou, por observação sua, que ela era margeada de grandes florestas⁴⁷. O Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde endossou as medidas de Casal e seus afluentes, talvez o copiando⁴⁸. Os dois mais importantes levantamentos cartográficos do século 19 grafam a Lagoa de Imboacica como um rio cujo curso fluía na direção oeste-leste até incidir perpendicularmente sobre a costa atlântica, onde desembocaria⁴⁹. Na representação cartográfica de Bellegarde e Niemeyer, de 1865, tem-se a nítida impressão de que o Córrego de Imboacica, com nascente na Serra de Iriri, engorda em sua foz pelo barramento natural dela por arte do mar, transformando-a numa lagoa com comunicação intermitente com o oceano. Intervenções humanas posteriores teriam consolidado cada vez mais a barra, por tibiaza das águas que alimentavam a lagoa.

A partir dos anos de 1970, a Lagoa de Imboacica passou por um acelerado processo de urbanização decorrente da instalação da Petrobras em Macaé, para a exploração de petróleo e gás natural na plataforma continental. Em consequência, os setores norte e oeste da lagoa sofreram aterros para a construção de casas residenciais e comerciais. A produção de esgoto saturou progressivamente suas águas, que foram eutrofizadas. A comunicação com o mar foi sendo perdida e a lagoa, de salgada que era no século XIX, transformou-se em salobra, junto à barra, e em doce, nas cercanias do Rio Imboacica, no século XX.

Aberturas antrópicas da barra, em períodos de cheia, provocam impactos fortes sobre o ecossistema, com a formação de fluxos em direção à antiga embocadura, que disseminam material poluente retido nas margens. Deve-se levar em conta igualmente a brusca redução do volume d'água, o choque salino e térmico. Tais transformações acabaram por suprimir progressivamente as condições para a existência de bosques de manguezal na lagoa.

Mas quem diria que o pujante Rio Imboacica, retratado em foto de 1957, está reduzido a uma vala melancólica que serve atualmente de limite entre os municípios de Macaé e Rio das Ostras? Faz tempo venho defendendo a restauração e a revitalização de rios. No entanto, creio que perdemos o belo Rio Imboacica para sempre. E as perspectivas para a lagoa de Imboacica não são das mais promissoras.

Visão Social. Macaé (RJ): Julho/agosto de 2006.



Lagoa de Imboacica em 1936 (esquerda) e em 1957 (direita). Acervo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DE VOLTA À LAGOA FEIA

Participei recentemente, no Centro Universitário Plínio Leite, em Niterói, da banca de defesa de dissertação de Amara Ivone de Souza Rodrigues. Geógrafa, ela produziu um trabalho sobre educação com moradores de Tocos, distrito de Campos, sobre a percepção que eles têm da Lagoa Feia. Trata-se de mais uma contribuição a esta que, apesar de todas as agressões, continua sendo a maior lagoa costeira de água doce do Brasil. Há maiores do que ela no litoral, como a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e a Lagoa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, porém as águas de ambas são salobras ou hipersalinas.

Quando os primeiros europeus viram esta imensa lagoa, no longínquo ano de 1632, pensaram que se tratava de um mar interior. O dia estava tão tempestuoso e suas águas tão revoltas que eles a batizaram de Feia⁵⁰, embora de feia ela não tenha nada.

Os registros antigos mostram que ela era ligada à Lagoa da Ribeira, sendo então considerada muito maior do que atualmente. Em 1898, o engenheiro Marcelino Ramos da Silva calculou que ela tivesse uma superfície em torno de 370 km².⁵¹ Em 1929, o sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito dava-lhe 340 km² de espelho d'água⁵². Hoje, ela não passa de 170 km². Isto significa que, no prazo de um século, ela perdeu cerca de 200 km², superfície maior do que a remanescente na atualidade.

Esta rápida e absurda redução não foi natural. Ela se deve às obras realizadas pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, entre 1935 e 1940, e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), entre 1940 e 1990. Com essas obras, ela perdeu volume e lâmina d'água, além de superfície. Sua ligação com as Lagoas da Ribeira e do Açú foi cortada e, numa de suas enseadas, criou-se a Lagoa do Jacaré. Aproveitando as obras do DNOS, proprietários de suas margens construíram diques e se apoderaram de vastas extensões de terras de seu leito.

Uma das mais agressivas intervenções do DNOS consistiu em ligá-la diretamente ao mar pelo Canal da Flecha, que teve sua foz prolongada mar adentro por dois espigões de pedra que estão provocando o engordamento da praia do lado do município de Quissamã e erosão do lado do município de Campos. Em seu leito, foi rasgado um canal na forma de tridente (um símbolo satânico) ligando o Rio Macabu, o Rio Ururai (seus principais afluentes) e o Canal de Tocos ao Canal da Flecha. O golpe final seria a remoção de um vertedouro denominado “durinho da valeta”, o que não foi permitido pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, o núcleo urbano mais importante às suas margens.

Seu leito está cada vez mais raso pelo assoreamento e suas águas eutrofizadas pelo despejo de matéria orgânica e de fertilizantes químicos usados na lavoura. A Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), por decisão judicial, foi obrigada a demarcar a orla da lagoa e sua faixa marginal de proteção, mas tudo indica que os interesses dos proprietários acabarão por prevalecer. Recentemente, por convênios entre os governos federal e estadual, a SERLA ficou responsável por ela e pela extensa rede de canais construída pelo DNOS. Sua inclinação, todavia, revela-se claramente favorável aos proprietários de terra.

Desde o século XVII, existe a percepção de que a lagoa cumpre o papel de um grande estabilizador de águas para a planície fluviomarina. Em 1819, José Carneiro da Silva suspeitou de uma ligação subterrânea entre o Rio Paraíba do Sul e a lagoa⁵³, o que se confirmou em 1837, com as observações do Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde⁵⁴.

⁵⁰MALDONADO, Miguel Aires e PINTO, José de Castilho. Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de Janeiro e São Vicente, com a gentildade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

⁵¹SILVA, Marcelino Ramos da. Carta *Lagoa Feia e suas Dependências*. Petrópolis: Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, 1898.

⁵²BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Defesa contra Inundações: Melhoramentos do Rio Paraíba da Lagoa Feia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

⁵³SILVA, José Carneiro da. *Op. cit.*

⁵⁴BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Op. cit.*

Para que todas as partes interessadas na Lagoa Feia e em outras lagoas, na rede de canais e no sistema de comportas possam discutir, urge ativar o Consórcio do Baixo Paraíba do Sul.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 08 de Janeiro de 2006.

ÁGUAS NA BAIXADA

Antes do governo de Getúlio Vargas, os proprietários rurais adotavam uma certa resignação diante das chuvas e dos alagamentos da Planície. Quem lê *Os Seres*, de Thiers Martins Moreira, e *O Coronel e o Lobisomem*, de José Cândido de Carvalho, há de encontrar esta atitude nos homens rudes do campo. Mas, quando foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, em 1933, transformada em Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em 1940, técnicos imbuídos de uma ideologia de dominação da natureza prometeram jogar no oceano a água acumulada em terra para que esta fosse incorporada à economia dominante da região.

Dois ardorosos defensores deste projeto, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e Alberto Ribeiro Lamego, tiveram dúvidas. O primeiro, ao escrever seu plano para o saneamento da Baixada, em 1929, advertiu os proprietários rurais de que a engenharia não é onipotente e não pode fazer o milagre que se espera dela. Alberto Ribeiro Lamego, por sua vez, esbarrou num problema: transfere-se água excedente do Rio Paraíba do Sul para as lagoas, por meio de canais e destas para o mar; só que as saídas para o mar tendem a ser bloqueadas pelo fechamento de barras em função da forte energia oceânica.

No entanto, os pragmáticos proprietários rurais e engenheiros, com uma visão imediatista, utilitarista e manipuladora, esqueceram os ensinamentos de Lamego sobre a geologia da planície fluvio-marinha e as desconfianças de Saturnino de Brito, passando a animar a economia agroindustrial e pecuária com cada vez mais drenagem de lagoas, o encurralamento das águas dos rios e o lançamento de água doce ao mar. Esta doutrina continua vigorando. Com as chuvas do final de 2005, as terras baixas da planície ficaram alagadas em grande parte, afetando a economia rural. Lagoas inteiras ou parcialmente drenadas tendem a retornar a seu leito, ao contrário do que defendem alguns técnicos arrogantes. Sobre esta questão, faço três considerações.

1- Não podemos nos esquecer de Saturnino de Brito, num de seus momentos de grande lucidez, nem dos estudos de Lamego sobre a formação geológica da Planície aluvial e das restingas. Por mais sofisticada que seja a tecnologia, jamais será possível submeter totalmente a natureza. Basta lembrar os maremotos e os furacões, que assolaram o mundo neste último ano. Dos proprietários rurais, dos ceramistas, dos poderes públicos municipais e da SERLA, espera-se que baixem a bola e entendam que deveremos viver sempre com o risco de submersão de terras e de prejuízos econômicos. Os canais e as comportas nunca conseguirão dominar a realidade primeva da Planície. Até certo ponto, é preciso conviver com esta realidade.

2- O estrago causado pelo DNOS aos ecossistemas aquáticos continentais (rios e lagoas) não pode mais ser revertido totalmente; só em parte. Na condição de ecologista, reconheço esta realidade e não pleiteio uma volta aos áureos tempos dos goitacás, puris, coropós e guarus. Contudo, também não é mais possível que os interesses dominantes continuem determinando o que o poder público deve fazer. Cumpre reconhecer que há interesses em jogo e conflitos sociais e políticos, caso queiramos encontrar soluções parciais para os problemas. Os proprietários rurais só querem água doce quando lhes

interessa. Para tanto, detêm algum controle das comportas e não hesitam em fazer barragens ou extrair água para irrigação, reclamando de qualquer pagamento a ser feito por esse uso. Abominam a água salgada ou salobra tanto quanto o excedente pluviométrico. Parece que sua maior ambição agora é cooptar São Pedro.

Já os pescadores precisam de água doce, salgada e salobra para o exercício de sua atividade. Seus interesses se chocam com os dos ruralistas. Ainda há conflitos de interesses entre os municípios e críticas dos ecologistas a todos, não obstante estes entenderem que os danos menores ao meio ambiente sejam causados pela pesca. Porém, não heroificam o pescador.

3- Em momentos como o que os municípios estão passando, com excesso de água nas partes baixas por conta das chuvas, os proprietários rurais e os dirigentes das entidades que os representam se lembram logo do DNOS, numa atitude nostálgica. De fato, estamos carecendo de um órgão federal, estadual ou comunitário que assuma o controle das comportas e canais, mas com uma visão ecológica que o DNOS não tinha, muito pelo contrário. Teoricamente, o órgão mais indicado seria a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). No entanto, ela nunca conseguiu assumir o lugar que lhe cabe. Enquanto lidou com obras, não passou de um DNOS estadual. Agora, sujeita-se aos interesses mais mesquinhos, além de não contar com o apoio do Governo Estadual. A questão não pode ficar nas mãos de particulares, de associações de classe, nem de Prefeituras. A orientação deste órgão novo deve ser ecológica e fortalecer consórcios comunitários, não entrando em ação somente quando a situação se torna emergencial.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 24 de setembro de 2006.

BREJOS

Coordeno regionalmente um levantamento de áreas úmidas, com o fim de formular uma proposta de proteção a lagoas e banhados para a Convenção RAMSAR, que reconhece a criação de sítios importantes a serem protegidos como locais de procriação de peixes e de aves. Este levantamento tem se restringido ao Norte Fluminense, onde se encontram lagoas e banhados expressivos. No tabuleiro, existem antigos rios que corriam para o mar e que foram barrados por cordões arenosos nos últimos 5 mil anos. Na planície aluvial, formada por sedimentos argilosos transportados pelo Rio Paraíba do Sul e por outros, há enormes lagoas, destacando-se a Feia. Nas duas restingas, encontramos antigos rios que foram barrados e se tornaram lagoas perpendiculares à linha costeira. Há também lagoas paralelas à costa, resultantes do recuo do mar.

No noroeste fluminense, existe apenas uma lagoa em Miracema, denominada de Preta. Ela está numa lista feita pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) baseada no levantamento cartográfico do IBGE para todo Brasil, datado de 1967. Certa vez, convidaram-me a fazer uma palestra em Miracema e perguntaram quanto eu cobraria. Cobrei uma ida à Lagoa Preta. Chegando lá, constatei tratar-se de uma antiga represa, talvez do século XIX, o que não lhe tira a importância em termos de área úmida.

Nas andanças da equipe formada por professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense e por mim, muitas lagoas e banhados têm sido levantados. Temos notado também uma quantidade enorme de áreas embrejadas em depressões da planície e do tabuleiro. São ambientes pequenos formados por afloramento do lençol freático ou por acumulação de água de chuva, mas, nem por isso, desprovidos de importância. Bem ao contrário, notamos que, nestas áreas, é notória a superioridade da biodiversidade

vegetal em relação às lavouras e pastagens ao seu redor. Notamos também a acorrida de aves silvestres em direção a elas à procura de alimentos.

Nas minhas viagens semanais a Bom Jesus do Itabapoana, cada vez mais fico atento aos incontáveis brejos do Noroeste Fluminense, com as mesmas características dos brejos do tabuleiro e da baixada. Venho notando que eles ficam isolados no meio de campos agrícolas e pecuários, sem nenhum uso econômico. Por que, então, não fazer um acordo com os proprietários para cercá-los e destiná-los a uma zona ecológica? Seria o começo da reconstrução dos ambientes destruídos no Noroeste Fluminense, região que vai de mal a pior em todos os sentidos. Minha intenção é fazer uma proposta para a proteção destes ambientes por meio de um novo projeto.

Jornal Mania de Saúde. Noroeste Fluminense (RJ): dezembro de 2006.

O Debate nº. 57. Macaé (RJ): 02 a 08 de março de 2007.

ACÇÃO ILEGÍTIMA DA SERLA

Que se saiba, nunca houve, no Brasil, uma lei para proteger ecologicamente os ecossistemas hídricos continentais. Desde o período colonial, às margens de rios e lagoas, existem as faixas de servidão pública, que visam mais à garantia de trânsito das pessoas do que à proteção dos ecossistemas aquáticos. As áreas de preservação permanente, instituídas pela Lei nº. 4.771/65 (Código Florestal), voltam-se mais para a proteção da vegetação nativa. O Decreto nº. 24.643/34 (Código de Águas) tinha em mente, sobretudo, resguardar os rios e lagoas para navegação e geração de energia elétrica.

Só bem mais recentemente, sancionou-se a Lei nº. 9.433/97, instituindo a Política Nacional dos Recursos Hídricos. O termo “recurso” já denota a importância da água. Observe-se que não se cria a Política Nacional dos Ecossistemas Aquáticos Continentais. À luz dessa lei, tais ecossistemas são vistos apenas pelo seu lado hídrico. Existe, no texto legal, uma forte preocupação com a escassez da água doce, quer pela perda crescente dela em termos quantitativos, quer pelo seu comprometimento em termos qualitativos. Mas, pelo menos, instituiu um sistema de gestão (palavra detestável e bem mercantil) participativa, por meio de comitês e de agências de bacias. Cópia do sistema francês, a Política estabelece que o comitê é o poder legislativo da bacia, reunindo representações de todos os interessados, enquanto que a agência é o poder executivo, que coloca em prática as decisões do comitê. Um dos principais instrumentos da Política é a cobrança pelo uso da água. Por aí, já se vê claramente que água é igual a dinheiro.

Um pequeno avanço foi verificado na Lei nº. 3.239/1999, que instituiu a Política Estadual dos Recursos Hídricos. Pelo menos, ela estabelece alguns instrumentos de proteção aos ecossistemas aquáticos continentais superficiais e subterrâneos.

Antes que o governo estadual dividisse o território em Macrorregiões Administrativas e, mais recentemente, em Regiões Hidrográficas, já havia nascido em Campos um movimento pela administração do baixo curso do Rio Paraíba do Sul. Ele se reuniu no chamado GT-Foz, foro democrático por abrir a participação a todos os interessados. É bem verdade que vários óbices foram enfrentados, notadamente a falta de apoio das Prefeituras. Já naquela época, havia sintomas do caráter autoritário e golpista dos ruralistas. Eles queriam a administração da rede de canais sem a presença de pescadores e ecologistas. Não deu certo.

De Grupo de Trabalho, a duras penas, avançou-se para um Consórcio do Baixo Paraíba do Sul que está legalizado e já deveria estar funcionando permanentemente

há muito tempo. A nova divisão do Estado em dez Regiões Hidrográficas finalmente consertou um erro: juntou as bacias do baixo Paraíba do Sul e da Lagoa Feia numa unidade. No entanto, surgiu um outro problema: a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) entendem que a Bacia da Lagoa Feia é estadual, embora a rede de canais construída pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento seja federal. Abandonada, a rede acabou passando para a administração do Estado, por meio da SERLA. Na Região Hidrográfica IX, reunindo as bacias do baixo Paraíba do Sul e da Lagoa Feia, só poderá haver um comitê, com a possibilidade de dois subcomitês. Como eles funcionariam, se um subcomitê ficaria sob supervisão do Estado para gerir a Lagoa Feia e outro subordinado ao CEIVAP?

Desconhecendo a história geológica, hidrológica e econômico-social, o governo do Rio de Janeiro não consegue ou não quer perceber o caráter federal do conjunto. A SERLA pode gerenciar a rede de canais que liga o baixo Paraíba do Sul à Lagoa Feia, mas nunca poderá propor a criação do Grupo de Ação Integrada (GAI), reunindo a própria SERLA, pelo menos quatro Prefeituras e as representações de ruralistas e usineiros. Para simular legitimidade, o GAI (cujo nome parece indicar uma organização militar) convidou representante dos pescadores. Este Grupo vai receber dotações financeiras para manter uma Força Tarefa (outra expressão militar) a fim de atacar os canais e promover a sua desobstrução em nome dos interesses de ruralistas e usineiros. Assim, SERLA, Prefeituras, ruralistas e usineiros, por meio de suas organizações, revelam claramente sua ilegitimidade, seu golpismo e seu caráter sabotador. Trata-se de um grupo parasocial que deve ser denunciado ao Ministério Público e ao Judiciário, já que seus criadores não querem resolver os conflitos dentro do Consórcio.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 12 agosto de 2007.

BAIXEZA NA BAIXADA: TRAGÉDIA EM TRÊS ATOS

Primero Ato. A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento foram criados durante um período de Estado intervencionista na economia, algo próximo ao Estado de Bem-Estar Social, inaugurado nos Estados Unidos com o primeiro governo Roosevelt, em 1933. Saliente-se que a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense foi criada em 1933 e começou a operar em 1935. O sucesso levou a sua promoção ao plano nacional com o nome de Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em 1940.

É oportuno lembrar também que o DNOS nasceu sob o Estado Novo, um regime ditatorial imposto ao Brasil em 1937. Particularmente, o DNOS beneficiou-se muito dos regimes autoritários. Seu último período de esplendor ocorreu no regime militar inaugurado em 1964 e encerrado em 1985. É bem verdade que um decreto de João Goulart conferiu ao órgão o estatuto de quase um Estado dentro de outro Estado.

Tanto a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, quanto o DNOS operaram numa época em que todos os setores da sociedade aplaudiam seu trabalho. O apelo maior ficava por conta do saneamento, embora esta expressão encobrisse a drenagem de terras para a agricultura e a pecuária. Como a legislação de meio ambiente foi muito complacente até 1981 (Lei federal nº. 6.938/81 instituindo a Política Nacional de Meio Ambiente), o DNOS flanava completamente solto. Mas, em 1978, o DNOS começou a enfrentar resistências dos pescadores, grupo tradicionalmente excluído pelo órgão, e dos ecologistas, que começaram a questionar o paradigma cartesiano que norteava suas obras.

Em 1984, o recém-criado Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) exigiu do DNOS, pela Resolução nº. 12, estudos das consequências ambientais das obras em execução e dos projetos programados para o Estado do Rio de Janeiro. Como o órgão nada fez, no prazo concedido de 360 dias, o CONAMA expediu a Resolução nº. 2, em 1986, prorrogando o prazo para mais 270 dias. Nada foi feito pelo DNOS, mas, pelo menos, o órgão já não estava mais solto como antes.

Segundo Ato. Não foram os impactos ambientais e as críticas dirigidas ao DNOS que determinaram sua extinção, no primeiro pacote de medidas do presidente Fernando Collor de Mello, mas sim o novo período que se inaugurava na política brasileira, na qual o Estado se encolhia e se enxugava. É o que se chama de neoliberalismo. Extinto o DNOS, instalou-se uma grande desordem no Norte Fluminense. A SERLA deveria ter assumido o lugar do DNOS com uma política ecológica de ação. No entanto, comportas e canais ficaram à mercê de quem se impusesse. Os municípios, mormente Campos, interferiram na extensa malha de canais de acordo com seus interesses. O mesmo faziam as associações classistas de ruralistas e usineiros. A acefalia era tão grande que até os proprietários usavam a rede a seu bel prazer. A atuação era pautada por técnicas completamente empíricas, visando interesses particularistas e imediatistas.

Terceiro Ato. O terceiro momento começa com a Lei nº. 9.433, de 1997, instituindo a Política Nacional dos Recursos Hídricos que estabeleceu a cobrança pelo uso de água e exigiu que os recursos financeiros advindos dela só poderiam ser investidos na própria bacia fornecedora, se os moradores de seu âmbito criassem um comitê de bacias. O Estado do Rio de Janeiro também sancionou sua lei e dividiu seu território, primeiro em sete macrorregiões administrativas; depois, em dez regiões hidrográficas. Cada região deveria ter apenas um comitê e tantos subcomitês quantos fossem necessários. No baixo curso do Rio Paraíba do Sul, criou-se um grupo de trabalho para instalar um consórcio que avançaria para um comitê. A região hidrográfica IX passou a incluir também a bacia da Lagoa Feia, intrinsecamente ligada ao Paraíba do Sul no seu trecho final.

No entanto, em vez de apoiar a instalação e o fortalecimento do consórcio, a SERLA propôs um convênio com quatro Prefeituras do baixo Paraíba do Sul e com os ruralistas e usineiros, a fim de empreender obras emergenciais, onde necessárias, na rede de canais. Se o CONAMA exigiu estudos de impacto ambiental para o DNOS, agora o governo do Estado não exige mais nada. As obras, quando são licenciadas, recebem apenas licença simples. A SERLA promoveu uma regressão, na medida em que ataca a rede de canais de qualquer maneira, sem a participação da sociedade civil, usando técnicas completamente ultrapassadas por serem antiecológicas.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 30 de setembro de 2007.



MOBILIZAÇÕES ESTÉREIS

Novamente, volto a escrever sobre a situação atípica de gestão das bacias do Baixo Paraíba do Sul e da Lagoa Feia. Têm ocorrido, pelo Norte Noroeste Fluminense, encontros de mobilização em defesa da Região Hidrográfica IX. Para o eventual leitor de minha coluna que não compreendeu o que venho escrevendo ou para aquele que, por acaso, lê estas linhas agora, é preciso voltar a explicar. Tratarei do assunto por tópicos.

1 – Depois de duas tentativas artificiais e equivocadas de dividir o Estado do Rio de Janeiro em regiões hidrográficas, conseguiu-se dar um passo acertado com a redivisão do território estadual em dez regiões hídricas. A mais problemática foi a que envolveu o baixo Paraíba do Sul e a Lagoa Feia pela complexidade de sua formação geológica, pelas características hídricas e pela sua história. Chegou-se à conclusão de que, na planície fluvio-marinha, o Rio Paraíba do Sul foi responsável pela formação da Lagoa Feia. Assim, sua foz original a incluía e chegava a envolver também a foz do Rio Guaxindiba. A solução mais lógica, por conseguinte, seria desmembrar a bacia da Lagoa Feia da região do Rio Macaé e vinculá-la ao baixo Paraíba do Sul. Foi o que se fez no único encontro de mobilização em favor do Rio Paraíba com caráter produtivo, ocorrido em Quissamã. O anterior, realizado em Campos, foi muito confuso. Os de Santo Antônio de Pádua e de São João da Barra, recentemente ocorridos, resumiram-se a palestras repetitivas e a visitas a lugares problemáticos.

2 – No encontro de Quissamã, ficou definido, portanto, que a Região Hidrográfica IX abrange o baixo curso do Paraíba do Sul, de Itaocara à foz, com seus afluentes Pomba e Muriaé, com a Lagoa Feia e seus afluentes diretos e indiretos, com seus defluentes e com todas as lagoas ligadas ao processo de formação deltaica e mais ainda as lagoas que estão protegidas pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

3 – Logo em seguida, as chuvas de janeiro e fevereiro e a longa estiagem de inverno e primavera, do ano de 2007, levaram a SERLA a propor a criação de um

grupo emergencial para dragagem e limpeza de canais, bem como para a reforma e a construção de diques, na expectativa de um novo dilúvio no verão de 2008. Este grupo, que se convencionou chamar de Grupo de Ação Integrada (GAI), reúne os municípios de Campos, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, exatamente os mais cortados pelos canais construídos pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento, ruralistas e usineiros. Há uma representação de fachada dos pescadores a fim de aparentar legitimidade. Seria bom que os quatro representantes da economia pesqueira se retirassem do grupo, que, no meu entendimento, é ilegítimo e ilegal. Ilegítimo por não reunir representantes de todos os setores interessados na gestão da bacia. Ilegal porque não encontro, na Lei Nacional de Recursos Hídricos, lugar para um órgão classista. Não sem razão, ingressamos com representações nos Ministérios Públicos Federal e Estadual, arguindo a legalidade do GAI.

4 – As reuniões de trabalho do espúrio grupo só cuidam dos interesses dos ruralistas e usineiros, promovendo forças-tarefas em prol da economia agropecuária e da agroindústria sucroalcooleira. A cúpula da SERLA aparece na região para vistoriar as obras de dragagem e de reparos. Nada de promover ou estimular o Grupo de Trabalho da Foz (GT-FOZ) a construir o grande Comitê de Bacia da Região Hidrográfica IX. Chega de palestras e de inspeções.

5 – Um trabalho escrito por pesquisadores, ainda a ser divulgado, propõe, para RH IX, a criação de um Comitê de Bacia, já que cada Região Hidrográfica só pode ter um, e quatro Subcomitês: 1 – Subcomitê do Rio Pomba; 2 – Subcomitê do Rio Muriaé; 3 – Subcomitê da Foz do Paraíba e Canais e 4 – Subcomitê da Lagoa Feia e afluentes diretos e indiretos. Propus ainda o Subcomitê do Rio Guaxindiba, Lagoa do Campelo e canais da margem esquerda do Paraíba do Sul, por entender que o Paraíba do Sul capturou também a foz do Guaxindiba.

6 – É nisto que temos de trabalhar. O Comitê da RH-IX não vai se formar da noite para o dia. O GT-Foz não pode se desfazer ainda, pois sua tarefa é muito longa e árdua. É preciso todo um estudo de impacto ambiental relativo às obras do DNOS para fins corretivos. Precisamos adotar práticas ecológicas na gestão dos canais e não um tratamento meramente hidráulico. Precisamos de um fórum geral e de fóruns descentralizados que permitam uma gestão participativa múltipla, integrada e ótima, tanto quanto a resolução de conflitos de interesses de forma civilizada.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 14 de outubro de 2007.

DIQUES

Pela perspectiva ecológica, rios e lagoas criam as próprias margens. Dois leitos são reconhecidos para ambos. No período da estiagem, seu leito se reduz. É o que se chama de leito menor. Com as chuvas, as águas sobem e criam o leito maior. Há rios, todavia, que constroem diques. É o caso dos cânions, formados por rios que escavam e aprofundam os leitos. Assim, suas margens adquirem forma de parede. As oscilações da lâmina d'água ocorrem no sentido vertical, e não no sentido vertical-horizontal, como na maioria dos rios e lagoas.

A pulsação hídrica nos ecossistemas aquáticos continentais é de fundamental importância, porque cria nichos para a procriação e para o desenvolvimento de espécies animais, além de construir uma faixa de segurança para atividades econômicas. Esta pulsação pode ser comparada, metaforicamente, à sistole e diástole do coração, à inspiração

e expiração dos pulmões, tão vitais para os pulmonados.

Qualquer intervenção humana no ambiente deveria considerar as pulsações de rios e lagoas, tanto para não causar impacto negativo a estes ecossistemas, quanto para evitar problemas econômicos e sociais. Na planície fluviomarinha da região norte do Estado do Rio de Janeiro, só para tomar um exemplo que nos é familiar, a arrogância da cultura ocidental, expressa pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), principalmente, pretendeu domesticar os ecossistemas aquáticos continentais por vários instrumentos e um deles o dique.

Já no século XIX, o Rio Paraíba do Sul, de Itereré (onde a rocha confina com terrenos baixos) a Campos, poder público e particulares mandaram seus escravos erguerem diques para proteger suas terras das cheias. Suas marcas ainda estão presentes. Mas o que se nota é que tais diques paralelos ao curso do rio deixavam uma considerável área de segurança para espraiamento das águas durante as chuvas. Isto pode ser constatado em direção a São Fidélis ou na rua Miguel Herédia. Aos poucos, os diques foram estrangulando o Rio Paraíba do Sul e o obrigando a se expandir verticalmente nas cheias. Esta engenharia soberba julgou ser fácil domar a força das águas, roubou grandes áreas para expansão horizontal-vertical do excedente hídrico e se apropriou de terras, para o crescimento urbano e para a agropecuária, sem se preocupar com os perigos a que expunha a sociedade e a economia supostamente beneficiadas.

Outros diques mais foram construídos, sem a finalidade de conter águas de cheia em jaulas, mas que produziram o mesmo resultado. As ferrovias e rodovias que correm paralelas às margens de rios reduzem o leito maior e privam os ecossistemas aquáticos de grandes áreas de várzeas. Não há sequer a preocupação de se instalarem sistemas de circulação de água sob os leitos das vias. Quando eles existem, suas dimensões são tão insignificantes que não resistem ao ímpeto das cheias. Mas a engenharia de estradas também deseja contribuir para que extensas e férteis áreas fiquem disponíveis para a incorporação de terras à economia por grandes proprietários.

Há também os diques transversais construídos em rios e lagoas. Falamos ainda de estradas que seccionam ecossistemas aquáticos sem lhes permitir que suas águas circulem. Quanto a rios, no Norte Fluminense, basta olhar para as rodovias construídas pela União, pelo Estado e pelos Municípios. O modelo que vimos tomando forma é o da estrada que liga São Francisco de Itabapoana a Barra do Itabapoana. No caso de lagoas, é visível o caso da Lagoa Grande, cortada pela Estrada dos Ceramistas.

Os diques de pedra, de alvenaria e de terra construídos pelo DNOS de Campos a São João da Barra, pela margem direita, e de Campos a São Francisco de Itabapoana, pela margem esquerda, representam verdadeiros atos de violência contra o Rio Paraíba do Sul, mas nos tornamos reféns deles. Porém, os rios, sem nenhuma intenção de vingança, continuam tentando atingir seus leitos maiores. Assim, rompem diques, estradas e represas. Quando não conseguem, passam por cima deles. A última cheia, em janeiro de 2007, abalou os diques em 119 pontos, no seu trecho campista, segundo a Defesa Civil. A Prefeitura prioriza manilhar o Córrego do Cula em vez de efetuar reparos urgentes no dique, já que se prevê uma nova cheia, a meu ver por conta de mudanças climáticas.

Mas não me detenho apenas em colocar esparadrapos em ferimentos dos diques. Em médio prazo, é preciso afastar os diques, onde for possível, para devolver a rios e lagoas áreas vitais para sua pulsação.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 18 de novembro de 2007.

Informativo do Instituto de Estudos Valeparaibanos. Guaratinguetá (SP). agosto de 2008.

DNOS: APOGEU E QUEDA

Como síntese do propósito de dominar as águas na Baixada dos Goytacazes, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) levou quase até o fim um projeto que consistia em conter as cheias do Rio Paraíba do Sul, por meio da elevação e consolidação de um dique de alvenaria estendendo-se de Itereré à cidade de Campos e, daí em diante, de um dique de terra, pela margem direita. Na margem esquerda, foi erigido um dique-estrada de terra. De Itereré até próximo à localidade de Barcelos, foram construídos oito canais de drenagem e de irrigação, com tomadas d'água no Rio Paraíba do Sul protegidas por comportas manejáveis, a fim de aduzir água para a bacia da Lagoa Feia. Na margem esquerda, a ideia do Canal Norte ou Grande Canal vingou com a construção do Canal do Vigário, aduzindo água do Paraíba do Sul para a Lagoa do Campelo, e com o Canal Engenheiro Antônio Rezende, ligando a Lagoa do Campelo ao oceano, na praia de Guaxindiba. A instalação de comportas automáticas no Córrego da Cataia, construído pela natureza não humana, só permitia a saída de água da Lagoa do Campelo para o Rio Paraíba do Sul, não o contrário.

Quanto à Lagoa Feia, suas águas defluiriam para o mar através do Canal da Flecha e teriam seu nível estabilizado na cota +3 IPC mediante uma bateria de quatorze comportas manejáveis. As margens da lagoa seriam demarcadas com um cinturão de diques que possibilitasse usar o grande manancial para a irrigação, invertendo-se o curso dos canais no período da estiagem. Esses diques margeariam também os baixos cursos dos afluentes da lagoa, assim como o Canal da Flecha até as comportas. Para evitar o acúmulo de sedimentos na foz dos Rios Ururá e Macabu, que tiveram seus cursos inferiores retilinizados, bem como na foz do Canal de Tocos, que desemboca na Lagoa do Jacaré, braço formado na Lagoa Feia por invasões de proprietários, o DNOS concebeu um canal submerso em forma de tridente que rasgaria o leito da Lagoa Feia de modo a formar um fluxo que transportasse os sedimentos para as comportas do Canal da Flecha, onde seriam retirados com dragas.

Para tanto, contudo, tornava-se necessário remover um vertedouro natural existente na origem do Canal da Flecha, denominado pelos pescadores de Durinho da Valeta. Na confluência da Lagoa de Cima com o Rio Ururá, seria construída também uma barragem regularizadora das cheias. Como ponto final, e também canto de cisne do DNOS, cumpria fixar a Barra do Furado, prolongando-se o Canal da Flecha mar adentro por meio de dois molhes de pedra, solução, aliás, já proposta pelo engenheiro Candido Borges.

Se o DNOS tivesse levado seus planos até o fim, o Rio Paraíba do Sul passaria a desembocar por um novo delta, este *sui generis*, constituído de três grandes braços: o principal em Atafona – com duas bocas –, o Canal da Flecha e o Canal Engenheiro Antonio Resende. Não foi possível, todavia, ultimar a ligação Paraíba do Sul-oceano pela margem esquerda, remover o Durinho da Valeta, endicar a Lagoa Feia, afluentes e defluente, construir a barragem na origem do Rio Ururá e concluir os molhes prolongando o Canal da Flecha. Antes mesmo de ser extinto, oficialmente, pelo primeiro pacote de medidas do presidente Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1989, o DNOS já estava combalido e não dispunha de mais recursos para levar adiante seu ambicioso projeto de reforma da natureza. Isto sem considerar a resistência que lhe opuseram alguns segmentos da sociedade.

UM DNOS ESTADUAL

⁵⁵GÓES, Hildebrando de Araujo. *Op. cit.*

⁵⁶MENEZES, Camilo de. *Op. cit.*

Antes de iniciar seus trabalhos de dragagem e drenagem das planícies do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, criada em 1933, passou dois anos diagnosticando os problemas que deveria atacar. Em 1934, ficou pronto o famoso relatório *Saneamento da Baixada Fluminense*, redigido por Hildebrando de Araujo Góes⁵⁵, levantando todas as planícies do Estado. Nunca mais se escreveu um relatório deste porte, com exceção, quiçá, de *Descrição Hidrográfica da Baixada dos Goitacases*, de Camilo de Menezes⁵⁶, em 1940 e até hoje não publicado. Ambos, ainda hoje, são ponto de referência para quem deseja estudar a realidade geográfica estadual e regional anterior às intervenções antrópicas empreendidas pela Comissão e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), sucessor da primeira.

Na fase do DNOS (1940-1989), que se saiba, não houve mais levantamentos e planos de intervenção geral para dragagem e drenagem. As iniciativas eram pontuais e improvisadas. Abre-se um canal projetado aqui. Este vai trazer consequências acolá. Então, abre-se outro, e assim sucessivamente. O resultado foi um novelo de barbante com cerca de 1400 km de extensão. Em momento algum, houve preocupação com a economia pesqueira e com o ambiente. Tal rede tencionava apenas beneficiar a economia dominante da cana, do açúcar e do gado.

Não se pode dizer que o DNOS inaugurou um estilo mecanicista de tratar a natureza. A ideia de retilinizar rios e rasgar canais geométricos vinha do século XIX e de outros países. As obras de dragagem e drenagem valendo-se da geometria euclidiana, contudo, tornaram-se soberanas com o DNOS. Governos estaduais e municipais passaram a imitá-lo. No Estado do Rio de Janeiro, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) nasceu embebida nesta concepção, em 1975. Ela já estava sendo então criticada por cientistas e ecologistas, mas continuou a ser praticada até hoje. O órgão perdeu seu braço de obras. No entanto, usou um braço mecânico por meio de convênios com municípios e ruralistas, como está fazendo por intermédio do Grupo de Ação Integrada (GAI), agora sutilmente denominado grupo de trabalho responsável pelo espólio do DNOS.

Depois de jogar dinheiro público fora, em 2007 e no início de 2008, na “limpeza” de canais, o engenheiro José Carlos Mendonça, coordenador (ou que outro nome tenha) do grupo liderado pela SERLA, declarou a um jornal local que está sendo estudada “a possibilidade de reformular os canais da Baixada com o objetivo de aumentar a sua capacidade de drenagem (...) os canais poderão ter seu nível rebaixado e as calhas ampliadas” (...) após empreender-se “um diagnóstico da situação de toda a malha”. Isto significa rebaixar o fundo e alargar as margens dos canais. Não se trata mais de uma simples “limpeza” ou de uma “redragagem”. É uma obra de muito mais fôlego.

Cabe lembrar que, nos estertores do DNOS, pescadores e ecologistas conseguiram do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) duas Resoluções (012/1984 e 002/86) exigindo do DNOS estudos sobre as consequências ambientais das obras em execução e das obras programadas para o Estado do Rio de Janeiro. Requeriam ainda relatórios corretivos de impacto ambiental referentes a obras efetuadas nas lagoas costeiras do mesmo Estado. O DNOS não as cumpriu e deixou também esta dívida no seu espólio, hoje sob a responsabilidade do GAI (ou que outro nome tenha).

Sentindo-se ainda bastante forte, o DNOS alegou falta de recursos financeiros para cumprir as duas Resoluções do CONAMA, que ainda estava bastante fraco. Agora,

os tempos mudaram. Primeiro, entendo que esta grande reforma da rede de canais do Norte Fluminense deveria ser comandada pelo Comitê da Região Hidrográfica IX, que, por enquanto, é só uma promessa. Segundo, inimaginável, atualmente, que um empreendimento desta envergadura seja executado sem Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Em breve, os Ministérios Públicos Federal e Estadual estarão sendo informados sobre a intenção do DNOS estadual.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 09 de março de 2008.

AS LAGOAS DO PAU FUNCHO

As terras que compõem a Fazenda Santa Rita do Pau Funcho situam-se entre a Lagoa de Cima e o Morro de Itaoca. Geologicamente, a propriedade rural engloba terrenos muito antigos, com mais de seiscentos milhões de anos (formações geológicas pré-cambrianas), terrenos de tabuleiro, com cerca de 60 milhões de anos, e terrenos holocênicos, com idades recentes a partir de 5 mil anos.

Em seu interior, existe ainda o leito de uma das lagoas geminadas do Pau Funcho. Ambas, a rigor, podem ser consideradas áreas ripárias, ou seja, áreas marginais ao Rio Ururai sujeitas à inundação na época das cheias. Ainda hoje, quando chove bastante, as duas lagoas tentam recuperar seus antigos leitos, como aconteceu no verão de 2002/2003 e de 2007.

A vegetação nativa é constituída de mata ombrófila densa, que vem a ser um tipo de mata atlântica verde o ano inteiro pelo excesso de umidade. A área total da fazenda gira entre 995,6 e 1.221,0 hectares. A atividade principal praticada nela foi a cana de açúcar. Para tanto, ela contou com a contribuição gratuita da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, núcleo original do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, que, na década de 30, abriu dois canais de drenagem e praticamente eliminou as duas Lagoas do Pau Funcho. O uso do solo pelos proprietários foi insustentável do ponto de vista ecológico. Assim, a sua fertilidade foi decrescendo e a produtividade de cana foi decaindo.

Arrolada entre os imóveis rurais improdutivos da região pelo Incra, a fazenda de Santa Rita do Pau Funcho foi ocupada pelo MST. O Sindicato Rural de Campos provocou o Ibama local, que expediu parecer bastante correto sobre as áreas de preservação permanente no interior da fazenda que deveriam ser respeitadas no zoneamento e no parcelamento do solo. Seus proprietários também contrataram um parecer técnico bastante detalhado a um engenheiro florestal. Um técnico do Ibama do Rio de Janeiro, no entanto, num terceiro parecer, apresentou números completamente divergentes dos dois anteriores. Há ainda um parecer do Incra também francamente favorável a um uso insustentável do solo.

Como a desapropriação para fins de reforma agrária foi questionada na Justiça, o Juiz teve, em suas mãos, uma massa de informações disparatadas que mais confundem do que esclarecem.

Se os antigos proprietários surrupiaram a fertilidade do solo em busca de ganhos fáceis e acabaram por esgotá-lo, entende-se que o Incra, o MST e o governo do Estado do Rio de Janeiro, que se meteu onde não foi chamado, não podem reproduzir os antigos padrões de uso. Neste sentido, antes de efetivar o assentamento das famílias, deveria haver o zoneamento ecológico-econômico do solo distinguindo Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Florestal Legal.

As Áreas de Preservação Permanente deveriam passar por um processo de restauração de sua vegetação nativa, trabalho que, promovido pelo Incra com a colaboração do Ibama, do Instituto Estadual de Florestas e de instituições de pesquisa, como a UENF, pode gerar emprego na coleta de sementes, no preparo de mudas, nos tratamentos de tais mudas em viveiros e depois nos terrenos a serem revegetados.

O mesmo se aplica à constituição da Reserva Florestal Legal, correspondente a 20% do total da área desapropriada, não incluídas as Áreas de Preservação Permanente.

No conjunto, as Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal contribuiriam indiretamente para as atividades agropecuárias a serem desenvolvidas no assentamento, provendo-o de umidade e contribuindo para melhorar a fertilidade do solo.

A Lagoa do Pau Funcho dentro da área deveria ter seu espelho d'água demarcado na cheia máxima, contando, a partir dele, cem metros nas margens, o que constituiria a faixa marginal de proteção básica, que deveria ser ocupada com a vegetação nativa suprimida.

Além da agropecuária, o MST poderia pensar em explorar o ecoturismo e outras atividades, como a apicultura. A piscicultura é bastante perigosa quando praticada com espécies exóticas, pois a fuga delas para a lagoa e para o Rio Ururá causaria desequilíbrios ambientais ainda maiores do que aqueles já existentes.

O MST tem um compromisso com a proteção ambiental, expresso no seu primeiro mandamento. O Judiciário deveria considerar estas sugestões, todas elas com amparo legal, em sua decisão. Um ecologista autêntico defende a reforma agrária, mas não práticas devastadoras do meio ambiente, como vêm acontecendo em outros assentamentos do MST na região e pelo Brasil afora. No final, como acabou a história da Lagoa do Pau Funcho? Ela foi aterrada com o consentimento dos próprios assentados. Cabe agora salvar a outra, incluindo-a no Parque do Morro do Itaoca, que fica melhor sob responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro, seja como unidade isolada, seja incorporada ao Parque Estadual do Desengano.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 06 de abril de 2008.

BANHADO DA CATAIA

Na última quinta-feira, participei de uma audiência no Ministério Público Estadual em que o Promotor de Justiça Marcelo Lessa tentou um acordo provisório, entre proprietários rurais e pescadores, em relação ao Banhado da Cataia. Para quem não sabe, com a constituição de uma grande restinga, entre o Cabo de São Tomé e a Praia de Manguinhos, nos últimos cinco mil anos, várias lagoas foram formadas entre o tabuleiro e a restinga. Nesta, a maior de todas é a Lagoa do Campelo.

Antes que a região fosse ocupada por povos nativos e por europeus, esta lagoa ligava-se ao Rio Paraíba do Sul por um córrego que, mais tarde, recebeu o nome de Cataia. Como a Lagoa do Campelo é ligeiramente mais alta que a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, na época das cheias, as águas subiam do rio para a lagoa. Nas estiagens, as águas fluíam da lagoa para o rio, num processo muito lento que permitiu a formação de um grande banhado entre o rio e a lagoa. Nele, os peixes que vinham do rio subiam o córrego e se espalhavam para se alimentar e procriar.

Quando os portugueses iniciaram uma colonização contínua de tipo europeu, o que veio a ser o atual Norte Fluminense foi ocupado por lavouras e pastagens. De princípio, a economia rural tinha sua expansão limitada por lagoas, banhados e áreas alagadas. Estas eram o domínio da atividade pesqueira.

Em 1933, o governo de Getúlio Vargas criou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense para iniciar um processo sistemático de drenagem de tais áreas úmidas ampliar as fronteiras agrícolas e incorporar novas províncias rurais. O sucesso da Comissão levou o governo federal a promovê-la a Departamento Nacional de Obras e Saneamento, para atuar não apenas nos terrenos baixos do Estado do Rio de Janeiro, mas também em todo território brasileiro.

A lógica do DNOS era unilateral (favorecimento à agropecuária e à agroindústria) e unidimensional (considerar a água apenas como um elemento inerte que cobria terras férteis para a lavoura e a pecuária). Assim, muitas áreas foram incorporadas à economia agropecuária, em prejuízo dos ecossistemas aquáticos continentais e da atividade pesqueira.

No Banhado da Cataia, o órgão federal construiu um obstáculo na desembocadura do Córrego da Cataia, no Rio Paraíba do Sul: eram três manilhas por baixo de um dique-estrada com três tampões automáticos nas bocas voltadas para o rio. Quando o nível do rio subia, a força da água fechava as tampas automaticamente, impedindo que o fluxo hídrico e os peixes seguissem em direção ao banhado e à lagoa. Na estiagem, com a queda do nível hídrico, as águas fluíam da lagoa para o rio. Com as comportas, a lagoa só perdia água, enquanto que os peixes tinham dificuldade de subir o córrego.

Em ponto mais acima, próximo da cidade de Campos, o DNOS aproveitou em grande parte o traçado do Canal do Nogueira, aberto para navegação, no século XIX, e rasgou o Canal do Vigário, saindo do Rio Paraíba do Sul e vertendo para a Lagoa do Campelo. Em sua junção com o Paraíba do Sul, foram construídas comportas que visavam tão somente o controle do fluxo hídrico para a lagoa, a fim de diminuir o seu teor de salinidade e de atender à irrigação. Da lagoa, rasgou o Canal Engenheiro Antonio Resende para levar água doce ao Rio Guaxindiba.

A atividade pesqueira começou a se ressentir dessas pesadas intervenções nos ecossistemas aquáticos. Também o equilíbrio ecológico foi drasticamente atingido. Não sem razão, o Córrego da Cataia se tornou um ponto de conflito socioambiental, juntamente com o Durinho da Valeta, na Lagoa Feia, com o Buraco do Ministro, na junção do Canal do Quitungute com o Canal da Flecha, em São Benedito, na Lagoa de Cima, e na Lagoa Feia do Itabapoana.

Esses conflitos entre proprietários rurais e pescadores ora dormitam ora explodem. Estamos assistindo a um novo momento de conflito entre pescadores e ruralistas no Banhado da Cataia. Um estudo recente feito pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade Estadual Norte Fluminense constitui-se no maior levantamento de lagoas da região até o momento e detectou quatro grandes banhados para proteção: a Lagoa Feia do Itabapoana, o Banhado da Cataia, o Banhado da Boa Vista, no Cabo de São Tomé, e o Brejo da Severina, na bacia do baixo Rio Macaé.

Com exceção deste último, que foi demolido pelo DNOS, nos anos de 1960 e 1970, os outros ainda são ecossistemas restauráveis e revitalizáveis com grande importância ecológica. Por isto, o novo Plano Diretor de Campos criou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Banhado do Cataia, tendo de cortar a área úmida ao meio, pois a outra parte situa-se no Município de São Francisco de Itabapoana. Na audiência pública de 23 de outubro, ficou bem claro que esta Unidade de Conservação deveria ser estadual para manter o banhado íntegro.

No Banhado da Cataia, os problemas ambientais e sociais manifestam-se sob a forma de conflito latente que emerge em situações críticas. Recentemente, um pescador

ingressou com representação no Ministério Público Federal, acusando os proprietários rurais pela destruição de uma área pesqueira tradicional.

A posição dos pescadores é a seguinte: o Banhado da Cataia é uma área intermediária entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa do Campelo, alimentada pelo Córrego da Cataia no período das cheias do rio. As águas se espriavam primeiramente no banhado, para depois alcançarem a lagoa. Tenho, para mim, que um estudo detalhado vai mostrar o banhado como um local de alimentação e reprodução de peixe e camarão mais importante que a própria Lagoa do Campelo. As águas rasas e quentes do banhado apresentam condições ideais para a ictiofauna. A proposta dos pescadores para solver os conflitos com ruralistas é erguer um dique ao longo do Córrego da Cataia de modo que as águas do Paraíba do Sul, nas cheias, não se alastrem pelos terrenos baixos da região e atinjam canaviais e pastos.

Já os ruralistas asseguram de pés juntos que suas propriedades não estão sobre áreas alagadas ou alagáveis. No entanto, pleiteiam o dique como medida de segurança. É claro que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento enxugou muitas áreas úmidas para favorecer a agropecuária.

Como o Córrego da Cataia é a divisa entre os municípios de Campos e de São Francisco de Itabapoana, entra em cena um complicador político. Um ex-prefeito de São Francisco efetuou intervenções no córrego sem consultar o poder público de Campos. Posteriormente, o governo de Campos substituiu as comportas automáticas na foz do Cataia sem consultar o município de São Francisco de Itabapoana. Esta situação de abandono e de má anarquia se instalou com a extinção do DNOS, em 1989, por ato de Collor de Mello. Mal com o DNOS, pior sem ele, pois todos, desde proprietários, organizações de classe e Prefeituras, outorgava-se poderes ilegais.

Enquanto ecologista velho de guerra, valho-me de dois princípios fundamentais: um enfoque fortemente ecológico dos ecossistemas e uma análise histórica dos mesmos. As atividades econômicas é que devem se ajustar aos ecossistemas, não o contrário, como pleiteia a teoria da justiça ambiental. Pela minha ótica, os pescadores têm mais razão do que os ruralistas, pois o Banhado e o Córrego da Cataia precedem a todos os humanos na região. Os pescadores exploravam-nos de forma sustentável. O que o DNOS fez foi tentar ajustar o ambiente aos interesses dos ruralistas, mas não está funcionando. O grande poeta latino Horácio dizia que a gente pode tentar afastar a natureza, mas ela sempre volta.

Partindo dos princípios ecológico e histórico, propus que o novo Plano Diretor de Campos criasse, para proteger córrego e banhado, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. O pleito foi aceito. Como ela seria criada? Em toda a sua orla, construir-se-ia um dique para impedir que cheias extraordinárias invadissem terras de ruralistas e suscitassem, novamente, a emanação de um conflito social antigo. No entanto, o lado de São Francisco de Itabapoana ficaria desprotegido, já que um município não pode criar uma unidade de conservação em município alheio.

Assim, só resta uma alternativa: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Cataia deve ser criada por uma autoridade superveniente, seja ela a União ou o Estado. Entendo que o Estado está mais próximo e deve tomar a iniciativa de criar esta unidade de conservação.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 26 de outubro e 09 de novembro de 2008.

A LAGOA FEIA ONTEM E HOJE

A iniciativa dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, com suporte legal do Judiciário Federal, de combater os invasores da Lagoa Feia, retirando os diques construídos em seu leito, reacende uma polêmica muito acalorada entre ruralistas, pescadores e ecologistas. Em todos os lados, os protagonistas atuais não são os mesmos de outrora, quando então, a maior parte deles nem havia nascido para a consciência do problema. Acho que o único remanescente ativo daquela época heroica sou eu.

O argumento dos ruralistas, contudo, era o mesmo: a superfície da Lagoa Feia sempre foi a mesma. Os diques dos ruralistas visavam apenas proteger suas terras de uma cheia extraordinária da lagoa. Nunca houve invasão do seu leito. A argumentação que usei naquela época foi toda ela fundamentada em fontes históricas. Já que, do lado dos invasores, só mudaram as pessoas e não as ideias, volto aos mesmos argumentos daquele tempo sombrio. Embora atualizados, os dados continuam confirmando a invasão. Já no século XVIII, a cartografia mostrava as enormes dimensões da Lagoa Feia. Os mapas de Manoel Vieira Leão⁵⁷ e Manoel Martins do Couto Reis⁵⁸ revelam uma lagoa associada a outras, notadamente à Lagoa da Ribeira. O mesmo pode ser observado no século XIX, com o trabalho cartográfico coordenado por Conrado Jacob de Niemeyer, sob título de *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*⁵⁹, de 1839, e da *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro*⁶⁰, de Conrado Jacob de Niemeyer e Pedro D'Alcantara Bellegarde, 1865, nos quais a Lagoa Feia se destaca soberba. Apesar de documentos valiosos, há neles imprecisões inerentes à época que seriam questionadas pelos ruralistas.

O primeiro mapa em feição moderna foi desenhado pelo engenheiro Marcelino Ramos da Silva, em 1898, atribuindo à Lagoa Feia a sua perfície de 370 km².⁶¹ Sobre ele, o engenheiro Hildebrando de Araujo Góes, um dos fundadores da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, futuro DNOS, escreve: "A área da Lagoa Feia é de cerca de 370 km² (Relatório Marcelino Ramos), seu perímetro tem 123 km, e mede, respectivamente, 32 km, segundo seu eixo maior, e 24, segundo o menor."⁶² À época em que o engenheiro redigia estas palavras, a grande lagoa já devia estar menor, pois, em 1929, Francisco Saturnino Rodrigo de Brito, em seu trabalho *Melhoramentos do Rio Paraíba e da Lagoa Feia*, anotava: "A lagoa Feia tem cerca de 25 km de comprimento por 20 km de largura e 335 km quadrados de superfície."⁶³ Houve, portanto, em 31 anos, uma redução de 65 km² de área.

Saltando para 1969, o relatório *Saneamento das Várzeas nas Margens do Rio Paraíba do Sul à Jusante de São Fidélis*, encomendado pelo DNOS à Engenharia Gallioli Ltda, é fulminante: "Quando o nível da água na lagoa (Feia) atinge 3,00 metros (IPC – Inspetoria de Portos e Canais), ela ocupa uma superfície de 290 km²."⁶⁴ Atualmente, a Lagoa Feia conta com uma superfície máxima de 170 km² e, com as chuvas atuais, ultrapassou nível superior a 4 metros.

É de se perguntar, então, por que a lagoa não atinge mais 290 km² de área? Como sustentar a posição dos ruralistas de que a Lagoa Feia teve sempre esta superfície e que os diques têm apenas a função de barrar águas de cheias extraordinárias? A prova mais cabal de que este argumento é falacioso são os diques à retaguarda dos diques fronteiriços ao espelho d'água da lagoa. O grileiro faz um dique durante a estiagem. Quando a lagoa enche, este dique segura as águas. Na estiagem seguinte, o grileiro faz um dique mais adiante e deixa como rastro o dique anterior e assim, sucessivamente. Qualquer leigo pode perceber isto.

⁵⁷ LEÃO, Manoel Vieira. *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Conde de Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil por Manoel Vieira Leão, Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o ano de 1767*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

⁵⁸ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Op.cit.*

⁵⁹ NIEMEYER, Conrado Jacob de et al. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro coordenada e desenhada pelo engenheiro Pedro Taulois encarregado do Arquivo da Diretoria, sendo presidente da mesma o Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto*. Rio de Janeiro: seção de iconografia da Biblioteca Nacional, 1839, cód. ARC 13-4-18.

⁶⁰ BELLEGARDE, P. A. & NIEMEYER, C. J. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, publicada às expensas de Eduardo Bensburg*. Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

⁶¹ SILVA, Marcelino Ramos da. *Carta Lagoa Feia e suas Dependências*. Petrópolis: Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, 1898.

⁶² GÓES Hildebrando de Araujo. *Op. cit.*

⁶³ BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Op. cit.*

⁶⁴ GALLIOLI LTDA, Engenharia. *Op. cit.*, p. 120.

De forma acintosa, o DNOS estimulou a construção desses diques ilegais, como se pode verificar no relatório Gallioli: “Se Algum proprietário de terras quiser utilizar também áreas sujeitas temporariamente à submersão, poderá fazê-lo, desde que construa dentro da lagoa, em frente à sua propriedade (e parcialmente pelos dois lados), um dique de pequena altura em cota conveniente. Noutros termos, originar-se-á, assim, um “polder”, que obviamente deverá ser mantido seco a expensas do proprietário interessado.”⁶⁵

⁶⁵ *Ibidem*, p. 124.

Quando o DNOS foi extinto, em 1989, por Collor de Mello, houve um período de abandono em que os diques foram ampliados. Ao assumir o sistema que a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento construíram entre 1935 e 1989, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA tem adotado a postura de respeitar estes diques como se eles fossem sagrados e intocáveis.

Só agora, com a iniciativa dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, este tabu está sendo demolido, tanto quanto os diques. Derrubar diques não é apenas uma iniciativa física. Ela também se reveste de um caráter simbólico. Os ruralistas começam a perder sua posição de deuses do Olimpo.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 09 de novembro de 2008.

O QUE VI E VIVI NESTE VERÃO

Desde que ingressei no ativismo ecologista, em 1977, participei de dois momentos cruciais. O primeiro ocorreu entre 1978 e 1982. Com as obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) no leito da Lagoa Feia, abrindo três canais submersos em forma de tridente e com a ameaça de ser rompido um vertedouro natural conhecido como Duro da Valeta, os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos rebelaram-se duas vezes contra a draga flutuante que operava na lagoa. Numa delas, ajudei os pescadores a paralisar a draga. O Duro da Valeta continuou lá e a abertura dos canais submersos também foi suspensa.

Na Lagoa do Campelo, os pescadores também se levantaram contra as comportas automáticas instaladas pelo DNOS na foz do Córrego da Cataia, junto ao Rio Paraíba do Sul. Estive junto com eles também, prestando-lhes apoio. Uma pequena manifestação ocorreu na Lagoa de Cima, e lá estava eu. Em Barra do Furado, os pescadores do Farol de São Tomé, descontentes com as comportas instaladas pelo DNOS no Canal do Quitungite, também se rebelaram. Mais uma vez, acompanhei de perto o motim.

Para completar este momento vigoroso, o derramamento de metais pesados pela Companhia Paraibuna Metais no Rio Paraibuna em 1982 e, conseqüentemente, no Rio Paraíba do Sul provocou intensa mobilização da população campista. Por quinze dias, dormi em média três, quatro horas por noite, na coordenação do Conselho Comunitário de Campos.

Houve ainda o movimento de trabalhadores rurais contra o uso de fungicidas à base de mercúrio, que conseguiu sua proibição por uma portaria do Ministério da Agricultura. Daí em diante, o conformismo, o comodismo e o conservadorismo voltaram a predominar entre pescadores e a população campista em geral.

Meus companheiros de luta começaram a defender a profissionalização do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), nossa organização não governamental de ambiente, que se transformou num prestador de serviço da Petrobras. Continuei sozinho no ativismo, buscando conciliar militância com vida acadêmica. Meus companheiros de luta passaram a me considerar muito elitista e meus colegas de academia

passaram a me olhar mais como político do que pesquisador.

De fato, meus amigos, nunca abandonei minhas leituras, por sentir necessidade de teoria e de estratégia. Fiz mestrado e doutorado não por vocação, mas por necessidade de garantir meu emprego e minhas promoções. Sou pesquisador desde os 16 anos de idade. Quando ingressei no mestrado, já tinha livros publicados divulgando minhas pesquisas. Não foi na pós-graduação que aprendi a pesquisar. No entanto, foi necessário enfrentar o rito de passagem na academia para ser melhor aceito no mundo universitário. Inútil, pois continuo sendo visto de soslaio pelos militantes e pelos pesquisadores, o que, aproveite para declarar, em nada me abala.

Há muito tempo, tenho bastante clareza quanto ao objetivo que desejo alcançar, embora bastante consciente também de que não viverei o suficiente para vê-lo realizado. Minhas mais simples ações (táticas) – como, por exemplo, catar um papel de bala na rua para jogá-lo na lixeira – nunca se restringem a elas mesmas. Sempre tenho em mente o objetivo maior a ser alcançado (estratégia).

E então começa o segundo momento inesquecível da minha vida. Há quatro anos, as chuvas vêm se tornando mais intensas e causando impactos cada vez mais acentuados no Norte Noroeste fluminense (onde, humoradamente, brinco que começará a revolução ecologista mundial). Em novembro de 2008, as chuvas bateram recorde na Serra do Mar (conhecida regionalmente como Imbé). Saturando o solo e não mais encontrando a densa floresta atlântica úmida, as águas correram morro abaixo, carregando sedimentos, caíram no vale do Rio Imbé, entraram na Lagoa de Cima, transbordaram pelo Rio Ururá, diminuíram de velocidade, foram barradas parcialmente pela BR-101 e pela Estada dos Ceramistas e alagaram a comunidade de Ururá. Ao chegar à Lagoa Feia, encontraram sua caixa reduzida pela invasão de grileiros, por meio de diques, e não conseguiram fluir para o mar pelo Canal da Flecha. Foi uma cheia sem precedentes.

Logo após, as chuvas caídas em Minas Gerais correram para a Bacia do Paraíba do Sul. Os Rios Pomba, Muriaé e Carangola transbordaram, inundando Laje do Muriaé, Porciúncula, Natividade, Itaperuna, Cardoso Moreira e Três Vendas. Na bacia independente do Rio Itabapoana, também os transbordamentos inundaram Bom Jesus do Itabapoana e Barra do Itabapoana. Muita gente teve de sair de casa e perdeu seus pertences. Muitas estradas ruíram, muitas lavouras e pastos se perderam.

Tudo poderia parar por aí. Mas mudanças imprevistas ocorreram. Foram elas que vi e vivi nesse verão chuvoso e que marcarão profundamente este meu resto de vida. Há 31 anos, luto em defesa do ambiente. Gastei muita energia neste ativismo. Meu corpo sofreu desgastes, mas não consegui desistir. Uma força que vinha não sei de onde, não sei como, não sei por que me levou sempre a continuar, malgrado as evidências de que todo esforço era inútil.

A catástrofe trazida pelas chuvas de novembro/dezembro de 2008 e janeiro de 2009 valeu mais que todas as palavras pronunciadas e escritas até então. O historiador inglês Arnold Toynbee costumava dizer que mais vale uma grande dor que mil discursos. Na sua correta intenção de ajudar os atingidos pelo desastre, o Promotor de Justiça Marcelo Lessa solicitou meus préstimos e de outras pessoas. Nas crises é que a gente conhece os outros e a si mesmo. Percebi que todos têm limites, uns mais estreitos, outros mais elásticos. Da minha parte, apoiei todas as iniciativas tomadas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, mas entendo que é preciso ir além.

Para absorver as águas excedentes na sub-bacia da Lagoa Feia (rios que descem da Serra do Mar, Rio Imbé, Lagoa de Cima, Rio Ururá, Lagoa Feia e Canal da Flecha),

entendemos que a melhor solução emergencial era ampliar a caixa da Lagoa Feia, removendo alguns diques de invasores, que subtraíram grandes áreas do leito dela. As fazendas do Louro, da ilha dos Carães, de Ary Pessanha e do espólio de Dermeval Queiroz, em grande parte, criadas dentro da lagoa, voltaram a ser leito e criaram uma área correspondente a duas lagoas de Cima, numa avaliação preliminar.

José Carlos Mendonça, um técnico que pensa apenas na dimensão hidrológica, desprezando a ecológica, apoiou, de início, a detonação dos diques, mas recuou em seguida, defendendo a limpeza do Canal da Flecha para escoamento rápido das águas para o mar. Sempre entendi que só o Canal da Flecha seria insuficiente para tamanho volume de água. Se os Rios Pomba, Carangola, Muriaé e Itabapoana, com capacidade bem maior de vazão, transbordaram, por que não aconteceria o mesmo com o Canal da Flecha?

Eduardo Santos de Oliveira, Procurador da República em Campos, foi quem ajuizou ação civil pública na Justiça Federal conseguindo uma liminar para detonação dos diques expedida pelo Juiz Federal Fabrício Antônio Soares. Uma outra ação impetrada por ele garante que os invasores sejam impedidos de reconstruir os diques. Precisamos ir mais longe. Precisamos remover outros diques ilegais, revitalizar a Lagoa de Dentro e religar a Lagoa da Ribeira à Lagoa Feia para ampliar um reservatório no continente, como no passado. Precisamos restabelecer a rede de cursos d'água à direita do Canal da Flecha para que o antigo Rio Iguaçú (do Espinho) seja uma alternativa de escoamento de água para o mar. Talvez até o Canal de Ubatuba (Jagoroaba) possa ser revitalizado, embora tenha sido um fracasso completo quando aberto, nos idos de 1898.

Ainda na bacia da Lagoa Feia, deve-se restaurar os meandros do Rio Ururaí, entre sua foz e a BR-101, trecho retelinizado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), recompor a mata ciliar de todo o curso deste rio, efetivar a Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima, retirar desta os aterros, reflorestar suas margens, restaurar o Rio Imbé e, principalmente, reflorestar o Parque Estadual do Desengano, na Serra do Mar. Várias são as providências a serem tomadas, cada uma com um tempo de duração. Romper um dique é rápido. Recompor uma floresta leva tempo. Mas é preciso começar tudo agora.

Nas bacias dos Rios Paraíba do Sul, Pomba, Muriaé, Carangola, Itabapoana e Guaxindiba, as várzeas marginais devem ser devolvidas aos vales. No caso particular do Rio Muriaé, as cheias em Cardoso Moreira e Três Vendas teriam menor impacto social se as Lagoas da Onça, do Lameiro, de Boa Vista, Limpa, do Jacu, do Cantagalo, das Pedras, do Vigário, de Maria do Pilar e do Taquaruçu estivessem abertas para absorver águas de chuva. Mais abaixo, o Banhado da Cataia contribuiria também para este fim.

Outro problema sério é representado pelas estradas federais, estaduais e municipais. Elas funcionam como verdadeiras barragens contra as águas em seu espraiamento, como aconteceu em Três Vendas, em Ururaí, em São Francisco de Itabapoana, em Quissamã, em Rosal e em várias outras localidades. Sei que estas medidas enfrentarão forte resistência dos grupos conservadores, que se imaginam ainda vivendo no século XIX. As chuvas dos últimos quatro anos vêm mostrando que as mudanças devem ser profundas porque não foram efetuadas gradualmente. Escolhas deverão ser feitas por imposição da natureza.

Pensei que morreria sem ver quatro diques da Lagoa Feia serem rompidos para que suas águas recobrassem parte do leito surrupiado por invasores. Espero agora viver o suficiente para testemunhar outras providências em favor do ambiente, da sociedade e até da economia.

LAGOAS DESTRUÍDAS PELA CIDADE DE CAMPOS

Arigor, não existem lagoas urbanas, mas, sim, lagoas encurraladas e engolidas pelo meio urbano, seja por processos econômicos e sociais, seja por pobres ou ricos. Lagoas urbanas são aquelas construídas no interior da malha urbana com intenções estéticas, recreativas ou microclimáticas, como a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, e o Lago Paranoá, em Brasília. Em sua maioria, as lagoas antecedem a implantação de um núcleo urbano. A expansão desse núcleo, de forma ordenada ou desordenada, é que envolve e destrói as lagoas.

Na cidade de Campos, esse processo tornou-se muito comum pela existência de inúmeras lagoas de tabuleiro e de planície aluvial. O Rio Paraíba do Sul funcionou como um divisor entre as duas formações geológicas. Ao entrar na semilaguna que começou a se constituir no Holoceno antigo (entre 10 e 6 mil anos) e chegou ao ápice em 5.100 anos passados, pela máxima elevação do mar, o Paraíba do Sul, a partir de Itereré, na zona rochosa, foi empurrado pelo mar até que o segmento de tabuleiro ao norte detivesse sua deriva e funcionasse como sua margem esquerda. Assim, o grande rio não só ajudou a tapar uma série de fozes de pequenos rios que desciam da zona serrana e mesmo do tabuleiro, como também deu grande contributo para formar uma extensa restinga, que, com suas areias, também obstruiu os desaguadouros desses pequenos cursos no mar. Todos eles se transformaram em lagoas alongadas. Várias delas ficariam à mercê da expansão de Guarus, mais tarde.

Pela margem direita, o Rio Paraíba do Sul construiu uma grande planície fluviomarina que aprisionou água doce e salgada em suas depressões. Uma constelação de lagoas resultou desse processo, sendo a Feia a maior delas. Nas terras em que se ergueria a vila, depois cidade de Campos, havia incontáveis lagoas. Várias delas não chegaram sequer a ser batizadas. Onde hoje se situa o Parque Alberto Sampaio, existia a famosa Lagoa do Furtado, que morreu com o nome de Lagoa do Osório, drenada pelo Canal Campos-Macaé. Ainda hoje, quem coloca os pés na cabeceira da ponte Rosinha Garotinho está pisando o fundo da Lagoa do Osório. Por esta razão, este trecho fica alagado com qualquer chuva torrencial. É a lagoa sussurrando a sua antiga existência.

Para as bandas da Lapa, existia outra lagoa com o nome de Curtume, em vista de uma cortiça de couro que despejava nela seus resíduos líquidos e sólidos. Acabou também sendo drenada. Onde hoje é a Rua Santa Ifigênia, havia uma pequena lagoa com este nome. Foi drenada para o Canal Campos-Macaé e a sua concavidade aterrada com lixo. Nas cercanias do Liceu, estendia-se outra lagoa com o nome de Dourada ou da Baronesa. Daí, os donos do palacete que abrigaria o Liceu, em 1880, possuírem os títulos de Barão e Baronesa da Lagoa Dourada.

Nas imediações da Igreja Nossa Senhora do Saco, alastrava-se a bela e limpa Lagoa do Saco, tendo conexão com o Córrego do Cula, um dos quatro braços que o Paraíba do Sul construiu na planície. Tal como as outras, foi drenada pelo Canal do Saco, que ainda existe, alimentado apenas por chuvas e esgoto. As claras águas da Lagoa do Saco foram transportadas para o Canal de Cacumanga que, por sua vez, drenou a lagoa do mesmo nome. Em sentido oposto, havia, perto do trevo de Campos-São João da Barra, no final da Avenida Alberto Lamego, uma grande lagoa registrada pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito com o nome de Lagoa da Rua Sete de Setembro, talvez por falta de nome. Além dessa, em mapa de 1926, figura uma outra sem nome onde hoje é o Parque Jóquei Clube.

Considerando-se que Campos forma hoje, com o distrito de Goitacases, uma área urbana contínua, cabe mencionar, ainda, uma grande lagoa sem nome onde hoje se expande o Parque Imperial, e a Lagoa do Limão, em Goitacases. Em outra direção, a cidade já chegou a Ururáí, onde havia a grande Lagoa de Boa Vista, em parte renascida com as chuvas dos últimos quatro anos. De todas as mencionadas aqui, os leitos das Lagoas do Saco, da Sete de Setembro, do Jóquei, do Parque Imperial, do Limão e da Boa Vista não foram totalmente urbanizados. Alguns, inclusive, figuram no Plano Diretor como áreas de interesse ambiental. Outros, como área de interesse social, vale dizer, para a construção de moradias populares. Alerto sobre a importância de manter estes antigos leitos como áreas de escape para águas no período das chuvas.

As lagoas de Guarus, como as da margem direita do Rio Paraíba do Sul, foram estranguladas, assoreadas, poluídas, eutrofizadas e soterradas pela ocupação urbana completamente desordenada. Sendo a parte pobre de Campos, a urbanização foi muito acelerada. Grande parte de Guarus se transformou em área de sacrifício ambiental para que os ricos garantissem os quinhões mais nobres da cidade.

Nunca houve um estudo para a identificação das lagoas de Guarus. Apenas três lagoas, dentro do atual perímetro urbano, são conhecidas pelos seus nomes originais ou mais antigos: a de Taquaruçu, a do Vigário e a das Pedras. No mais, as outras são conhecidas como brejo. Algumas recebem o nome eventual do bairro que as esganou, como os Brejos dos Prazeres e de Santa Rosa, por exemplo.

Só mesmo um estudo de eco-história pode resgatar estas lagoas, hoje muito fragmentadas pela malha urbana. Tomando o eixo representando pela BR-101 e se posicionando de frente para Vitória, à direita, existem (ou existiam na sua integridade), de fora para dentro do perímetro urbano, a Lagoa do Fogo, envolvida pela Mata do Bom Jesus, na periferia do núcleo 1 do assentamento Zumbi dos Palmares. A Lagoa da Olaria se espriava na parte meridional do sopé do Morro da CODIN e foi toda recortada.

Aproximando-se mais da área urbana, encontra-se a grande Lagoa do Taquaruçu, também conhecida como Lagoa dos Prazeres. Ao seu lado, havia a Lagoa Maria do Pilar, atualmente conhecida por Brejo dos Prazeres. No século XIX, foi aberto o Canal do Nogueira, para navegação entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa do Campelo. Ele cruzava as Lagoas Maria do Pilar, do Taquaruçu, da Olaria e do Fogo, terminando na Lagoa de Brejo Grande. Por falta de dinheiro, não se pôde chegar à Lagoa do Campelo, e o canal cruzou, assim, o então Sertão do Nogueira.

No século XX, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) aproveitou este canal, no trecho entre a Lagoa do Taquaruçu e a Lagoa de Brejo Grande, passando pelas Lagoas da Olaria e do Fogo, para abrir o Canal do Vigário, que atingiu finalmente a Lagoa do Campelo. O primeiro, de navegação, e o segundo, de drenagem, contribuíram muito para o embrejamento de todas essas lagoas.

Caminhando para a parte mais urbanizada de Guarus, encontramos a conhecida Lagoa do Vigário, que naturalmente se comunicava com o Rio Paraíba do Sul por um valão na sua ponta mais próxima do rio. O DNOS vedou esta ligação e abriu um canal ligando a lagoa ao Canal do Nogueira. Com esta mudança, a renovação de água da lagoa só ocorre pelas chuvas e pelo lençol freático. Mais tarde, ela foi cortada ao meio para ligação de duas ruas e sofreu um processo violento de ocupação urbana. De todas as lagoas de Guarus, a do Vigário é a mais problemática.

Passando para o lado esquerdo do eixo da BR-101, destaca-se a Lagoa das Pedras, tipicamente de tabuleiro. Na sua margem norte, restou ainda um grande fragmento

⁶⁶SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. *Entre a Terra e a Água: Estudo das Relações das Antropossociedades com os Manguezais na Ecorregião de São Tomé entre 1950-2000*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001 (tese de doutorado).

de floresta nativa. Abaixo dela, situa-se a Lagoa do Cantagalo, hoje considerada parte da Lagoa das Pedras e muito mutilada pela ocupação urbana de pessoas de baixa renda. A invasão do seu leito prossegue em marcha acelerada. Ligeiramente mais abaixo, fica a Lagoa da Jacu, formada pela rodovia federal BR-356. Trata-se de uma várzea isolada do Rio Paraíba do Sul. Ao seu lado, separada por uma elevação de tabuleiro, situa-se a Lagoa de Furnas, não totalmente construída, mas aproveitando também uma várzea do Paraíba.

Há duas pequeninas lagoas, ambas com o nome de Sapo. A primeira, era, de fato, uma lagoa que foi toda fragmentada por pessoas de baixa renda. Por iniciativa desastrosa de Zacarias Albuquerque de Oliveira, quando secretário de meio ambiente, um dos fragmentos foi aprofundado, fazendo aflorar argila branca. O reflexo do céu na água deu-lhe a impressão de ser azul e ela foi batizada com este nome. Hoje, recebendo uma enorme carga de esgoto, ela ficou esverdeada pela proliferação de algas. A outra, também chamada de Lagoa do Sapo, parecia ser um fragmento da Lagoa da Olaria, mas agora já se sabe que foi também uma lagoa inventada pelo mesmo secretário.

Pelo atual Plano Diretor, é possível reunir as Lagoas do Fogo, da Olaria, do Taquaruçu e de Maria do Pilar numa unidade de conservação, aproveitando-se ainda para tombar os vestígios do Canal do Nogueira. Outra unidade de conservação pode ser criada para proteger as Lagoas das Pedras, do Cantagalo e do Jacu. Ambas desempenharão um relevante papel ambiental e social para a população de Guarus.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 26 de abril e 03 de maio de 2009.

O QUE FAZER COM AS CHEIAS NA REGIÃO NORTE NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Existem peculiaridades no trecho costeiro, entre a margem direita do Rio Itapemirim (ES) e a margem esquerda do Rio Macaé (RJ), que têm sido ignoradas por projetos e empreendimentos. Nele, os terrenos são novos, com, no máximo, 60 milhões de anos, o que, geologicamente, é um piscar de olhos para a história da Terra. Esta costa é constituída por duas unidades de tabuleiro (com 60 milhões de anos): de norte para sul, uma entre o Rios Itapemirim e Paraíba do Sul; outra entre os Rios Ururai e Macaé. Há também a restinga de Jurubatiba, entre Macaé e Quissamã, com cerca de 120 mil anos, uma grande planície aluvial formada a partir de 5.100 anos, antes do presente, e mais duas restingas com idades mais antigas: a primeira do Cabo de São Tomé a Guaxindiba e a segunda entre o Rio Itabapoana e a Lagoa de Marobá.

Atrás da linha da costa, toda esta região era um grande pantanal, não maior que o Pantanal Matogrossense. Os povos nativos se ajustaram a ele, que lhes fornecia proteção e alimento, diferentemente dos invasores europeus, que se esforçaram por drená-lo a fim de incorporar terras à agropecuária e a núcleos urbanos completamente estranhos à configuração ecológica do meio⁶⁶.



Para o Procurador do DNOS, dr. Gilson da Silva Moraes, há pessoas estranhas levando os pescadores à agitação

ECORREGIÃO DE SÃO TOMÉ

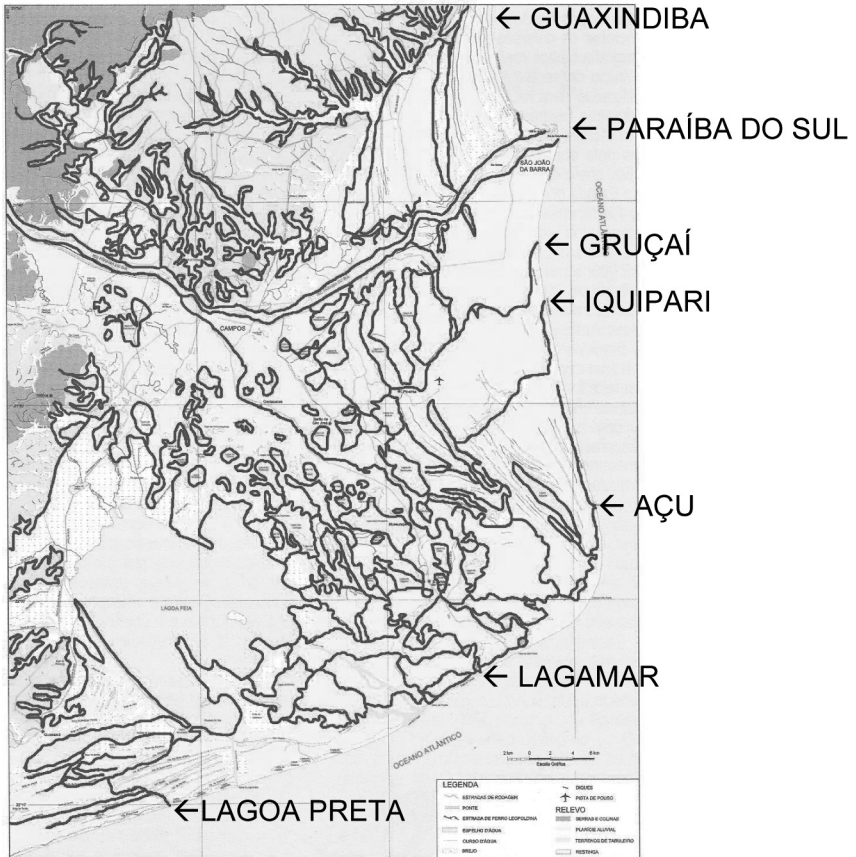
1- Zona Serrana; 2- Tabuleiro norte; 3- Tabuleiro sul; 4- Planície aluvial do Rio Paraíba do Sul; 5- Planície aluvial do Rio Itabapoana; 6- Planície aluvial do Rio Macaé; 7- Restinga de Carapebus 8- Restinga de Paraíba do Sul; 9- Restinga de Morobá.
Fonte: RadamBrasil.

O período das chuvas ocorria, como ainda hoje, nos meses quentes, entre novembro e fevereiro. Havia três sistemas que controlavam as cheias de verão: as vastas florestas, que retêm parte das águas das chuvas e controlam a erosão; as lagoas e várzeas, que enchiam com as cheias e conservavam água no continente, e as saídas naturais para o mar, fossem permanentes ou temporárias.

As permanentes eram os rios com barra aberta o ano todo, como o Itapemirim, o Itabapoana, o Guaxindiba, o Paraíba do Sul, o Iguaçu (hoje reduzido à Lagoa do Açú) e o Macaé. As temporárias eram os pequenos cursos d'água que perdiam força na estiagem, mas cujo acúmulo de água, durante as chuvas, forçava a abertura natural de suas barras. De norte para sul, podemos mencionar as Lagoas Encantada, Funda, D'Antas, do Siri,

⁶⁷ SOFFIATI, Arthur. *Redução do Impacto das Cheias pelo Manejo das Águas na Planície Fluvio-marinha do Norte Fluminense*. Parecer ao Inquérito Civil Público nº. 224/2008, instaurado pelo Ministério Público Estadual. Campos dos Goitacases, 06 de abril de 2009 (inédito).

Lagoinha, dos Cações, das Pitas, do Mangue, de Caculucage, dos Quartéis, da Tiririca, da Boa Vista, de Morobá, Salgada, Doce, de Guriri, de Tatagiba, de Buena, da Ilha, de Manguinhos, de Gruçaí, de IQUIPARI, do Lagamar, Preta, do Paulista, de Carapebus, Comprida e de Jurubatiba.



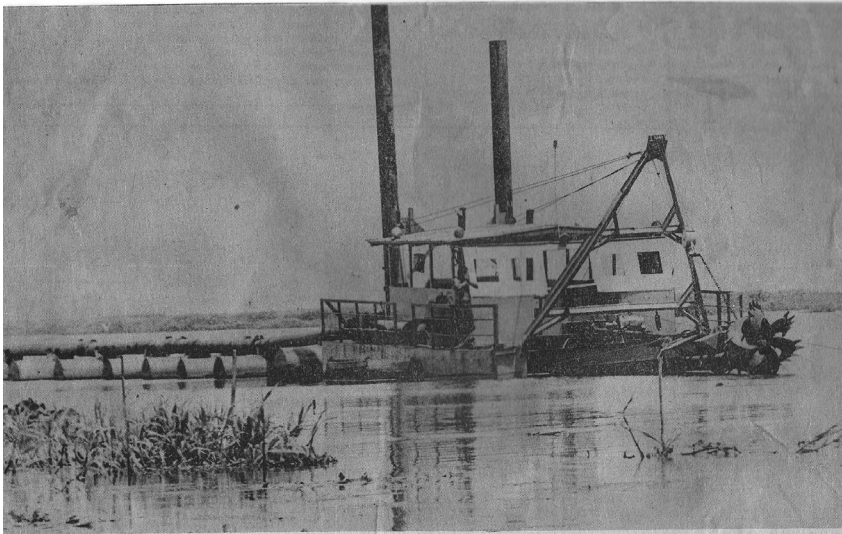
Reconstrução, a partir de fontes naturais e culturais, do sistema original de descarga das águas continentais da planície fluvio-marinha do norte fluminense para o mar. Há fortes indícios de que estes pontos de defluência situavam-se permanentemente nos Rios Guaxindiba, Paraíba do Sul e Iguazu (atual Lagoa do Açú) e nas Lagoas de Gruçaí, IQUIPARI, Lagamar e Preta temporariamente. Reconstituição do autor.

Como se observa, o sistema de defluxo das águas continentais para o mar era descentralizado e favorecia, mais que hoje, o escoamento superficial do continente para o meio marinho. O impacto das cheias era mais reduzido porque as florestas e as lagoas contribuíam muito para acumular água na superfície e no subsolo, garantindo este elemento tão importante ecologicamente⁶⁷. Restringindo-nos, agora, ao trecho situado entre o Rio Guaxindiba e a Lagoa Preta, área mais crítica em termos de acúmulo d'água nos períodos chuvosos, notamos que os povos nativos se adaptaram perfeitamente a este grande pantanal porque sua economia era de subsistência. As águas, em vez de inimigas a serem vencidas, mostraram-se aliadas. Elas forneciam proteção contra os tupis, que cercavam a população macro-jê da baixada campista, eram meio de comunicação e

grandes reservatórios de alimento. A fartura era tão grande, como revelam os primeiros documentos redigidos por mãos europeias, que a agricultura, embora conhecida dos habitantes originais, acabou inibida.

Os colonos portugueses tiveram problemas com este mundo líquido, uma grande barreira natural a uma economia de mercado que se pretendia instalar na região para ganhar dinheiro. Os dois donatários da Capitania de São Tomé, Pero de Góis e Gil de Góis, instalaram-se nas terras mais altas do tabuleiro, mas, mesmo assim, fracassaram e acabaram por devolver a sua capitania à Coroa portuguesa. Os Sete Capitães, iniciadores de uma colonização contínua de tipo europeu na região, a partir do século XVII, entusiasmaram-se com as pródigas campinas nativas para a criação de gado. Seus descendentes, no entanto, depararam-se com as cheias, que limitavam ou paralisavam a lavoura e a pecuária por bastante tempo durante o ano.

Pensando em resolver localmente os incômodos das cheias, o Capitão José de Barcelos Machado, um dos herdeiros dos Sete Capitães e proprietário do Morgado de Capivari, ao sul da Lagoa Feia, observou que um dos cursos d'água defluentes deste enorme ecossistema aquático corria bem próximo do mar, em direção ao famoso Rio Iguaçú. Então, abriu uma vala, rompendo a crista da praia. Este vala recebeu o nome de Furado. Dela, acabou derivando uma outra vala chamada São Miguel.



O sistema original de descarga incluindo a Vala do Furado, aberta pelo Capitão José de Barcelos Machado, em 1688, com sua variante Barra de São Miguel, ambas assinaladas em azul. Reconstituição do autor.

⁶⁹ COUTO REIS, Manoel
Martins do. Op. cit.

⁷⁰ SOFFIATI, Arthur. Dom
João e o Norte Fluminense.
*Revista da Academia Campista
de Letras* n.º. 1, ano VI.
Campos dos Goytacazes,
junho de 2008.

Essa foi a primeira grande intervenção antrópica de meta na vasta rede hídrica deltaica do Rio Paraíba do Sul, embora de pequenas dimensões quando vistas em seu contexto. No entanto, sua barra não ficava permanentemente aberta em virtude da forte energia oceânica existente no local. Por outro lado, a abertura da Vala do Furado não desativou o amplo sistema natural de escoamento das águas superficiais para o mar. Será preciso esperar até o fim do século XIX para uma nova grande intervenção antrópica.

Depois que o Capitão José de Barcelos Machado abriu a Vala do Furado, em 1688, criando a variante da Barra de São Miguel também, nenhuma obra significativa foi construída. A limpeza e a manutenção da rede natural de canais e da descarga de água doce para o mar ficaram a cargo dos Jesuítas e de seus escravos, num ataque militar aos ecossistemas aquáticos continentais. O capitão cartógrafo Manoel Martins do Couto Reis, em seu relatório de 1785, elogia o trabalho dos missionários da Companhia de Jesus e lhes atribui a abertura do Rio Novo do Colégio na malha intrincada de defluentes da Lagoa Feia. Até hoje, existe ali um canal aparentemente natural com o nome de Rio Novo.

Couto Reis dá notícia de uma polêmica entre Jesuítas e população de Campos sobre o Córrego do Cula, um dos grandes braços do delta do Paraíba do Sul. Segundo os padres, o córrego desembocava no rio, podendo este, em tempos de cheia, receber as águas acumuladas na planície. Bastaria, para tanto, manter a desembocadura do córrego limpa. Por sua vez, a população sustentava o contrário: o córrego nasce no Paraíba do Sul e corre para a baixada. Sua ligação com o rio deveria ser barrada em tempos de cheia, sob pena de se alagar mais ainda a planície. Mais tarde, confirmou-se que o conhecimento empírico do povo estava certo⁶⁹.

Com a expulsão dos Jesuítas do império português pelo Marquês de Pombal, o sistema fluviolagunar ficou abandonado. Ao que consta, somente com a transferência da sede de Portugal de Lisboa para o Rio de Janeiro, o governo tomou algumas providências esporádicas para promover a limpeza da rede hídrica natural⁷⁰. No Império, foram abertos os Canais Campos-Macaé, de Cacimbas, do Nogueira e da Onça, não com fins de drenagem, mas de navegação, conquanto tenham contribuído para drenar total ou parcialmente muitas lagoas.

O sistema começou a dar sinais de que atrapalhava o crescimento da agromanufatura do açúcar e da pecuária. Mas continuou funcionando com pouquíssimas mudanças. Só mesmo com a segunda revolução industrial exigiu-se uma intervenção profunda no complexo fluviolagunar para atender às novas exigências da economia de mercado. A colonização portuguesa da região foi presidida pela economia mercantil ocidentalizada e permanece com ela até o presente. Engana-se quem acredita que, só com a exploração do petróleo na Bacia de Campos, a região foi capturada pelo processo de ocidentalização ou de europeização, muito conhecido como globalização. Ele começou com a experiência feita por Pero de Góis, na capitania de São Tomé.

Com o advento dos Engenheiros Centrais e das Usinas a vapor, tornou-se imperioso a conquista de terras as águas para aumentar a produção de cana. O governo republicano criou, então, a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada, que acabou sob direção do engenheiro Marcelino Ramos da Silva. Na primeira medição usando sistemas modernos, Ramos da Silva atribuiu à Lagoa Feia a superfície de 370 km² no período de estiagem. Para drenar as águas excedentes, ele idealizou um canal entre o ponto mais próximo da lagoa ao mar. Este canal partia da extremidade sul da lagoa, no Saco da Farinha Seca ou Enseada do Tatu, e atingia o oceano Atlântico. Recebeu o nome de Canal de Jagoroaba – por cruzar a Lagoa de Jagoroaba – ou de Ubatuba. O engenheiro sanitarista Francisco

Saturnino Rodrigues de Brito criticou-o como inócuo⁷¹. O próprio Marcelino Ramos da Silva reconheceu seu equívoco e voltou a usar a rede natural de drenagem da Lagoa Feia.

⁷¹ BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projetos e Relatórios: Saneamento de Campos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.



O sistema original de escoamento das águas continentais da planície fluvio-marinha para o mar com o acréscimo do Canal de Jagoroaba ou de Ubatuba (em azul), aberto por Marcelino Ramos da Silva. Reconstituição do autor.

A modernização da produção de açúcar no final do século XIX, na área de Campos, exigiu o mesmo com a parte agrícola. O grande obstáculo à ampliação da lavoura foram as lagoas, os banhados e as florestas. Os engenhos centrais e as usinas modernas, que ultrapassaram o número de três dezenas, na década de 1930, precisavam de cana para devorar. As terras para o cultivo ou estavam ocupadas pelo gado ou pelas lagoas ou pelas florestas.

Vários projetos de engenharia foram concebidos para a drenagem da baixada. Depois do frustrado plano de Marcelino Ramos da Silva em centralizar a descarga da Lagoa Feia para o mar por um único canal, outros projetos foram elaborados. Em 1912, o engenheiro José Martins Romeu definiu um sistema de cotas para a região começando em Atafona. Ele vigorou por muito tempo com o nome de IPC (Inspetoria de Portos e Canais) ou popularmente com o nome de Saturnino de Brito. A diferença entre a cota IPC

⁷²BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Defesa contra Inundações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

⁷³GÓES, Hildebrando de Araújo. *Op. cit.*

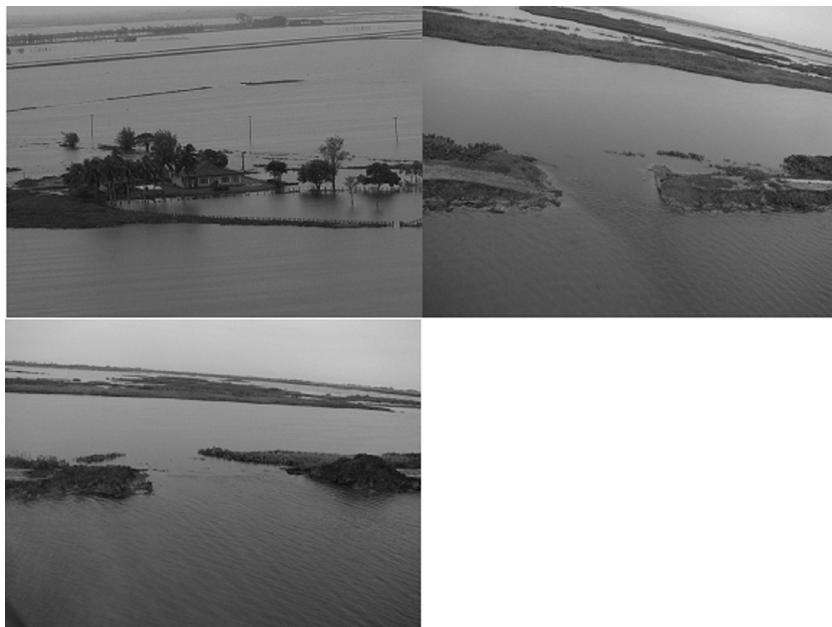
e a atual, do IBGE, é de 1,75 m.

Candido Borges, em 1920, pensou em retilinearizar os baixos cursos dos Rios Ururá e Macabu, prolongando seus leitos por canais submersos dentro da Lagoa Feia. Aproveitando o Rio Caxexa, um defluente natural da grande lagoa, ele imaginou abrir um canal centralizado até o mar, na altura de Barra do Furado. Daí, ele avançaria mar adentro por dois molhes de 150 metros. Para evitar a entrada da língua salina, seria construída uma comporta na Lagoa do Furado. Este foi o projeto que mais inspirou o DNOS.

Lucas Bicalho, outro engenheiro, notou que a influência das marés alcançava apenas a metade sul dos desaguedouros da Lagoa Feia e concebeu um canal único que centralizasse o defluxo da Lagoa Feia para o mar na linha de menor percurso. Retomou, então, o Canal de Jagoroaba, que, segundo ele, só teria malgrado por seu subdimensionamento.

Todos estes projetos nem chegaram a ser executados totalmente. Alguns não passaram da concepção. Sem exceção, eram muito pontuais ou parciais. Coube a Francisco Saturnino Rodrigues de Brito formular o mais completo plano de drenagem da baixada, entre 1925 e 1929. Ele partiu de dois princípios: 1- distribuição de águas de cheia no continente em lagoas, banhados e várzeas, bem como conservação delas por florestas; 2- descarga das águas de chuva para o mar por meio de vários defluentes. Sem prometer milagres, ele planejou proteger a cidade com diques, abrir um canal de cem metros dividido em dez canais de dez metros cada, ligando a Lagoa Feia ao mar. Ainda mais, canais ligando o Rio Paraíba do Sul à Lagoa Feia, sendo que, de um deles, partiriam subcanais para o mar nas Lagoas de Gruçaí, Açú e Lagamar⁷².

Esta foi a proposta adotada, em 1934, por Hildebrando de Araújo Góes, o patriarca da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.⁷³



Projeto de drenagem da planície fluvioamarinha do norte-fluminense concebido por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Notar a descentralização do sistema de descarga de água continental para o mar. Fonte: BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Defesa contra Inundações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

Em 1935, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense começou a operar em todas as planícies do Estado do Rio de Janeiro, retilinizando rios e drenando parcial ou totalmente lagoas. O objetivo declarado era combater a insalubridade, mas havia fortes interesses econômicos em jogo. As terras alagadas e alagáveis, uma vez dessecadas, seriam entregues à agropecuária e à expansão urbana. No que concerne ao Norte Fluminense, o plano de Saturnino de Brito foi adotado inicialmente, embora com uma fraca ênfase na importância das lagoas e florestas.

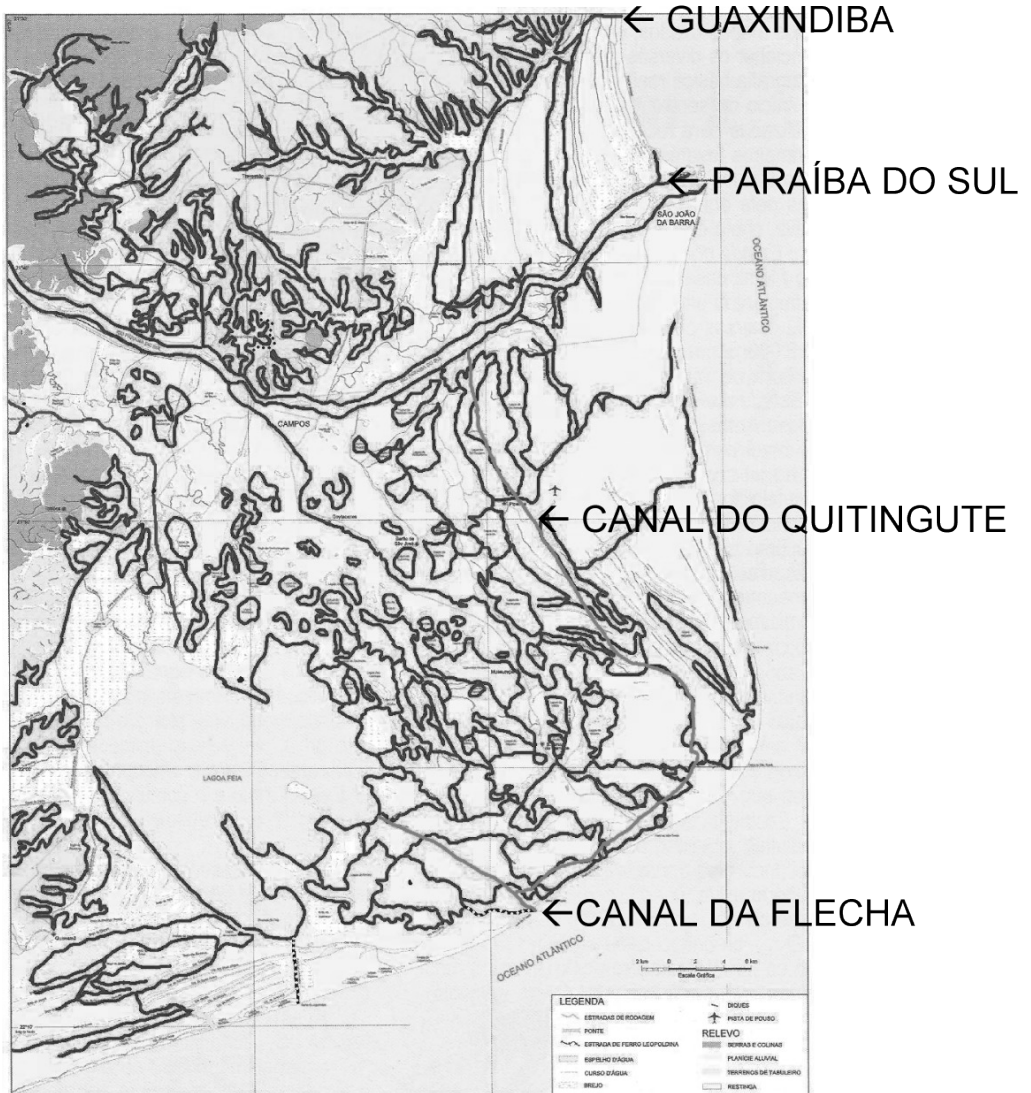
Em cinco anos, o sucesso da Comissão foi tão grande que a substituiu o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), com atuação em todo o Brasil. O Estado do Rio de Janeiro foi um laboratório de experiência fundamental para o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que seriam aplicadas em todo território nacional. Aos poucos, o plano de Saturnino de Brito foi sendo abandonado. Não de todo, mas mesclado a outros projetos, o que deu como resultado um plano híbrido.

De Saturnino de Brito, o DNOS conservou a ideia de construir diques nas duas margens da parte baixa do Rio Paraíba do Sul e os canais ligando este sistema hídrico à bacia da Lagoa Feia. Mas, enquanto o engenheiro sanitarista pensou num canal de cem metros dividido em dez canais de dez metros cada entre a lagoa e o mar, além de outros defluentes nas Lagoas de Gruçaí, Açú e Lagamar, o DNOS desengavetou a proposta de apenas um canal central, que já havia malogrado com Marcelino Ramos da Silva (Canal de Jagoroaba), mas retomada por Candido Borges e Lucas Bicalho. Para tanto, o DNOS rasgou o Canal da Flecha, entre 1942 e 1949. Este canal tornou obsoletas a Vala do Furado, a Barra de São Miguel e a Barra Velha, na Lagoa do Lagamar.

Logo depois, o órgão federal abriu o Canal do Quitingute, entre o Rio Paraíba do Sul e o Canal da Flecha. Além de aproveitar as linhas naturais de drenagem, com o Quitingute, o DNOS drenou uma infinidade de lagoas e interrompeu a ligação natural do Paraíba do Sul com as Lagoas de Gruçaí, Iquipari e Açú.

Fazendo o peso recair sobre as concepções lucubradas por Candido Borges, em 1920, o DNOS retilinizou os baixos cursos dos Rios Ururá e Macabu, prolongando seus leitos por canais submersos dentro da Lagoa Feia, assim como prolongou também a foz do Canal da Flecha no mar com dois espigões de pedra. Toda a área em torno de Barra do Furado foi cercada por uma estrada-dique para conter o avanço da língua salina e assim conquistar terras para a agropecuária.

Quanto às lagoas e as várzeas, que Saturnino de Brito pretendia fossem áreas de escape e de conservação de água de cheias, quase todas foram drenadas. As florestas também foram derrubadas. Esta foi a desastrosa estrutura que o DNOS montou e que o Instituto Estadual de Ambiente (INEA) herdou e quer manter a todo custo.



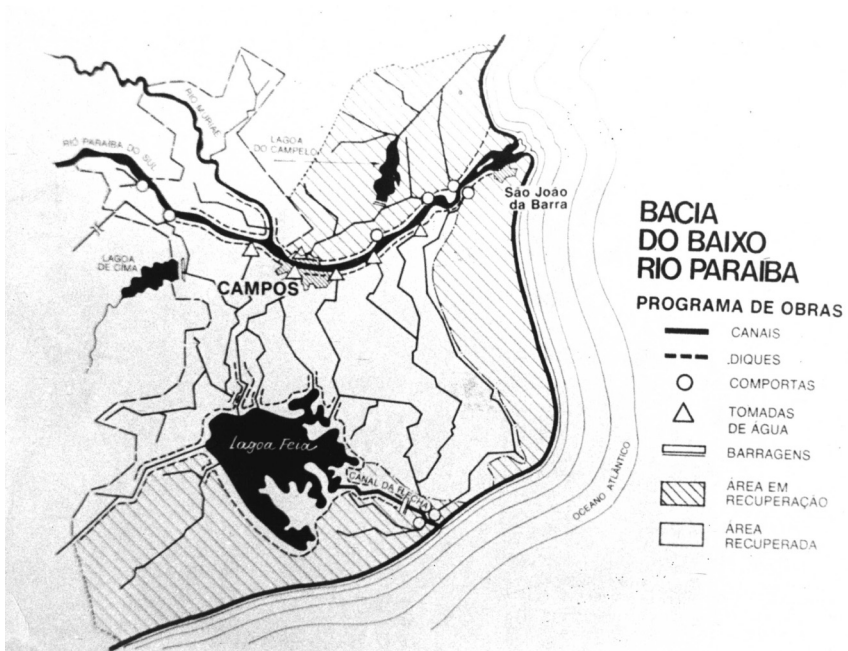
Sistema de drenagem concebido e executado pelo DNOS. O Canal do Quitingute, que parte do Rio Paraíba do Sul e desemboca no Canal da Flecha (ambos assinalados em verde), que liga a Lagoa Feia ao Mar, desativou as Lagoas de Gruçai, Iquipari, Açú e Lagamar como distributários das águas continentais para o mar e reduziu o escoamento continental a três defluentes. Outras intervenções naturais e antrópicas desabilitaram a Vala do Furado, a Barra de São Miguel, o Canal de Jagoroaba e a Lagoa Preta. Reconstituição do autor.

A rede hídrica construída pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento no Norte Fluminense é a maior do mundo. Compreende cerca de 1.300 km de canais. Se fosse possível emendá-los em linha reta, formariam um curso d'água mais comprido que o próprio Rio Paraíba do Sul. Como um gato manso, esta rede se enovela aos pés do rio, em seu curso final.

⁷⁴MENDONÇA, José Carlos. Parecer ao Inquérito Civil Público nº. 224/2008, instaurado pelo Ministério Público Estadual. Campos dos Goitacases, 10 de dezembro de 2008 (inédito).

Muitos foram os problemas criados por ela. Sua construção implicou retificação de rios, drenagem total ou parcial de lagoas e brejos e estrangulamento do escoamento das águas de cheias para o mar pelo Rio Paraíba do Sul e pelo Canal da Flecha. Paralelamente, a remoção da cobertura florestal nativa agravou mais ainda estes problemas. Os impactos ambientais negativos foram enormes. A agropecuária foi a grande beneficiária e beneficiada. A pesca, por outro lado, saiu sacrificada. Ecologicamente, muitos ecossistemas foram sumariamente eliminados.

E o mais grave é que os críticos convencionais desta estrutura acreditam que é possível fazê-la funcionar com remendos⁷⁴. Eles pensam em mantê-la promovendo apenas a restauração da rede.



Esquema do sistema concebido e executado pelo DNOS. Fonte: SIMÕES, Dilson F. Norte fluminense - uma opção ecológica. *Saneamento* vol. 51, n. 3 e 4. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, jul/dez 1977.

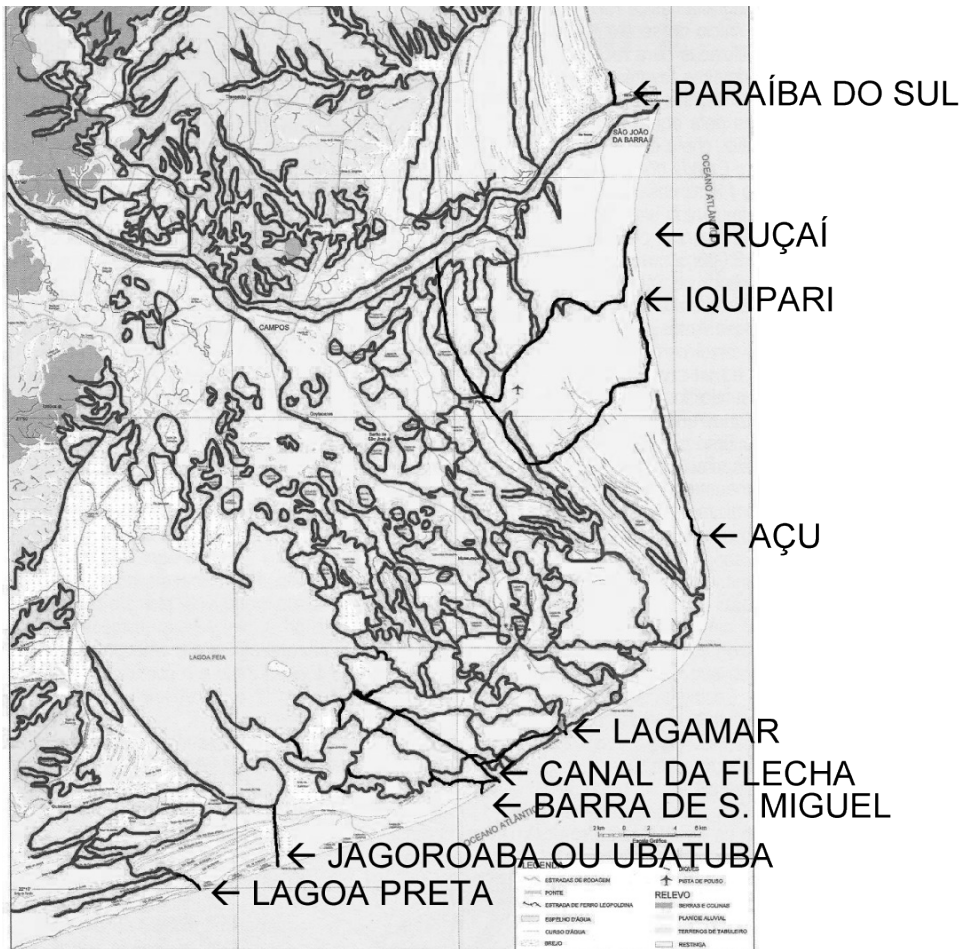
Da minha parte, entendo que a estrutura só possa continuar se um ajuste ecológico profundo for efetuado. Volto ao Plano da Natureza e ao Plano de Saturnino de Brito, acrescentando ao segundo ingredientes ambientais, que não eram tão estranhos ao famoso engenheiro. Ele partia de três premissas, que defendo: 1- manutenção de florestas para controle de cheias, 2- uso de lagoas, brejos e várzeas como áreas de escape para as águas de enchentes e 3- vários escoadouros de água continental para o mar. As águas de cheias tendem a aumentar com as chuvas causadas pelo aquecimento global e elas não podem mais ser absorvidas pela rede de canais. Lagoas, parcial e totalmente drenadas, devem ser restauradas e revitalizadas. Cursos retificados devem ter seus meandros

restabelecidos. Áreas críticas desmatadas devem ser reflorestadas em caráter permanente com espécies nativas.

Além destas mudanças, os diques e comportas a serem instalados devem ter um caráter experimental até que se conclua por sua permanência ou não. Assentamentos humanos em áreas de risco devem ser transferidos em conformidade com o que preceituam as Leis Orgânicas de Campos, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Sem a eliminação do lançamento de esgoto nos canais, inútil a sua limpeza, pois a matéria orgânica estimula o crescimento rápido de plantas aquáticas. A limpeza dos canais não pode mais ser feita sem critérios ecológicos. Também as estradas que cortam toda esta rede devem ser reformadas para que não se transformem em barragens e dificultem o fluxo hídrico. Por fim, urge um zoneamento ecológico econômico da planície, pois, voltando a Saturnino de Brito, mesmo com todas as mudanças propostas, não há garantias de que as áreas baixas fiquem a salvo das cheias.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 31 de maio, 14, 21 e 28 de junho e 05 e 12 de julho de 2009.



Proposta de descentralização dos distributários. Concepção do autor.

ERA UMA VEZ UMA LAGOA

Pela margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, entre Itereré e a foz, existem dois tipos de terreno. O primeiro é antigo e ondulado, com elevações baixas e depressões entre elas. Nessas depressões, formaram-se lagoas grandes e pequenas. De constituição argilosa, este terreno é popularmente conhecido por tabuleiro. O segundo é novo e plano, com formação arenosa. Trata-se da parte norte da restinga de Paraíba do Sul, a maior do Estado do Rio de Janeiro. Nela também se formaram lagoas.

No tabuleiro, havia lagoas arredondadas e compridas. Este segundo tipo resultou de pequenos cursos d'água barrados pela restinga. A cidade de Campos, incluindo Guarus, foi avançando sobre elas e as soterrou. As poucas que restaram estão ameaçadas de desaparecer por aterro e drenagem executados por particulares e pelo próprio poder público municipal.

Ainda há um complexo de lagoas à direita da ponte da Lapa, no sentido Campos-Guarus. A mais próxima do Paraíba do Sul é a lagoa Maria do Pilar (hoje conhecida como brejo dos Prazeres), quase colada à Lagoa do Taquaruçu. Mais à direita ainda, as lagoas da Olaria, do Fogo e Brejo Grande. No século XIX, elas foram ligadas por um canal de navegação que começava no Rio Paraíba do Sul e pretendia chegar à Lagoa do Campelo, a maior lagoa de restinga da região, mas chegou só à lagoa de Brejo Grande. A finalidade deste canal era escoar a produção do Sertão do Nogueira, nas adjacências da lagoa do Campelo. Daí o nome de Canal do Nogueira, que foi substituído por rodovias.

No século XX, o trecho do canal que sai da Lagoa do Taquaruçu e se estende à Lagoa de Brejo Grande foi aproveitado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e transformado no Canal do Vigário, com a finalidade de conduzir água do Paraíba do Sul à Lagoa do Campelo e, dela, pelo canal Engenheiro Antonio Resende, à foz do Rio Guaxindiba. O DNOS também fechou o canal natural que ligava o Paraíba à Lagoa do Vigário, abrindo outro, ligando esta lagoa ao trecho abandonado do Canal do Nogueira.

Esta memória se perdeu. Ninguém manifesta interesse em conhecer esta história. Sociedade, poder público e Academia partem do que existe. Não querem saber como uma realidade ambiental veio a se constituir. Hoje, em Guarus, no interior da malha urbana, há dois conjuntos de lagoas ameaçados pelo crescimento ordenado e desordenado, com o aval ou a omissão dos órgãos governamentais de ambiente. O primeiro é o conjunto de que estamos tratando, formado pelas lagoas Maria do Pilar (Prazeres) Taquaruçu, Olaria e Fogo. O segundo situa-se à esquerda da BR-101, no sentido Campos-Vitória e é constituído pelas lagoas das Pedras, do Cantagalo e Jacu. Os dois conjuntos foram incluídos no novo Plano Diretor de Campos (Lei nº. 7.972, de 31 de março de 2008) como zonas de interesse ecológico, destinados à criação de duas Unidades de Conservação.

Tendo em vista as ameaças que os dois conjuntos de lagoas sofrem, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo deu prioridade a eles na implantação de duas Unidades de Conservação e aprovou os dois em reunião. Mas a Prefeitura de Campos simplesmente rasgou (e continua rasgando) o Plano Diretor e as decisões do Conselho, que têm caráter consultivo e deliberativo. Tanto assim que está aterrando a Lagoa Maria do Pilar (Prazeres), no Parque Barão do Rio Branco, atrás do Hospital Geral de Guarus.

Os argumentos mais invocados para o crime ambiental são a necessidade de se construírem casas populares e o de que a lagoa não passa de um brejo. Quanto ao primeiro, o mesmo Plano Diretor selecionou áreas nos entornos das Lagoas Maria

do Pilar e Taquaruçu, em terrenos mais elevados e não sujeitos a alagamentos. Num deles, foi construído o conjunto habitacional do Parque Barão do Rio Branco, de forma ecologicamente correta, com uma avenida de contorno limitando a orla e a área de expansão urbana. Tanto assim que casas clandestinas construídas além da avenida foram demolidas pela Secretaria de Defesa Civil. Agora é a própria Prefeitura que perpetra a invasão.

Quanto a ser um brejo, deve-se explicar que veio a ser um brejo por ação humana. Além disso, ainda recebe esgoto da Lagoa do Vigário e das casas que ficam em sua orla. Apesar de tudo, esse brejo abriga variada diversidade biológica e funciona como área de absorção de águas. A Universidade Estadual Norte Fluminense, inclusive, realizou um estudo mostrando a sua importância como filtro da poluição que entra nele. Mais uma vez, é preciso voltar à luta?

Folha da Manhã. Campos (RJ): 14 de fevereiro de 2010.

BREJO SEM VACA

Ou a União ou os Estados federados precisam urgentemente formular uma legislação que proteja os brejos e banhados. Nossas tão decantadas leis de ambiente só falam em rios e lagoas, que estão bem caracterizados nelas. Não que seja difícil caracterizar um banhado e um brejo, mas parece que a extensão da proteção a estes dois tipos de áreas úmidas restringirá a expansão econômica e urbana.

Uma primeira pergunta vai para o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), mais especificamente para o superintendente da superintendência regional da Região Hidrográfica IX, René Justen: com base em que critérios define ele o que é lagoa e o que é brejo, como fez recentemente com a Lagoa Maria do Pilar, transformada em Brejo dos Prazeres? Parece que ele se baseia apenas no seu olho privilegiado de técnico. Vejo vários critérios para distinguir brejos. O primeiro é quanto a sua origem. O brejo pode ter sido uma lagoa ou um banhado e, por ação natural ou antrópica, ter se transformado num brejo, área úmida em que a vegetação aquática oculta seu espelho d'água. No entanto, uma adução de água vertical ou horizontal, ou ambas, pode mostrar novamente a face da antiga lagoa. Ainda no primeiro critério, um brejo pode ser uma depressão que acumula água em pouca quantidade e profundidade, alimentando o crescimento de plantas aquáticas. O Brejo dos Prazeres enquadra-se no primeiro tipo.

Segundo critério: extensão. Toda a área úmida atrás do cordão arenoso da Praia do Farol é um banhado, ou seja, trata-se de uma grande superfície de água aparente. Também por força natural ou por intervenção antrópica, ele pode se transformar num brejo. A área da Severina, ligada à bacia do Rio Macaé, começou como banhado, transformou-se em brejo por ação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento e, atualmente, é uma grande lavoura. Com chuvas e transbordamentos, ela costuma encher. Por outro lado, o brejo pode reduzir-se a uma pequena depressão, como é comum no Noroeste Fluminense.

Terceiro critério: biodiversidade e função ecológica. Normalmente, as áreas úmidas naturais apresentam maior biodiversidade que as áreas de lavoura e pastagem. Não é preciso ser especialista para esta constatação. Que o leigo caminhe numa pastagem até encontrar um brejo. Ele verificará que a biodiversidade aumenta no brejo. Tanto a biodiversidade quanto a função ecológica podem ser pequenas ou grandes. A do Brejo dos Prazeres é bastante significativa. Basta consultar os estudos que o Laboratório de

⁷⁵ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Op. cit.*

⁷⁶ FARO, João Pereira Darrigue (Visconde de Rio Bonito) e RODRIGUES, Antonio Justiniano. *Planta Geral do Canal do Nogueira*. Rio de Janeiro: 13 de dezembro de 1857.

Ciências Ambientais da Universidade Estadual Norte Fluminense empreendeu nele.

Quarto critério: sazonalidade. Há brejos que permanecem úmidos o ano todo e os que secam na estação da estiagem. O Brejo dos Prazeres permanece úmido o ano todo e funciona como piscinão urbano durante as chuvas. Outros critérios podem ser levantados para a formulação de uma tipologia de brejos. Então, como o senhor René Justen, que tanto admirei no passado e que não é limnólogo, arvora-se, no olhómetro, a sentenciar que uma área úmida é brejo? E, por extensão, sustentar que brejo não tem Área de Preservação Permanente? Classifico esta atitude como arrogância técnica.

Para os operadores de Direito, dirigindo-me particularmente ao Ministério Público Estadual, lembro o princípio *in dubio pro reu*. Em se tratando de uma área úmida, na dúvida se é lagoa, banhado ou brejo, cercar-se de pareceres técnicos a fim de escolher o caminho a ser seguido é o mais prudente. É muito fácil perguntar oficialmente ao INEA se ele licenciou o aterro na margem do Brejo Prazeres. Os promotores de justiça do Estado do Rio de Janeiro (não sei também se dos outros Estados) fiam-se muito no órgão governamental licenciador. Recentemente, recebi da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Macaé um ofício informando-me quanto à promoção de arquivamento de um Inquérito Civil Público iniciado por uma representação oferecida por mim, sobre a captação de água no Rio Macaé, para abastecimento público da cidade de Rio das Ostras. Depois de demorado palavreado, dizia o Promotor de Justiça que a antiga FEEMA licenciara a obra e, sendo licenciada, presume-se que não existe irregularidade. Ou é muita credulidade ou preguiça do operador de Direito.

René Justen e a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva em Campos têm me decepcionado muito. Não apenas neste caso, mas em diversos outros. Chego a me perguntar se, de fato, eles estão defendendo o ambiente.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 04 de abril de 2009.

BREJO COM VACA

Sempre foi muito difícil definir os limites das lagoas do Norte Fluminense porque, no tabuleiro, na planície aluvial e na restinga, elas se entrosavam formando um grande banhado. O capitão de infantaria Manoel Martins do Couto Reis, cartógrafo de mão cheia designado para levantar uma planta da região, entre 1783 e 1785, registrou que só era possível definir o contorno das lagoas no período da estiagem, pois, no período das chuvas, quase todas se uniam⁷⁵. Hoje, a situação se inverteu: só no período das chuvas é possível ter uma ideia aproximada do espelho d'água original das lagoas.

Para mim, foi muito trabalhoso fazer um inventário das lagoas do Norte Fluminense. As atividades agropecuárias, industriais e urbanas transformaram profundamente a ecofisionomia da região. Recorri a fontes escritas, a mapas antigos e a fotografias. Na cidade de Campos, na margem direita do Rio Paraíba do Sul, várias lagoas foram literalmente riscadas do mapa. Na margem esquerda, em Guarus, há vestígios de várias, todas elas vivendo o mesmo processo das lagoas que existiam na margem direita, ou seja, correndo risco de desaparecimento total, seja por ação individual, seja por ação de empresas, seja por ação pública.

No caso particular das lagoas que se situam entre a Avenida José Carlos Pereira Pinto e o assentamento Zumbi dos Palmares, a situação das lagoas demorou a ser desvendada. Socorreu-me muito uma planta levantada pelo Visconde de Rio Bonito e por Antonio Justiniano Rodrigues, em 1833⁷⁶. Da Avenida para o assentamento, que ainda não

existiam, a sequência de lagoas é a seguinte: Lagoa Maria do Pilar, Lagoa de Taquaruçu, Lagoa da Olaria, Lagoa do Fogo e Lagoa do Brejo Grande. Todas elas foram ligadas pelo Canal do Nogueira, que começava no Rio Paraíba do Sul e pretendia alcançar a Lagoa do Campelo, mas chegou apenas à Lagoa do Brejo Grande, a fim de escoar a produção do chamado Sertão do Nogueira. Era, portanto, um canal de navegação cuja construção começou em 1833 e foi encerrada em 1835 por falta de recursos.

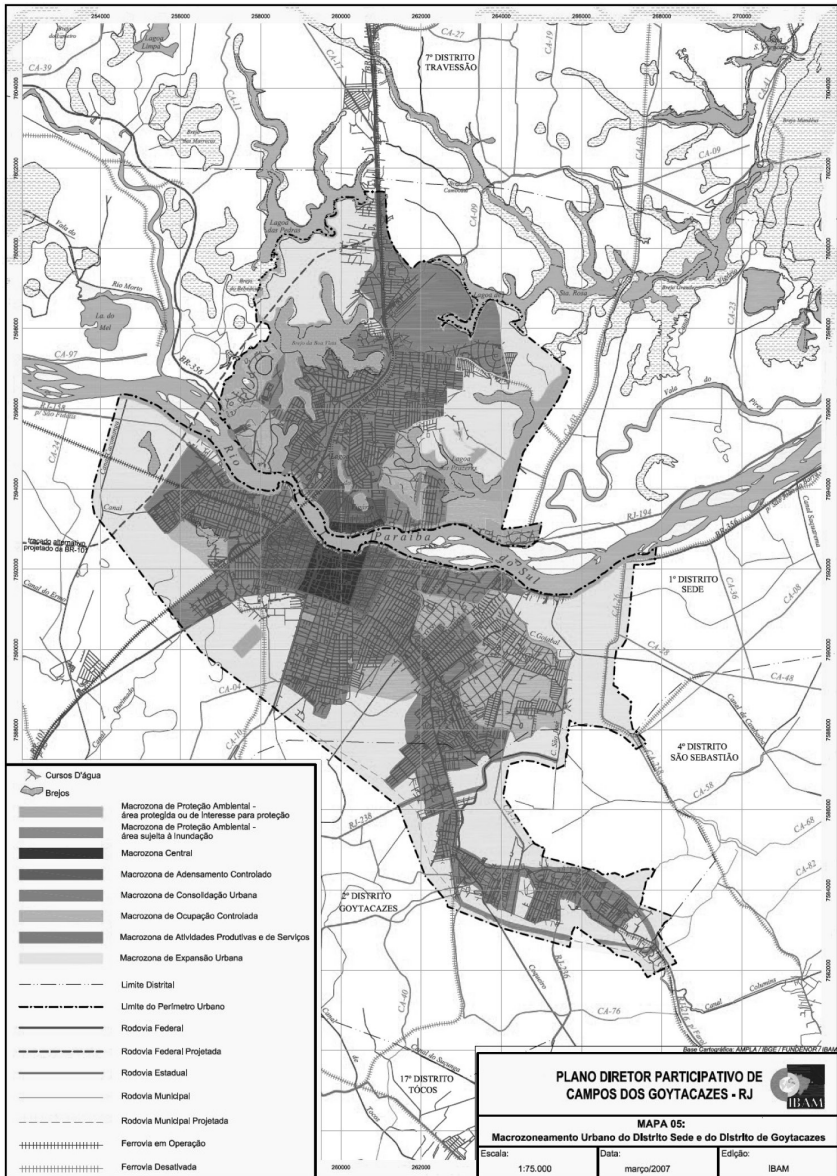
Este quadro caiu no esquecimento. A Lagoa Maria do Pilar sofreu tantas intervenções antrópicas que se tornou embrejada. Todos perderam a memória do Canal do Nogueira. A Lagoa do Taquaruçu foi destinada, pelo Plano Diretor de 1991, a se tornar uma unidade de conservação. Desconhecendo esta realidade, o ex-secretário de meio ambiente, Sidney Salgado dos Santos, conseguiu aprovar uma lei criando o Parque do Taquaruçu na Mata do Bom Jesus, que envolve remanescentes da Lagoa do Fogo. A própria Lagoa do Taquaruçu ficou de fora.

Mesmo desconhecendo detalhes do complexo lagunar, o Plano Diretor de 2008 incluiu todas as lagoas na macrozona de proteção ambiental ou sujeitas a inundação. Todas elas foram reunidas pela Câmara Técnica de Ecossistemas Naturais e Biodiversidade do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (CMMAU) numa unidade de conservação denominada de Taquaruçu, envolvendo ainda os fragmentos de vegetação nativa do Bom Jesus e de Angra. A proposta foi aprovada.

Agora, o quadro original está esclarecido. Contudo, a Prefeitura de Campos ignorou o Plano Diretor e a decisão do CMMAU, aterrando a margem oriental da Lagoa Maria do Pilar, hoje Brejo Prazeres, para a construção de casas populares. Tudo indica que o aterro invadiria a área da lagoa, mas a grita geral deve ter sustado a intenção. O mais grave é que, bem próximo à lagoa, o Plano Diretor destina duas áreas consideráveis a habitações e bairros populares. O superintendente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) da Região Hidrográfica IX, também ignorando a realidade ambiental, o Plano Diretor e a decisão do CMMAU, providenciou o licenciamento do aterro e das construções. E, para completar, o Ministério Público Estadual, também ignorante de tudo, justificou, a princípio, as ações da Prefeitura e do INEA.

Se a questão é de ignorância, solicito a todos que desejam conhecer a realidade ambiental do município lerem o Artigo 137 do Plano Diretor e consultarem o mapa nº. 5 do referido Plano. Vamos ver se ainda é possível tirar a vaca do brejo.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 11 de abril de 2010.



Mapa nº 5 do Plano Diretor Participativo de Campos, instituído pela Lei nº. 7.972, de 31 de março de 2008.

O BREJO ESTÁ NA MODA

Depois que a Prefeitura de Campos elevou uma das margens da Lagoa Maria do Pilar com aterro para a construção de casas populares, tudo licenciado oralmente pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), houve um interesse salutar pelo

ecossistema “brejo”. Lagoas e rios são protegidos pela Área de Preservação Permanente (APP), instrumento do Código Florestal regulamentada pela Deliberação 303, de 2002, expedida pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Lagoas que foram envolvidas pela malha urbana contam com uma APP de 30 metros não edificáveis. Nas lagoas envolvidas pelo meio rural, a APP passa a ter 100 metros. Aldo Rebelo, deputado federal do PCdoB, está propondo, agora, que as medidas das APPs fiquem a critério de cada estado, suprimindo, assim, a norma federal para beneficiar a atrasada classe ruralista brasileira.

A banda má do INEA sustenta que brejo não tem APP, enquanto a banda boa tenciona criar legislação estadual para proteger os brejos. Mas, afinal, o que é um brejo? Este ecossistema aquático continental não tem merecido a devida atenção pelos cientistas. Difícilmente, encontramos alguma análise em livros especializados sobre este ambiente considerado repelente no senso comum. Ele também não figura na legislação de ambiente. Comecemos por dicionários comuns.

Pelo antigo *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, entende-se brejo como “Terra úmida, lodosa, alagadiça, que serve para arrozais (talvez do castelhano *brecho*)”⁷⁷. No Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, brejo é sinônimo de pântano, terreno sáfaro, agreste, onde só medram urzes. É também lugar úmido, frio e ventoso. Particularmente no Brasil, é terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, em geral fértil, em virtude dos transbordamentos anuais. Pode ser entendido também como lugar baixo onde há nascentes⁷⁸.

Para Cêurio de Oliveira, trata-se de “Local onde um rio transborda durante as chuvas, criando uma área propícia à agricultura.”⁷⁹ Antônio Teixeira Guerra conceitua brejo como “terreno plano, encharcado, que aparece nas regiões de cabeceira ou em zonas de transbordamento de rios.”⁸⁰

Pela definição apresentada no *Vocabulário Básico de Meio Ambiente*, brejo é “Terreno molhado ou saturado de água, algumas vezes alagável de tempos em tempos, coberto de vegetação natural própria na qual predominam arbustos integrados com gramíneas rasteiras e algumas espécies arbóreas.”⁸¹

No *Glossário de Ecologia*, brejo é definido como “Área de solo permanente ou periodicamente saturado d’água, onde se desenvolvem campos e/ou macrófitas aquáticas. O brejo pode ser estacional, ou seja, “Campo cujo solo fica saturado ou coberto por água durante parte do ano (geralmente de 1 a 9 meses) e seco durante a estação seca ou, pelo menos, na última parte desta.”⁸²

Lemos em Ernani Fornari Neto que brejo é “Ambiente onde ocorre abundância de água pelo mau arejamento do solo, havendo vegetação específica, como aguapés, lírios do brejo, taboa etc.”⁸³

Por este pequeno bosquejo, é possível relacionar alguns elementos comuns a todas as definições. Em todas ou quase todas, aparecem as palavras terra (terreno), água (doce), transbordamento, alagável, lodo, vegetação espontânea, regime periódico. Ensaieemos uma definição no sentido de buscar um ponto de partida mais consistente. Brejo é um terreno mais baixo que as áreas circundantes, onde o lençol freático aflora ou onde as águas das chuvas se acumulam ou onde ainda a água oriunda de transbordamento de córregos, rios e canais contíguos fica retida, permanente ou periodicamente, formando lama e favorecendo o crescimento de plantas aquáticas que tendem a ocultar o espelho d’água.

A geógrafa Dayana Rodrigues Coutinho Vilaça, em seu estudo sobre a Lagoa Maria do Pilar, está passando em revista os conceitos de lagoa e de brejo numa dimensão

⁷⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

⁷⁸ HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁷⁹ OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

⁸⁰ GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário Geológico Geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

⁸¹ Petrobras. *Vocabulário Básico de Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobras, 1990.

⁸² ACIESP. *Glossário de Ecologia*. São Paulo: ACIESP, 1997.

⁸³ FORNARI NETO, Ernani. *Dicionário Prático de Ecologia*. Brasília: Alhambra, 1992.

temporal. Acompanho seu entendimento: uma lagoa pode se transformar naturalmente num brejo com o assoreamento, fator que permite a proliferação de vegetação aquática a ocultar parcial ou totalmente seu espelho d'água. Mas, no caso da Lagoa Maria do Pilar, foram as intervenções antrópicas as responsáveis pelo embrejamento do ecossistema.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 13 de junho de 2010.

AS LAGOAS E A DRENAGEM URBANA

São Paulo e Rio de Janeiro eliminaram os sistemas naturais dos rios, lagoas e banhados. Não sem razão, qualquer chuva mais forte inunda as cidades. Quem examina fotos aéreas dos Rios Tietê e Pinheiros, no trecho urbano, tomadas em torno de sessenta anos passados, percebe nitidamente como as áreas marginais dos rios foram impermeabilizadas. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro. Depois de suprimidos os sistemas naturais gratuitos, os governos tentam solucionar o problema das cheias com piscinões e canais subterrâneos.

Campos ainda conta com lagoas e brejos que podem contribuir para reduzir o impacto social das cheias. O Plano Diretor Participativo do município (instituído pela lei nº. 7972, de 31 de março de 2008), em seu Art. 367, cria o Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água e da Drenagem Urbana com o fim de “delimitar as faixas marginais das lagoas, dos rios e dos canais e adequar o uso e a ocupação das áreas urbanas de baixada sujeitas à inundação.” O Art. 368 define que o Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água e da Drenagem Urbana deverá providenciar: I- a delimitação das faixas marginais não edificáveis; II- o programa ambiental para a manutenção ou recuperação da vegetação de proteção das margens dos espelhos e dos cursos d'água; III- projetos de alinhamento e passeio para as vias marginais aos espelhos e aos cursos d'água, quando for o caso. O Art. 372 esclarece que “Fica estabelecido o prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da Lei do Plano Diretor, para a aprovação do Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água e da Drenagem Urbana.”

Mais de três anos se passaram e o governo municipal não providenciou a formulação do Plano. Aliás, os governos municipais não têm o mínimo conhecimento da realidade do território que governam e muito menos das leis que devem obedecer. A rigor, não existem águas superficiais municipais. Ou elas são bem da União ou do Estado, mas os municípios podem atuar em sua defesa.

No curso final dos Rios Paraíba do Sul e do Muriaé, existem lagoas nas margens esquerdas de ambos que poderiam ser utilizadas para reduzir o impacto das cheias. Entre Cardoso Moreira e Campos, a grande Lagoa da Onça foi totalmente drenada para dar lugar a um canal. Mais abaixo, a Lagoa do Lameiro teria o mesmo destino, não fosse a ação do Ministério Público e do Judiciário estaduais. Ela passou a ser reconhecida como lagoa. No entanto, obras precisam ser realizadas no canal que a liga ao Rio Muriaé para a sua utilização como área de escape nas cheias.

Logo à jusante da Lagoa do Lameiro, encontra-se a Lagoa Limpa, cujo canal Cavalinho Baio, que a liga ao Muriaé, está fechado há anos por uma comporta. O mesmo se aplica à Lagoa das Pedras, ligada ao Paraíba do Sul pelo Canal do Jacaré. A pequena Lagoa do Jacu e a expressiva Lagoa do Cantagalo podem contribuir para a drenagem pluvial se devidamente religadas ao Paraíba do Sul. Parte do leito da segunda está aterrada. Em audiência promovida pelo Ministério Público Estadual, na semana passada, propus a religação da Lagoa do Vigário ao Rio Paraíba do Sul. Esta ligação foi eliminada

pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Hoje, seccionada ao meio por uma avenida e cercada pela urbanização, a lagoa encontra-se em avançado estágio de eutrofização, processo causado pelo despejo de nutrientes em suas águas.

Mais abaixo, encontra-se um conjunto expressivo de lagoas que deve também contribuir para a macrodrenagem. Trata-se das Lagoas Maria do Pilar, Taquaruçu, Olaria, Fogo e Brejo Grande. A conexão do conjunto ao Paraíba do Sul deve ser feito pelo desativado Canal do Nogueira e pelo Canal do Vigário.

Na restinga, situam-se a Lagoa do Campelo, o Banhado da Cataia e o Brejo de Mundeuzinho, para mencionar apenas os mais expressivos. Todos eles podem contribuir na redução do impacto das cheias desde que obras adequadas separem as terras usadas para a agropecuária, das águas sustentadoras da atividade pesqueira.

Cada prefeito que entra ignora as realizações do anterior. Assim, não há continuidade na administração pública. Já existe um plano de drenagem urbana, que pode ser tomado como porto de partida para a formulação do Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água e da Drenagem Urbana. Sei que engenheiros desprezarão a capacidade das lagoas como sistemas de retenção de água no continente para mitigar os danos das cheias. Respondo que os piscinões é que não têm essa capacidade. Mesmo que não plenamente cheias, as lagoas são verdadeiras caixas para acúmulo de água. Vamos, pois, ao Plano de Proteção dos Espelhos e dos Cursos d'Água e da Drenagem Urbana?

Folha da Manhã, 2 de setembro de 2012

LAGOA DA ONÇA

Chegou-me a informação segura de que o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) está reconstruindo o dique do Canal da Onça e drenando a Lagoa da Onça. Vistoriei, a convite do Ministério Público Federal, em janeiro deste ano, as áreas afetadas pela cheia do Rio Muriaé entre sua foz e Cardoso Moreira, redigindo um relatório com recomendações. Percorri o mesmo roteiro por duas vezes mais. O caso da Lagoa da Onça é o mais difícil de ser compreendido, tamanhas foram as mudanças efetuadas em todo o sistema. Creio que o trabalho do ecohistoriador pode ajudar a esclarecer as transformações operadas nesse magnífico ecossistema.

Originalmente, o Rio da Onça, descendo da serra do mesmo nome, entrava numa grande depressão embutida entre a montanha (Zona Cristalina) e o tabuleiro (Formação Barreiras) e formava a Lagoa da Onça. Pela extremidade inferior, as águas escoavam para o Rio Muriaé, novamente na forma de curso d'água. Poder-se-ia dizer que a Lagoa da Onça era o Rio da Onça grávido.

Para melhor compreender a feição original da Lagoa da Onça, é necessário conhecer as características originais do Rio Muriaé entre Cardoso Moreira e sua foz, no Rio Paraíba do Sul. Manoel Martins do Couto Reis, escrevendo em 1785, e Antonio Muniz de Souza, com registros feitos em 1827, chamam a atenção para as extensas várzeas e lagoas marginais ao rio. Quando de suas cheias, as águas se espalhavam lateralmente por esses grandes reservatórios. Quando o nível do rio baixava, o excedente hídrico escoava aos poucos para o leito da bacia. Assim, os impactos das enchentes eram reduzidos. As Lagoas da Onça, do Lameiro, da Boa Vista e Limpa integravam este sistema.

Notam também os dois autores que todo o Vale do Muriaé era recoberto de magníficas florestas, o que reduzia também a força das enchentes. O trecho do Rio da Onça entre o Rio Muriaé e a Lagoa da Onça foi aprofundado e alargado no século XIX

para que barcos a vapor, rebocando pranchas chegassem a um local, na parte superior do rio, denominado Porto da Madeira. Lá, eram empilhadas toras de madeiras nobres que eram embarcadas nas pranchas e transportadas para Campos e São João da Barra, onde eram vendidas no mercado regional ou exportadas.

As florestas acabaram não apenas no complexo Rio-Lagoa da Onça, mas em todo o Noroeste Fluminense. As várzeas foram separadas do Rio Muriaé pela Ferrovia Carangola e, mais tarde, pela rodovia BR-356. As várzeas mais fundas e as lagoas, nas quais as águas ficavam retidas durante todo o ano, foram drenadas para a incorporação de terras destinadas ao plantio de cana, principalmente. Algumas lagoas foram barradas por comportas. Outras foram drenadas totalmente.

Para drenar a Lagoa da Onça, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), desviou o Rio da Onça, de modo a impedir que ele alimentasse a lagoa. Atualmente, ele se chama Canal da Onça e passa por fora da lagoa, chegando diretamente ao Rio Muriaé. Posteriormente, duas usinas completaram a drenagem com uma requintada rede de canais. Em 1997, uma intensa e duradoura chuva encheu parcialmente a lagoa. Uma usina se apressou em drená-la com rapidez. A ressurreição da lagoa atraiu peixes, jacarés e lontras.

Com a falência das usinas, as águas do Muriaé começaram a ocupar antigas depressões e nelas permanecer durante o ano inteiro. O sistema de drenagem da Lagoa da Onça foi apagado aos poucos. Com a cheia de janeiro de 2012, as águas do Muriaé subiram o Canal da Onça e romperam o dique que o separa do leito seco da Lagoa da Onça. Encontrando espaço livre, as águas se alastraram rapidamente e restabeleceram parcialmente a lagoa. Creio que o impacto da enchente sobre a localidade de Outeiro foi amenizado pela retenção das águas neste grande reservatório.

Nos meus 35 anos de ativismo em defesa do ambiente, aprendi muito sobre as razões da agroindústria sucroalcooleira do Norte Fluminense. A rica troca de ideias com Dr. José do Amaral Ribeiro Gomes permitiu-me compreender que vivemos um momento em que ambientalistas, proprietários rurais, usineiros e pescadores precisam se unir para enfrentar forças econômicas invasoras e poderosas. Esta união, outrora inimaginável, está sendo possível pela postura centralizadora e autoritária do INEA, que abertamente favorece os interesses dos grandes empreendimentos em detrimento da pesca, da agroindústria e do ambiente regionais. Entendo que cada setor deve ceder um pouco para que os laços da aliança se fortaleçam. Assim, com relação à Lagoa da Onça, proponho que o dique rompido seja reconstruído, mas que a Lagoa da Onça não seja mais drenada. Garantida a integridade da lagoa, será possível construir um sistema de segurança para a agropecuária, para a pesca, para o ambiente e para a sociedade.

LAGOAS PRA QUE TE QUERO

Quando comparamos fotografias e mapas antigos com imagens de hoje, vemos que os governos de São Paulo gastaram rios de dinheiro para drenar as várzeas dos Rios Tietê e Pinheiros a fim de ampliar o espaço destinado à urbanização. O resultado foi o estrangulamento dos rios e a impermeabilização do solo. Com qualquer chuvinha, São Paulo alaga e traz transtornos ao trânsito. Para resolver os problemas que o poder público e a sociedade criaram, rios de dinheiro foram gastos para construir piscinões que absorvam águas pluviais quando das chuvas torrenciais. Claro que o dinheiro para destruir e para construir não foi jogado fora. Sempre há bolsos privados para recolher dinheiro público.

Aconteceu o mesmo no Rio de Janeiro. Historiadores mostram como a cidade cresceu sobre brejos (sempre desprezados pelos órgãos governamentais de ambiente), lagoas e rios. A prática comum foi a de drenar brejos e lagoas e de canalizar e esconder rios sob a cidade. Os rios que ficaram expostos passaram a receber esgoto e lixo, tornando-se verdadeiras valas negras a céu aberto. A própria Baía de Guanabara, tão admirada por viajantes brasileiros e estrangeiros, transformou-se numa cloaca.

Agora, com a proximidade do campeonato mundial de futebol e com a Olimpíada, o governo planeja gastar rios de recursos públicos para despoluir a Baía de Guanabara e rios, quase todos eles afluentes da baía. A fim de livrar-se dos problemas causados pelas enchentes, a prefeitura do Rio vai escavar o solo da cidade para instalar cinco piscinões e canalizar rios. As obras custarão R\$ 292 milhões. Claro que se ganhou dinheiro destruindo e agora vai se ganhar também para construir um sistema muito aquém em eficiência do que aquele que a natureza dava de graça. Em termos de matemática pura, $10-10=0$, mas, nos termos de uma economia de mercado, $10-10=20$. E quem paga é sempre o povo.

Pulemos para a região Norte Noroeste do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo, que denomino de Ecorregião de São Tomé. Nela, a drenagem natural se efetua pelas bacias dos Rios Itapemirim, Itabapoana, Guaxindiba, Paraíba do Sul (incluindo a Lagoa Feia) e Macaé. Excetuando-se as Bacias do Guaxindiba e do Macaé, todas as outras provêm da Zona da Mata (em Minas Gerais). O Rio Paraíba do Sul, particularmente, é o maior veículo de drenagem da Ecorregião, pois também coleta água do Sul Fluminense, do Médio Paraíba, da Região Serrana e do Centro-Norte Fluminense. Entre estes rios principais, ainda há uma infinidade de pequenos cursos d'água e de lagoas, hoje em grande parte drenados, barrados e aterrados. A cobertura florestal, de quase 100% nos primórdios da colonização portuguesa, está reduzida a cerca de 4%, se tanto.

Além disso, muitos núcleos urbanos se ergueram em áreas de risco, dificultando mais ainda a drenagem superficial. Em face das enchentes periódicas da região, sobretudo as de 2007, 2008 e 2012, o governo estadual, por meio do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), pretende gastar R\$ 602 milhões para construir um sistema que reduza o impacto das enchentes nos Rios Pomba e Muriaé, ambos tributários do Paraíba do Sul. No Rio Pomba, o projeto prevê a dragagem e a retirada das pedras do leito do rio. As pedras estão lá há mais de 600 milhões de anos e podem continuar lá. O material particulado depositado no fundo resulta da erosão e do assoreamento. Até agora, o INEA nada falou em promover obra de fôlego para reflorestamento.

No Rio Muriaé, a intenção é abrir canais extravasores antes de algumas cidades, desviando o excesso de água para a zona rural, onde serão construídas bacias de acumulação que liberarão as águas por outro canal que alcançará o rio depois da cidade. Já discuti amplamente este projeto no espaço na Folha da Manhã. Causa estranheza que ele não tenha sido encaminhado ao Comitê da Região Hidrográfica IX, órgão consultivo e deliberativo para o baixo Paraíba do Sul. O projeto, se é que existe, se é que não passa de uma série de slides tendo por trás uma pletora de cálculos matemáticos, foi apresentado nas principais cidades do Noroeste Fluminense. Sendo o INEA o órgão executor, certamente o projeto foi contratado por este órgão e dispensado de Estudos Prévios de Impacto Ambiental.

Ao mesmo tempo, o INEA não se incomoda com o destino dos pequenos cursos hídricos que correm entre os Rios Itabapoana e Paraíba do Sul. Não pensa em avocar as lagoas da margem esquerda dos Rios Muriaé e Paraíba do Sul. A Lagoa da Onça

que o diga. Se a ligação das Lagoas da Onça, da Boa Vista, do Lameiro, Limpa, das Pedras, do Jacu, do Cantagalo, do Vigário, de Maria do Pilar, do Taquaruçu, da Olaria, do Fogo e de Brejo Grande com os Rios Muriaé e Paraíba do Sul fosse restabelecida e conservada, contaríamos com excelentes piscinões que a natureza nos deu de graça. Uma vez cheios com águas excedentes dos dois rios, comportas seriam fechadas e só abertas quando o nível dos rios baixasse.

Mas, pelo visto, o governo deixará que se ganhe dinheiro com a destruição dessas lagoas para depois contratar alguma firma que construa piscinões, também ganhando dinheiro.

ENTREVISTAS

Há uma alagoa mui grande para a comunicação dos povos vizinhos, que, sendo de água doce, se não vê terra, navegando-se por muitos dias, e é tão dilatada que por um mez e mais se não corre. Nesta pode V. Magestade mandar, que fazendo-se povoações, se cultivem, podendo-se pôr nela grandes moinhos, com o que haja dilatadas searas de trigo pela terra e dar em muita abundância, e crescendo os moradores nela importarão muita fazenda à real coroa de V. Magestade pela brevidade do comércio, em razão de ser por mar e vir sair duas lagoas do sítio, em que advirto a V. Magestade se faça a cidade. Capitão André Martins da Palma. *Representação sobre os meios de promover a povoação e desenvolvimento dos campos dos Goitacases em 1657.*

CONSERVACIONISTAS AFIRMAM QUE NÃO DESISTIRAM DE AÇÃO POPULAR

“Embora os resultados de reunião entre o DNOS, a SERLA e os pescadores tenham sido aparentemente satisfatórios, o Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza não desistiu da ação popular contra o Governo.” A declaração é do presidente do CNFC, Arthur Soffiati, argumentando que, “em oito meses, desde que o Ministro Rangel Reis esteve aqui, esta é a quarta vez que um representante do Governo promete à população demarcar o espelho d’água da Lagoa Feia o mais rápido possível”.

Ressaltou que “o primeiro a fazer esta promessa foi o próprio Ministro Rangel Reis; o segundo foi o ex-governador Faria Lima; o terceiro, o Dr. Paulo Nogueira Neto, vindo em seguida o Coronel Antônio Padilha”. Quanto à inauguração da barragem do Canal das Flechas, disse que “esta é a terceira vez também que nos prometem.”

– A primeira vez foi em dezembro do ano passado. Depois, ela foi transferida para o meio deste ano (1979) e agora para novembro. Se o próprio Governo não cumpre os prazos que ele estabelece, como merecer a nossa confiança? O Coronel Antônio Padilha diz que todo primeiro semestre de um Governo é de expectativa quanto à arrecadação. No segundo semestre, em geral, a situação se alivia. Para a demarcação da lagoa houve um

primeiro semestre, mas para o prosseguimento das obras de macro-drenagem, não.

Enfatizou Arthur Soffiati:

– Em vista dessas razões, o Centro continua firme no propósito de mover uma ação popular. Em todo caso, diante da nova situação, consultaremos dois advogados no Rio de Janeiro a fim de que nos aconselhem sobre a medida mais correta a ser tomada.

Protesto

Prosseguindo, disse Arthur também desejar manifestar “o nosso protesto por não termos sido convidados a participar da reunião de sexta-feira. Afinal, o Centro representa a comunidade em assuntos de meio ambiente e merece respeito. Só podemos entender a nossa exclusão da reunião como uma tentativa de nos marginalizar pela ameaça que nós representamos para aqueles que desejam ludibriar a opinião pública.”

– Não é esta também a primeira vez em que isto ocorre, argumentou Soffiati: “Quando o ex-ministro do Interior aqui esteve, ele permitiu ao Centro ocupar uma posição de destaque nas discussões a respeito dos problemas ecológicos da região”.

A Notícia. Campos (RJ): 22 de julho de 1979.



Manifestação de pescadores e ecologistas em Ponta Grossa dos Fidalgos contra a dragagem da Lagoa Feia pelo DNOS.
A Notícia. Campos (RJ): 22 de agosto de 1978.

CONFIRMADAS DENÚNCIAS CONTRA OBRAS DO DNOS

O Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN – confirma as denúncias do Vereador Aldemir Gonçalves (MDB), o “Ruço Peixeiro”, relacionadas à Lagoa Feia, “embora reconheça exagero e passionalidade nas declarações do vereador”, declarou ontem, o presidente do CNFCN, Arthur Soffiati.

Soffiati estranha a atitude tomada pelos vereadores da Câmara Municipal, enviando ofício de elogio aos trabalhos prestados pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS – na região de Campos dos Goytacazes e ao Sr. Neif Camis, em particular –engenheiro residente local do DNOS. “Não concordamos certamente com a atitude do Vereador Ruço Peixeiro em solicitar ao Departamento a substituição do Sr. Camis, por entendermos que os problemas envolvendo este órgão federal têm caráter muito amplo e não podem ser atribuídos a uma única pessoa.”

– Os vereadores da CMC, se não estivessem de acordo com a proposta do rodízio na administração – o Ruço Peixeiro –, deveriam simplesmente negar a aprovarem-na, mas nunca, em resposta, enviar um ofício ao Ministério do Interior louvando atuação do DNOS no Norte Fluminense. Será que a Câmara esqueceu que ela sediou, no ano passado, uma manifestação de repúdio às obras que o DNOS vem realizando na Lagoa Feia?”, indagou ele, acrescentando: “será que ainda não foram suficientes todas as provas apresentadas por especialistas e pelo Centro revelando as irregularidades que ocorrem na Lagoa Feia?”

“Os quatorze vereadores que assinaram o ofício encaminhado ao Ministério do Interior (MINTER) estão aplaudindo todas as irregularidades, incompetência e a possível corrupção que envolve o Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense, inconsciente ou conscientemente, visto que:

1. As obras de macro-dragagem que o DNOS realiza na Lagoa Feia, segundo especialistas, não levaram em consideração os aspectos ecológicos e a economia pesqueira, favorecendo notoriamente os interesses dos grandes proprietários da região. Henrique Salgado Bandeira de Melo, quando estava ligado à FEEMA, emitiu um parecer condenando as obras na Lagoa Feia. Recentemente, em Petrópolis, tive a oportunidade de conversar com ele, que reafirmou toda a validade do seu parecer, acrescentando ainda que, mesmo do ponto de vista hidráulico, tão caro ao DNOS, as obras apresentam erros incríveis.

2. A abertura de um canal submerso, ligando o rio Ururá ao Canal da Flecha, no interior da lagoa, está provocando desequilíbrios enormes, uma vez que o revolvimento do fundo da lagoa libera gases nocivos à vida aquática. O próprio Neif Camis reconheceu, recentemente, pela imprensa, que o desprendimento de tais gases era um dos possíveis fatores responsáveis pela mortandade de peixes. Além do mais, a terra retirada do fundo da lagoa e depositada dentro da própria lagoa e transforma-se em ilhas que dificultam a navegação e, ao mesmo tempo, favorecem o roubo do patrimônio do Estado – e portanto do povo – por fazendeiros inescrupulosos;

3. Paralelamente às obras de macro-dragagem, vários fazendeiros ribeirinhos, estão ocupando, em ritmo acelerado, terras pertencentes à lagoa, por meio de diques que são construídos com escavadeiras pertencentes a empresas particulares. Na última visita que realizamos à Lagoa Feia, surpreendeu-nos a intensidade com que esses diques estão sendo construídos ou reconstruídos. O DNOS afirma não ter nenhuma ligação com esta

invasão, atribuindo a responsabilidade de demarcação da lagoa à SERLA. No entanto, podemos verificar a presença de algumas dragas, inegavelmente pertencentes ao DNOS, realizando trabalhos em terras particulares. O fato nos parece estranho, uma vez que o Sr. Neif Camis nega, sistematicamente, que o DNOS esteja demarcando a orla da lagoa com diques. Por outro lado, se essas dragas foram emprestadas pelo órgão às suas empreiteiras, a utilização delas em terras particulares é ilegal. Por último, se o próprio DNOS está utilizando diretamente as suas dragas na construção de diques para fazendeiros, torna-se inegável a malversação do dinheiro público pelo Governo;

4. Quanto às comportas do Canal da Flecha, já nos cansamos de esperar pela sua instalação. Há um ano, o DNOS vem estabelecendo prazos sem cumpri-los. É a quarta vez que o órgão promete inaugurar as comportas e não sabemos por quanto tempo mais ainda continuará ludibriando o povo. Não se trata aqui nem de discutir a validade dessas comportas, já que este assunto é muito controvertido;

5. No que concerne à cota que regulará o espelho d'água da lagoa, para nós ainda é mistério, muito embora o DNOS tenha emitido, em novembro do ano passado, uma nota oficial esclarecendo que a cota adotada em seus trabalhos é a adotada por Saturnino Brito. O CNFCN reivindica a instalação de réguas indicadoras de cota junto às principais comunidades pesqueiras da lagoa.

O Centro deixa claro que, diante desses argumentos, “parece insofismável a existência de irregularidades gritantes no Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense desenvolvido pelo DNOS há anos. O que nos causa espécie é que algumas pessoas tidas como esclarecidas elogiam este Programa. Segundo essas pessoas, o CNFCN e outros críticos do DNOS não passam de irresponsáveis que estão impedindo o desenvolvimento da região Norte Fluminense. Perguntamos: que desenvolvimento é esse que consiste em depredar o nosso patrimônio natural e em concentrar riquezas cada vez maiores nas mãos de uma minoria?”, concluiu o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza.

Monitor Campista. Campos (RJ): 07 de outubro de 1979.

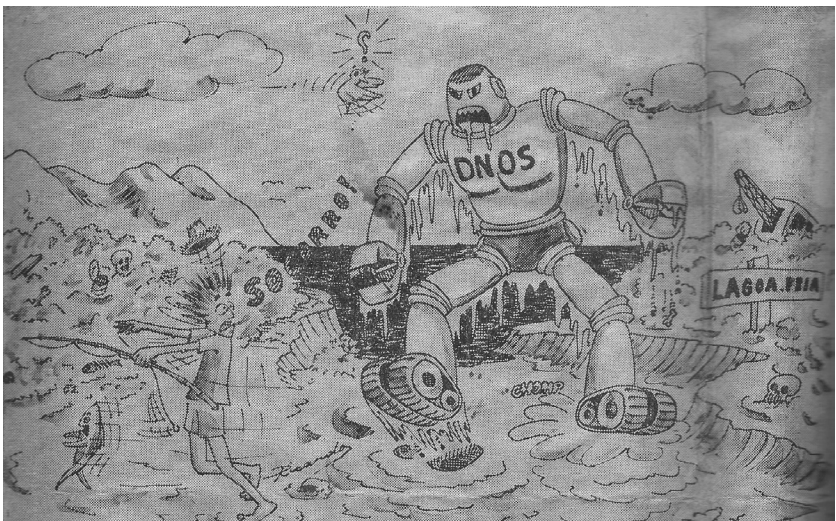


Ilustração de Ricardo para a reportagem “O monstro da Lagoa Feia”, de Aloysio de Gonzaga Balbi. *Monitor Campista. Campos (RJ): 10 de setembro de 1978.*

PROBLEMA DA LAGOA AINDA EM DISCUSSÃO

O Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, representado pelo seu presidente, Arthur Soffiati, legitimou o movimento dos pescadores da Lagoa Feia, mesmo reconhecendo que “possa haver interesses políticos, estranhos à causa, ou mesmo tentativa de manipulação do movimento”.

Durante o encontro de pescadores em Ponta Grossa dos Fidalgos, na última quarta feira à noite, “o Centro deixou bem claro para os pescadores que não pretende liderar o movimento pela paralisação da draga do DNOS, tampouco induzi-lo”, embora reconheça a atitude dos pescadores como autêntica, uma vez que eles estão prejudicados pelos trabalhos de dragagem na Lagoa Feia.

O CNFCN demonstrou que não é suficiente a substituição de pessoas à frente do órgão. “Entendemos que a simples substituição do engenheiro residente local do DNOS – Neif Camis – não resolverá o problema. Queremos a mudança de situação e não de pessoas. Afinal, os pescadores têm razão em reclamar e tomar atitudes mais drásticas, pois as promessas feitas pelo ex-Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, em novembro do ano passado, não foram cumpridas”, salientou Soffiati.

– Na oportunidade, o ex-Ministro prometeu a demarcação da Lagoa Feia, que ainda não se realizou, apesar de haver um convênio entre o Ministério do Interior e o Estado do Rio, destinando verbas e distribuindo funções aos órgãos governamentais especializados para as obras de demarcação. “Inclusive, soubemos, extra-oficialmente, que o Centro faz parte deste convênio. Todavia, o Governo não se preocupou, ante o movimento, em nos fornecer uma cópia do referido documento, apesar de solicitada”, disse o presidente do CNFCN.

Outra promessa feita refere-se ao fim do lançamento do vinhoto in natura nos canais, rios e lagoas do Norte Fluminense, a partir do dia 31 de maio deste ano (1979). “É bem verdade que algumas providências foram adotadas pelas usinas, sob pressão do Governo, para resolver o problema. Contudo, com o aumento da produção de álcool, estas medidas mostraram-se insuficientes, e o vinhoto continua sendo lançado impunemente nas águas do Norte Fluminense, causando sérios prejuízos à economia pesqueira e desequilíbrios ambientais”, explicou ele (ARISTIDES).

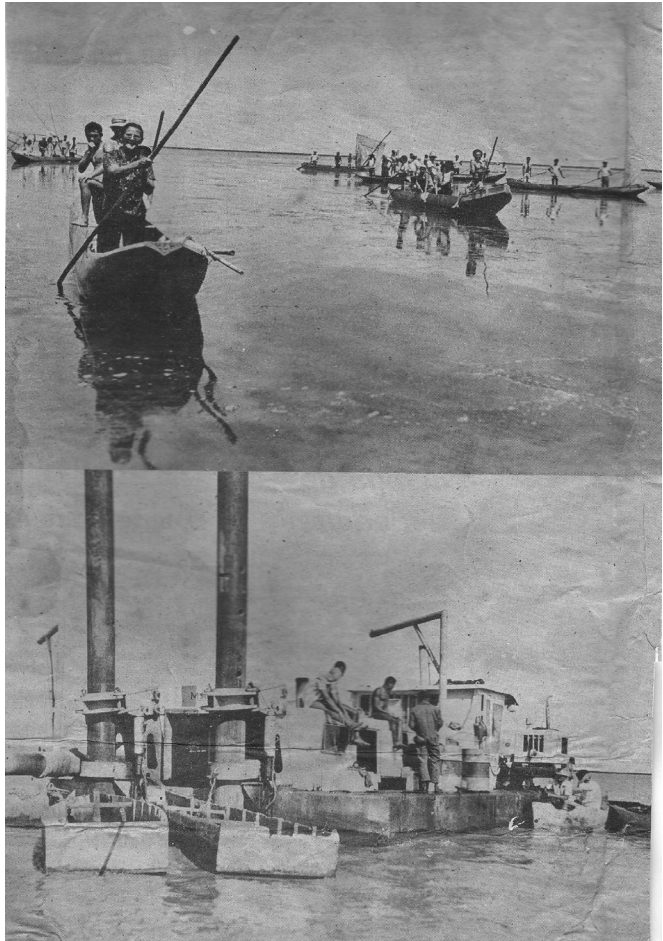
– Da mesma forma, a invasão de terras pelos fazendeiros continua ocorrendo na Lagoa Feia, com a ajuda direta ou indireta do DNOS, que, até agora, não se preocupou em explicar a presença de suas dragas em terras de particulares. Embora os órgãos governamentais assegurem que, uma vez instaladas as comportas no Canal da Flecha, o leito da lagoa voltará ao seu aspecto normal, parece-nos muito estranho que vários fazendeiros estejam investindo grandes somas em dinheiro na construção de diques, mesmo sabendo que perderão as terras que vêm conquistando da lagoa. O nosso temor é que esses diques não sejam rompidos depois que o nível da lagoa seja estabilizado na cota três, afirmou.

Sobre o problema que acarretam as ilhas que o DNOS vem formando na lagoa, Soffiati declarou que “as obras de abertura de um canal submerso favorecem o avanço de terras dos fazendeiros, dificultam a navegação e ainda provocam distúrbios ambientais gravíssimos, na medida em que alteram o equilíbrio ecológico da lagoa. Quanto a isto, o ex-Ministro Rangel Reis afirmou, diante de uma multidão de pescadores, que a terra retirada do fundo da lagoa seria espalhada ou lançada nas margens. Esta foi mais uma promessa que não se cumpriu”.

“Depois disso tudo, é fácil entender porque os pescadores estão tão revoltados com as obras do DNOS. Não restam dúvidas de que as comportas do Canal da Flecha já foram instaladas. Todavia, os pescadores estão atemorizados com o rompimento do Durinho da Valeta para breve, pois acreditam que isto pode prejudicar sensivelmente a atividade que lhes dá sustento”, avaliou a situação.

A esta altura dos acontecimentos, “fica patente que não podemos mais acreditar nas promessas do Governo. Um ano já se passou e tais promessas não foram cumpridas, embora as dragas do DNOS, neste período, não tenham parado de trabalhar. Sendo assim, a solução que nos parece mais correta no momento é mover uma ação judicial contra o Governo. Neste sentido, já mantivemos um contato com o advogado que está acionando na justiça a VEPLAN/Residência pelas obras que vem realizando em Itaipu. Pretendemos também, o mais breve possível, iniciar uma campanha de rua para obter recursos financeiros que permitam levar adiante esta ação, a partir do próximo mês”, concluiu o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza.

Monitor Campista. Campos (RJ): 19 de outubro de 1979.



Caravana de pescadores em canoas para a primeira paralisação da draga flutuante do DNOS na Lagoa Feia.
Folha da Manhã. Campos (RJ): 26 de setembro de 1978.

SOFFIATI RESPONDE CRÍTICA DO CORONEL

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), Arthur Soffiati, manifestou profundo descontentamento quanto à acusação formulada pelo comandante do 56º Batalhão de Infantaria, coronel Amaury Friese Cardoso, dando conta de que seria um “agitador vulgar”.

“Não aceito, portanto, interpretação daqueles que fazem da Lei de Segurança Nacional a sua Bíblia. O coronel Amaury, tirando suas conclusões, acha que eu sou um agitador porque, juntamente com o Vereador Hélio Coelho, estou retraído, enquanto alguns vereadores da Arena estão eufóricos, como se tudo fizesse parte de um plano de subversão”, declarou ele.

Empenho

Explicou Soffiati que, em relação à Lagoa Feia, “na verdade, eu não silencieei, mas fui silenciado por alguns vereadores na Câmara Municipal preocupados em que eu não empanasse o brilho da exposição do engenheiro Acir Campos, do DNOS. Devo dizer que estou tão empenhado na questão da Lagoa Feia quanto os pescadores. Estes, para defender o sustentáculo de sua economia e eu, como presidente do CNFCN, por considerar tudo o que vem ocorrendo naquele ecossistema, um crime contra a natureza.”

– Confesso que cansei de falar. Agora, vou agir. Não afasto a possibilidade de agitadores estarem se aproveitando da situação, mas preciso reconhecer que o movimento dos pescadores e dos invasores de terra é autêntico, isto tem motivações próprias. Não adianta tentarmos resolver o problema atacando seus efeitos. Se não atacarmos as causas, ele renascerá muitas vezes mais”, salientou ele.

Para ele, os “agitadores da paz social são as deploráveis condições de vida de uma camada considerável da população, os salários, os preços, os aluguéis, enfim, todo o modelo econômico vigente no Brasil. Considero miopia intelectual achar que estas tensões sociais são inteiramente fomentadas por agitadores e que podem ser resolvidas à base de cassete”.

Concluindo sua defesa, ele garante que “mais uma vez não me afastei taticamente das questões ambientais da região com medo da repressão. Não me atemorizam as ameaças de nenhuma autoridade que guarda a violência institucionalizada como último recurso para colocar as coisas em ordem. Tampouco temo advertências de pessoas que, pretendendo ser mais realistas do que o rei, arvoram-se em guardiães da ordem sem pertencerem aos quadros dos órgãos de segurança”.

Monitor Campista. Campos (RJ): 30 de outubro de 1979.



Para o Procurador do DNOS, dr. Gilson da Silva Moraes, há pessoas estranhas levando os pescadores à agitação

Marcha de crianças, adolescentes e adultos em Ponta Grossa dos Fidalgos em protesto contra as obras de dragagem do DNOS. *Folha da Manhã*. Campos (RJ): 22 e 23 de outubro de 1978.

SOFFIATI DIZ QUE OBRAS NA LAGOA PERMITEM INVASÃO DE TERRAS PELOS FAZENDEIROS

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN –, Arthur Soffiati, no depoimento prestado à Comissão Especial de Estudos, constituída pela Câmara Municipal de Campos, disse que as obras do DNOS na Lagoa Feia estão sendo realizadas sem levar em conta os aspectos biológicos, ecológicos, pesqueiros e sociais e na verdade beneficiam, em sua maior parte, aos grandes proprietários daquela região, permitindo a apropriação de vastas extensões de terra gratuitamente.

Afirmou, também, que tais obras “se orientam unicamente pelos princípios da engenharia hidráulica, sem levar em conta os demais aspectos, visando unicamente a economia agropecuária e provocando, conseqüentemente, o dessecamento de lagoas importantíssimas como criadouros da fauna aquática, o rebaixamento do lençol freático, a salinização dos solos e a alteração do *habitat* de vegetais e animais”.

Diversos pareceres técnicos, enfatizou Soffiati, “condenam as obras do DNOS na Lagoa Feia, entre os quais os da FEEMA, de Henrique Salgado Bandeira de Mello e de Haroldo Strang”. Citou a criação de uma comissão especial para acompanhar as obras do DNOS, como resultado do convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio, fornecendo subsídios para que elas (as obras) levem em consideração os múltiplos aspectos que envolvem a lagoa. Esta comissão, porém, até o momento, não funcionou, continuando o DNOS a realizar obras de macro-dragagem, considerando apenas o seu aspecto hidráulico.

Invasão de terras

Prosseguindo, disse o presidente do CNFCN “que é importante estabelecer um vínculo entre as obras que o DNOS vem realizando na lagoa e os interesses dos fazendeiros de suas margens. Embora aparentemente tais obras não se relacionem com o avanço de terras na lagoa, por parte de particulares, é importante salientar que os projetos de recuperação de terras e de saneamento do DNOS têm produzido, no decorrer de três décadas, o dessecamento de lagoas ao redor da Lagoa Feia, permitindo apropriação gratuita de vastas extensões de terras por fazendeiros”.

A demora na conclusão das obras, acrescentou, “da mesma forma tem permitido que fazendeiros avancem e elevem seus diques sobre o leito da lagoa, isto sem levantar a questão da existência de máquinas do DNOS trabalhando para particulares, no sentido de permitir a apropriação ilícita de terras da lagoa. Comparando-se os mapas de Alberto Lamego, de 1954, com mapas recentes do IBGE, torna-se inegável a redução descomunal de espelho d’água da Lagoa Feia, produzida pela ação do homem e não pela natureza”.

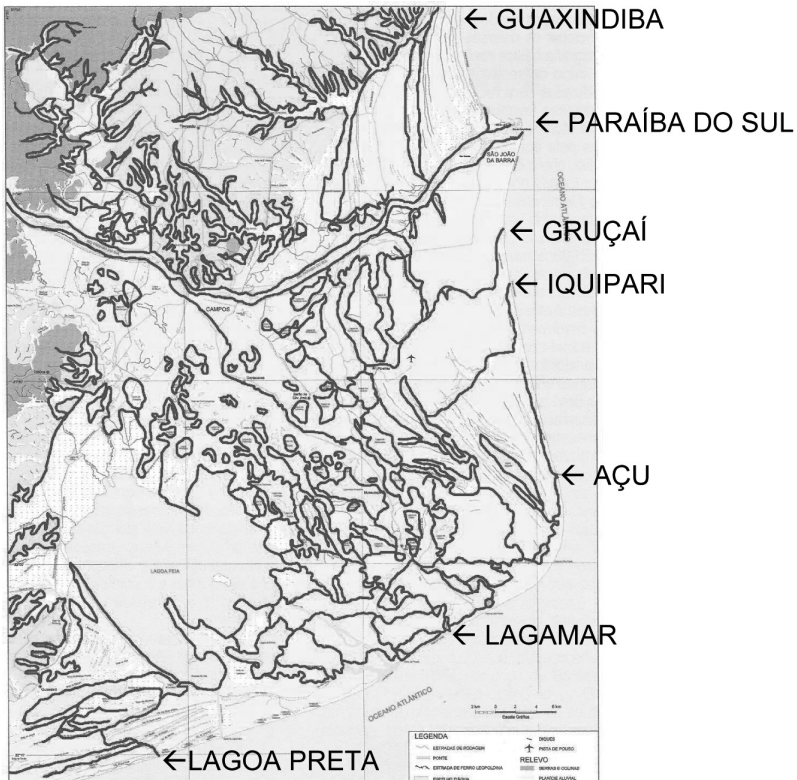
Omissão do governo

Do ponto de vista legal, afirmou, “estas invasões são criminosas, pois infringem a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Código Civil, o Código Penal, o Código de Águas além de outras Leis e Decretos-Leis. É preciso deixar bem claro que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na questão da Lagoa Feia, não é vítima, mas sim omissa, pois a ele compete a demarcação das orlas das lagoas situadas no território do Estado por meio de decreto”.

Sem esta demarcação, prosseguiu, “não é possível estabelecer juridicamente o que é lagoa e o que é terra, dificultando enormemente o trabalho de fiscalização”. Disse, também, que as irregularidades apontadas no seu depoimento foram constatadas diretamente por ele “e membros do CNFCN, encontrando-se inclusive documentadas com fotografias. Além do mais, a existência de diques feitos por particulares é testemunhada por relatórios e pareceres de especialistas, inclusive alguns de caráter oficial, como o da FEEMA”.

Para equacionar e, possivelmente, solucionar os problemas da Lagoa Feia, apontou inicialmente, “em caráter de urgência, a demarcação do perímetro máximo da lagoa e de sua faixa marginal de proteção, baseando-se em levantamentos científicos e históricos e não nos interesses econômicos da agroindústria açucareira e da pecuária”. Referiu-se ainda à elevação da lagoa para a cota três, à devolução de terras ocupadas por fazendeiros, à atenção para o problema da economia pesqueira e ao controle da poluição causada por usinas e destilarias.

A Notícia. Campos (RJ): 11 de janeiro de 1980.



Concentração de pescadores em Ponta Grossa dos Fidalgos.
Folha da Manhã. Campos (RJ): 29 de outubro de 1978.

SOFFIATI EXPÕE HOJE NA SBPC QUESTÕES DA LAGOA FEIA

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), professor Arthur Soffiati, participará amanhã de uma mesa redonda na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em evento que se realiza desde o último dia 6, no Rio de Janeiro, expondo a questão da Lagoa Feia, as vitórias conquistadas e os fracassos que sofreu.

Da mesa redonda, sob o título "A Destruição Ambiental do Litoral Fluminense", além do presidente do CNFCN, participarão um representante da Associação de Defesa da Praia de Trindade, o professor Tomaz Langenbach, biólogo e especialista em manguezais, e o professor Marcello de Ipanema, presidente da Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente (FAMA).

Enfoque

Segundo orientação dos organizadores da SBPC, não será dada ênfase aos aspectos informativos das questões a serem discutidas. O que se pretende, na mesa redonda, é fazer

uma avaliação geral das atividades desenvolvidas pelas associações ambientalistas que militam na defesa do litoral fluminense.

Por isso, haverá uma atenção especial às formas de luta desenvolvidas pelas diversas entidades ecologistas, procurando-se realçar as vitórias alcançadas por cada e também os seus fracassos. Trata-se, na verdade, de fazer um balanço geral da atuação do movimento ambientalista no âmbito estadual. Dentro desses critérios, o representante local abordará as vitórias conquistadas pelo CNFCN, “geralmente pequenas e provisórias, e as derrotas grandes e sempre definitivas”.

Ao presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, caberá expor, em linhas gerais, em que consiste o problema específico da Lagoa Feia, dando destaque especial às formas de luta encetadas em favor daquele ecossistema.

Pretende-se mostrar, nessa exposição, que o movimento espontâneo dos pescadores é o principal responsável pela não realização do programa de obras concebido pelo DNOS, na Lagoa Feia, e pela contenção do avanço dos fazendeiros sobre o leito.

Vitórias

– Nesta luta, o CNFCN se aliou aos pescadores, aliança esta que teve a sua mais alta expressão no documento de Ponta Grossa dos Fidalgos, elaborado em agosto do ano passado (1979). O Centro se incumbiu, ainda, de desenvolver um trabalho de informação pública pela imprensa, que trouxe a questão da Lagoa Feia para o meio urbano. Esta luta conjunta de pescadores e ecologistas culminou com uma CPI da Câmara Municipal de Campos, que confirmou todas as denúncias feitas pelo CNFCN, durante dois anos.

Algumas vitórias, acrescentou o professor Soffiati, embora pequenas, foram obtidas na luta dos ecologistas e dos pescadores em relação ao complexo da Lagoa Feia, tais como a abertura do Canal de Quitungute, a definição da referência de nível usada nas obras do DNOS na Baixada dos Goitacazes, o convênio entre o MINTER e o Governo Estadual, criando uma comissão especial para acompanhar o Programa Especial do Norte Fluminense, e a instalação de algumas réguas indicadoras de nível na lagoa.

Fracassos

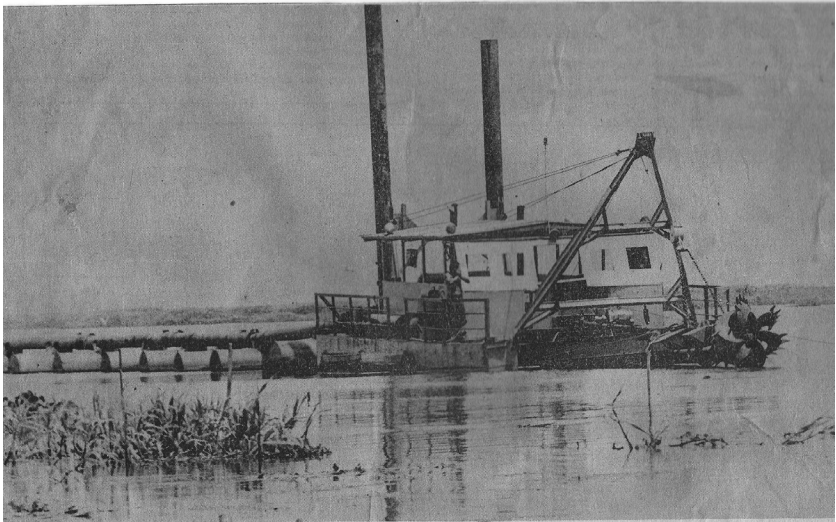
“Expressaremos, porém – prosseguiu o ecologista –, a nossa consciência de que estas vitórias foram muito pequenas no conjunto de nossas reivindicações e que se torna necessária uma vigilância permanente para que não sejam perdidas. Quanto aos fracassos, muitas razões devem ser apontadas para explicá-los. A mais forte, sem dúvida, é a tremenda desigualdade na correlação de forças entre a poderosa aristocracia rural do Norte Fluminense e os pescadores.”

Além disso, declarou o presidente do Centro que existe uma dificuldade muito grande em organizar um movimento no Norte Fluminense, uma vez que são poucas as pessoas que se dispõem a lutar e muitas as lutas que se destinam a transformar a realidade da situação. Isto sem se falar na distância de Campos dos Goytacazes dos grandes centros dinâmicos do País, o que, de certa forma, conduz a região a um isolamento que dificulta um apoio mais eficiente de outras entidades congêneres. O representante local pretende, ainda, mostrar que as vitórias alcançadas estão muito aquém de suas reivindicações. “Espera-se ainda pela demarcação física da Lagoa Feia, segundo critério científico, e pela revisão das obras do DNOS, de forma que elas levem, autenticamente, em consideração,

os interesses da economia pesqueira e os aspectos ambientais. Cumpre reconhecer que, devido à resistência dos pescadores, esta revisão começa a ser feita.”

Por fim, o CNFCN apresentará a linha de conduta em relação aos órgãos governamentais, procurando mostrar que está e estará sempre aberto ao diálogo com o Governo, sem, contudo, transigir em seus objetivos e na sua atitude de firmeza ideológica. Afinal, concluiu o professor Soffiati, “toda entidade ambientalista sincera e consequente só pode assumir uma atitude de oposição num País que tem o modelo econômico como o nosso”.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 10 de julho de 1980.



Draga flutuante do DNOS paralisada pela primeira vez nas obras de dragagem da Lagoa Feia.
Folha da Manhã. Campos (RJ): 24 de novembro de 1978.

POVOAMENTO NA LAGOA FEIA É INCOERÊNCIA

– O Governo Federal, ao definir por meio da SUDEPE, que vai desenvolver em Campos dos Goytacazes um projeto de criação de peixes em viveiros, para o povoamento da Lagoa Feia, está sendo incoerente, tentando distrair a atenção dos pescadores e dos ecologistas da questão prioritária, que é a demarcação dessa lagoa. Sem isso, é começar alguma coisa pelo fim. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – Arthur Soffiati –, que criticou ainda a ação do DNOS na região, definindo que “a Lagoa Feia é um reduto do engenheiro Acir Campos”.

Segundo Soffiati, a posição do CNFCN com relação ao assunto se baseia no fato de que o repovoamento da lagoa Feia por peixes “só deve ser feito depois de asseguradas as condições de preservação daquele ecossistema”. Condições essas que envolvem, como necessidade prioritária da lagoa, a demarcação de acordo com princípios científicos “e não atendendo aos interesses dos fazendeiros que se apropriam indevidamente de terras

marginais a ela”. Na opinião de Soffiati, essa demarcação deve restabelecer, de maneira mais aproximada possível, a antiga fisionomia da lagoa: por decreto do Governo Estadual, conforme estabelece o Sistema de Proteção de Rios e Lagoas (SIPROL), “por se tratar de um patrimônio público e bem de uso comum do Estado do Rio de Janeiro”. O Governo Estadual tem obrigação de zelar pela lagoa, “o que não vem fazendo”. O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza acrescenta que, “além da demarcação oficial, teria que ser feita a chamada demarcação física, de forma a estabelecer o que é lagoa, o que é terra e qual faixa marginal de proteção”. E, conforme denúncia de Soffiati, “ao que consta, todas as providências nesse sentido continuam na estaca zero”.

Grave protecionismo

Arthur Soffiati, contudo, foi mais incisivo nas críticas ao DNOS, ao afirmar que o órgão “está criando todos os obstáculos possíveis à demarcação”, referindo-se particularmente ao diretor regional Acir Campos, “que declaradamente favorece os interesses dos fazendeiros marginais”. Nos estudos feitos pela “Engenharia Gallioli”, que serviram de base às obras do DNOS na região, diz Soffiati que há uma recomendação para que os fazendeiros construam diques dentro da Lagoa Feia. “O próprio Acir declarou, na primeira e única reunião da Comissão Especial para acompanhar o Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense (PRODENOR), que o DNOS incentivou a ocupação de terras por fazendeiros na lagoa.”

Prosseguindo em suas críticas, ele acrescenta que outra evidência de que o DNOS pretende prosseguir em suas obras de drenagem na Baixada dos Goitacazes, favorecendo aos grandes proprietários, é a verba de Cr\$ 300 milhões para o Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense. “Desses Cr\$ 300 milhões, 180 destinam-se ao saneamento e ao aproveitamento hidroagrícola, que nada mais é do que o nome atual e sofisticado dado à apropriação ilegal de terras”, ficando apenas Cr\$ 2 milhões, destinados a pesca artesanal.

“Falta coragem”

– O Centro gostaria de saber se o Governo do Estado terá coragem de retomar as terras desonestamente ocupadas por fazendeiros, a fim de demarcar a lagoa como vem pretendendo, prosseguiu Soffiati. Quanto ao Ministério do Interior, o CNFCN espera que seja reativada a Comissão Especial (criada em janeiro do ano passado por um convênio do MINTER com o Governo do Estado) que deveria se reunir mensalmente e que, até agora, realizou uma reunião, mesmo em março deste 1980, sendo desativada.

E, falando ainda em problemas ambientais, ele mais uma vez citou os do vinhoto e o da água de lavagem de cana. “É a segunda safra depois da proibição dos despejos, que continuam afetando os peixes, fazendo com que nós, do Centro, contássemos *in loco*, este ano, dois casos de mortandade”. Soffiati concluiu dizendo que, “também nesse nível, o descaso é grande. A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a FEEMA respondem sempre aos nossos ofícios de reclamação dizendo que tais mortandades são provocadas por água de lavagem de cana, não por vinhoto despejado em rios e lagos. Como se isso também não fosse grave”.

Folha da Manhã. Campos (RJ): março de 1980.

SOFFIATI AFIRMA QUE A PARALISAÇÃO DAS OBRAS DO DNOS SÓ DEPENDE DO GOVERNO

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Arthur Soffiati, apoiou ontem integralmente a afirmativa feita pelos pescadores das Lagoas Feia e do Campelo de que o DNOS é o inimigo número um da atividade pesqueira da região. Soffiati afirma que o Governo do Estado tem poderes para evitar o prosseguimento das obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, desde que este assumia atitude idêntica à tomada pelo Governo do Rio Grande do Sul.

– Os pescadores têm toda razão em considerar o DNOS como inimigo na denúncia que fizeram ao Governador Chagas Freitas. Será que as autoridades ainda não se convenceram disso? Já temos provas suficientes de que as obras de dragagem e drenagem que o Departamento realiza no Norte Fluminense só interessam a uma minoria de pessoas.

Soffiati diz que o curioso nisso tudo é que o Governo Federal já fez duas tentativas distintas de levar as obras do DNOS na Lagoa Feia adiante. O presidente do CNFCN garante que, da primeira vez, a atitude foi autoritária, representada pelo diretor Acir Campos, “que procurou intimidar os pescadores e ambientalistas, chamando-os de agitadores, comunistas e denunciando-os à Polícia Federal”.

– Felizmente, ele fracassou porque as acusações eram infundadas. Na segunda tentativa, compatível com a abertura política, o Ministério do Interior, julgando que os atritos entre o DNOS e pescadores decorriam da falta de informação, por parte da comunidade pesqueira, em relação às obras, resolveu fazer uma campanha de esclarecimentos.

O ambientalista revela que foram mandados a Ponta Grossa dos Fidalgos especialistas em comunicação social equipados com sofisticados recursos e dispostos a realizar um trabalho paciente e contínuo, para demonstrar aos pescadores que as obras eram boas para a economia pesqueira e para o meio ambiente. Soffiati diz que, depois de várias tentativas, estes especialistas não conseguiram convencer nem o CNFCN nem os pescadores.

– Será que isso não bastou para convencê-los de que não é falta de informação, mas as obras em si? Agora o engenheiro Acir Campos anuncia que encontrou uma fórmula para recuperar terras salinizadas ao sul da Lagoa Feia, nas imediações do Canal de Quitungute. Ele chega mesmo a dizer que essa obra vai beneficiar fazendeiros e pescadores e que terá custos elevados devido às baterias de comportas que terão que ser construídas.

O presidente do CNFCN assegura que essas obras só interessam aos proprietários rurais, “que irão ganhar terras gratuitas graças ao DNOS numa região que, por natureza, é salina”. Ele vai mais além e garante que essas terras não servem para plantar cana, nem para criar gado e que sua recuperação representa um atentado ao meio ambiente.

– Além do mais, elas deveriam pertencer ao patrimônio público, sendo bem de uso comum. O que ocorre é que Acir Campos está inventando obras desnecessárias e dispendiosas que muito interessam às empreiteiras do DNOS. Nem os pescadores nem o Governo do Estado podem permitir essas obras.

Soffiati falou que a atuação do DNOS no Norte Fluminense tem sido por demais nefasta na retilinização de rios, esvaziamento das lagoas e atentados aos manguezais. Ele acha que o Governo Chagas Freitas tem poderes para evitar que isso continue ocorrendo, já que, no Rio Grande do Sul, foi criada jurisprudência para tanto.

– Por incrível que pareça, o Secretário Estadual de Saúde e do Meio Ambiente daquele Estado teve uma atitude inédita: expediu a portaria nº10/79, proibindo toda e qualquer obra de drenagem do DNOS no Banhado Grande. Essa portaria, por sinal, foi forçada pelo Parecer nº 4.130 do Procurador do Estado, Caio Lustosa. Bem que o Governo do Estado do Rio poderia tomar medida semelhante. Razões não faltam.

Finalizando, Soffiati conclui que o DNOS está infringindo várias leis no Norte Fluminense e até mesmo a Constituição Estadual, que estabelecem que a Lagoa Feia é do Estado. Por outro lado, ele cita vários pareceres técnicos condenando tais obras e pergunta o que é que o Governo Chagas Freitas está esperando.

– Eu entendo que ele deveria reivindicar o que é seu, embargando as obras do DNOS, fazendo cadastramento das propriedades marginais e, o que é mais importante, demarcando a Lagoa Feia segundo dados científicos, finaliza Soffiati.

A Notícia. Campos (RJ): 10 de agosto de 1980.



Segundo movimento para paralisar a draga flutuante do DNOS na Lagoa Feia.
A Notícia. Campos (RJ): 24 de outubro de 1979.

ARTHUR SOFFIATI DIZ QUE GOVERNO DO ESTADO TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELA LAGOA FEIA

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Arthur Soffiati, afirmou ontem que o Governo do Estado do Rio também é responsável pelos problemas que surgem na Lagoa Feia e pelas agressões praticadas na área pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento e por proprietários de terras da margem da lagoa. Ele assegura que, se quisesse, poderia impedir tal agressão, como fez o Governo do Rio Grande do Sul.

– Lá, eles expediram uma portaria sustando as obras do DNOS no Banhado Grande. É bom lembrar que a Lagoa Feia pertence ao Estado e que a sustação das obras aqui é mais fácil porque o Governo Estadual faz oposição ao Governo Federal e no Rio Grande do Sul não. Se essa medida não for tomada, assim como se a lagoa não for demarcada, teremos forte razão para suspeitar da cumplicidade do Governo do Estado com o órgão federal e com vários proprietários marginais (em dois sentidos: porque possuem propriedades nas margens da lagoa e porque são criminosos acobertados pela lei).

Sobre o que vem ocorrendo com os pescadores da Lagoa Feia, com a abertura das comportas, Soffiati diz que isso confirma todas as denúncias de que as obras do DNOS nas lagoas do Norte Fluminense visam beneficiar tão somente a agroindústria açucareira e a pecuária. Ele afirma que cerca de 20 lagoas já foram desseccadas na nossa região por ação conjunta do DNOS e de proprietários rurais.

– Sabemos que a intenção do DNOS não é secar as Lagoas Feia e do Campelo, mas transformá-las em estabilizadoras de águas na região, recebendo todo o excesso do Rio Paraíba do Sul, tanto pela margem esquerda como pela direita. Só que essas obras ignoram completamente os interesses da comunidade pesqueira e os princípios da ecologia.

O ambientalista garante que o DNOS só existe para favorecer os grupos dominantes nas várias regiões do País. Ele diz que tudo que vem ocorrendo confirma as suspeitas e denúncias. Mais à frente, Soffiati garante que existe uma ligação entre as obras do DNOS na Lagoa Feia e a invasão de seu leito por proprietários de suas margens.

– O próprio Acir Campos, Diretor Regional do órgão, confessou diante de várias testemunhas e agora não confirma as suas declarações. Por outro lado, o projeto de obras elaborado pela Engenharia Gallioli estimula os fazendeiros a se apropriarem ilicitamente das terras. Da mesma forma, as comportas são manipuladas de acordo com os interesses dos fazendeiros, pois as obras públicas do DNOS nada mais são do que obras feitas para particulares com dinheiro do povo.

Para Soffiati, tanto os proprietários como o Diretor do DNOS deveriam ser processados por crime, pois usam tudo em interesses que não atendem à comunidade, mas sim a uma minoria. Ele acha, no entanto, que o segundo é mais culpado do que os demais.

A Notícia. Campos (RJ): 01 de novembro de 1980.

SOFFIATI DIZ ESPERAR QUE ANÚNCIO DE DEMARCAÇÃO DA LAGOA FEIA SEJA VERDADE

Ao analisar ontem as declarações do presidente da SERLA, Antônio Sampaio Neto, sobre a demarcação da Lagoa Feia, afirmando mesmo que já existe verba para essa realização, o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Arthur Soffiati, afirmou esperar que realmente seja verdadeira essa notícia, mas que a demarcação se fará por critérios ecológicos e não de acordo com interesses dos proprietários ribeirinhos. – Aliás, parece ser esta a promessa da SERLA e, melhor do que isso, somente se for verdade. Essa demarcação deve ser efetuada não somente a partir da água nela existente, mas também, em seu leito maior, que se pode comprovar no período das cheias, incluindo-se ainda uma faixa marginal de proteção.

Soffiati diz ainda que gostaria que a demarcação da Lagoa Feia fosse, de alguma forma, visível para evitar qualquer nova invasão e, ao mesmo tempo, facilitar a fiscalização. Mesmo assim, ele ressalta que não se conseguirá mais restabelecer o *status quo ante* da região, uma vez que as drenagens do DNOS já fizeram desaparecer muita água e chegaram mesmo a acabar com várias lagoas da região.

Por outro lado, Soffiati rebate a afirmativa do Dr. Sampaio Neto de que o Estado não tenha cedido nenhuma área das margens da Lagoa Feia a proprietários ribeirinhos e diz que tem provas para assegurar que tal fato ocorreu, em vista da venda de terra a outrem, mediante escrituras que não são reconhecidas pelo Governo do Estado. Ele garante ainda não saber se o Governo tem reconhecido o direito de usucapião de terras da lagoa.

– Mesmo não tendo conhecimento disso, sabemos que o DNOS incentivou proprietários marginais a avançarem, por meios de diques, sobre a Lagoa Feia, como também que existe uma escritura no cartório do 6º Ofício, de nº 2.628, em que o Departamento do Patrimônio do Estado reconheceu o domínio útil da ilha Luís de Souza, na lagoa, pelo finado José Martins dos Santos Filho, e posso garantir que temos documentos para comprovar tal denúncia.

Finalizando, Soffiati diz que o Dr. Sampaio Neto tem razão em dizer que a SERLA não teve qualquer participação nas obras do DNOS e na construção de diques por proprietários, mas que o órgão pode ser acusado de omissão e que, por esse motivo, os pescadores e o meio ambiente pagaram um alto preço por ela. Ele diz lamentar que só agora o Estado venha a se preocupar e mesmo assim no plano da intenção.

A Notícia. Campos (RJ): 11 de dezembro de 1980.

SOFFIATI DIZ QUE PESCADORES AGEM EM LEGÍTIMA DEFESA AO TIRARBARRAGEM DO QUITINGUTE

O presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Arthur Soffiati, disse ontem que, em todo o Norte Fluminense, existem focos de tensão social crônicos, produzidos por choques de interesses da economia agropecuária e industrial com a economia pesqueira e que, por pleno conhecimento disso, sua entidade se solidariza com os pescadores contra o pequeno grupo dominante que os prejudica.

– Já chegaram a falar que o Centro se calou em relação a esses problemas por ter sido comprado, mas não simplesmente nos calamos, pois estamos cansados de falar para quem tem o poder de decisão e não quer ouvir as ponderações que levam ao caminho certo.

No entanto, Soffiati diz que não se vê obrigado a tomar novamente esse rumo, em virtude dos acontecimentos que se verificam no Canal do Quitungute, onde os pescadores são novamente ameaçados com a presença até mesmo da Polícia Federal, quando lutam pela sua sobrevivência. Segundo o ambientalista, já que não se podem paralisar as obras do DNOS ou fazer com que elas sejam racionais para todos, e sim, prosseguindo em benefício de uma minoria, “é válida a atitude dos pescadores em remover as barragens”.

Sobre o aspecto legal, Soffiati assegura que somente uma ação popular, com um bom advogado do Rio de Janeiro, poderá impedir o DNOS de fazer suas obras, que só beneficiam a minoria de latifundiários e usineiros. Soffiati prossegue com sua explicação, afirmando que “essas obras, realizadas na região pelo DNOS desde os anos 40, estão ocultas sob a denominação de ‘saneamento’, embora, na verdade, sempre visassem favorecer o aumento das áreas agricultáveis e de pastagens”.

– Para tanto, o DNOS secou lagoas, construiu diques e barragens, abriu canais e incorporou terras destinadas a atividades bem distintas da agricultura e da pecuária. A atitude dos pescadores em destruir obras (ditas públicas) é ilegal, mas tem o precedente dado pelos próprios proprietários que manipulam a seu bel prazer as obras do órgão e são tolerados pelo Governo.

Soffiati cita o exemplo das comportas do Canal da Flecha, que são utilizadas pelos proprietários de terras, o mesmo ocorrendo em vários outros locais, como a Lagoa do Campelo e de muitos canais da baixada, onde, em seu modo de ver, tudo é tolerado. “Baseado, sobretudo, no Quitungute é perfeitamente compreensível que os pescadores atuem dessa forma que vem sendo feita, uma vez que foram confinados a determinados redutos pelo DNOS.”

Quanto ao fato de alguns estarem dizendo que existiriam agitadores provocando a revolta dos pescadores, Soffiati diz que os reais agitadores da revolta coletiva de uma classe são as obras do Governo, que só beneficiam a economia dominante da região, o estado de abandono em que se encontra a atividade pesqueira e a fome crônica, e não pessoas isoladas, que segundo o ambientalista, jamais teriam força para levantar a massa.

– Antes de tudo, os pescadores são autênticos e espontâneos, demonstrando o estado deplorável a que chegaram. Basta citar que o PRODENOR – Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense – destinou à pesca e à proteção do meio ambiente quantias irrisórias, quando comparadas com os recursos destinados à “recuperação” de terras e à irrigação.

Por outro lado, Soffiati acusa os empresários (latifundiários e usineiros) de se valerem dos recursos públicos destinados a um determinado fim para o enriquecimento pessoal, “inclusive com a orientação de elementos do próprio Governo, e por isso é impossível um diálogo a fim de solucionar os problemas”. O presidente do CNFCN afirma que o Norte Fluminense é região de homens de “meias tintas”, carecendo de homens de atitudes corajosas, e assegura ser muito comum se confundirem interesses da economia dominante com interesses de toda a comunidade.

As obras do DNOS são geralmente confundidas com algo de interesse geral, mas nada mais são do que obras que interessam aos potentados locais, causando revolta aos mais sacrificados, que tomam a justiça nas mãos em vista do desespero.

Finalizando, Soffiati garante que o Centro está solidário com os pescadores, contra o pequeno grupo que domina a economia, pois eles só atuam em defesa própria e diz ainda não temer nenhuma represália ou crítica dos que dirigem a economia dominante.

A Notícia. Campos (RJ): 23 de abril de 1981.

ECOLOGISTA MOSTRA RISCOS DO CANAL EM IMBOACICA

Ao percorrer, esta semana, a frente de obras do canal extravasor da Lagoa de Imboacica, o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, professor Arthur Soffiati, conseguiu detectar – segundo suas próprias observações – alguns problemas naquela lagoa e que estão ocorrendo na maior parte dos sistemas lagunares fluminenses.

Dentre estes problemas, destacam-se:

a) o dessecamento parcial, por meio de aterros, com a finalidade de especulação imobiliária (duas obras, sendo que uma foi embargada pela SERLA). Segundo o ecologista, isso compromete, sem dúvida, a integridade física da Lagoa de Imboacica, alterando seu equilíbrio físico e químico.

b) a questão das obras hidráulicas, como é o caso do canal extravasor, que, por um lado – no seu entender –, pode não apresentar riscos, mas, por outro, é possível que venha a prejudicar. “Esta obra pode causar problemas porque vai alterar a dinâmica da lagoa, que consiste na elevação e abaixamento da lâmina d’água, que é fundamental para a existência da própria lagoa”.

– Estes ciclos têm efeitos grandes sobre a flora e a fauna e são responsáveis pela reprodução da vida vegetal e animal. E essa obra hidráulica realizada pela SERLA – diz ele –, até prova em contrário, pode alterar o ciclo biológico da lagoa, na medida em que estabiliza, quase em caráter permanente, as suas águas. É como, por exemplo, impedir que um animal durma. Pode ser uma agressão ao regime natural da lagoa.

Sobre a flora

Explica ainda o professor Arthur Soffiati que foi observada uma proliferação excessiva de plantas aquáticas, que pode ser provocada por dois fatores: ou um grande lançamento de nutrientes orgânicos na água (esgoto, hipótese mais provável), por infiltração ou despejo direto; e a outra, pelo rebaixamento excessivo da lâmina d’água, provocando uma atividade fotossintética bastante intensa, mas esse processo é menos provável.

– Qual é o resultado disso tudo? – indaga o ecologista – é a absorção excessiva do oxigênio dissolvido da água em detrimento de outras formas de vida. Sem saber exatamente como detectar as causas, a verdade é que a proliferação excessiva de plantas indica um desequilíbrio ecológico.

O ecologista aponta algumas alternativas para o movimento em favor da Lagoa de Imboacica: “Cabe exigir, antes de mais nada, o projeto que embasa cientificamente esta obra; em seguida, submeter o projeto à apreciação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e da FEEMA, exigindo também um parecer da CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental) e, se possível, encaminhar uma cópia ao setor especializado da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)”.

Ele concluiu dizendo que não se pode permitir que a obra entre em funcionamento, sem antes se obterem os pareceres destes órgãos e, principalmente, a demarcação física da lagoa, observando critérios ecológicos, estabelecendo o perímetro mínimo (na estiagem), o máximo (nas cheias) e a faixa marginal de proteção – uma faixa que fica fora da área molhada e que, dentro dela, não pode ocorrer ocupação econômica.

Campanha

Após a visita do professor Soffiati à Imboacica, houve uma reunião na Colônia dos Pescadores, com a presença de ecologistas e pescadores, para direcionar as próximas etapas da luta pela defesa da lagoa, ficando acertada mais uma reunião esta semana para tirar uma comissão que irá ao Rio de Janeiro, solicitar da SERLA cópia do projeto do canal extravasor.

Esta comissão também entrará em contato com a FEEMA e outros órgãos públicos – inclusive a SUDEPE – e entidades particulares, a fim de que elas também sejam sensibilizadas pelo problema e interfiram, de forma positiva, para evitar maiores danos ao ecossistema de Imboacica.

Folha Macaense. Macaé (RJ): 11 de março de 1982.

A IMPORTÂNCIA DE UMA LAGOA NA VISÃO DE UM ECOLOGISTA

A Lagoa do Campelo não é importante apenas para a pesca, mas principalmente, para a vida da região, porque forma um ecossistema que tem, até, influência no clima. A explicação é do professor Arthur Soffiati, presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, ao manifestar ontem seu apoio à manifestação dos pescadores do Campelo que lutam pela renovação de suas águas, temendo que se isso não ocorrer possa ser projetada alguma obra e reduzir ainda mais a lagoa.

Numa entrevista concedida ontem, Soffiati condenou, também, o Governo do Estado, porque, durante o mandato de Chagas Freitas, não “se moveu uma única palha através da Superintendência Estadual de Rios e Lagos (SERLA) para demarcar as lagoas da região, numa flagrante omissão a tudo o que o DNOS tem realizado, certo ou errado, embora, na maioria das vezes, para beneficiar apenas a economia dominante, notadamente em Campos”.

Legítima defesa

O presidente do CNFCN classificou a posição dos pescadores de “legítima defesa” do que sobrou do Campelo. Na realidade, essa é uma luta antiga e cíclica, pois aparece a cada cheia do Paraíba do Sul. Concordeu até que pescadores e segmentos da sociedade interessados na ecologia acordaram tarde para o que se praticou em torno do Campelo, onde foram eliminadas várias lagoas pequenas que representavam a sustentação do manancial maior, que agora os pescadores tanto defendem, “por ser sua última reserva de trabalho na área”.

Soffiati lembrou que o DNOS é o órgão responsável pelo desaparecimento de cerca de 20 pequenas lagoas no município, além de haver permitido ou agido diretamente para a redução da superfície das três maiores lagoas de Campos: Campelo, Feia e de Cima, notadamente as duas primeiras, que são de baixada e, como tais, importantes para a economia dominante, cuja base é a lavoura de cana-de-açúcar.

– Infelizmente, ressalta Soffiati, tudo isso foi ante a omissão do Governo Estadual, que, a bem da verdade, tem sido omisso em todos os assuntos relacionados à ecologia na região. A SERLA tem poderes não apenas para fiscalizar, mas sobretudo para embargar obras nessa área, se julgá-las prejudiciais à ecologia. No Rio Grande do Sul, há cerca de

dois anos, o Governo Estadual embargou uma obra do DNOS, mas, no Estado do Rio de Janeiro, isso não ocorre, por omissão.

Entende que a posição do Departamento Nacional de Obras e Saneamento tem sido de absoluto autoritarismo, pela própria personalidade do seu diretor regional, Acir Campos, que parece ter sido formado numa época em que não havia contestação, e se acha dono da verdade. Lembrou que não existe uma única obra até agora realizada em Campos cujo objetivo tenham sido os pescadores. A meta é a agroindústria açucareira, quando os interesses devem ser compatibilizados, uma vez que a atividade pesqueira também tem sua importância, quer dando emprego a milhares de pessoas ou proporcionando alimentos mais baratos para o povo. Isso, sem falar na importância que já mencionamos: os recursos naturais são fundamentais para a vida.

– Campos dos Goytacazes, em especial, tem sido um feudo do DNOS que é o iniciador de todas as obras de vulto no município, mas não dimensiona consequências. Houve até quem declarasse que o DNOS acabou com lagoas, mas as substituiu por quilômetros de canais, o que não é a mesma coisa, mas seria importante se esses canais não servissem apenas aos despejos de poluentes durante a safra, esmagando qualquer perspectiva de criação de peixes. Não fosse a poluição, até que os canais, desde que mantidos com água, representariam uma grande fonte de trabalho para os pescadores.

Soffiati lamentou apenas que essas manifestações dos pescadores sejam neutralizadas a um simples aceno do DNOS. “Esses pobres homens, que têm lutado pelas lagoas, visando seu sustento, na realidade lutam por todos nós, porque estão até correndo riscos, mas brigando por algo que é a nossa própria vida, a natureza que vai perdendo seu equilíbrio, ante a ganância de homens que fazem vista grossa para a vida, porque não dependem muito dela, pelo menos aqui na região. As pessoas não devem se esquecer de que o Proálcool é decisivo para a Nação, mas que jamais deve prejudicar a produção de alimentos, nem eliminar os recursos naturais”.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 06 de janeiro de 1983.

SOFFIATI ACUSA DNOS DE DESINTERESSE PELO CANAL

O Diretor Executivo do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – (CNFCN), Arthur Soffiati, é de opinião de que o canal Campos-Macaé é um foco potencial de doenças em virtude da poluição e estagnação de suas águas. Acentuando que a conclusão das obras do canal está relegada a segundo plano, o ecologista sustenta que o poder executivo municipal, a FEEMA, a SERLA e o DNOS têm a responsabilidade de solucionar este problema.

Soffiati argumentou que o canal Campos-Macaé, no seu atual estado, está gerando problemas de vetores, ou seja, a proliferação de ratos e mosquitos que são os responsáveis pela transmissão de doenças. Lembrando que as obras do canal foram iniciadas justamente para eliminar daquele local focos de doença, o ecologista acusou o DNOS de estar interessado, única e exclusivamente, na conclusão do Terminal Pesqueiro.

– As verbas do DNOS estão indo para as obras do Terminal Pesqueiro – explicou ele – porque aquela é uma obra de grandes proporções, que atende a grandes interesses e que vai gerar lucros.

Zelo

O Diretor do CNFCN salientou, por outro lado, que cabe à Prefeitura zelar pela

saúde da população e, por isso, deve insistir na conclusão das obras do canal Campos-Macaé. “O interesse do Chefê do Executivo Municipal deve estar voltado para a comunidade”, ressaltou Soffiati.

O ecologista acha que o canal Campos-Macaé só ficará pronto depois que o Ministério do Interior liberar verbas para que suas obras sejam concluídas. Mas isso, segundo ele, só acontecerá “com a insistência da comunidade, da PCG e da Coordenadoria Regional de Saúde”.

Pesca predatória

O Diretor do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza recriminou, também, a pesca predatória que vem ocorrendo em rios e lagoas da região. A pesca predatória cresceu assustadoramente nos últimos anos e vem sendo feita por pescadores profissionais artesanais, empresariais e amadoristas. No caso dos pescadores artesanais, Soffiati disse ser favorável a uma fiscalização feita de maneira educativa, com finalidade de ensiná-los a zelar pela atividade que lhes dá sustento.

Já nos casos dos pescadores empresariais e amadoristas, Soffiati é de opinião de que deve haver uma fiscalização repressiva e rigorosa, inclusive com punição, pois eles contribuem para a decadência desse tipo de atividade. E citou como exemplo a Lagoa de Cima, cuja atividade pesqueira foi reduzida consideravelmente.

Sindicato

Soffiati é a favor de que os pescadores se organizem em sindicatos, de modo a lutar pelos seus interesses e não mais se submetendo à SUDEPE que, conforme disse, vem agindo com paternalismo. “É necessária uma política global de proteção dos recursos pesqueiros, reprimindo todos os fatores que comprometem a pesca para a subsistência”, salientou.

A poluição causada pelos despejos de usinas e destilarias, a aplicação direta de produtos químicos nos canais, rios e lagoas e o aterro e drenagens de lagoas são, segundo explicou o ecologista, fatores que contribuem para o prejuízo da atividade pesqueira da região. “Não basta apenas coibir a pesca predatória, mas também impedir que esses fatores venham a causar a destruição física e biológica dos ecossistemas de água doce”, finalizou Soffiati.

Monitor Campista. Campos (RJ): 23 de outubro de 1983.

SOFFIATI ACHA QUE ENGENHEIRO PROCURA UM “BODE EXPIATÓRIO”

O professor e ecologista Arthur Soffiati, do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, classificou de “ingênua, arrogante e cínica” a atitude do engenheiro Acir Campos, chefe da Diretoria Regional do DNOS, ao atribuir a ele a responsabilidade pelo estado em que se encontra a Baixada Campista, com cerca de 25 mil hectares invadidos pelas águas que saem dos canais e da Lagoa Feia. O engenheiro declarou que as críticas ao DNOS desestimularam o Governo a continuar aplicando recursos financeiros nas obras que o órgão projetou para a região.

Soffiati declarou que a responsabilidade é do próprio DNOS, “que nunca se

preocupou em realizar obras com embasamento científico, a ponto de Acir Campos chegar a afirmar que a natureza é que está errada e que ele pretendia consertar isso, ao projetar obras de saneamento para a Baixada Campista, principalmente”.

“Bode expiatório”

Na verdade, o que o engenheiro Acir Campos está tentando é encontrar um bode expiatório para distrair a atenção da comunidade da questão real, que o é desvio de recursos destinados a obras de interesse social para o Terminal Pesqueiro, já que ele atende a interesses muito poderosos e vai gerar lucros vultosos.

Soffiati disse que atribuir a ele, dentre outros, responsabilidade pelo que está ocorrendo, “é uma atitude ingênua, por ser feita de público, arrogante e cínica”. E foi mais além: “nós também não temos a força política que o engenheiro Acir Campos nos atribui. Se, de fato, tivéssemos poder, o Terminal Pesqueiro já estaria paralisado, o Paraíba do Sul despoluído, o desmatamento teria cessado, a captação de água para a cidade já estaria instalada na Lagoa de Cima e o DNOS não teria feito tantas obras que, na realidade, são responsáveis pelas enchentes na baixada”.

O diretor do CNFCN ressaltou, também, que “não podemos ser responsáveis pela intensidade das chuvas que atingem a região, talvez reflexo de desequilíbrios ambientais; não fomos nós, ecologistas, que drenamos cerca de 20 lagoas da região e reduzimos substancialmente a superfície de outras, com a finalidade de incorporar terras ao processo produtivo”.

Para Soffiati “em parte, isso a que se está assistindo agora é uma reação da natureza no sentido de recuperar as áreas que lhe foram subtraídas. Apesar dos cerca de 1.400 quilômetros de canais e de outras obras hidráulicas realizadas pelo DNOS, na região, a vocação ecológica do Norte Fluminense continua se manifestando. E o DNOS, ao realizar essas obras, só levou em conta o aspecto hidráulico, sem considerar outros aspectos ambientais e pesqueiros”.

Continua contra

Soffiati entende que, se o DNOS ouvisse realmente a comunidade e se se interessasse pelas obras que faz – “ele só se preocupa em executar projetos, não em mantê-los” –, a situação seria diferente. “Continuamos desaprovando as obras da macrodrenagem da Lagoa Feia, que Acir Campos de há muito tenta retomar, assim como a retirada do ‘Durinho da Valeta’ (uma formação endurecida entre a lagoa e o Canal da Flecha), pois isso não resolve a situação. A comunidade de pescadores e nós, ecologistas, podemos provar que o ‘Durinho da Valeta’ não é responsável pela retenção da água na Lagoa Feia”.

Afirmou que, se houvesse um programa de limpeza dos canais, também não se observaria tanta retenção d’água, mesmo com as chuvas fora do normal. “Só não aprovamos a retirada da vegetação dos canais com o uso de herbicida, porque ele acelera a eutrofização, a partir do momento em que o mato vai para o fundo e se decompõe. Aliás, essa situação dos canais tem muito a ver também com o lançamento indiscriminado de resíduos industriais, que o DNOS e o Ministério do Interior, por extensão, nunca se preocuparam em evitar. Logo, sem me estender, destaco de quem é a responsabilidade pelas inundações”.

SOFFIATI CULPA DNOS POR CHEIAS E DEFINE ACIR CAMPOS COMO CÍNICO

“Leviana, ridícula e cínica.” Assim o diretor executivo do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, professor Arthur Soffiati, considerou ontem a acusação feita pelo diretor do DNOS, Acir Campos, responsabilizando os ecologistas da região pela inundação da baixada campista.

O professor explicou que o grande responsável pela inundação é justamente o DNOS pelas obras impróprias de drenagem e dragagem que o órgão vem fazendo há 40 anos na região, além do desvio de recursos para a manutenção de canais, a fim de beneficiar interesses financeiros de grandes grupos no Terminal Pesqueiro.

Verdades

– O Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza e os ecologistas não podem, de maneira nenhuma, ser acusados pelo estado de coisas na região. Essa acusação do Sr. Acir Campos é simplesmente leviana, ridícula e cínica.

Soffiati observou que não foram os ecologistas que realizaram as obras hidráulicas, de drenagem e de dragagem que o DNOS vem fazendo desde 1940 na região. Acrescentou que as enchentes, de certa forma, são reações da natureza diante dessas próprias obras.

“Ao realizar essas obras – aduziu –, o DNOS nunca levou em consideração os aspectos ambientais e os interesses da economia pesqueira. As enchentes representam uma tentativa da natureza em recuperar os espaços que lhe foram roubados”.

O diretor executivo do CNFCN ponderou também que a entidade infelizmente não tem a força política a ela atribuída pelo Diretor do DNOS: “Se tivéssemos esse poder teríamos interrompido as obras do Terminal Pesqueiro, sustado os desmatamentos criminosos na região, despoluído o rio Paraíba do Sul, obtido a captação de água na Lagoa de Cima e muitas outras reivindicações pela sobrevivência dos ecossistemas do Norte Fluminense”.

Segundo Soffiati, a verdade é que os recursos destinados à manutenção dos canais abertos pelo DNOS na região foram todos canalizados para a construção do Terminal Pesqueiro, “como declarou o próprio Acir Campos”, que atende a grandes interesses de lucros de empreiteiros, como é o caso de Alair Ferreira, a grandes atividades pesqueiras e a frigoríficos.

Por outro lado, o ecologista lembrou, ainda, que o DNOS iniciou uma série de obras na região, antes das eleições do ano passado, com caráter nitidamente eleitoreiro e agora, sem maiores explicações, concentra todos os seus esforços e recursos na conclusão do Terminal Pesqueiro de Barra do Furado, provocando inundação de grande porte na Baixada Campista.

A Notícia. Campos (RJ): 28 de outubro de 1983.

CNFCN DIZ QUE ACIR É INIMIGO DA ECOLOGIA

“Não hesitaria em poluir o rio Paraíba do Sul se isto fosse necessário para aumentar a produtividade açucareira e alcooleira da região”. A frase é do diretor regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), engenheiro Acir Campos. Foi citada ontem pelo presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da

Natureza, professor Arthur Soffiati, para mostrar as concepções do indicado pelo PMDB regional para ficar no cargo.

Na lista de cargos reivindicados pelo Deputado Federal Carlos Peçanha (PMDB-RJ), na administração federal, está a manutenção dos atuais diretores do DNOS, Acir Campos, e da SUDEPE, Pedro Melo, atitude que vem sendo bastante criticada pelo professor Soffiati, que colecionou algumas frases que julga lapidares, ditas pelo diretor do DNOS.

“Não se pode proteger uma pseudo-indústria pesqueira nem compará-la com a cana-de-açúcar, que traz divisas para o Estado e o País. Toda importação nacional é compensada com quatro produtos: café, soja, cacau e açúcar. Não me consta que se exporte peixe da Lagoa Feia. Mesmo porque não há tanto peixe na lagoa quanto dizem os pescadores e desconheço que seja uma das fontes econômicas da região campista. O forte de Campos dos Goytacazes é a produção açucareira”.

Esta é outra declaração do engenheiro Acir Campos, que, segundo o presidente do CNFCN, revela o pensamento do diretor da 6ª Diretoria Regional do DNOS, que “representa os interesses dos grandes proprietários de terra”.

– O engenheiro Acir Campos, desde os fins dos anos 60, formou-se à sombra do autoritarismo e, de tal forma se impregnou dele, que soube exercê-lo implacavelmente diversas vezes. Suas ligações com grandes empreiteiros da região são notórias e conhecidas de todos – disse Soffiati.

Acrescentou que as obras do DNOS no Norte Fluminense, em grande parte, voltaram-se para permitir a anexação ilegal de terras das lagoas aos grandes proprietários: “Cerca de vinte lagos desapareceram por obras de drenagem, sendo que as duas maiores – Feia e Campelo – tiveram seus espelhos d’água substancialmente reduzidos por essas obras”.

Classificando Acir Campos como “inimigo número um de pescadores, ecologistas e de grandes parcelas da comunidade”, o professor Soffiati afirmou que “suas atitudes autoritárias ainda não foram abandonadas” e que “suas ligações com empresários e políticos inescrupulosos são inegáveis”.

– O mais surpreendente – prosseguiu – é que seu nome tenha sido apontado pelo Deputado Federal do PMDB fluminense, Carlos Peçanha, indicado que foi pelo Prefeito de Campos, José Carlos Vieira Barbosa, também do PMDB, que, ao que tudo indica, atendeu a pedido do Deputado Federal Alair Ferreira, do PDS, muito interessado nesta permanência.

O professor Soffiati criticou ainda a indicação de permanência no cargo de coordenador regional da SUDEPE: “Assim como o Sr. Acir Campos, ele está a serviço de interesses particulares, notadamente do Deputado Alair Ferreira, que representa uma das tendências políticas mais conservadoras e antipopulares do País”.

– O sr. Pedro Melo é mestre em demagogia, sobretudo demagogia ecológica. Ele, juntamente com o engenheiro Acir Campos, realizaram o Terminal Pesqueiro de Barra do Furado, que beneficiou o Deputado Alair Ferreira como empresário e como político: foi sua firma, a Cobráulica, que executou a obra, usando pedras de uma pedreira pertencente a seu filho – declarou.

O presidente do CNFCN completou: “Se os critérios para nomeação de pessoas para cargos de confiança da Nova República são os de competência e probidade, os nomes do engenheiro Acir Campos e de Pedro Melo não podem figurar em nenhuma lista”.

A Notícia. Campos (RJ): 20 de maio de 1985.

SOFFIATI DENUNCIA A DEVASTAÇÃO DE LAGOAS

As devastações captadas pela engenheira cartográfica do IBGE, Eliane Alves da Silva, das lagoas de Campos dos Goytacazes e denunciadas neste último fim de semana, na chamada grande imprensa carioca, não se constituem em novidades para os atentos dirigentes do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza. E chegam a ser mais graves do que as imagens de um satélite demonstraram, como lembrou ontem um dos dirigentes da entidade, o ecologista, Arthur Soffiati.

Segundo Soffiati, se antes os autores destas devastações eram os usineiros e os grandes proprietários rurais, hoje os pequenos donos de terra e até os pescadores, “embarcaram no festim da devastação das lagoas da região”. Ao citar exemplos, lembrou o dirigente do CNFCN que ainda recentemente a Usina São José drenou duas lagoas – a de Patos e de Formosa, alegando, para tanto, que elas eram brejos, jogando suas águas no canal do Vigário. Hoje, no local, pode-se constatar, dentro do que denuncia Soffiati, um grande canal em crescimento.

Também a Usina São João foi apontada pelo líder ecologista regional como culpada de ter se apropriado do leito seco da Lagoa do Campelo e só mesmo ante uma intervenção da Superintendência Regional de Rios e Lagoas não chegou a construir um dique e uma cerca. A mesma indústria açucareira e alcooleira é citada por Soffiati por ter rebaixado o nível da Lagoa da Saudade, uma das mais importantes reservas lacustres da região, tanto em profundidade das águas como por sua fauna, destruindo parte deste manancial para plantio de cana. Algo que foi tão grave como teria sido se o proprietário rural, Sívio Siqueira, tivesse avançado na Lagoa Feia, ação em que foi impedido pelos pescadores da área.

Água de chuva já escoo para o mar

Estas atitudes acabaram por legar a Campos, dentro do que vem levantando o Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, vários danos, como o rebaixamento do lençol freático, a falta de água doce para irrigação, para o abastecimento do município, para o gado e, de tal forma foram destruídos os reservatórios, que a própria água de chuva, não tendo onde se abrigar, vem escoando cada vez mais rapidamente para o mar.

Diante de tal situação, Soffiati critica, sobretudo, o Governo do Estado que, desde 1975, tem se mostrado omissos sobre estas questões, insensível às denúncias, não demarcando as lagoas da região. Mesmo a SERLA, que é o órgão que cuida diretamente da questão de rios e lagoas, se mantém distante do problema e desinformada até mesmo sobre a localização das lagoas de Campos, apesar das investidas e cobranças do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 14 de outubro de 1986.

LAGOA FEIA JÁ PERDEU MAIS DA METADE DE SEU ESPELHO D'ÁGUA

ALagoa Feia, que já foi maior que a baía de Guanabara e, no começo do século, ostentava a posição de maior lagoa de água doce do país, foi reduzida a menos da metade e continua sendo submetida a um processo de paulatino esvaziamento.

Por um mapa elaborado em 1898, a Lagoa Feia tinha uma lâmina d'água de 390 quilômetros quadrados. Avaliação mais recente feita numa foto tirada pelo satélite Landsat 2, para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, indica uma lâmina d'água de 172 quilômetros.

Segundo o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza – CNFCN –, professor Arthur Soffiati, a causa deste esvaziamento são obras “hidráulicas irresponsáveis” que começaram a ser feitas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, por volta de 1940, a título de retilinização dos rios Ururá e Macabu. Em sua avaliação, estas obras significaram um crime ecológico do qual são cúmplices o recém-extinto DNOS e os proprietários rurais da região.

Ao mesmo tempo em que a Lagoa Feia diminuiu, aumentaram, consideravelmente, os limites das terras dos proprietários rurais. Isto se tornou possível porque as escrituras destas terras colocam que as propriedades rurais confrontam-se com a margem da lagoa. “Dentro de pouco tempo, a Lagoa Feia vai se transformar numa pequena poça d'água se os proprietários rurais continuarem a invadi-la” – alerta o ecologista.

Soffiati lembra que a mais antiga reivindicação do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, criado há pouco mais de 12 anos, refere-se justamente à demarcação da Lagoa Feia, o que nunca aconteceu. Outro instrumento de proteção da lagoa que não foi criado, apesar de exigido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, é o estudo de impacto ambiental das obras que foram realizadas pelo DNOS.

O presidente do CNFCN alerta ainda que agora a Lagoa Feia entra num perigoso processo de eutrofização, que se refere aos despejos de matéria orgânica e de fertilizantes químicos, numa poluição pouco percebida, mas que pode acelerar o processo de destruição. Lembra que, comparando-se os mapas feitos nos últimos 100 anos sobre a Lagoa Feia, pode-se constatar o desaparecimento de, pelo menos, seis lagoas satélites e sete ilhas que se transformaram em grandes propriedades rurais.

A pesca na Lagoa Feia que, anteriormente, abastecia quase toda a região, foi reduzida em mais de 50 por cento. Hoje, a maioria dos pescadores se transformou em bóias-frias. Os pescadores, juntamente com os ecologistas, foram os que mais defenderam a Lagoa Feia no final dos anos 70, quando se intensificaram as obras do DNOS, que, naquela época, instalou uma bateria de 14 comportas no Canal da Flecha.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 30 de março de 1991.

ECOLOGISTA ACUSA PREFEITO POR INFRINGIR A LEI

Ao permitir o início da construção de um hotel junto ao balneário da Lagoa de Cima, em área desapropriada amigavelmente, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes não só infringiu como permitiu a infringência das leis vigentes, disse ontem o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Arthur Soffiati.

Segundo o ecologista, o “parágrafo 1º do Artigo 245 da Lei Orgânica estabelece que é dever inadiável da Prefeitura embargar todo e qualquer projeto, obra ou atividade que, instalando-se ou operando clandestinamente, cause, direta ou indiretamente, potencial ou efetivamente, danos ao meio ambiente e contrarie a legislação em vigor, ainda que conte com a aprovação dos órgãos governamentais.

– É impossível acreditar que o hotel construído pelo Sr. Gilson Alves de Souza, em área pública da Lagoa de Cima chegasse ao final das obras sem que nenhum fiscal da prefeitura percebesse, declarou textualmente Soffiati Netto, ao argumentar que “não

querendo incorrer em acusações levianas, o Centro encaminhou ofícios à Prefeitura de Campos dos Goytacazes e à Flumitur. Esta respondeu, mas a Prefeitura até hoje não se dignou a nos dar resposta.”

O líder dos ecologistas aclara que o Balneário Lagoa de Cima, onde ilegalmente foi construído o hotel, ficou sob responsabilidade da Prefeitura entre 19/01/88 e 08/01/1991, mediante instrumento particular de comodato que, na cláusula 5ª, determina: “A Comodante (Flumitur) não responde por quaisquer danos ou prejuízos eventualmente ocasionados a terceiros”. Na cláusula 6ª, fica estabelecido que “a Comodatária (Prefeitura) se obriga a conservar o imóvel como se de sua propriedade fosse, não podendo usá-lo para outro fim diverso da sua destinação.” A construção do hotel mostra que a Prefeitura não respeitou o contrato de Comodato, acusou Soffiati.

Ele vê cumplicidade da Prefeitura no ato ilegal, quando declara que, “em 23/10/90 o Sr. Prefeito, através do ofício 67/90 SG, propôs a desapropriação amigável da área. A Flumitur aceitou a proposta e é interessante notar que, logo a seguir, entre 5 e 7 de novembro, iniciou-se a construção do hotel.”

O mais grave, todavia, – prossegue o ecologista – “é que em 28/12/90 o Sr. Prefeito, por meio do Decreto nº 90, desapropriou a área em caráter de urgência para fins de utilidade pública, sendo que a Flumitur transferiu o Balneário à Prefeitura, em caráter amigável, no dia 08/01/91, mediante escritura lavrada no cartório do 13º Ofício, livro 108, fls. 106. Não tem sustentação, portanto, a declaração do Assessor do Meio Ambiente, Mário Sérgio Cardoso, de que a Prefeitura só recebeu o terreno no início de março e que não tem nenhuma responsabilidade na construção do hotel.”

– A Prefeitura não só sabia da existência da obra desde o seu início como criou todas as condições para favorecê-la. Soffiati disse que causa surpresa que a SERLA, a FEEMA e o Batalhão Florestal não tenham tomado conhecimento da referida obra, de modo a embargá-la antes do seu início. “Aliás, é preciso lembrar mais uma vez que nossas lagoas estão entregues a toda sorte de agressores, ricos e pobres. O ex-Prefeito José Carlos Vieira Barbosa mantém um trecho da Lagoa do Vigário sob seu controle, sem que os Governos do Estado e do Município tomem qualquer providência. Agora, o atual Prefeito, que prometeu moralizar a administração municipal, comete ilícito semelhante.”

O Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza foi informado de que a Prefeitura, SERLA e FEEMA decidiram demolir o hotel.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 19 de maio de 1991.

REABERTURA DA LAGUNA DE IQUIPARI AGRADA PESCADORES – SOFFIATI FAVORÁVEL À ABERTURA

O ambientalista Arthur Soffiati está distante dos interesses dos pescadores e do usineiro, no entanto, é favorável à abertura da “boca da barra” da Lagoa de Iquipari. Segundo ele, a laguna está em processo de eutrofização, envelhecimento decorrente do despejo de nutrientes na lagoa que podem ser por meio de esgoto ou fertilizante químico, elementos que acabam fertilizando a água e comprometendo o ecossistema.

A recuperação da laguna está na abertura da “boca da barra”, que permitirá a reoxigenação da lagoa com a entrada de água. Soffiati ainda explicou a diferença entre lagoa e laguna. A lagoa, como a de Campelo, Saudade, Feia, de Cima, Limpa e das Pedras, foram formadas por meio do rio Paraíba do Sul e do mar. Hoje, elas não precisam mais

deste contato para manterem o ecossistema.

No entanto, as lagoas – Iquipari, Açú, Gruçaí e Lagamar – precisam da água do mar para que seja renovado o volume de água, além de servir de desova para os peixes. Outra preocupação do ambientalista é em relação à abertura da barra, favorecendo que alguns pescadores aproveitem o período de desova para iniciarem a pescaria. Segundo ele, isto não pode acontecer. Para controlar, será necessária uma maior fiscalização do Batalhão Florestal na área.

A Agente Regional da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA - Terezinha Gutierrez, junto com o Batalhão Florestal e o IBAMA, irá aguardar até o dia primeiro para que o proprietário da Usina de Baixa Grande retire a areia e a madeira da “boca da barra”. Caso isto não aconteça, o usineiro volta a ser autuado. A abertura da lagoa é uma determinação da bióloga da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Norma Crud Maciel, que, no dia 5 de abril, visitou a lagoa e apresentou um laudo recomendando a abertura da barra.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 23 de outubro de 1991.

LAGOAS DA REGIÃO CONTINUAM MORRENDO

Gustavo Araújo

Sem verbas e sem nenhum órgão que substitua o extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), as lagoas da região Norte Fluminense continuam morrendo aos poucos. Sujeitas a agressões, como desmatamentos irregulares, loteamentos e despejo de dejetos nas águas, muitas já perderam, nos últimos anos, a maior parte de seu espelho d'água e correm o risco de acabar em poucas décadas. Em tempos de cólera, algumas chegam a ser consideradas como excelentes focos para a proliferação da doença, como é o caso da Lagoa do Vigário.

Todas as lagoas da região foram formadas por dois processos distintos, segundo comenta o ecologista Arthur Soffiati, ex-presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza: pelo transporte de sedimentos pelo rio Paraíba e pelo movimento do mar. As agressões, no entanto, vieram a partir do século XIX, com o desenvolvimento da agroindústria e com pecuária.

Para conquistar terras, os proprietários rurais drenaram muitos cursos d'água e, com isso, foi formada, em 1883, a primeira Comissão de Saneamento da Baixada. Daí começa também a aliança entre Estado e interesses particulares, até que, em 1933, fosse criada a segunda comissão de saneamento, que, na década de 40, veio a se chamar Departamento Nacional de Obras e Saneamento. O órgão promoveu transformações nas quatro bacias hidrográficas do norte fluminense: a do Rio Itabapoana, a da Lagoa Feia, a do rio Macaé e a do rio Paraíba.

– Durante quase cinco décadas foi feita, pelo extinto órgão do governo federal, a construção de 1.400 quilômetros de canais pela baixada. No mesmo período, foi feita a ligação da Lagoa Feia ao rio Paraíba, beneficiando as propriedades agrícolas. Depois vieram dois diques no Paraíba e a retinização dos rios Ururaí, da Prata e Macabu, além da construção do Canal da Flecha e a dragagem de pequenas lagoas. O DNOS foi responsável, ainda, pela abertura da ligação do rio Paraíba ao canal do Engenheiro Antonio Resende, no sertão sanjoanense. Os trabalhos foram intensos principalmente nos últimos 15 anos e contribuíram para a modificação da natureza na região.

Agressões

O saldo do progresso sem medir consequências pode ser notado hoje por meio da água. Somente na Lagoa Feia diversos tipos de agressões contribuíram, gradativamente, para a diminuição do espelho d'água. Em 1900, a superfície da lagoa era de aproximadamente 400 quilômetros quadrados. Em 1940, já era de 290 quilômetros; a previsão para este ano é de que a cota tenha caído a apenas 150 quilômetros quadrados.

O DNOS afirmou que essa redução é natural, mas cientificamente não é explicada dessa forma. Houve apropriações ilegais de terra e obras no leito da lagoa pelo próprio DNOS, que fez três canais submersos que só não foram concluídos porque os pescadores não deixaram. Com isso, houve também o acúmulo de detritos e sedimentos da lagoa pela retificação dos canais, comenta Soffiati, citando como maiores agressores da lagoa os proprietários de terra Dermeval Queiroz, Scyla Martins (esposa do falecido José Martins Filho), José Carlos Menezes, José Cajuca, Antônio Oliveira, Silvio Siqueira e os vereadores Hélio de Azevedo Gomes e Aldemir Gonçalves (presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara).

Soffiati observa que os avanços não estão mais acontecendo com a mesma intensidade, mas que se não forem controlados podem fazer com que a lagoa, com aproximadamente cinco mil anos de vida, morra antes do tempo determinado pela própria natureza. O mesmo pode ocorrer com a Lagoa do Campelo, que está sendo assoreada por ação das usinas São João e São José, que plantam cana em suas margens.

As agressões atingem também a Lagoa de Cima, a mais antiga da região. Cercada de morros e tendo praias naturais, ela vem sofrendo com a ocupação desordenada das margens, onde os loteamentos e as atividades agropecuárias se multiplicam. Em dois pontos a situação é mais crítica: num aterro feito pelo proprietário da Fazenda Lagoinha (curiosamente com a aprovação do extinto IBDF) e na construção irregular de uma pousada que, segundo Soffiati, teve apoio da prefeitura de Campos.

– Há outras lagoas importantes, como a Lagoa da Saudade, a mais profunda do Norte Fluminense, destaca o ecologista. Com uma média de cinco metros de profundidade, só não foi totalmente drenada porque as máquinas não conseguem bombear a água em profundidades maiores.

Dentro da cidade, a Lagoa do Vigário é outra que vive em situação crítica. Antigamente ligada ao Rio Paraíba, hoje está tomada por favelas e já foi seccionada ao meio para dar lugar a uma avenida. “Ali as condições sanitárias são precárias, favorecendo a transmissão da cólera, caso o vibrião chegue a Campos”, alerta o ex-presidente do CNFCN, citando ainda o caso das Lagoas de Gruçaí, Gargaú e de Iquipari como locais de risco.

Mais ação

Para solucionar os constantes problemas, Soffiati prega a demarcação das lagoas baseada em critérios ecológicos dos espelhos d'água e da faixa marginal de proteção. “Onde há dique queremos elevar a água, no caso da Lagoa Feia, até a cota três, para que rompa os diques e deixe a água se alastrar. Depois, demarca-se a área alcançada pela água. Não é fácil, mas também não é tão difícil.”

O ecologista pede ainda a retirada dos aterros em forma de estradas às margens das lagoas, transferência das populações ribeirinhas para outros locais, construção de galerias

de anel para evitar que o esgoto contamine as águas e reflorestamento das margens. Além de um rigoroso controle do uso de fertilizantes para evitar o crescimento desordenado de plantas aquáticas pelo excesso de adubos químicos nas águas.

A Cidade. Campos (RJ): 08 de dezembro de 1991.

MORTE LENTA NAS LAGOAS

Ecolologista denuncia que aterros irregulares estão fazendo espelhos d'água da região desaparecerem

O Norte e o Noroeste têm mais lagoas – 67 – que o total das 38 lagoas das demais regiões do estado, o suficiente para ser considerada a verdadeira Região dos Lagos, como diz um dos maiores ecologistas da região, Arthur Soffiati, 49 anos. Os números poderiam ser mais significativos, caso a natureza não sofresse a agressão do seu eterno inimigo: o homem. E Soffiati dá os nomes dos principais criminosos de lagoas na região: José Cajuca, José Carlos Menezes, Sílvio Siqueira, Icaraí Imóveis, Scyla Martins (mulher de José Martins) e Ruço Peixeiro. Todos eles são acusados de invadir áreas de lagoas.

Mas é Dermeval Queiroz, ex-diretor da Cooperleite, considerado o maior invasor de lagoas na análise de Soffiati. “O mais agravante no caso de Ruço Peixeiro é que ele se mostra grande defensor das lagoas, mas por outro lado constrói diques em época de seca e joga a terra retirada na margem da lagoa. Quando a lagoa tenta voltar ao nível normal com as cheias perde o seu leito.” Devido às agressões do homem, pelo menos 150 lagoas já sumiram do mapa na região, o que foi comprovado por Soffiati por meio de pesquisas em mapas que datam do século XVIII.

O estudo pode virar livro. O ecologista comparou os dados de cartógrafos como os irmãos Henrique Luiz e Jacob Niemeyer Bellegarde, já no século XIX, e Alberto Ribeiro Lamego. O resultado é a tese de mestrado em História Ambiental O Nativo e o Exótico – Perspectivas para a História Ambiental na Ecorregião Norte e Noroeste Fluminense entre os Séculos XVII e XX, que Soffiati defenderá no próximo dia 23 de setembro de 1996. A cerimônia será no Lago de São Francisco, número um, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A grande lista das ‘vítimas’

Uma das maiores agressões às lagoas divide Campos dos Goytacazes e Quissamã: é a Lagoa Feia, que perdeu até um braço d'água transformado na Lagoa da Ribeira. A Feia tinha uma área de 370 quilômetros quadrados em 1898, segundo o engenheiro Marcelino Ramos da Silva. Em 1929, Saturnino de Brito calculou a superfície em 335 quilômetros quadrados; em 1978, uma imagem de satélite dava para ela 172 e, atualmente, sua área é de 150 quilômetros quadrados.

Na lista das que desapareceram estão ainda a Lagoa da Onça, a do Cacumanga, Cantagalo, do Jesus, a das Bananeiras, Piabanha, Colomins e a da Ostra, além de outras menores. Além da Feia, outras lagoas sofreram redução drástica na superfície: Campelo e Açú (entre São João da Barra e Campos); Taí Grande, Taí Pequeno, Iquipari e Gruçaí (São João da Barra); e da Saudade, Brejo Grande, das Pedras, Limpa, Santa Maria e do Gregório (Campos).

Governo alterou a paisagem natural

Três causas levaram ao desaparecimento das lagoas na região: primeiro foram os canais de navegação como o de Cacimbas (São João da Barra); Nogueira e da Onça (Campos) e o Campos-Macaé, que foi o pior e drenou pelo menos 15 lagoas, começando pela do Osório, que ficava no centro de Campos, onde hoje está erguida a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e ia até o Mercado Municipal.

A partir do fim do século XIX, os canais passaram a ter outro objetivo. Em vez de serem utilizados apenas para navegação, segundo Soffiati, passaram a secar as lagoas parcial ou totalmente. São 1450 quilômetros de canais construídos. A abertura deles, disse o ecologista, começou em 1898, com as comissões de saneamento. A mais importante foi criada pelo governo federal em 1933 e batizada de Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Em 1940, passou a se chamar Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), extinto em 1990.

“O DNOS fez contensão de cheias nas margens do Rio Paraíba do Sul, construiu oito canais ligando a Bacia do Paraíba à da Lagoa Feia, um canal central ligando a Feia ao mar, na década de 1940 (Canal da Flecha); um outro chamado Canal do Vigário, e um outro da Lagoa do Campelo ao Rio Guaxindiba, o engenheiro Antonio Resende, além de outros canais interligados entre si”, conta Soffiati.

Carreira marcada pela ‘luta ecológica’

Formado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos, professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos, e membro ativo do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), Arthur Soffiati disse que já passou por maus pedaços na luta em defesa do meio ambiente. Ele já recebeu ameaças anônimas de morte e sofreu ameaças físicas, mas não desiste.

Suas últimas batalhas são conseguir na Justiça o embargo da construção, pela Cedae, da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Travessão. “É preciso um estudo minucioso para saber se a Lagoa Limpa tem vazão suficiente para abastecer a população de Travessão e também um tratamento da matéria orgânica que se decompõe, para avaliar a quantidade de substâncias cancerígenas e outros compostos que ficam na água mesmo que seja filtrada.”

Os ecologistas, por meio do Promotor de Justiça Cláudio Henrique da Cruz Vianna, conseguiram uma liminar interrompendo as obras, mas a Cedae recorreu e a ação está sendo julgada na terceira instância, no Rio de Janeiro. Soffiati aponta algumas soluções para tentar preservar o que restou das lagoas da região: “A Serla tem de se organizar e assumir o seu papel de fiscal. Mas é preciso que o governo estadual conceda recursos para executar o trabalho”, disse.

O Dia. Rio de Janeiro(RJ): 25 de Agosto de 1996.

INVASÃO PREJUDICA LAGOA FEIA

Nos últimos 103 anos, a Lagoa Feia perdeu quase 220 km² de seu espelho d'água. A maior causa é a invasão irregular nos períodos de estiagem. Segunda-feira, a Folha da Manhã acompanhou o secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, à Lagoa do Jacaré, formada a partir de uma enseada da Feia, e constatou a denúncia feita por pescadores, de que mais uma área, equivalente a quase 40 campos de

futebol, corria o risco de ser drenada por um fazendeiro.

O ambientalista Arthur Soffiati explicou que a Lagoa Feia foi perdendo espaço com as invasões, com os fazendeiros mandando construir diques e, por dentro deles, valões que evitam que a água retorne à terra seca. Atualmente, a lagoa conta com 150km², quando, em 1900, eram 370km². No ano de 1940, eram 335km² e, 40 anos depois, 170km². O período de maior perda foi entre as décadas de 40 e 80, na época de atuação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

— As obras do DNOS na lagoa contribuíram para sua redução. Só para ter uma idéia, eles construíram três canais submersos no local: um central, que saía do rio Ururá em direção ao Canal da Flecha e outros dois do rio Macabu e da Lagoa do Jacaré — informou o ambientalista, ressaltando que, com a perda da área, a Feia perdeu também a Lagoa da Ribeira e a própria Lagoa do Jacaré formou-se a partir da redução de sua extensão.

Outro problema enfrentado pelas lagoas, de um modo geral, é o assoreamento — acúmulo de sedimento no fundo — e o despejo de matéria orgânica e fertilizantes químicos jogados nas águas. “A tendência da Lagoa do Jacaré é desaparecer, caso o estreito canal que a liga à Lagoa Feia não seja reaberto”, disse.

Providência

Após denúncia feita por um grupo de pescadores de Tocos, em Goitacazes, de que um fazendeiro preparava-se para reconstruir um dique rompido recentemente, o secretário Zacarias Albuquerque foi ao local e garantiu que o fazendeiro será advertido. O secretário falou, também, que irá estudar um mutirão com os próprios pescadores para demolir o restante do dique.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 02 de Outubro de 2003.

LAGOA DO SALGADO TEM DESTAQUE EM CONFERÊNCIA

O professor e ambientalista Arthur Soffiati, do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, definiu a Lagoa do Salgado como um patrimônio ecológico e paleontológico de importância internacional, ao apresentar o Diagnóstico Ambiental e Cultural de São João da Barra, durante a III Conferência Municipal de Meio Ambiente, realizada no auditório Sarur Dauaire, com a participação de ambientalistas e representantes de vários setores da sociedade organizada.

A Lagoa do Salgado fica no Açú, passa por Mato Escuro, Capela de São Pedro, até o município de Campos dos Goytacazes, totalizando quatro quilômetros de extensão. É a única lagoa da América do Sul com formação calcária (estromatólito carbonático), apresentando algas recentes fossilizadas. Soffiati alertou para a importância da preservação deste rico ecossistema e falou, ainda, sobre a localização sanjoanense em áreas de restinga, destacando que as mudanças ocorrem em virtude de transformações do rio Paraíba do Sul e do mar, principais agentes de remoção de areia.

Este ano, a conferência apresentou o tema “Preservando a vida”, um desafio da secretaria de Meio Ambiente de São João da Barra em manter preservados os ecossistemas do município, onde está localizada a foz do rio Paraíba do Sul.

Na conferência, que reuniu representantes de órgãos ligados ao meio ambiente, como Ibama e secretaria municipal de Meio Ambiente, entre outros, o ambientalista alertou as autoridades sobre as transgressões que vêm sendo praticadas contra a lagoa, como aterramento com lixo e desvios da margem, com abertura de canais.

LAGOA FEIA CRESCE

Abertura de diques faz águas retomarem seu espaço

Foi feita na manhã desta segunda-feira (22/12) na Baixada Campista, uma avaliação nos locais onde foram implodidos quatro diques que teriam sido construídos de forma irregular. O Promotor de Justiça, Marcelo Lessa, do Ministério Público Estadual, sobrevoou a área acompanhado do ambientalista e profundo conhecedor de todo o ecossistema da região, Arthur Soffiati.

O resultado buscado foi imediato e a Lagoa Feia volta a ganhar seu espaço natural. Só para se ter uma ideia, na fazenda do empresário Ari Pessanha, de toda a área que foi denunciada pelo MPE como invadida, a maior parte foi tomada pelas águas. O mesmo acontece com a do proprietário Dermeval Queiroz.

“Depois eles querem dizer que a ação não iria resolver. Aí está a resposta por meio das imagens para que todos possam ver. O resultado da implosão de ontem foi altamente satisfatório. A Ilha dos Carães está em torno de 40% retomada pelas águas, ou seja, a lagoa voltou a ocupar o espaço que sempre lhe pertenceu. Estamos muito satisfeitos com o resultado da explosão dos quatro diques. Com isso, recuperamos uma grande parte da lagoa. É como se tivéssemos colocado duas Lagoas de Cima dentro da Lagoa Feia”, declarou Marcelo Lessa.

Os diques implodidos foram o da Fazenda do Louro (04/12), nas propriedades Dermeval Queiroz (sexta-feira, dia 20/12) e Ari Pessanha (sábado, dia 21/12). O último foi na noite deste domingo (22/12), às 22h40, na Ilha dos Carães. Sobre a segunda parte da operação, que deverá ser colocada em prática dentro de um pequeno prazo, Marcelo Lessa declarou que pretende fazer novo sobrevoos ainda esta semana.

“Agora certamente a SERLA vai continuar com o desassoreamento do Canal da Flecha, para que melhore a vazão do Rio, e eu ainda vou tentar para ver se na sexta-feira a gente faz um novo sobrevoos para saber se vai haver a necessidade de novas explosões, em outras partes dos diques, caso a água não chegue e não inunde por completo. A princípio acredito que não haverá necessidade de novas ações destas, até porque a água está entrando com uma grande correnteza, e isso nos faz crer que ainda vai entrar bem mais”, disse.

Sobre as fiscalizações que devem ser feitas para evitar um novo bloqueio, principalmente nas áreas que foram implodidas, Marcelo Lessa repassou a responsabilidade para quem de direito. “O dever de casa na verdade não é meu e sim, dos órgãos de fiscalização. Acredito que depois desse empurrão as coisas vão funcionar como sempre deveriam ter funcionado”.

Ambientalista vibra com resultado

O ambientalista e professor, Arthur Soffiati, comemorou o que parecia duvidar de estar vendo, diante do contentamento que era apreciado. “Não preciso de nada como presente de Natal nos próximos quatro anos. Esse aqui é o maior presente que poderia ter. Sonhei com isso. Esses diques rompidos criaram uma área muito boa para absorção de excedente hídrico dentro da lagoa, que vem do Imbé, da Lagoa de Cima, e que a Lagoa Feia não conseguia comportar. Acredito que, com o nivelamento progressivo dessas áreas

retomadas, vamos ter uma ampliação em torno de 30% na estiagem. É preciso ficar zeloso e vigilante para que os invasores não retomem essas áreas”, declarou o ambientalista.

Ururau. Campos (RJ): 22 de dezembro de 2008.



Acima, à esquerda: sede da fazenda da Ilha dos Carães isolada após detonação de dique; à direita: fenda no dique da fazenda do Louro causada por dinamite. Abaixo: fenda no dique da fazenda Capivari causada por dinamite. Fotos: Site *Ururau*.

LAGOAS SOFREM COM INTERVENÇÕES

Nem mesmo com a demarcação de suas margens, as 22 lagoas de Campos dos Goytacazes estarão protegidas de novas intervenções humanas, que têm ocasionado aterros e drenagens, poluição e ocupações ilegais. A avaliação é do professor e ambientalista Arthur Soffiati, após a secretaria municipal de Meio Ambiente anunciar a adoção de medidas de preservação na última quarta-feira. Segundo ele, o processo de preservação das lagoas começa pela demarcação física, com marcos para impedir novas invasões no seu entorno, a revitalização das que se transformaram em brejos e ações conjuntas com municípios vizinhos.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente, Paulo Feijó, a demarcação das lagoas do município, inclusive a Lagoa Feia, considerada a maior de água doce do Estado do Rio, vai permitir a delimitação de áreas de construção próximas a elas.

Ele lembrou que a demarcação já deveria ter sido feita desde 2006, quando as secretarias de Obras e de Meio Ambiente assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual (MPE) para que o município iniciasse a demarcação, após o Estado fazer o levantamento topográfico das lagoas.

– Precisamos delimitar as áreas de preservação para impedir invasões e construções

irregulares. Só estamos aguardando a finalização dos procedimentos administrativos - enfatizou Feijó.

O trabalho consiste de mapeamento da faixa marginal de proteção ambiental das lagoas, a fim de delimitar as áreas que não podem ser ocupadas com edificações.

Já o professor e ambientalista Arthur Soffiati destaca que a demarcação não é suficiente para proteger nem evitar as invasões das margens das lagoas. “As lagoas precisam ser tratadas e transformadas em unidades de conservação (UC), como a Lagoa das Pedras, Limpa, Lagoa de Cima e Lagamar, e outras de interesse ambiental, como a do Cantagalo, invadida pela população de baixa renda, Brejo Grande e dos Prazeres. Outras merecem também atenção, como a Lagoa Feia, na divisa com Quissamã, Salgado com São João da Barra e Campelo com São Francisco de Itabapoana, mas os trabalhos devem ser em conjunto”, concluiu.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 05 de abril de 2009.

NORTE FLUMINENSE E SUA RIQUEZA NATURAL

O Norte Fluminense é a área que conta com mais lagoas costeiras, no Estado do Rio. Isso devido à formação geológica da região. Há três tipos de lagoas: as de tabuleiro são as mais antigas. Eram pequenos rios que desembocavam no rio Paraíba, Muriaé e no mar que formam barrados por sedimentos, como as lagoas da Onça, Lameiro, Brejo Grande, Limpa, Pedras, Santa Maria, Bondes e da Saudade. Lagoas de planície aluvial: Feia, Cima, Grande, Dentro, Caboio, Limão, Saquarema. De restinga, Gruçaí, Iquipari, Açú, Salgado, Lagamar, Campelo Lagoas de Restinga, como as de Gruçaí e Iquipari.

O professor e ambientalista Arthur Soffiati afirmou que grande parte das lagoas foi drenada total ou parcialmente.

– Muitas foram perdidas. Outras tiveram sua área reduzida. Elas são importantíssimas do ponto de vista ecológico por abrigar grande biodiversidade, para a economia pesqueira e até para a agropecuária: para absorver água das chuvas e diminuir as enchentes – analisou.

Folha da Manhã. Campos (RJ): 05 de abril de 2009.

ARTHUR SOFFIATI – AMBIENTALISTA “ESTA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, APROVADA PELO CONSELHO, DEVERIA SER RESPEITADA PELA SENHORA PREFEITA”

Somos Assim: *Qual é o nome original da lagoa?*

Arthur Soffiati: Maria do Pilar. Há mapas do século XIX com esse registro. Talvez porque alguém com esse nome residisse na margem dela. Então, não há dúvida de que é lagoa. Se está embrejada, quase todas as lagoas do Norte Fluminense estão entrando nesse processo de embrejamento também.

S.A.: *Qual seu nome atual?*

Soffiati: Hoje, se chama Lagoa dos Prazeres, Brejo dos Prazeres. Então, a parte mais saudável dela, que ainda tem água visível, é exatamente a parte em que está havendo o aterro.

S.A.: *Nós estivemos com René Justen, do INEA, e ele disse que ali é um local que não tem problema fazer nada porque é embrejado. Mas, na verdade, ele tinha dito outra coisa antes.*

Soffiati: Isso não tem nenhum fundamento. Era uma lagoa e continua sendo, podendo ser restaurada enquanto lagoa e mesmo nas condições de brejo. É preciso considerar que brejo é um ambiente de extrema diversidade biológica, às vezes até mais que uma lagoa. Por exemplo, é um lugar de pouso e alimentação de aves, existe jacaré ali ainda. Esse tipo de ambiente com pouca água é bastante salutar e bastante biodiverso. Não há sentido nenhum em aterrar a área porque é um brejo.

S.A.: *Nós observamos que já existe ali um conjunto habitacional e fizeram uma estrada circundando a lagoa. O que você acha daquela estrada?*

Soffiati: Eu acho que haveria uma agressão à Lagoa Maria do Pilar ou Brejo Prazeres. Depois que ficou pronto, eu passei por ali e achei que foi um tratamento mais adequado porque as lagoas que ficam na margem esquerda do Paraíba, menos aquelas que ficam na restinga, são lagoas de tabuleiro. A área da Lagoa Maria do Pilar tem pequenas elevações. Nas depressões entre as elevações, formam-se lagoas. O que o governo municipal anterior fez com aquele conjunto habitacional foi estabelecer um limite, uma demarcação para a própria lagoa por uma via, não permitindo que nada fosse construído do outro lado, dentro da margem da lagoa.

S.A.: *Nós temos um material fotográfico aéreo que mostra que está havendo um gigantesco aterramento dessa lagoa do outro lado da estrada.*

Soffiati: A irregularidade toda está aí, porque, pelo Plano Diretor de 2008, o mais novo que temos, aquela área é considerada como de interesse ecológico e sujeita a alagamento. Portanto, inadequada para construções, área que deve ser preservada. Além disso, áreas para habitação popular estão demarcadas no mesmo Plano Diretor. Então, por que não usar as que foram previstas para este fim, depois de estudos topográficos que foram feitos pela equipe do IBAM, que ajudou a montar o Plano Diretor? Por que fazer exatamente dentro da lagoa? A prova mais cabal de que está havendo invasão por parte do governo municipal é a altitude desses aterros. São muito altos. O que isso significa? Que não querem construir em área imprópria e por isso estão elevando o terreno. Por que todo aquele sistema de drenagem por baixo? Coisas que eles não fazem onde tem que fazer. Por exemplo, por baixo de estradas que cortam lagoas. Eles passam por cima. Não instalam bueiros, sistemas de circulação de águas.

S.A.: *O que nos deixou mais preocupados é que nós estivemos no MPO, com o promotor Marcelo Lessa, mostramos a ele as fotografias e ele disse que isso não seria nada demais porque ali já é um brejo e é para resolver problema social.*

Soffiati: As áreas para a construção de casas populares já foram delimitadas. Eu acho que o promotor não deve estar informado de que a própria prefeitura, no Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, acabou aprovando uma unidade de conservação naquela área. Esta unidade de conservação aprovada pelo CMMAU deveria ser respeitada pela senhora prefeita.

S.A.: *Uma coisa que nos deixou surpresos. René Justem disse que a prefeitura assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se encarregando de mapear as invasões nas lagoas de Campos.*

Soffiati: Sim. São vinte e duas lagoas, cujo processo começou em meados dos anos de 1990.

S.A.: *Mas é a prefeitura que está invadindo.*

Soffiati: Aí é que está o negócio. É a mesma coisa que acontece com o INEA. Olha só que absurdo: o INEA contrata uma empresa para planejar uma obra e a licenciar, faz licitação para escolher a empresa que executará a obra, fiscaliza e multa a empresa. Isso não pode acontecer. Um órgão não pode ter todos esses poderes. Tem que haver alguém de fora que faça esse trabalho de fiscalização e de multa.

S.A.: *Você sabia que agora a Prefeitura que vai ser encarregada de apontar onde estão as invasões da lagoa?*

Soffiati: Sabia, mas acho temerário. Sabia pelas audiências públicas a fim de firmar esses TACs. É preocupante porque a Prefeitura diz: “Deixa que eu assumo a tarefa da SERLA, do governo do Estado.” Ao mesmo tempo, o governo do Estado se exime da fiscalização ou concorda com o que está sendo feito pela Prefeitura. Dá no que a gente está vendo aí.

S.A.: *Com a Prefeitura fiscalizando a si própria, já que ela é a invasora, a quem se pode recorrer?*

Soffiati: O certo seria ao MP Estadual. O MP Federal também pode atuar se houver omissão. E o IBAMA tem o poder supletivo. Entra em ação quando os outros órgãos ambientais, estaduais e municipais, não cumprem a legislação vigente.

S.A.: *Existe esperança para aquela lagoa?*

Soffiati: Mesmo nessa situação, eu conto que sim. É uma questão de reverter o processo. Eu sei que é muito difícil porque, cada vez mais, estamos nos tornando solitários diante dessa luta e diante dessa insensibilidade, incompetência, irresponsabilidade e ilegalidade do poder público.

S.A.: *Está havendo omissão das autoridades?*

Soffiati: Eu acho muito grande essa omissão. Não sei o que é. Já confiei mais no MP, na antiga FEEMA, na SERLA, que hoje acabaram. O núcleo, o IEF, ainda é o mais confiável. Pelo menos, planeja ações, mas encontra resistência dentro do próprio INEA.

S.A.: *O que você acha que a prefeita, René Justen e Marcelo Lessa poderiam fazer para evitar o que está sendo feito ali?*

Soffiati: A Prefeitura deveria ser a primeira a dar o exemplo, sem precisar que nenhum órgão entre em cena. Deveria se abster de continuar aquela obra, reverter aquele processo, fazer a demarcação daquela área toda e cumprir a decisão do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, que definiu a criação de uma unidade de conservação incluindo aquela lagoa que está sendo aterrada. Não havendo isso, compete ao INEA entrar em ação e proibir que esse processo de aterro de um brejo, que era lagoa e pode voltar a ser, continue ocorrendo. O MP tem o dever sagrado, instituído pela Constituição, de defender o meio ambiente em prol da atual e das futuras gerações. Isto está muito claro no Artigo 225 da Constituição Federal, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município.

UM DEPOIMENTO

No meio pois ou quase no centro deste terreno que fica relatado, está a celebrada lagoa Feia, a maior e mais soberba de todas com a extensão de 3 1/2 léguas esforçadas na sua maior larguesa fazendo suas pontas e enseadas por toda sua redondeza de que lhe resultam mais de 18 léguas de âmbito. Dela se reparte uma considerável porção d'águas que por uma pequena garganta ou barra da ponta do sul no lugar chamado Farinha seca vai formar uma segunda lagoa com 2/4 de légua de largo e mais de 2 de comprido porém uma e outra com natural correlação.

Manoel Martins do Couto Reis. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás, 1785.*

DEPOIMENTO PESSOAL¹

ARISTIDES ARTHUR SOFFIATI NETTO, brasileiro, casado, Professor, residente à rua Miranda Pinto, 122, nesta cidade. Aos costumes nada disse. Inquirido respondeu: que inicialmente, gostaria de acentuar as restrições que faz às obras do DNOS na baixada campista e, em particular, na Lagoa Feia; que essas obras, em linhas gerais, são feitas sem um conhecimento prévio do ambiente a ser transformado. Elas se orientam, unicamente, pelos princípios da engenharia hidráulica, sem levar em conta os aspectos biológicos, ecológicos, pesqueiros e sociais. Elas visam tão somente à economia agropecuária. Como consequência, estas obras têm provocado o dessecação de lagoas importantíssimas como criadouros da fauna aquática, o rebaixamento do lençol freático, a salinização dos solos e a alteração do habitat de vegetais e animais. Isto tudo o DNOS realiza em nome do saneamento e da recuperação de terras, visando o bem estar da comunidade. Mas, na verdade, tais obras beneficiam, em sua maior parte, os grandes proprietários de terras. Em relação às obras de macrodrenagem que o DNOS vem realizando na Lagoa Feia, não houve nenhum relatório preliminar de impacto sobre o meio ambiente (RIMA). Continuando, disse: vários pareceres de técnicos condenam as obras do DNOS na Lagoa Feia. Dentre eles, os principais são os do DR. HENRIQUE SALGADO BANDEIRA

¹ Prestado à Comissão Especial da Câmara Municipal de Campos para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia, criada pela Resolução nº. 3.664, de 24 de outubro de 1979, em 10 de janeiro de 1980.

DE MELLO, o do DR. HAROLD EDGARD STRANG e o da FEEMA, elaborado em outubro de 1979. Segundo esses especialistas, as obras de macrodrenagem produzem poluição física das águas da lagoa, isto é, turbidez das mesmas produzida por matéria sólida em suspensão; a liberação de gases tóxicos, que são desprendidos do fundo da lagoa, e ilhas produzidas pela retirada de material do fundo da lagoa por dragas flutuantes, ilhas estas que alteram o equilíbrio ambiental daquele ecossistema lagunar. Todavia, existe um convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1979, que instituiu uma comissão especial destinada a acompanhar as obras do DNOS, em todas as suas dimensões, fornecendo subsídios para que elas levem em consideração os múltiplos aspectos que envolvem a lagoa. Esta comissão, porém, até o momento, segundo informação oficial, não funcionou, continuando o DNOS a realizar as obras de macrodrenagem considerando apenas o seu aspecto hidráulico. Tais obras também são prejudiciais à economia pesqueira. O Diretor da 6ª DRS do DNOS, Dr. Acir Campos, e o Procurador do DNOS, Dr. Gilson da Silva Moraes, por mais de uma vez, afirmaram que a pesca não está dentro dos planos do Programa Especial do Norte Fluminense. Os relatórios do Interventor da Colônia de Pesca Z-2, Sr. Wilson Barbosa, demonstram, porém, a grande importância econômica da pesca para a região. Depois de muitas críticas, o DNOS procurou remendar as obras incluindo nelas, em caráter secundário, a atividade pesqueira. Por fim, no que toca ao DNOS, é importante estabelecer um vínculo entre as obras que este órgão governamental vem realizando na Lagoa Feia e os interesses dos fazendeiros de suas margens. Embora aparentemente tais obras não se relacionem com o avanço de terras na lagoa por parte de particulares, é importante salientar que os projetos de recuperação de terras e de saneamento do DNOS têm produzido, no decorrer de três décadas, o dessecamento de lagoas ao redor da Lagoa Feia, permitindo apropriação gratuita de vastas extensões de terras por fazendeiros (grifo no original); a demora das obras, da mesma forma, tem permitido que fazendeiros avancem e elevem seus diques sobre o leito da lagoa; a formação de ilhas pelas obras de macrodrenagem, ainda mais favorece a ampliação de terras; isto sem levantar a questão da existência de máquinas do DNOS trabalhando para particulares, no sentido de permitir a apropriação ilícita de terras da lagoa. Em prosseguimento, disse: que o segundo grande problema que afeta a Lagoa Feia é o das invasões de terras de fazendeiros de suas margens. Comparando os mapas de Alberto Lamego, de 1939, com mapas recentes do IBGE, torna-se inegável a redução descomunal do espelho d'água da Lagoa Feia, produzida pela ação do homem e não pela ação da natureza. Estas invasões são extremamente prejudiciais à lagoa, pois produzem um impacto ambiental enorme, gerando a eliminação da flora das margens, ambiente propício para a reprodução da fauna aquática; geram também a redução ou o aumento da fotossíntese da flora subaquática. Isto pode impedir a proliferação de plantas tão necessárias à vida animal, como a decomposição de vegetais, o que agrava o problema de poluição das águas, já bastante afetadas pelas descargas de efluentes de usinas e destilarias (vinhoto e água de lavagem de cana). Do ponto de vista legal, estas invasões são criminosas, pois infringem os seguintes diplomas legais: Constituição Federal, Constituição Estadual, Código Civil, Código Penal, Código de Águas, Lei nº 5.197, Lei nº 4.771, Decreto-Lei nº 221, Decreto-Lei Estadual nº 134/75 e Decreto Estadual nº 2.330/79, pelo menos. É preciso deixar bem claro que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na questão da Lagoa Feia, não é vítima, mas sim omissor, uma vez que, pelo Decreto Estadual nº 2.330/79 e pelo convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, compete a ele a demarcação das orlas das lagoas situadas no território do Estado por meio

de decreto. Sem esta demarcação, não é possível estabelecer juridicamente o que é lagoa e o que é terra, dificultando enormemente o trabalho de fiscalização. Perguntado respondeu: que a retirada do Durinho da Valeta depende de um estudo muito profundo; por essa razão, o depoente não pode afirmar quais serão os efeitos decorrentes dessa medida, considerando uma temeridade fazê-lo de qualquer maneira. Perguntado pelo Vereador membro da Comissão respondeu: que as irregularidades apontadas neste depoimento foram constatadas diretamente pelo depoente e membros do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, encontrando-se, inclusive, documentadas com fotografias. Além do mais, a existência de diques feitos por particulares é testemunhada por relatórios e pareceres de especialistas, inclusive alguns de caráter oficial, como o da FEEMA. Que apontaria como medida para equacionar, e possivelmente solucionar os problemas da Lagoa Feia: primeiramente, em caráter de urgência, a demarcação do perímetro máximo da lagoa e de sua faixa marginal de proteção, baseando-se em levantamentos históricos e científicos, e não nos interesses econômicos da agroindústria açucareira e da pecuária; em segundo lugar, o funcionamento efetivo da Comissão Especial instituída pelo supracitado convênio com a finalidade de acompanhar as obras do DNOS; em terceiro lugar, a elevação do nível da Lagoa Feia para a cota 3, no mínimo, o mais breve possível, depois de definida a confusão que paira sobre os problemas das cotas; em quarto lugar, o restabelecimento da lagoa em seu "status quo ante" da forma mais aproximada possível, o que implicaria a devolução das terras ocupadas por fazendeiros; em quinto lugar, uma atenção especial para a economia pesqueira; e, finalmente, em sexto lugar, o controle da poluição causada por efluentes de usinas e destilarias. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Eu, Renato Mayerhofer Oliveira, datilógrafo, o datilografei.



O autor entre os vereadores Aldemir Gonçalves de Azevedo (Ruço Peixeiro) e Hélio de Freitas Coelho durante o depoimento. *O Fluminense*. Niterói (RJ): 20/21 de janeiro de 1980.

CARTAS

Torna-se então o brejo um elemento negativo, de positivo que era para os índios de vida lacustre. Para o branco plantador de canas as toalhas d'água são obstáculos a contornar em seus caminhos para as lavouras nascentes, onde a escassez de gado requer estradas curtas para os engenhos.

Alberto Ribeiro Lamego. *O Homem e o Brejo*. 1945.

Campos, 12 fevereiro de 1981

Prezado Daniel*

Quem lhe escreve esta carta é Arthur Soffiati, presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza. Tivemos a oportunidade de nos conhecer na fundação do núcleo local da Associação de Engenheiros Agrônomos.

O motivo desta carta é a entrevista que você concedeu ao jornal campista *Folha da Manhã* no dia 8 de fevereiro. Você levantou questões discutíveis para especialistas de sua área, mas concordei com todas elas. A minha especialidade – História – me permite perceber que, quase sempre, por trás de uma postura “científica”, existem interesses outros. Assim, por exemplo, a atitude eminentemente técnica de um engenheiro como Acir Campos esconde interesses econômicos poderosos e um posicionamento político dos mais torpes. O mesmo acontece com médicos, arquitetos, professores e... engenheiros agrônomos. Especializei-me em arrancar máscaras e gostei quando você pôs a nu uma série de mitos sagrados para os grupos dominantes na nossa região e seus assistentes. Concordamos em tudo.

* Daniel da Silva Vidal, à época, extensionista da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE.

Também na minha opinião, o programa de irrigação é uma nova panacéia que irá concentrar mais riqueza na mãos dos grandes, assim como aconteceu com a farsa do PRODENOR. Acho, também, que só a irrigação não irá resolver o problema de baixa produtividade. Ele precisa, efetivamente, ser acompanhado de outras técnicas. Como você deve saber, os projetos de irrigação estão sendo mal elaborados e apresentados às pressas a fim de se obterem recursos financeiros que, quase sempre, não se destinam aos fins propostos.

Na sua entrevista, você fez uma revelação que nós, do Centro, já havíamos feito: as obras do DNOS na baixada levaram em conta apenas o aspecto de engenharia hidráulica, esquecendo-se dos demais aspectos. Para nós, estas obras não consideram o impacto sobre o meio ambiente e sobre a economia pesqueira. Para você, o DNOS não considerou o aspecto agrônomo, abrindo valas e canais indiscriminadamente e provocando o rebaixamento do lençol freático. Você é a segunda pessoa que conheço que faz esta afirmação. A primeira a me falar nisso foi Paulo Gomes, técnico da FUNDENOR.

Tenho um trabalho elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro intitulado *Manual de Reflorestamento do Estado do Rio de Janeiro*. Seus autores: L. Golfari e H. Moosmayer.¹ Não sei se você o conhece.

Este trabalho vem acompanhado de vários mapas. Um deles se refere à drenagem de terras. Há três cores para indicar os graus de drenagem: o azul forte assinala terras excessivamente ou mal drenadas. O Norte Fluminense se inclui aí inteiramente. O azul médio indica terras, moderada a imperfeitamente drenadas e, por fim, o azul claro assinala as terras bem drenadas. A minha interpretação é a seguinte: o Norte Fluminense é mal drenado, não por carência de drenos, mas por excesso deles. Alguns engenheiros agrônomos dizem que este mal significa pouco. Ora, como pode uma mesma convenção indicar pouco e excessivamente? No meu entender, este mal significa incorretamente. Se significasse pouco, o advérbio bem, indicado pelo azul claro, significaria muito. Neste caso, nós teríamos duas cores para indicar a mesma coisa: o azul escuro, que indica excessivamente, e o azul claro, que indica bem. Para mim, terras bem drenadas nesse mapa indica terras corretamente drenadas.

A dúvida parece dissipar-se quando tomamos um mapa feito pela FEEMA e pertencente à mesma coleção. Ele aponta como um dos problemas ecológicos do Norte Fluminense o saneamento e a conservação de lagoas. A questão fica mais clara ainda quando confrontamos os mapas com a realidade e verificamos que, em quarenta anos de atuação, o DNOS dessecou cerca de grandes 20 lagoas.

Apesar de tudo, a imprensa e muitos engenheiros agrônomos tecem loas aos serviços “públicos” do DNOS, que só colaborou para concentrar terras e riquezas nas mãos de uma minoria privilegiada. A maioria dos técnicos discorda de nossas opiniões – sua a minha – por julgar que somos ignorantes ou defendemos outros interesses. Escudados numa postura puramente técnica e científica, esses especialistas não percebem que, na realidade, estão defendendo os interesses dos proprietários rurais e usineiros.

Arrematando o assunto, gostaria de saber se você conhece algum estudo que enfoque as obras do DNOS na nossa região sob este prisma. Se conhecer, será que você podia me dizer como obtê-lo? Alguns técnicos me afirmaram que você não pode provar o que disse. Da mesma forma, eu respondo que tais técnicos também não podem provar o contrário.

Cordiais saudações

Soffiati

Campos, 17 de março de 1982

** Osvaldo Caetano de Mello Filho, à época, funcionário da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE.

Prezado Osvaldo**

Se fôssemos escrever uma história da presença governamental no Norte Fluminense, sem dúvida, distinguiríamos a atuação do DNOS como um dos mais importantes momentos, para a agroindústria açucareira, evidentemente, uma vez que a ação do DNOS visou e ainda visa, na quase totalidade de suas intervenções, viabilizar cada vez mais a produção e cana, de açúcar e de álcool. Escudado na “necessidade” de sanear a baixada, infestada pelas endemias rurais, o DNOS liquidou, pelo menos, duas dezenas de lagoas e subtraiu da atividade pesqueira riquíssimos ecossistemas de água doce. Atualmente, está comprovado que a existência de lagoas e alagadiços em profusão não significa, necessariamente, a presença de endemias. Em outras palavras, podem-se combater as endemias sem destruir os ecossistemas aquáticos de uma região, haja vista que existem, ainda, no Norte Fluminense, algumas lagoas, mas a malária foi erradicada. Não resta mais dúvida, atualmente, de que o DNOS estava e está favorecendo a economia dominante da região ao executar obras de “saneamento”. Como não dá mais para esconder esta verdade, o DNOS não hesita em confessá-la cinicamente. Transcrevo uma declaração de Acir Campos publicada em *O Globo* de 15 de maio de 1977: “Na região de Campos, a drenagem permitirá ampliar consideravelmente a área do plantio da cana. Estamos recuperando para a lavoura mais de 70 mil hectares de terras cultiváveis, além de estabelecer um sistema permanente de irrigação, que evitará problemas de estiagem prolongada e as já conhecidas cheias do Paraíba. Até o próximo ano (1978), aquela região deverá estar produzindo 24 milhões de sacas de açúcar, e este é um dado econômico que não pode ser desconsiderado. *“Há quem nos acuse de estar destruindo a ecologia, mas eu estou convencido de que a indústria da cana de açúcar é muito mais importante do que meia dúzia de lagoas e alguns cardumes de peixes.”* (Grifo meu). Não é preciso dizer mais nada. E existem muitas declarações semelhantes a esta, inclusive mais recentes, que não deixam margem à dúvida: o DNOS nunca ‘deu bola’ para o meio ambiente e a pesca.

Entendo que a chegada da SUDEPE na região marca um outro momento importante. Sei bem que a SUDEPE, por ser um órgão governamental, tem também seus limites. No entanto, ela pode mostrar a importância da pesca e da conservação do meio ambiente e, dessa forma, contrabalançar um pouco a ação danosa do DNOS, exigir mais a atuação da FEEMA e sacudir a letargia da SERLA. Na minha opinião, as seguintes providências são necessárias:

1- Demarcar prioritariamente a Lagoa Feia e, posteriormente, as outras lagoas do Norte Fluminense, de acordo com critérios científicos, de preferência ecológicos, e não segundo os interesses da agroindústria açucareira e alcooleira. Não basta a demarcação feita em mapa e oficialmente em Decreto do Governador do Estado, como determina o Sistema de Proteção de Rios e Lagoas (SIPROL). Essa demarcação deve ser visível no terreno, de modo a deixar claros os limites entre água e terra a ser aproveitada economicamente pela agricultura e pela pecuária. Depois, é indispensável uma fiscalização rigorosa para impedir nossas invasões. Creio que a SUDEPE já deve estar insistindo junto à SERLA para que esta providência seja tomada.

2- Controle severo das fontes de poluição hídrica, principalmente do vinhoto e da água de lavagem de cana. Os lançamentos *in natura* do primeiro estão proibidos, desde a safra de 1979-80 pelas Portarias GM/323 e 0158. Os lançamentos de água de

lavagem de cana estão proibidos, a partir de 6 de janeiro deste ano (1982) pela Portaria 0158. Cumpre agora à FEEMA e à CECA obrigar as usinas e destilarias a observarem essas determinações.

3- A proibição completa do uso de herbicidas, para a limpeza das coleções hídricas da região. Ao DNOS cabia esta tarefa. Recentemente, todavia, ela foi transferida à COPERPLAN (Cooperativa dos Plantadores de Cana), que deverá receber recursos do DNOS para a aquisição de herbicidas. A SUDEPE não pode permitir que os problemas dos plantadores sejam resolvidos a este custo para a qualidade das águas dos rios, canais e lagoas. A solução que você apresentou parece ser a indicada: a introdução de uma espécie de peixe que se alimente de vegetais superiores. Enquanto ela não entra em ação, a limpeza deve ser feita por meios mecânicos, conforme sugeriu a FEEMA.

4- A proibição de obras de engenharia hidráulica que, comprovadamente, afetem a qualidade ambiental e a pesca. Assim, por exemplo, o Rio Ururá, que nasce na Lagoa de Cima e desemboca na Lagoa Feia, foi retelinizado no trecho que se estende da BR-101 à foz. Esta retelinização, ao que tudo indica, aumentou as descargas de sedimentos e o assoreamento da Lagoa Feia. Para corrigir este problema, o DNOS planejou realizar três grandes canais submersos na Lagoa Feia, ligando os Rios Ururá e Macabu e mais, a Lagoa do Jacaré a um único canal ligado ao canal da Flecha. O vertedouro natural, chamado *Duro da Valeta*, seria removido e o controle das águas da Lagoa Feia seria realizado por uma bateria de 14 comportas no canal da Flecha. Desta forma, os sedimentos depositados na foz dos Rios Ururá e Macabu seriam conduzidos por esses canais submersos e removidos por dragas no canal da Flecha. Além do mais, este sistema transformaria, no período de estiagem, a Lagoa Feia num reservatório d'água alimentador dos canais de irrigação, invertendo os cursos dos canais de drenagem. Todo este gigantesco projeto não levou em conta, em nenhum momento, os interesses da atividade pesqueira e a preocupação com o equilíbrio ambiental. Ele foi dimensionado para beneficiar tão somente a agroindústria açucareira e alcooleira. Um detalhe desvenda esta orientação: não houve a preocupação de se construir uma escada para a subida de peixes junto às comportas. Daí as freqüentes mortandades, que verificamos no local, provocadas pela tentativa de peixes ultrapassarem as comportas. Esta ameaça existe também para o terminal pesqueiro. A SUDEPE está convencida de que esta obra irá beneficiar exclusivamente a pesca. Como eu sei que o DNOS não prega prego sem estopa, suspeito que ele tentará matar outro coelho com a mesma cajadada. Segundo declarações de Acir Campos e do líder dos plantadores, essa obra visa também a incorporação (não gosto da expressão *recuperação*) de cerca de 25 mil hectares de terra ao sul da Lagoa Feia, região salinizada pelas línguas de água do mar que penetram numa extensão razoável de terra, que deveria ser destinada à atividade pesqueira e à existência de uma vegetação litorânea nativa. Para dessalinizar esta área, será necessário, segundo creio, expulsar as línguas de água salgada. Como a Barra do Furado será estabilizada, a meu ver, só o peso da água doce proveniente da Lagoa Feia poderá expelir a água do mar, a exemplo do que faz o Rio Paraíba do Sul em Gargaú. Para tanto, será necessário manter abertas, quase que em caráter permanente, as comportas do canal da Flecha e, se isto ocorrer, o nível da Lagoa Feia não será mantido na cota +3, como se anunciou. Espero que estas conjecturas não sejam verdadeiras. De qualquer modo, onde entram os interesses da pesca e do meio ambiente nisto tudo? Quase em lugar nenhum. Daí exigirmos estudos de avaliação de impacto sobre o meio ambiente para toda e qualquer obra de engenharia hidráulica realizada nas coleções hídricas do Norte Fluminense. E esta exigência se aplica também à introdução de espécies exóticas nesses ecossistemas de água

doce, providência que a SUDEPR já deve ter tomado, evidentemente.

5- Proibição da pesca predatória, não por meios repressivos, como acontecia até pouco tempo, mas por meio da educação. A repressão só deve existir para o pescador amador e desportista que se utiliza de recursos predatórios, como dinamite, por exemplo.

6- Cumprimento rigoroso e integral do Código Florestal (Lei nº. 4771/65), principalmente do seu Artigo 2º, para evitar que desmatamentos junto a encostas, a nascentes, a margens de rios e lagoas reduzam o abastecimento dos corpos d'água, provoquem poluição física e aumentem o processo de assoreamento.

7- Efetivação do Parque Estadual do Desengano, com sua ampliação até o Rio Imbé, levando-se em conta a sua importância na alimentação dos mananciais hídricos.

8- Criação das seguintes unidades de conservação ambiental: margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, entre o ponto frontal à cidade de São João da Barra, aproximadamente, até a sua foz, de modo a abrigar uma amostra representativa de mata litorânea e de manguezais; manguezal do Rio Itabapoana, para preservação do que resta daquele ecossistema e a sua recuperação; litoral compreendido entre Barra do Furado e Laguna de Carapebus, a fim de preservar um cordão de lagunas e uma amostra de matas litorâneas. Embora não pareça, esta medida tem muito a ver com a pesca.

9- Manejo ecológico, da maneira mais adequada possível, dos ecossistemas de água doce e da agropecuária. Dos primeiros, para assegurar a sustentabilidade da pesca, e, da segunda, procurando reduzir ao máximo a utilização de agrotóxicos químicos que possam atingir as coleções hídricas e causar danos ao meio ambiente e à pesca. Num de seus relatórios sobre a nossa região, biólogos da FEEMA recomendavam análises de peixes por suspeitarem da presença de metais pesados neles. Se a suspeita se confirmou, não sabemos. Só sabemos, com certeza, que o mercúrio usado como fungicida na lavoura de cana, passou para os trabalhadores rurais, para o caldo de cana consumido em bar e mesmo para o açúcar².

Quanto aos demais aspectos que integram a problemática da pesca, tais como a concessão de equipamentos aos pescadores, condições de vida (habitação, saúde, educação, lazer), conservação do pescado, estrutura de comercialização etc., é assunto que cabe à SUDEPE, às colônias de pesca ou a um futuro sindicato de pescadores cuidar. Só espero que os planos da SUDEPE para o Norte Fluminense não aprofundem mais ainda as distorções sociais ou confirmem à atividade pesqueira um caráter empresarial, colocando-a nas mãos de pessoas de mais recursos e excluindo o pescador comum ou o transformando em assalariado ou boia fria.

Gostaria de atender ao seu pedido, enviando-lhe os estudos que possuo sobre manguezais. Todavia, estes trabalhos contêm muitas páginas e eu teria de fotocopiá-las. Não é difícil você encontrá-los. São apenas dois e foram produzidos pela FEEMA. Existe também uma determinação sobre o assunto. Seus títulos são os seguintes:

1- FEEMA. *Os Manguezais do Recôncavo da Baía da Guanabara*. Rio de Janeiro, Dicom, 1979 (Cadernos FEEMA, série técnica, 10/79).

2- FEEMA Relatório Técnico sobre Manguezal (RT. 1123). Rio de Janeiro, 1980.

3- CECA. Deliberação CECA nº. 63, de 28 de fevereiro de 1980.

Mando-lhe a Deliberação CECA nº. 63 e mais um artigo de jornal. Infelizmente, é só o que eu posso fazer. Por outro lado, como a SUDEPE deve dispor de máquina reprográfica, gostaria muito que você me fornecesse os estudos que embasem o peixamento do Norte Fluminense.

Um abraço do Soffiati

³FUNDENOR/
PRO-AGRO. *Estudo das
Possibilidades da Lagoa de
Cima*. Campos: Fundação
Norte Fluminense de
Desenvolvimento Regional,
1974.

Campos, 17 de maio de 1982

Prezado Osvaldo

Muito obrigado pelo *Estudo das Possibilidades da Lagoa de Cima*³ que você me enviou por intermédio do Francisco. Já li e anotei tudo o que me interessava nele. Chegou-me às mãos o relatório sobre a *Invasão da Lagoa do Jacaré*⁴, que você e o Léo assinam. Desde 1978, denunciamos a invasão do sistema lagunar da Lagoa Feia por proprietários marginais. Alguns contaram com o apoio direto do DNOS, como foi o caso do José Cajuca, ao norte da Lagoa Feia. Em tese, todos tiveram o apoio do DNOS. Não estou fazendo uma acusação infundada. As obras do DNOS na Lagoa Feia, como parte do PRODENOR, baseavam-se em estudos feitos pela Engenharia Gallioli. No calor da questão, solicitamos ao DNOS esses estudos a fim de examiná-los. Acir Campos me disse que o material era tão volumoso que só nos seria remetido se mandássemos um caminhão buscá-lo no Rio. Exagero. A FEEMA o solicitou e conseguiu. Não era tão grande assim. Seus técnicos o examinaram e confirmaram as críticas que vínhamos fazendo às obras do DNOS. Foi por meio das análises feitas pela FEEMA que ficamos conhecendo o projeto das obras⁵. Há uma passagem, na página 124 do relatório Gallioli, que preconiza o seguinte: “Se algum proprietário de terra quiser utilizar também áreas sujeitas, temporariamente, à submersão, poderá fazê-lo desde que *construa dentro da lagoa* (grifo dos técnicos da FEEMA), em frente a sua propriedade (e parcialmente pelos dois lados), um dique de pequena altura em cota conveniente. Noutros termos, originar-se-á, assim, um ‘polder’ que obviamente, deverá ser mantido seco, a expensas do proprietário interessado.”⁶

O que você me diz disso? O DNOS, diretamente, drenou e extinguiu várias lagoas do Norte Fluminense, sob pretexto de sanear a região. Do ponto de vista ecológico, cometeu um crime abominável ao destruir magníficos ecossistemas de água doce. Do ponto de vista pesqueiro, eliminou vários criadouros que, se ainda existissem, poderiam contribuir significativamente para aumentar a expressão da pesca. Indiretamente, o DNOS incentivou a invasão e a privatização desses ecossistemas por particulares, e a SERLA sempre se omitiu, alegando que competia ao DNOS zelar pela integridade física das lagoas Norte-Fluminenses. Logo quem... Ora, as Constituições Federal e Estadual são muito explícitas em atribuir ao Governo Estadual a responsabilidade pelos corpos d’água que estão integralmente dentro do seu território. Depois de muita celeuma, a SERLA assegurou, embora timidamente, que iria demarcar as lagoas do Norte Fluminense. Isso já tem mais de um ano. Amigos meus, no entanto, me disseram que o Diretor Superintendente da SERLA declarou, recentemente, em Macaé, que nada tem a ver com as lagoas em que o DNOS realiza obras. Por isso, foi muito bom vocês da SUDEPE terem constatado, com os próprios olhos, a partir da Lagoa do Jacaré, as invasões criminosas que sofrem nossas lagoas. Basta dizer que, há quarenta anos, a Lagoa do Jacaré praticamente não existia. O DNOS afirma que ela se desdobrou da Lagoa Feia por um processo natural. Para mim, ela resultou de interferências antrópicas. Se a SUDEPE espera bons resultados do programa de peixamento, uma das medidas imprescindíveis é deter as invasões, mediante a demarcação das lagoas, por critérios científicos, e a fiscalização rigorosa das

⁴NASCIMENTO, Léo e
MELLO FILHO, Osvaldo
Caetano de. *Invasão da
Lagoa do Jacaré*. Rio de
Janeiro: Superintendência do
Desenvolvimento da Pesca,
março de 1982.

⁵ARAÚJO,
Dorothy Sue Dunn de e
MACIEL, Norma Crud.
*Análise do Material Relativo
ao Projeto do DNOS na
Baixada Campista*. Rio de
Janeiro: Fundação Estadual
de Engenharia do Meio
Ambiente, 29/10/1979.

⁶*Id. Ibid.*

áreas demarcadas. O relatório de vocês foi muito oportuno. Gostaria de saber, com toda franqueza e no tempo mais breve possível, se eu posso citá-lo em nossas denúncias feitas em artigos ou matérias publicadas na imprensa. Não deixe de me dar esta resposta.

Ouvi falar muitas vezes no Estudo sobre as *Possibilidades da Lagoa de Cima*. Chegamos mesmo a pedi-lo à Fundenor, mas nunca o conseguimos. Não pensei que ainda chegaria a lê-lo. Ele me pareceu bom, honesto. Só que, a esta altura, deve estar um pouco desatualizado. A Lagoa de Cima, de 1974 pra cá, vem sofrendo uma pressão cada vez maior da especulação imobiliária, do lazer e da pesca predatória. Já registramos casos de invasões na lagoa. Da mesma forma, o late Clube tem ampliado a sua atuação. Quanto à pesca, nem se fala. A principal espécie pescada é o sairu, como corretamente aponta o estudo. A diminuição do seu volume levou os pescadores a recorrerem, cada vez mais, a uma pesca predatória, por meio de redes de malhas estreitas, contribuindo mais ainda para a redução do pescado. Vários pescadores da Lagoa de Cima já se deslocam para outras lagoas, principalmente Juturnaíba e do Campelo, segundo me informaram, para manter a sua atividade.

Penso que deve ser muito discutida a proposta de se construir uma barragem à jusante da lagoa para a retenção de água por mais tempo em sua caixa. Será que ela não vai alterar o regime hídrico da Lagoa Feia? Só dois rios de certo porte alimentam a Lagoa Feia: o Rio Ururai, que nasce na Lagoa de Cima, e o Rio Macabu. A saída d'água da Lagoa Feia, causada pela evaporação e pelo escoamento para o mar, é um pouco maior do que seu aporte, resultando num déficit. A questão, portanto, é saber se a barragem não agravaria esta situação. Além do mais, e isto o Estudo não aborda, é preciso assegurar o abastecimento d'água à Lagoa de Cima, impedindo o desmatamento que vem ocorrendo na parte montanhosa da região e que protege os mananciais hídricos. Um programa de peixamento num ecossistema nativo é uma intervenção antrópica que deve respeitar o equilíbrio ambiental. Por isso, é mais complexo do que se pode pensar. Um programa de peixamento da Lagoa de Cima deve levar em consideração, a meu ver, pelo menos, estes dois aspectos: os efeitos sobre a Lagoa Feia, à jusante, e a preocupação com a conservação da Mata Atlântica, à montante. Como você já sabe, o desmatamento provoca erosão, ainda maior se for em terreno inclinado. A erosão traz a poluição física e o assoreamento dos ecossistemas aquáticos. O Rio Imbé, que desemboca na Lagoa de Cima, tinha águas cristalinas há uns trinta anos. Depois do desmatamento em suas margens, suas águas se tornaram barrentas. Seria preciso, também, reexaminar o uso da Lagoa de Cima para fins de lazer. Entre destiná-la à pesca amadorista ou à pesca profissional, ainda que artesanal, é claro que fico com esta segunda alternativa. Afinal, as carências sociais na nossa região são incomparavelmente maiores do que a necessidade de lazer. Será que a lagoa poderia ser usada, ao mesmo tempo, para a pesca profissional e a prática de outros esportes, como o esqui aquático, o *windsurf* etc? Neste caso, as duas atividades seriam conciliadas e a pesca amadorista seria terminantemente proibida.

Um programa de peixamento na lagoa para fins de exploração econômica não poderia prescindir de rigoroso e eficiente sistema de administração da atividade pesqueira. Algo assim como uma associação que contasse com a participação de especialistas e, principalmente, de pescadores. A falta de uma administração permitiu a ocupação desordenada das margens da lagoa e a pesca predatória. Esta, por sua vez, reduziu substancialmente a população de sairus.

Hoje, vou ficar por aqui. Não estou dando conta de tantas tarefas: faculdade, Liceu, ecologia e ainda a tal mancha tóxica que está descendo pelo Paraíba do Sul⁷. A todo

⁷Trata-se do primeiro grande desastre ambiental a atingir a Bacia do Paraíba do Sul, com o vazamento de metais pesados da empresa Paraibuna Metais, em Juiz de Fora, no ano de 1982.

⁸ MATSUURA, Yasunobu.

Perspectiva de pesca de bonitos e atuns no Brasil. *Ciência e Cultura* nº. 3 (34). São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, março de 1982.

^{***} Manuela P. de Azevedo

Souza destacou-se como uma criança que assumiu a defesa da causa ecologista nos anos de 1980. Seu endereço, na época desta carta, era Rua Maria Angélica, 401/ ap. 201 – 22.4870 – Rio de Janeiro – RJ.

momento, sou interrompido por uma porção de pessoas para dar explicações. Pretendia ainda comentar uma matéria que saiu na *Manchete* sobre criação racional de peixes, em São Paulo, por Kiyoshi Koike, um colega seu. Você leu? Tinha ainda em mente discutir o enfoque dado à pesca pelo desenvolvimento. Fica pra outra vez. Mando-lhe um artigo sobre a pesca do atum, que foi publicado em *Ciência e Cultura*, revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência⁸. Gostaria que você me mandasse os estudos que fundamentam o programa de peixamento da Lagoa Feia. Vamos pedir ao DNOS para nos mandar o projeto do terminal pesqueiro.

Um abraço

Soffiati

Rua Miranda Pinto, 122
28.100 – Campos – RJ.

Campos, 6 de agosto de 1982

Prezada Manuela***

Acompanho de longe o trabalho magnífico que você, com a pouca idade que tem, vem desenvolvendo em defesa do meio ambiente. Pretendia participar da passeata que você organizou e comandou, no início deste ano, denunciando os atentados cometidos contra as nossas lagoas. Por motivos de doença, não pude participar. Gostaria de dar minha contribuição, pois moro numa região que outrora apresentava muitas e belas lagoas. A maior parte desapareceu, não por um processo natural, mas pela ação dos interesses econômicos predominantes, associados a um órgão governamental chamado Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Hoje, restam-nos apenas três grandes lagoas: a Feia, a do Campelo e a de Cima, que também, infelizmente, não estão livres da agressão de gente poderosa. Faço parte de uma associação de defesa do meio ambiente – o Centro Norte-Fluminense para a Conservação da Natureza – que milita também em defesa das lagoas desde 1977. Acompanhando e estudando os problemas que afetam os ecossistemas de água doce no Brasil, eu diria que eles podem ser classificados de seguinte maneira:

1- Dessecamento total ou parcial: processa-se por meio de obras de drenagem, por barragens (também conhecidas por diques) ou por aterros e tem por finalidade apropriar-se de superfície de terra para atender aos interesses da especulação imobiliária rural e urbana, da agricultura, da pecuária e ainda para os serviços públicos das cidades (abertura de ruas, avenidas e praças). A maior parte das lagoas brasileiras sofre este tipo de agressão, principalmente aquelas que foram envolvidas pelo crescimento urbano ou se encontram próximas a grandes cidades, como também aquelas que se localizam em regiões de economia agropecuária. No Estado do Rio de Janeiro, este processo é muito comum. Em nenhum lugar, talvez, ele tenha ocorrido com tanta intensidade como no Norte Fluminense, região em que vivo. Aqui, cerca de 20 lagoas desapareceram, não em virtude de um processo natural, mas por meio de obras de drenagem realizadas pelo DNOS. Das que sobraram, as Lagoas Feia e do Campelo estão tendo os seus leitos ocupados por proprietários das margens, sequiosos de aumentarem suas terras para a agricultura, a pecuária ou simplesmente para a especulação imobiliária. Evidentemente, não podemos ressuscitar as lagoas que desapareceram por meio de um processo artificial. Podemos e devemos, isto sim, lutar para defender com unhas e dentes as lagoas que nos

restam.

2- Utilização dos ecossistemas de água doce para irrigação: por meio de grandes obras de engenharia hidráulica, tais como canais submersos, tomadas d'água, dragagens, barragens e comportas, a iniciativa privada e pública altera o regime hídrico de lagoas e lagunas ou mesmo de rios, submetendo-as aos interesses da agricultura. O rebaixamento, a estabilização ou a elevação do nível desses corpos d'água interferem na regularização dos ciclos naturais. Impedir que uma lagoa oscile de nível nos períodos de estiagem e de cheia é como impedir uma ave de botar ovo ou um animal de dormir. O regime hídrico é fundamental para o equilíbrio das lagoas. Se elas são obrigadas a manter um mesmo nível durante o ano inteiro, sofrem todos os seres vivos que dependem delas. É, por exemplo, o que sucede com a Lagoa Feia, graças à instalação de comportas instaladas no canal que permite o escoamento de suas águas para o mar.

3- Poluição: esse é um problema que já aflige, em maior ou menor escala, cerca de 90% dos nossos ecossistemas de água doce. É só tomar o exemplo muito conhecido da Lagoa Rodrigo de Freitas ou do Rio Paraíba do Sul. É poluição física, provocada por sedimentos em suspensão e pela elevação de temperatura das águas; a poluição química, gerada por esgoto in natura ou com tratamento insuficiente, por produtos químicos usados na agricultura, por lixo e por despejos industriais e inorgânicos; a poluição biológica, causada por organismos patogênicos.

4- Utilização de ecossistemas de água doce para a criação de espécies animais exóticas com fins econômicos: os principais responsáveis por este problema são a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que nem sempre conhecem bem os ambientes aquáticos em que introduzem espécies animais exóticas para a produção econômica em larga escala. Transforma-se, assim, o ecossistema numa espécie de fazenda de peixe, alterando-se o seu equilíbrio original ou dele fazendo-se tábula rasa. É como desmatar uma área de floresta nativa para utilizá-la com monocultura.

5- Pesca predatória: consiste em retirar do ecossistema de água doce espécies de animais em quantidade superior a sua capacidade de reprodução. No Rio Paraíba do Sul, à altura da cidade de São Fidélio, a lagosta de água doce está em franco declínio, graças às sucessivas *Festas da Lagosta* promovidas naquele município. Na Lagoa de Cima, aqui em Campos dos Goytacazes, o sairu praticamente desapareceu, em virtude da pesca predatória.

6- Assoreamento: é o aterramento progressivo e aparentemente natural de rios e lagoas. Na verdade, esse processo é provocado ou acelerado pelos desmatamentos ou por obras hidráulicas na área abrangida pelo ecossistema. A retificação de um rio aumenta em cerca de 27 vezes a velocidade de suas águas e o volume de sedimentos sólidos. Da mesma forma, os desmatamentos expõem o solo à erosão, que carrega a camada superficial para os rios e lagos e provoca assoreamento.

Aos trinta e cinco anos de idade, após cinco anos de luta em defesa da ecologia, cada vez mais me convenço de que a ecossistema só terá direito a uma existência íntegra numa nova sociedade, alicerçada nos princípios da justiça social e do respeito à natureza. Nós, ecologistas, devemos, pois, cerrar fileiras nesta luta. De nada adianta obtermos um decreto do Presidente da República criando uma reserva biológica ou coisa parecida se a sociedade circundante não se modificar, se o próprio governo não se modificar? O problema ecológico é causado pela organização da sociedade. A agressão à natureza é causada pelo desejo desenfreado de obter lucros. Assim, de que modo nós, ecologistas,

**** José Carlos da Fonseca,
à época, vice-diretor da 8ª
Diretoria do Departamento
Nacional de Obras e
Saneamento.

9 José Tostes Pacheco de
Medeiros, à época, diretor
da 8ª Diretoria Regional do
Departamento de Obras e
Saneamento.

devemos lutar? Devemos, no caso específico das lagoas, reivindicar a demarcação de seu perímetro, de acordo com critérios ecológicos, a fim de impedir que interesses econômicos não as invadam. Devemos fiscalizar ou exigir a fiscalização da área demarcada pelo poder público. Devemos exigir que toda e qualquer obra de engenharia hidráulica seja precedida de minuciosos estudos de impacto ambiental para sabermos se elas irão causar danos ao equilíbrio ambiental. Devemos reunir esforços para impedir que a ocupação do espaço, em torno de lagoas e ao longo de rios, cause poluição das águas, seja ela física, química ou biológica. Não podemos deixar de insistir na recuperação dos corpos d'água. Devemos militar para que a pesca predatória seja evitada, punindo aqueles que praticam uma pesca esportiva destruidora, melhorando as condições de vida, orientando os pescadores profissionais e controlando com rigor os grupos pesqueiros empresariais. Por fim, devemos nos empenhar ao máximo em combater os desmatamentos, realizados por quaisquer meios, a fim de conter a erosão e o consequente assoreamento de rios e lagoas. Lutando neste flanco, estaremos lutando para a construção de uma nova sociedade. Cada um luta como pode e na posição que mais lhe agrada. Conte comigo nesta luta, mesmo porque eu já estou nela há cinco anos. Da minha parte, conto com você, preciso de você, precisamos de sua geração. Você é muito importante pelo que pensa, fala e faz.

Quero convidá-la a fazer uma palestra às crianças, jovens e adultos de Campos dos Goytacazes no quinto aniversário da nossa associação, no dia 13 de dezembro próximo. Cai numa segunda-feira. Esta palestra poderia ser feita no dia 10, sexta-feira, ou no dia 11, sábado. Acho que na sexta seria melhor. Somos uma entidade pobre, mas podemos arcar com as despesas de viagem e estada. A imprensa local já sugeriu, por duas vezes, que formulássemos este convite a você. Sua popularidade aqui é considerável. Muitos assistiram ao seu programa na televisão e ficaram impressionados com a sua inteligência, cultura e segurança. Vindo a Campos, você poderia trazer a sua mensagem a todos aqueles que estão precisando dela. Além do mais, seria uma oportunidade de enriquecer o seu conhecimento sobre ecologia, tomando contato com os nossos problemas. Que acha da ideia? Responda-me logo que puder. Aguardo notícias suas.

Receba as saudações do companheiro

Arthur Soffiati
Rua Miranda Pinto, 122
28.100 – Campos – RJ

Campos, 31 de dezembro de 1985

Prezado José Carlos****

Houve um pequeno incidente que veio a empanar o bom relacionamento que nós, ecologistas de Camposdos Goytacazes, e a Diretoria Regional do DNOS estamos tentando estabelecer. Uma entrevista supostamente concedida por mim a um jornal de Camposdos Goytacazes, que segue em anexo, foi vazada em termos muito agressivos ao DNOS. Aliás, creio que você já deve conhecer o seu teor, pois que foi publicada no dia em que o Dr. Tostes⁹ estava em Campos dos Goytacazes para assistir à assinatura da Lei que concede *royalties*, pelo presidente José Sarney. Na verdade, eu devia dirigir esta carta ao Dr. Tostes, apresentando minhas explicações e desculpas. Se me dirijo a você, é porque nossa intimidade me permite usar de franqueza. Caso você julgue

oportuno, mostre esta carta ao Dr. Tostes, além das explicações que peço apresentar-lhe.

Há vários indícios reveladores de que a tal entrevista não reflete a minha opinião. O que aconteceu foi o seguinte: estive na redação do jornal para deixar cópia do documento que íamos entregar ao Presidente. Um jornalista então me perguntou como estava o problema da Lagoa do Campelo. Respondi-lhe que estivera lá e que ficara impressionado com as terras que a usina São João estava tomando da lagoa, com o apoio do vereador Ruço Peixeiro (Aldemir Gonçalves de Azevedo) e à revelia do DNOS. O meu “à revelia” foi substituído, não sei com que intenções, por “com respaldo”. É bom esclarecer que, na verdade, eu não dei entrevista. Apenas respondi rapidamente a uma pergunta que me foi formulada. No dia seguinte, até eu me surpreendi quando vi a minha resposta, que não passou de ligeiro comentário, transformado em entrevista. E há evidências de que minha pequena resposta sofreu acréscimos para se transformar em entrevista. Todas elas estão sublinhadas a lápis. Eu jamais usaria a expressão “reserva” para classificar a lagoa. Eu jamais diria que o leito emerso da lagoa está assoreado. Eu não usei a expressão “obras estruturais”. Por fim, eu não disse que o mato em torno da lagoa poderia aumentar o volume d’água. Está tudo deturpado. Já conversei com o Carlos Faria¹⁰ sobre o mal entendido e o mal estar que esta pequena matéria causou. Sugerí-lhe, inclusive, que ele respondesse, por escrito, às críticas formuladas por mim, mesmo inverídicas, esclarecendo a posição do DNOS. Depois de muito conversarmos, ficou definido que uma carta minha, colocando os pingos nos ‘is’, complicaria mais as coisas. Ela daria a impressão de que levei um ‘pito’ do DNOS, pois os jornalistas daqui não toleram correções, sobretudo os irresponsáveis. Concluí, então, que o mais apropriado seria eu escrever um artigo e publicá-lo no mesmo jornal, revelando minha verdadeira opinião sobre o DNOS, mas sem mencionar a referida entrevista. Mando-lhe uma cópia dele¹¹. Espero, com isto, reparar a confusão.

É meu intento também deixar bem claro que não costumo usar métodos desleais. Sempre agi às claras e sempre sustentei as afirmações que realmente fiz. Não pretendo fazer carreira em partido político, não almejo cargos públicos, não estou atrás de prestígio, não tenho dinheiro em jogo, portanto, não tenho nada a perder por ser franco e honesto. Prova disso é o artigo que escrevi sobre a atuação do DNOS no Norte Fluminense e do qual lhe mando um exemplar¹². Ele pode conter erros, mas expressa a minha opinião. Não estou interessado pelo poder, muito pelo contrário. Eis porque sou um adversário leal.

Em nome dessa franqueza, permita que faça algumas considerações a respeito de dúvidas sobre a atuação do DNOS que me têm assaltado, especificamente no caso da Lagoa do Campelo. De forma alguma, eu tocaria neste assunto publicamente sem discuti-lo com você ou com alguém autorizado. Por isso, não pense que, ao levantá-lo, eu confesso, inconscientemente, ter concedido a entrevista que refutei. Se cabe o pensamento de que eu falei a verdade na entrevista, conclui-se que eu menti no artigo *Novos tempos*. Isto significa que eu estaria adulando o DNOS, coisa que não é, em hipótese alguma, do meu feito.

Mas vamos às dúvidas. Por que o DNOS não confessa que as obras da Lagoa do Campelo têm como finalidade prioritária beneficiar a agroindústria sucroalcooleira e que só por tabela podem favorecer a economia pesqueira? A franqueza facilitaria o diálogo, sobretudo com os pescadores. Ora, os detalhes mostram que tais obras não levaram em conta a pesca e o meio ambiente, pelo menos originalmente. Não conheço o projeto em suas minúcias técnicas, mas é preciso lembrar que, no geral, eu o conheço muito bem. Além do mais, estou nesta luta desde 1977 e já aprendi muita coisa. Por que o DNOS incluiu, no mapa que ilustra suas obras na Lagoa, o dique da usina São João como demarcação da orla esquerda dela? Com esta atitude, o DNOS não reconheceu

¹⁰ Último engenheiro residente do DNOS em Campos.

¹¹ SOFFIATI, Arthur. “Novos Rumos” *A Cidade*. Campos (RJ): 02 de janeiro de 1986.

¹² SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. *A agonia das lagoas do Norte Fluminense*. *Ciência e Cultura* v. 37, n.º. 10. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, outubro de 1985.

¹³SOFFIATI, Arthur.
Lagamar. *Folha da Manhã*.
Campos: 15 de fevereiro
de 2001.

implicitamente a competência da usina para demarcar a Lagoa? Por que o DNOS incluiu, no acordo que firmou com os pescadores, uma cláusula admitindo que a demarcação da margem esquerda da lagoa ficaria a cargo dos pescadores, representados por Ruço Peixeiro, e da Usina São João? Mais uma vez, não seria reconhecer, implicitamente, um direito que não competia a nenhuma das duas entidades? Por que o DNOS não acionou a SERLA, a FEEMA e a Comissão criada pelo CONAMA para acompanhar as obras realizadas em lagoas e lagunas do Estado do Rio de Janeiro? Por que nós, do CNFCN, tivemos de tomar esta providência? Se nós tomamos esta iniciativa (com sucesso, digase de passagem, pois, entre todas, estou convencido, de que foi a atitude mais correta), o DNOS também poderia tomá-la. Como não tomou, ficou aquela impressão desagradável de que as coisas seriam resolvidas por aqui mesmo, deixando a SERLA de fora. Acaso foi inexperiência? Em se tratando do Carlos, posso até admitir, mas em relação a você e ao Dr. Tostes, não. Parece que estava tudo selado, José Carlos. Soube que o Carlos procurou o agente local da SERLA e desistiu de ir adiante quando soube que a agência fora fechada. Tanto que, ao comunicar-lhe a nossa iniciativa, ele respirou aliviado. Custava alguma coisa convocar os órgãos competentes? Por que o DNOS é tão minucioso em relação a cálculos matemáticos e descarta tanto dos outros aspectos?

Por favor, José Carlos, não tome minhas palavras como afirmações ou críticas rancorosas. São questões que, fraternalmente, levanto e que gostaria de ver respondidas para que haja um bom entendimento entre nós.

Receba meus melhores votos de um feliz 1986 e cuidem-se, você e o Dr. Tostes. Soube que o Acir Campos está conspirando para voltar. Ele é uma víbora e a reforma ministerial está aí.

Um abraço amigo

Soffiati

LAGAMAR **Campos, 21 de fevereiro de 2001**

Senhor Editor de A Cidade

Seria pequeno de minha parte agradecer ao Vereador Sérgio Diniz Nogueira por ter tomado minha defesa na sessão de abertura da Câmara de Vereadores de Campos em 2001. Antes, cumprimento-o por seu destemor cívico em tocar, solitariamente, na questão-tabu do Lagamar, e me contento por ter sido um artigo meu a lhe fornecer subsídios para a discussão que ele levantou¹³.

Em matéria publicada em 20/02/2001, nesse conceituado periódico, afirma-se que, em minha opinião, o núcleo turístico do Lagamar, construído pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, em fins de 1999, e inaugurado em princípio de 2000, tem caráter eleitoreiro. Em nenhuma parte do meu artigo, faço tal afirmação. Minha denúncia é mais grave: o empreendimento é ilegal por ferir várias leis, decretos e portarias, inclusive, uma emanada dos poderes executivo e legislativo municipais, criando a Área de Proteção Ambiental do Lagamar.

Na referida matéria, o prefeito me considera desinformado acerca do balneário. Gostaria que ele detalhasse a minha desinformação. Não cabia, também, o chefe do executivo ter declarado que pedi desculpas em “outro” processo e que fui perdoado. Tratou-se de tentativa diversionista para fugir do assunto em pauta. Certamente, ele se refere ao

processo que moveu contra mim, por uma crônica de humor em que noto a semelhança da fisionomia do prefeito com a de Brucutu, personagem de história em quadrinho. Da minha parte, não houve desculpas, mas um artigo explicando a diferença entre ficção e realidade, entre crônica de humor e artigo, entre literariedade e referencialidade, distinções que julgava do seu conhecimento por ser ele filho e irmão de ilustres professoras de português e de literatura. Se ele me perdoou, tenho a dizer que o perdão engrandece.

Quanto ao vereador Ruço Peixeiro, predador da natureza travestido de seu defensor, devo esclarecer-lhe de que não me limito a trazer problemas sem as soluções. Quem criou o problema foi a prefeitura ao construir o balneário do Lagamar. A solução é a efetivação da APA. A pedido do secretário Zacarias Albuquerque Oliveira, lapidei tanto o texto do projeto de lei propondo a criação da APA do Lagamar, quanto o da APA da Lagoa de Cima. Apoiei com entusiasmo tais intenções, mas me decepcionei com o secretário, que vem se revelando muito servil. Com o vereador Ruço Peixeiro, a decepção é mais antiga.

Finalizando, gostaria de acrescentar, na desinformação a mim atribuída, que foram instaurados Procedimento Administrativo no Ministério Público Federal, Inquérito Civil Público no Ministério Público Estadual e processo administrativo no Ibama, todos eles relativos à ilegalidade do Lagamar, além de ter o Ibama notificado a prefeitura a apresentar licenciamento para um empreendimento ilicenciável. Não sei se o prefeito está a par destas informações.

Atenciosamente

Arthur Soffiati

A Cidade. Campos: 25 de fevereiro de 2001.

USINAS E LAGOAS Campos, 14 de março de 2001

Senhor Editor

Desejo fazer algumas observações ao conteúdo da reportagem *Usinas secaram lagoas em Campelo*, publicada nesse jornal no dia 13 do mês corrente.

1- É contraditório que o vereador Aldemir Gonçalves de Azevedo (Ruço Peixeiro) denuncie a drenagem e a invasão de leitos de lagoas pelas usinas São João e São José, levando-se em conta que ele é um dos invasores da Lagoa Feia, instalando, na sua grilagem, um empreendimento de piscicultura com espécies exóticas que já fugiram para a lagoa e comprometeram o sistema. A SERLA chegou a puni-lo, mas, valendo-se do apoio da então deputada estadual, Alice Tamborindéguy, ele manteve a área invadida. O assunto é antigo e está fartamente registrado pela imprensa campista¹⁴.

2- Parece que o vereador está perdendo a memória. Ele sabia que foi o Departamento Nacional de Obras e Saneamento o construtor do Canal do Vigário (aproveitando o antigo Canal do Nogueira), na ligação do Rio Paraíba do Sul com a Lagoa do Brejo Grande, e do Canal Engenheiro Antonio Resende (aproveitando o antigo Brejo do Campelo), na ligação da Lagoa do Campelo com a foz do Rio Guaxindiba. Esta obra foi feita na década de 1970 e terminou em 1976, visando três objetivos principais: escoar as águas do Rio Paraíba do Sul pela margem esquerda, em suas cheias; estabilizar a lâmina d'água da lagoa para fins de irrigação (o que se revelou impróprio pela salinidade

¹⁴ Cf. SOFFIATI, Arthur. Chegou ao meu conhecimento. *Folha da Manhã*. Campos (RJ): 15 de outubro de 1991 e Se ficar o bicho pega, se correr... *Folha da Manhã*. Campos (RJ): 22 de outubro de 1991. Ver capítulo referente a artigos.

das águas de uma lagoa de restinga) e abastecer de água doce as praias de São Francisco de Itabapoana. Trata-se de uma obra concebida pela primeira vez em 1912, pelo engenheiro José Antonio Martins Romeu e que já tinha no canal do Nogueira um antecedente no século XIX.

3- A geografia do vereador é completamente confusa. Na verdade, a Lagoa do Campelo comunicava-se naturalmente com o Paraíba, pelo Córrego da Cataia, que permitia a entrada de água e de peixe na cheia. Este canal foi barrado por comportas automáticas instaladas pelo DNOS que só permitiam a saída das águas. Ao mesmo tempo, foram construídos os canais do Vigário e Engenheiro Antonio Resende, que, de fato, atenderam aos interesses dos latifundiários e usineiros, servindo para drenar muitas áreas alagadas. E a situação se torna mais grave quando de longas estiagens, como a atual.

4- A solução não pode ser tomada pontualmente pelos governos de Campos dos Goytacazes e de São Francisco de Itabapoana. Deve ser global. Com a extinção do DNOS, a SERLA deveria ter assumido o gerenciamento da rede de canais do Norte Fluminense, até que comitês de bacias hidrográficas fossem constituídos.

Atenciosamente

Arthur Soffiati

A Cidade. Campos: 17 de março de 2001.

ANEXOS

Torna-se então o brejo um elemento negativo, de positivo que era para os índios de vida lacustre. Para o branco plantador de canas as toalhas d'água são obstáculos a contornar em seus caminhos para as lavouras nascentes, onde a escassez de gados requer estradas curtas para os engenhos.

Alberto Ribeiro Lamego.

Anexo 1 - Ofício do Diretor da 6ª Diretoria Regional do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, engenheiro Acir Campos, respondendo às indagações do biólogo botânico Harold Edgar Strang, diretor do Departamento Geral dos Recursos Naturais da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro, acerca das obras que o DNOS empreendia no Norte Fluminense. A visão manipuladora, instrumentalizadora e utilitarista do DNOS está expressa de forma clara neste documento, que se tornou um clássico do pensamento exponencialista e produtivista¹.

¹ Neste texto, todos os grifos estão no original. Algumas palavras grafadas de forma errada pelo autor do documento foram mantidas.

Senhor Diretor Geral:

Dando cumprimento a vossa determinação de analisar e informar sobre os termos e proposições contidos no Ofício nº. 605 do Senhor Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, que solicita reformulação de toda concepção dos projetos das obras que o DNOS vem executando na Baixada dos Goytacazes, tendo como base o relatório de inspeção de autoria do Sr. Harold Edgard Strang, apresentado àquela Secretaria sob forma de Ofício nº. 200 de 18 de maio de 1976.

Apresento meu parecer como segue:

1) Da simples leitura geral do relatório do Sr. Strang, constata-se que o mesmo foi

redigido em termos veementes e inflamados, tendendo para a dramaticidade e exagero, talvez fruto do grande e excessivo zelo com que trata o Sr. Strang das atividades inerentes ao seu Departamento de Recursos Naturais e Renováveis da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.

Se por um lado é elogiável a dedicação, o zelo, o entusiasmo e a honestidade com que se deva conduzir e tratar de negócios públicos, por outro lado é imperioso que, em se tratando de relatório técnico profissional, deva o mesmo se restringir às verdades científicas, pesando e avaliando todas as variáveis e soluções de forma analítica, objetiva, precisa e pragmática a luz dos conhecimentos humanos, da técnica e das leis universais da ciência.

Conduzir linha de raciocínio, alicerçada apenas em suposições não autoriza ninguém a emitir afirmativas, pois afirmativas em ciência só são admissíveis quando baseadas e deduzidas das leis imutáveis da ciência.

O referido relatório apresenta afirmativas, suposições e proposições, apresentadas levemente em estilo emocional, versando sobre os mais diversos ramos das ciências exatas e até mesmo da Constituição e Legislação em vigor, sem a análise criteriosa que deve preceder a todo raciocínio lógico e cuidados que deva merecer assuntos tão relevantes quais sejam estas obras inseridas especificamente nos objetivos nacionais atuais, constantes do II PND, definidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

Nestas condições, somos levados a desqualificar e invalidar aquele relatório em sua totalidade, bem como as proposições do Sr. Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, pois que por não dispor aquele relator de quaisquer elementos, informações, dados matemáticos, Layout, e projetos do DNOS, (todos estes dados de topografia, pluviometria, fluviometria, curvas chaves, remansos matemáticos, evapotranspiração, níveis de cheia, salinidade e pedologia, foram executados somente pelo DNOS e nunca foram divulgados nem fornecidos a ninguém), baseou suas observações em simples impressões pessoais e formulando premissas falsas foi conduzido a conclusões erradas.

Não ousamos nem ousaremos pretender, levantar dúvidas quanto aos atributos morais do Sr. Strang, de usar dolo ou má fé em seus relatórios, antes pelo contrário, tem se mantido o Sr. Strang ao longo dos anos, fiel e conservador de suas antigas idéias, sem evoluí-las ou modificá-las.

Explico porque.

Antes porém, um pouco de História.

A Baixada Fluminense se divide em quatro regiões perfeitamente distintas:

A Baixada dos Goytacazes com área total de 8.300 Km², estendendo-se desde a foz do Guaxindiba até Macaé, abrangendo as bacias hidrográficas dos Rios Paraíba, Macaé e Lagoa Feia.

A Baixada de Araruama, com cerca de 4.000 km² de área compreendendo as Bacias dos Rios São João, Bacaxá, Capivari, Una, Trapicheiros e Região das Lagunas.

A Baixada da Guanabara, enquadrando as Bacias dos Rios Meriti, Sarapuí, Iguassú, Estrela, Suruí, Magé, Guapí, Casserebú, Guaxindiba, Icarai, Piratininga e Itaipu, abrangendo área de 3.800 Km².

A Baixada de Sepetiba abrangendo as áreas de Jacarepaguá e Bacia do Rio Guandu com superfície de 1.500 Km².

As epidemias de cólera em 1854, de tifo em 1878 e a malária e impaludismo crônico, além das inundações cíclicas e periódicas tornavam toda região inaproveitáveis às

práticas agrícolas e insalubre ao homem ou qualquer vida animal.

Toda região era um desastre ecológico, e biologicamente desequilibrada e inaproveitável.

Desde o Império, os governos cogitaram de melhorar as condições de salubridade da Baixada, tendo com este objetivo nomeado várias comissões.

As iniciativas neste sentido datam pois desde o Império, e cronologicamente relaciono todos os atos praticados pelo Governo para sanear a Baixada.

1) – Comissão do Major Rangel de Vasconcellos, nomeado pelo Governo Imperial em 1883.

2) – Concessão ao Eng^o Civil João Teixeira Soares e ao Dr. Joaquim Pereira dos Santos para dragagem dos Rios e drenagem de terras adjacentes em todos os pontos da Baixada do Norte do Estado, contrato celebrado em 16 de abril de 1889 e encerrado em 22 de janeiro de 1897.

3) – Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio – Organizada pelo Governo Fluminense em 1894, tendo como Chefe o Eng^o João Teixeira Soares, substituído depois pelo Eng^o Marcelino Ramos da Silva. Em 1902 foi dissolvida a Comissão.

4) – Concessão do Governo Fluminense ao Dr. Francisco Ribeiro de Moura Escobar, assinada em 26 de maio de 1902 e caducada em 22 de janeiro de 1904.

5) – Comissão Federal de Saneamento da Baixada Organizada pelo Governo Federal, chefiada 1 (um) ano pelo Eng^o MARCELINO RAMOS DA SILVA e após pelo Eng^o FABIO HOSTILIO DE MORAES RÊGO. A Comissão perdurou de 26 de fevereiro de 1910 até 30 de junho de 1916.

6) – Comissão do Porto de São João da Barra e da Baixada Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, durou de 21 de setembro a 31 de dezembro de 1912, chefiada pelo Eng^o José Martins Romeu.

7) – Comissão de Estudos para o restabelecimento do Canal Macaé a Campos, criada em 3 de julho de 1918 e encerrada a 29 de abril de 1922.

8) – Comissão de Estudos e Obras de desobstrução do Rio Guandu e seus afluentes, chefiada pelo Eng^o Oscar da Cunha Corrêa perdurada de 22 de março de 1920 a 19 de dezembro de 1921.

9) – Comissão de Melhoramentos da Baía do Rio de Janeiro, chefiada pelo Eng^o J. B. Moraes Rêgo, perdurada de 22 de março de 1920 a 31 de dezembro de 1920.

10) – Fiscalização da Baixada Fluminense, criada em 31 de dezembro de 1921 e anexada em 29 de abril de 1922 às Comissões n^o. 7 e 8.

11) – Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense – Concessão Federal ao Eng^o Alencar Lima e ao Banco Português – perdurou de 11 de março de 1921 até 12 de fevereiro de 1931.

12) – Comissão de Estudos e Obras Contra as Inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz – durou de julho de 1925 até 31 de janeiro de 1928.

13) – Em 1929, nova tentativa do Estado com a “Comissão de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro”, organizada em junho de 1929 e extinta em 1930.

Como vemos de 1883 a 1930 (57 anos) todas as tentativas e iniciativas tomadas pelos Governos Federal e Estadual, no sentido de sanear a região, restabelecer o equilíbrio Ecológico e Biológico, tornar seus recursos naturais aproveitáveis, foram infrutíferas e baldadas. Os fatores adversos, a má compreensão do problema, a falta de continuidade administrativa e principalmente as reações antagônicas e as pressões exercidas – por

entidades ou técnicos que não estavam ligados aos problemas, e, sem o devido estudo, e até sem competência técnica, ousavam dar opiniões, pareceres e soluções, criando assim um quadro institucional insustentável, levando todas as iniciativas ao fracasso.

A 5 de julho de 1933 por Portaria do Sr. Ministro de Viação e Obras Públicas foi criada a “Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense”. Organizada sob a égide do Departamento de Portos e Navegação pelo Eng^o Alfredo Conrado Niemayer logo após substituído por Hildebrando de Araújo Góes.

Esta Comissão veio para ficar.

Amparada numa legislação específica que lhe dava total autonomia, apoiada numa equipe de técnicos de rara genialidade, de espírito pesquisador e criador, sustentada por um punhado de operários e homens do campo, de fé e de vontade inquebrantável e que a despeito dos fatores adversos, antagonismos e pressões, levaram avante seu trabalho. No ideal de sanear, vencer e corrigir as aberrações da natureza, a comissão criou alma. É o ainda conhecido “Espírito da Baixada Fluminense”, que ainda hoje perdura.

Os serviços e obras evoluíram em ritmo crescente, as águas foram domadas, os focos pestilentos de malária foram extintos, auxiliados pela ação do DNERu, que fazia profilaxia com detetização das casas e distribuição gratuita de haralem e quinino à população. As enchentes foram contidas por diques, as calhas dos Rios desobstruídas e retificadas por canais.

Aquele Caos Ecológico, aqueles pantanais insalubres, aquele desequilíbrio biológico foi recuperado, graças somente e tão somente às obras do DNOS, que buscou suas soluções inspirado nos ensinamentos de Oswaldo Cruz, o grande Médico e Biólogo Nacional.

A história registra, as grandes campanhas que visavam naquela época a pessoa daquele cientista.

Espíritos mesquinhos, desqualificados e despreparados técnica e cientificamente combatiam Oswaldo Cruz e suas idéias, de todas as formas, com todos os meios, apelando para a mais e maior variada argumentação emocional e leviana.

De nada valeu. O “Espírito da Baixada Fluminense”, cada vez mais se agigantava e sobreviveu a todas aquelas teorias, e pelos resultados obtidos demonstrou do acerto com que foi estudado, equacionado e conduzido todos os problemas.

Pela excelência dos seus serviços, esta Comissão foi transformada em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em 1936.

Já em 4 de julho de 1940, suprema glória, foi a Diretoria transformada em Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS com jurisdição em todo território nacional.

Não iremos pretender descrever o que se fez ou o que se faz em todo território nacional, pois é amplamente conhecido no campo dos técnicos especializados e versados em saneamento, quer no Brasil, quer no mundo inteiro, para o qual até exportamos tecnologia.

Em 13 de julho de 1962, pela Lei nº. 4.089, foi o DNOS transformado em Órgão Autárquico, com atribuições e competências legais ainda mais específicas, exclusivistas e normativas.

O Artigo 2º, do Capítulo II da referida Lei define e dispõe que:

Compete ao DNOS

a) Orientar, superintender, planejar, estudar, projetar, executar, fiscalizar e controlar os empreendimentos ou assuntos relativos à construção, conservação,

modificação, operação e exploração de obras de hidráulica e saneamento rural e urbano compreendendo fundamentalmente: drenagem, controle de inundações, poluição de cursos d'água, controle de erosão.

i) Examinar, opinar e aprovar, serviços e obras a cargo dos outros órgãos públicos, federais, estaduais, municipais, ou de particulares cuja execução interfira com as atividades da competência exclusiva do DNOS.

n) Zelar e fazer cumprir a Legislação Federal relacionada com a construção, operação e conservação dos serviços de saneamento rural e urbano, ao uso de águas públicas, ao controle de poluição dos cursos d'água, ao aproveitamento e valorização das terras recuperadas por estes serviços ou obras e promover a atualização e o aperfeiçoamento das Leis correlatas às suas atividades.

A Lei é extensa e não iremos transcrever os demais capítulos, artigos e parágrafos por ser desnecessário, a fim de bem definir as competências legais do DNOS, como Autarquia.

Após estas considerações de ordem histórica que introduzimos no presente relatório a fim de melhor circunstanciar a institucionalização do DNOS bem como sua competência legal e a autoridade que lhe é conferida pela Legislação em vigor e pela tradição e competência técnica auferida no decorrer dos anos em obras de saneamento e valorização rural objetivando o equilíbrio ecológico e biológico e antes de tudo ao aproveitamento e uso racional de recursos naturais.

Voltando as opiniões do Sr. Strang, dizíamos que o mesmo tem se mantido fiel a todas suas concepções, sem qualquer desvio ou evolução no que concerne a questão, qual seja – Recursos Naturais.

Assim foi que, quando do saneamento da Baixada de Sepetiba, mais precisamente da Baixada de Jacarepaguá, ofícios semelhantes, e oposição antagônica pertinaz desencadeou o referido profissional, utilizando as mesmas premissas, os mesmos métodos, a mesma linha de raciocínio e as mesmas acusações.

Naquela época (1965 a 1968), a preocupação máxima do Sr. Strang era a manutenção do mangue e do pantanal existente na Baixada de Jacarepaguá em defesa da criação de carangueijos.

Em seus ofícios, suas visitas à Residência de Campo Grande, sempre defendendo os recursos naturais, entendia que o melhor uso e aproveitamento daquela Baixada era para criar carangueijos.

Como vê-se, o Sr. Strang estava errado, aquela área é objeto dos maiores cuidados por parte do Estado e por parte da Prefeitura para expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro. O plano Lúcio Costa, definiu toda linha estrutural e diretora da área, sendo que o Estado atualmente é quem mais draga, e quem mais aterra toda a área, aliás, com muito acerto, pois a melhor forma de aproveitamento dos Recursos Naturais daquela área, longe está de ser a da criação de carangueijos, e sim a de expansão urbana e ordenada em equilíbrio conciliado com a ecologia e a natureza. Mesmo porque equilíbrio ecológico e defesa de recursos naturais da forma que entende o Sr. Strang implicaria no controle e estabilização populacional, implicaria até na redução de população, a fim de deixar intocadas as novas áreas de expansão, as novas fronteiras agrícolas e até mesmo reverter ao estado primitivo, inicial, as áreas já ocupadas como propõe para a área da Baixada dos Goytacazes.

Não quero enveredar em considerações sobre densidade demográfica, controle de população ou expansão da Fronteira Agrícola no Brasil.

Tudo isto é matéria de decisão do alto escalão do Governo, e consta especificamente do II PND, e da estratégia nacional de desenvolvimento.

Somente vale consignar, a tremenda reação antagônica universal provocada pela Transamazônica e pelos polos de desenvolvimento da Amazônia, que tem sofrido o País por parte de potências estrangeiras preocupadas com a emergência do Brasil no concerto das nações.

Só que a cantilena é outra, dizem-se defensores da Usina de Oxigênio que é a Amazônia, ou então nos acusam de genocídio da nação indígena.

As moscas mudam, mas a picada é a mesma.

Inicialmente pressionaram para lá criar o Estado de Israel, vinte anos depois, o lago internacional da Amazônia, mais recentemente a internacionalização da Amazônia a fim de defender o índio e preservar seus recursos naturais, atualmente ganha corpo a política de intervenção em defesa dos materiais vitais com a qual os Estados Unidos ameaçaram a OPEP, quando da crise do petróleo há 3 anos passados.

Nossa proposta consta do II PND, e mais recentemente na visita do Presidente Geisel na Inglaterra a respeito de uma pretensa comissão internacional de direitos humanos que viria ao Brasil. Integrar para não entregar, é a palavra de ordem, e lá vai a Transamazônica e logo virá a Perimetral Norte.

Quanto aos métodos utilizados pelo Sr. Strang também são os mesmos – Sempre se pronuncia quando do final dos serviços e das obras.

Assim foi em Jacarepaguá, agora é em Campos.

A forma é sempre a mesma, nunca apresenta soluções, limita-se a criticar as soluções em curso. Outrossim as críticas vem sempre em forma de observações ou vistorias, sem qualquer amparo de dados ou elementos científicos, sem apresentação de uma variante de concepção que pudesse vir a ser comparada com a concepção do DNOS.

Quanto a concepção e equacionamento das obras de saneamento que o DNOS executa em Campos, farei a seguir um relato sucinto, a fim de que fique a Secretaria de Agricultura, bem inteirada do que propõe e pretende o DNOS realizar na Baixada dos Goytacazes, obras estas constantes especificamente do II PND, do Plano Especial de Desenvolvimento do Norte Fluminense e do I Plan-Rio.

Esclarecemos que todos os elementos de projeto, bem como os projetos finais de Engenharia estão a disposição para ampla consulta, e para debate, pois o DNOS não é impermeável a sugestões ou soluções variantes que possam nos apresentar, no sentido de obter o máximo rendimento das obras que lá executamos.

O Rio Paraíba até São Fidélis apresenta boa declividade e conseqüentemente boa descarga.

Em seu desenvolvimento pela Baixada Campista, apresenta pouca declividade, baixando sua capacidade de vazão, razão por qual periodicamente extravasava de sua caixa inundando toda baixada.

As áreas tanto a margem direita quanto a margem esquerda do Rio Paraíba naquela região, se constituem de uma planície litorânea, em cota baixa, e sem drenos naturais (Rios).

Nestas condições estas planícies ao serem inundadas, se transformavam num vasto mangue, cujo esgotamento se dava somente por evaporação.

Sendo as enchentes periódicas (anuais), estas áreas permaneciam submersas, em águas paradas, constituindo um foco de criação de mosquitos e conseqüentemente de malária. Igualmente as áreas não eram aproveitáveis quer para agricultura, pecuária ou

reflorestamento.

As cheias máximas observadas entre 1925 a 1966, apresentavam uma descarga máxima de 4.230 m³ por segundo e uma cota máxima em Campos de 10,64 metros.

Os trabalhos iniciais do DNOS se constituíram pois na implantação de uma rede de drenagem a margem direita do Paraíba, conduzindo todas águas para a Lagoa Feia.

A drenagem natural da Lagoa Feia para o oceano era feita através da Barra do Rio Furado, esta mesma barra foi aproveitada para implantação do Canal da Flecha.

Nestas condições todas águas paradas da planície foram conduzidas para a Lagoa Feia e a mesma era drenada pelo Canal da Flecha.

A Lagoa não é regularizada, razão por qual apresenta nível mínimo na época das estiagens na cota 1,70 metros (em 1951) e nível máximo nas inundações em cota 3,67 em 1961.

Igualmente procedeu o DNOS a construção de diques marginais no Rio Paraíba, evitando assim seu transbordamento que inundava a Cidade bem como toda planície.

Esta situação se manteve até 1966, quando ocorreu a máxima cheia verificada na região, as águas transpuseram os diques, inundaram a Cidade, e destruíram toda lavoura canavieira, paralisando usinas, destruindo pontes e rodovias.

Um convênio foi firmado na época entre o Ministério do Interior, através do DNOS, e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do IAA, se propondo ao estudo, planejamento e execução de novas obras tendo em vista a ocorrência desta máxima cheia de 1966.

Após todo estudo do problema, tais como topografia, nivelamentos, hidrometria, hidrologia, hidrometria etc. procedeu o DNOS a implantação do atual plano para a Baixada dos Goytacazes, tendo como objetivo principal a regularização e sistematização dos cursos d'água e das lagoas, visualizando a proteção total da economia agroindustrial bem como o seu rendimento máximo.

Nestas condições nosso projeto prevê:

1) – Alteamento e consolidação dos diques marginais ao Rio Paraíba, prevenindo a laminação

de uma cheia de 7.000 m³ por segundo.

Estas obras se iniciaram em 1970, estando em fase final de construção, sendo que o dique da margem esquerda tem também a finalidade de servir de rodovia.

2) – Implantação de ampla rede de drenagem, em toda baixada visando conduzir pela margem direita, todas as águas à Lagoa Feia e pela margem esquerda à Lagoa do Campelo.

Foram implantados 1.600 Kilômetros de canais, saneando toda área, sem exceção, grandes, médias e pequenas propriedades.

3) – Construção de 8 (oito) tomadas d'água pela margem direita do Rio Paraíba, visando a irrigação e ao abastecimento da Lagoa Feia na época das estiagens a fim de manter seu nível alto. Idêntico procedimento para a Lagoa de Cima e Lagoa do Campelo.

Como vê-se não queremos secar as lagoas, pretendemos suprir seu déficit d'água na época da seca evitando seu ensecamento. Quatro obras já prontas e quatro em execução.

4) – Construção de uma barragem no Canal da Flecha, visando manter o nível d'água da Lagoa Feia na cota + 3,00 m.

Esta barragem vai possibilitar regularizar a descarga bem como a acumulação da lagoa.

O nível da lagoa era inconstante, baixava a 1,70 metros e subia a 3,67 metros. Agora ficará permanente na cota +3,00 metros.

Esta cota foi determinada em função da possibilidade de irrigação da baixada, através dos canais de drenagem por refluxo das águas acumuladas na Lagoa Feia.

5) – Construção de dique marginal em toda Lagoa Feia possibilitando assim o aproveitamento das terras marginais com agricultura irrigada à gravidade.

6) – Construção de aproximadamente 40 (quarenta) pontes, melhorando as condições viárias de toda a área.

7) – Construção de barragem na Lagoa de Cima, visando o mesmo efeito que o descrito para a Lagoa Feia.

No mapa anexo, poderá o Sr. Strang verificar que suas observações foram incompletas, e por desconhecer os projetos, foi levado a conclusões erradas.

O DNOS não procura beneficiar minorias e sim toda coletividade.

O DNOS não executa obra de destruição, pelo contrário o DNOS constrói, em benefício da ecologia, do equilíbrio hídrico, do aumento de produção.

Os fatos comprovam – 4.800.000 sacas de açúcar em 1970 e 10.000.000 em 1975.

O DNOS não quer dessecar nada, ao contrário, iniciamos a irrigação da área, bem como a preservação das Lagoas de Cima, Feia e Campelo.

Finalizando aconselhamos ao Sr. Strang de bem se informar dos projetos para a área de Campos, junto ao DNOS ou junto ao IAA, a fim de evitar futuros enganos por parte do mesmo no que concerne as nossas obras.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1976

ACIR CAMPOS

Diretor da 6a. DRS

Anexo 2 - Parecer conjunto das Assessorias da Presidência da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) contendo uma análise técnica das obras que o DNOS realizava no Norte Fluminense, a partir de uma perspectiva ecológica, em parte perdida pelo Instituto Estadual de Engenharia do Ambiente, que sucedeu a FEEMA, a Superintendência Estadual de Rio e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE

PARECER CONJUNTO DAS ASSESSORIAS DA PRES/FEEMA SOBRE AS OBRAS DE MACRO DRENAGEM NO NORTE FLUMINENSE

1. É fato sabido a extrema importância e o benefício que as obras de macro-drenagem têm trazido ao Estado do Rio de Janeiro, não só um dos termos de saneamento, como também na recuperação de terras agricultáveis, com expressivos e imediatos reflexos na economia do Estado.

2. É inegável a vultosa colaboração que nesse sentido vem o DNOS prestando à economia do Norte Fluminense, alvo atual de planejamento e execução de obras como as que anteriormente beneficiaram outras áreas do Estado.

3. No caso específico, o problema se reveste de singular importância pela

necessidade econômica e social de recuperação da região, nomeadamente por intermédio do aumento da produção de açúcar e álcool, produtos sabidamente importantes para o Plano Energético Nacional e o balanço de pagamentos.

4. É de se notar, porém, que a par dos inegáveis benefícios a serem alcançados, surgem, paralelamente, problemas para os quais é mister atentar, entre os quais, cumpre-nos destacar:

4.1 O rebaixamento do lençol freático, consequente das obras de drenagem, é efetivado justapondo-se dois critérios conflitantes:

4.1.1 Um critério puramente hidráulico, onde a declividade e o porte dos canais são determinados tendo em vista apenas um escoamento ótimo de um fluxo dentro de uma faixa de custo estipulada;

4.1.2 Um critério visando o aproveitamento ótimo do solo, que implica na determinação de nível d'água do lençol freático tal que permita mínimos custos de irrigação para a região, para um plano de aproveitamento determinado, tendo em vista o tipo e profundidade das raízes da vegetação que se visa manter na área.

4.2 Os solos alagadiços, usualmente redutores por anaerobiose, quando ricos em sulfetos, – caso comum no tipo de solo da região, passam a ser aerados e, portanto, oxidantes, após o rebaixamento do lençol provocado pela drenagem. Tal fato implica na transformação dos sulfetos presentes em sulfatos, com o consequente aumento de acidez dos solos. Convém lembrar que a correção da acidez dos solos, que será imprescindível nestes casos, como consequência, é tarefa relativamente complexa diante das técnicas e práticas locais usuais significando um ônus financeiro acima do usualmente esperado e implicando em risco, em certos casos, de tornar inviáveis determinadas culturas na região.

4.3 Os solos da região compostos de argila compacta são recobertos por uma camada de matéria orgânica de apenas alguns centímetros de espessura e mantêm-se agregados basicamente por força da umidade típica dos alagadiços. A simples drenagem e secagem do solo ocasionará a oxidação da camada de matéria orgânica com seu consequente esgotamento. A argila, incapaz de reter, por si só, nutrientes, tornar-se-á progressivamente solo infértil. No limite, nem mesmo adubos artificiais, que deverão ser adicionados, a alto custo, para compensar estas perdas, serão retidos pelo solo, o que dará origem a culturas cada vez mais improdutivas e a provável desertificação da área. Outra consequência da perda da camada orgânica do solo é o arraste sucessivo dos adubos adicionados (erosão) para os cursos d'água, inclusive os próprios canais de drenagem – resultando, desta forma, seu assoreamento e eutroficação. Como consequências imediatas do assoreamento e da eutroficação se impõem operações permanentes de drenagem para limpar os leitos dos canais e de retirada da vegetação resultante da eutroficação; para garantir o escoamento do fluxo de água projetado, sob pena de, em não o fazendo, inutilizar toda a obra. É importante acrescentar que para permitir as operações das dragas será necessária a adição de herbicidas, tal como vem sendo feito regularmente pelo DNOS em outras áreas sujeitas aos mesmos problemas. Esta prática traz consequências danosas e imprevisíveis para a flora, a fauna e certamente a saúde do homem que habita a região.

Os elevados custos associados à manutenção dos canais, tal como acima exposto, devem ser motivo de profunda reflexão, se constituindo em possíveis fatores de inviabilização econômica da produção, de cujos custos são parte integrante e inseparável. As terras alagadiças da região constituem-se num habitat típico de uma série de espécies animais, como por exemplo, marrecos, capivaras, pacas, diversas espécies de peixes, jacarés, que, em parte, se constituem espécies ameaçadas de extinção, e, em parte, da única fonte de

proteína acessível às populações desfavorecidas da região. Da súbita alteração ambiental provocada pelas obras de drenagem resultará a extinção destes animais, com problemas ecológicos e sociais consequentes.

5. Alguns destes problemas podem ser atenuados com providências complementares, mais ou menos onerosas e mais ou menos eficientes: É mister antes de empreendê-las analisar dos custos e benefícios a alcançar face ao fato consumado das obras já realizadas na região. Como tal podemos citar, resumidamente:

5.1 Irrigação controlada das áreas cujo lençol foi rebaixado, o que está previsto de ser feito, embora, talvez, não reconstituindo as condições originais;

5.2 Planejamento da rede de drenagem e do uso do solo de tal modo a permitir a manutenção de áreas de preservação ecológica sabidamente importantes;

5.3 Correção dos “grades” dos canais para levar em conta os tipos de aproveitamento agropecuário a implantar nas diferentes áreas;

5.4 Correção da acidez do solo, aumentada artificialmente pela drenagem;

5.5 Adubação artificial complementar adequada.

6. Face ao exposto, julgamos ter ficado evidenciado a complexidade e interrelacionamento de múltiplos aspectos que devem ser considerados quando da realização de planos grandiosos como este, o que se justifica, ainda mais, face aos vultosos investimentos associados.

7. Ao se iniciarem planos semelhantes para outras áreas, somos de parecer, que diante da experiência havida em nosso Estado, seja nosso dever propor, por convenientes e absolutamente necessários, sejam os referidos investimentos precedidos de estudos globais integrados que considerem de forma coerente todos os aspectos multidisciplinares intervenientes.

Rio de Janeiro, 06 de março de 1978.

Engº Henrique S. B. de Mello

Chefe de Gabinete

Anexo 3 – Nota publicada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento esclarecendo que referência de nível o órgão adotava em suas obras, de modo a dirimir dúvidas levantadas por pescadores e ecologistas.

Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DIREÇÃO GERAL

Nota Oficial de Esclarecimentos

Em face das dúvidas surgidas com respeito à definição da Referência de Nível (RN), adotada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS, em obras no Município de Campos, a Diretoria Geral deste órgão vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – Os estudos e a concepção do projeto, visando disciplinar o regime dos cursos de água da Baixada dos Goytacazes, datam do início do século, realizados pelo saudoso Engenheiro SATURNINO DE BRITO, que adotou como Referência de Nível o zero hidrográfico da Inspetoria de Portos e Costas – IPC, estabelecido em Atafona.

2 – As obras do DNOS na região tiveram início na década de trinta, tendo sido adotada a mesma Referência de Nível utilizada por SATURNINO DE BRITO.

3 – O DNOS não adotou a Referência de Nível do IBGE, também denominada geodésica, e que se apresenta 1,75m acima do zero hidrográfico do IPC, devido a ter sido estabelecido após a elaboração dos projetos e início das obras na Baixada Campista.

²Negrito no original.

Desse modo, fica oficial e definitivamente esclarecido que **todas as cotas** dos projetos e obras do DNOS, na região de Campos, estão baseadas na **Referência de Nível utilizada por SATURNINO DE BRITO**², inclusive as cotas de nível d'água da Lagoa Feia.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1978

(a.) Jeferson de Almeida

Diretor Geral

Monitor Campista. Campos (RJ), 12 de novembro de 1978.

Anexo 4 – Documento expondo a posição de pescadores e ecologistas sobre as obras que o DNOS realizava no Norte Fluminense.

DOCUMENTO DE PONTA GROSSA DOS FIDALGOS

No decorrer do ano de 1978, por mais de uma vez, o problema das lagoas do norte fluminense mereceu lugar de destaque na imprensa periódica do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nela, a questão ecológica vinculou-se diretamente à questão social. Tanto na Lagoa Feia como na Lagoa do Campelo, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) realizava obras que, para as populações ribeirinhas, colocavam em perigo a sua atividade pesqueira e, para os conservacionistas, representavam uma ameaça ao equilíbrio ambiental. Acrescente-se que, ao lado disso, ocorria e continua ocorrendo a invasão ilícita da Lagoa Feia por fazendeiros locais, sequeiros de aumentarem suas terras.

Diante das proporções alcançadas pelos acontecimentos, com a revolta dos pescadores da Lagoa Feia e de Barra do Furado, o Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis, decidiu vira Campos, acompanhado por numerosa comitiva formada por diversos técnicos. Naquela oportunidade, o CENTRO NORTE-FLUMINENSE PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA encaminhou ao Sr. Ministro um documento arrolando os principais problemas ambientais da região e contendo as suas principais reivindicações. De público, numa reunião com representantes da comunidade, o Sr. Ministro assegurou que todas as reivindicações seriam atendidas. De fato, alguns problemas levantados no documento foram solucionados, tais como a referência de nível usada pelo DNOS em suas obras do norte fluminense, a abertura para o mar do canal do Quitungute e a determinação para que os efluentes de usinas e destilarias deixassem de ser lançados nos corpos d'água da região a partir de 31 de maio deste ano.

Efetivamente, porém, talvez o mais grave deles espera ainda uma solução: o da demarcação das lagoas do norte fluminense. Em notícia publicada em **O Globo** de 23 de janeiro de 1979, ficou-se sabendo que o ex-Ministro do Interior e o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro assinaram um convênio prevendo a proteção de rios e lagoas da região norte fluminense. O **Jornal do Brasil** de 2 de fevereiro de 1979 e **O Globo** da mesma data informaram que o ex-Governador assinara decretos demarcando as principais lagoas do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, contudo, só foram demarcadas oficialmente as orlas das seguintes lagoas: lagoa de Marapendi (Decreto nº. 2.343, de 24 de janeiro de 1979), lagoa da Tijuca (Decreto nº. 2.363, de 1 de fevereiro de 1979), Lagoinha

(Decreto nº. 2 364, de 1 de fevereiro de 1979), lagoa de Jacarepaguá (Decreto nº. 2.365, de 1 de fevereiro de 1979), lagoa de Jaconé (Decreto nº. 2416, de 16 de fevereiro de 1979), lagoa de Saquarema (Decreto nº. 2.417, de 16 de fevereiro de 1979) e sistema lagunar de Maricá (Decreto nº. 2.418, de 16 de fevereiro de 1979). As lagoas do norte fluminense continuaram desprotegidas. Decorridos dez meses, desde que o então Ministro do Interior, Sr. Maurício Rangel Reis, esteve em Campos, várias autoridades governamentais reiteraram a promessa de demarcar a lagoa Feia. Todavia, o seu estado hoje é pior do que em novembro do ano passado. As obras do DNOS prosseguem, favorecendo a formação de ilhas que dificultam a navegação e a pesca, assim como comprometem o equilíbrio ecológico daquele ecossistema. Por outro lado, o avanço dos fazendeiros ribeirinhos sobre seu leito prossegue, mais que nunca, de maneira desenfreada.

Em vista dessas razões, os pescadores da lagoa Feia e o CENTRO NORTE-FLUMINENSE PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, reunidos na sede da colônia de pesca de Ponta Grossa dos Fidalgos, em 25 de agosto de 1979, manifestaram o firme propósito de verem atendidas as reivindicações que se seguem, recorrendo às vias necessárias para isto, sejam elas administrativas ou judiciais:

1 – Demarcação da orla da lagoa Feia em seu perímetro máximo e de sua faixa marginal de proteção (FMP) por meio de um decreto e efetivamente. Com este fim, existe um convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro deste ano, por ocasião do 10º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que prevê a demarcação dos perímetros das lagoas da região do norte do Estado do Rio de Janeiro. Existe também o Decreto estadual nº. 2.330, de 8 de janeiro de 1979, que institui o Sistema de Proteção aos Lagos e Cursos d'água (SIPROL) e estabelece que cabe ao Governador do Estado aprovar os Projetos de Alinhamento da Orla de Lago (PAL).

2 – Instalação das comportas metálicas do canal da Flecha em caráter de urgência.

3 – Estabilização do nível da lagoa na cota +3, no mínimo, de acordo com a Referência de Nível (RN) usada por Saturnino de Brito, conforme estabelecido no artigo **Norte Fluminense – Uma Opção Ecológica**, publicado em **Saneamento**, nº. 3 e 4, jul-dez de 1977, e conforme nota oficial de esclarecimentos do DNOS, de 8 de novembro de 1978. É imprescindível, também, a fixação de réguas indicadoras de cota junto às comunidades pesqueiras da lagoa Feia.

4 – Cadastramento de todas as terras marginais à lagoa, visando conhecer a legalidade da propriedade ou da posse.

5 – Inclusão dos aspectos ecológicos nos projetos do DNOS, utilizando-se o projeto de impacto do meio ambiente (PIMA).

6 – Remoção e dispersão do material sólido retirado dos canais submersos abertos na lagoa, a uma distância de pelo menos 200 metros, a fim de que ele não contribua para o avanço dos fazendeiros e não dificulte a navegação.

7 – Inclusão da atividade pesqueira nos projetos do DNOS.

8 – Fiscalização efetiva e permanente da lagoa Feia a fim de evitar novas invasões de fazendeiros. Conforme prescreve a Deliberação CECA – 48, de 8 de março de 1979, cabe à SERLA exercer esta função fiscalizadora, uma vez demarcada a lagoa.

9 – Providências para que cesse total e definitivamente o lançamento de vinhoto nos corpos d'água da região.

A Notícia. Campos (RJ), 28 de agosto de 1979.

Anexo 5 – Parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada na Câmara Municipal de Campos para apurar irregularidades nas obras efetuadas pelo DNOS no Norte Fluminense e na construção de diques por proprietários das margens da Lagoa Feia.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS

Parecer

1º – Por proposição do Vereador ALDEMIR GONÇALVES DE AZEVEDO, aprovada em todas as tramitações legais, foi constituída uma Comissão Especial, composta de 5 membros deste Legislativo, “para estudar a invasão de terras nas margens da Lagoa Feia”, como se infere da Resolução de nº. 3.644, de 24/10/79.

Cumpridas as formalidades de praxe, foram tomadas as providências preliminares, visando à formação de um processo especial. Convites foram encaminhados às pessoas indicadas e referidas, no curso do feito.

Desta forma, além das visitas pessoais que fizemos à localidade, foram coligidas provas testemunhais, que esta Comissão entende por bem sintetizar, para ao depois, emitir parecer.

2º - DA PROVA

NACY CAETANO DA SILVA, com 42 anos de idade, atualmente vigilante da Usina São José, residente em Ponta Grossa dos Fidalgos:

Que existem máquinas particulares trabalhando nas margens das terras de fazendeiros locais, cujos serviços ampliam as terras em sua extensão; que a Lagoa que o depoente conheceu, em decorrência dos trabalhos lá executados pelo DNOS, jamais voltará ao estado primitivo, isto é, não alcançará a cota 3,20; que os proprietários da região já apanharam mais da metade de terras da Lagoa do Jacaré e também muita terra da Lagoa Feia e que essa extensão de terras apanhadas é tão grande que o depoente não pode nem calcular; que o DNOS, com as suas obras, é que vem facilitando esse tipo de coisa; que os serviços do DNOS destruíram os locais de desova dos peixes, ou seja, os pântanos.

JOÃO PIO, pescador, com 34 anos, residente em Ponta Grossa dos Fidalgos:

“Que o depoente está atualmente muito preocupado com relação à manutenção de sua família, mulher e 4 filhos, porque de 2 anos para cá, aproximadamente, o peixe está desaparecendo, em consequência dos trabalhos executados pelo DNOS na referida Lagoa Feia; que existem dragas de particulares trabalhando na Lagoa Feia; que, se a draga do DNOS tirar o “durinho da valeta, acaba com a Lagoa Feia; que onde a draga deixa terras os pescadores aproveitam para plantar lavoura branca”.

WILSON BARBOSA, casado, Militar – Reserva remunerada da Marinha de Guerra, residente na Euzébio de Queiroz número 494, em Macaé, RJ.

“Que confrontando o atual contorno da Lagoa Feia com planta elaborada em Fevereiro de 1969, da Engenharia Gallioli Ltda., no atendimento ao processo 379 do DNOS, pode concluir que o Litoral da Lagoa Feia, da foz do rio Ururá, margens da região de Ponta Grossa dos Fidalgos e contorno, incluindo ilha dos Fernandes, ilha de Lucas e mais terras adjacentes, – percebe-se que grandes aterros realmente diminuíram o leito da Lagoa Feia. A própria exposição de motivos, que apresenta o programa especial do Norte Fluminense, sob a responsabilidade do DNOS (Prospecto IBGE 7433), confirma uma recuperação de área para utilização rural da ordem de 230 mil hectares, que inclui também

leito de várias lagoas, que pertenciam ao sistema lagunar da Lagoa Feia. Fenômeno este que muito preocupa a Colônia, tendo em vista ser área com tradição pesqueira, contribuindo, não só para favorecer as condições de subsistência da população local, como também fornecimento de peixe “in natura” para a população urbana de Campos e, até, do Rio de Janeiro. Com a abertura do Canal da Flexa, houve um grande esvaziamento da Lagoa Feia, contribuindo para a secagem de pequenas Lagoas, como a do Jacaré, hoje reduzida a quase nada. Esse esvaziamento foi tão violento que obrigou o próprio DNOS a construir umas comportas para fechar o Canal (conforme disposição do DNOS)”.

DERMEVAL QUEIROZ FERNANDES, pecuarista e agricultor, residente nesta cidade:

“O volume da Lagoa Feia está diminuindo pela própria ação da Natureza. Há cerca de 40 anos, a Lagoa Feia ocupava uma área com cerca de 300 quilômetros quadrados. Entretanto, este é um fenômeno que se registra em todos os Lagos e Lagoas costeiras do Brasil. Estão desaparecendo em consequência dos assoreamentos (carreamento de detritos sólidos e areias dos rios para dentro das Lagoas); que estas ilhas, confrontando-se com a Lagoa Feia e, em virtude de um processo natural de assoreamento, vão recebendo acréscimos de terras e seus ocupantes vão acompanhando o recuo das águas”.

ARISTIDES ARTHUR SOFFIATI NETTO, casado, professor, residente na Rua Miranda Pinto, 122, nesta cidade:

“Na verdade, as obras do DNOS beneficiam, em sua maior parte, aos grandes proprietários de terras. Vários pareceres de técnicos condenam as obras do DNOS na Lagoa Feia. Dentre eles os principais são os Drs. HENRIQUE SALGADO BANDEIRA DE MELO, HAROLD EDGARD STRANG e o da FEEMA, elaborado em Outubro de 1979. Pelo Decreto Estadual 2.330/79 e pelo convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, compete a ele a demarcação das orlas das Lagoas situadas no Território do Estado, por meio de decreto. – Sem esta demarcação não é possível estabelecer juridicamente o que é lagoa e o que é terra, dificultando enormemente o trabalho de fiscalização”.

3º – CONCLUSÃO

Do exposto, verifica-se face à prova aqui coligida, que a Lagoa Feia, de há muito, vem tendo seu leito diminuído, através de grandes aterros feitos pelo DNOS em seu leito e cujas áreas aterradas passam a ser ocupadas, de imediato, pelos proprietários – posseiros atingidos...

Assim as terras que se confinam com a Lagoa “vão recebendo acréscimos e os seus ocupantes vão acompanhando o recuo das águas.”

E isto afirmamos, porque resulta não só de observação pessoal da Comissão, como se infere de declaração escrita, assinada por um dos proprietários encaminhada a esta Comissão.

Até mesmo um pescador declarou “que onde a draga deixa terras os pescadores aproveitam para plantar lavoura branca”.

Ora, além desses procedimentos devastadores, cometidos contra a Lagoa pelo DNOS e posseiros vizinhos em área de bem público e de absoluta tradição pesqueira – outro existe, que é o assoreamento natural, conseqüente de evidente redução da correnteza da Lagoa.

Tudo isto concorre para a destruição das suas margens, outrora alagadiças e pantanosas, mas essenciais e indispensáveis à desova dos peixes, que ali habitam. O que se

tem dito como recuperação de área rural deve ser entendido como destruição de área de desova. É o que vem ali ocorrendo.

Esta Comissão está certa e consciente de que se deve pôr cobro a tudo isto. Não podemos, no entanto, afirmar que as medidas a serem por nós tomadas consultam – somente elas – aos reclamos do problema mas alguma coisa precisa ser feita. Por isto e tendo-se em vista a inexistência dos limites da Lagoa, entendemos, salvo melhor juízo, que feita a sua imediata demarcação, na forma prevista em lei, tudo o mais será solucionado.

Quanto a outro fato: – O Sr. Dermeval Queiroz Fernandes, em sua carta-depoimento, nos comunica haver sido coagido por um Vereador, objetivando fins ilícitos. Deixamos, no momento, de apreciá-la. Primeiro, por ter sido esta Comissão constituída para fins específicos, como ficou dito na parte preambular deste Parecer. Depois, porque as autoridades constituídas já tomaram conhecimento do fato.

Assim determinamos:

a) – expedição de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando cópias deste Parecer e solicitando do mesmo as providências que o caso requer;

b) – expedição de ofício ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, também encaminhando ao mesmo cópia deste Parecer e solicitando do mesmo, com absoluta urgência, a demarcação da sobredita Lagoa, na forma exigida por lei;

c) – expedição de ofício ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Campos, enviando-lhe cópia desta, eis que S. Exa. sempre dedicou a maior da sua atenção ao problema. Além do mais, por congregar força executiva, muito poderá fazer em prol desta causa comum.

CAMPOS, 17 DE JANEIRO DE 1980

A COMISSÃO

EDMUNDO VAZ DE ARAUJO

CARLOS CARDOSO TINOCO

LUIZ CARLOS CABRAL MORGAGE

JOSÉ FERREIRA SANT' ANNA

Anexo 6 - Parecer, em separado, do Vereador Hélio de Freitas Coelho, por entender que o Parecer conjunto e oficial da Câmara Municipal de Campos não contemplava devidamente a questão das invasões do leito da Lagoa Feia por proprietários das suas margens.

CÂMARA MUNICIPAL D E CAMPOS

COMISSÃO ESPECIAL (Invasão de Terras nas Margens da Lagoa Feia)

PARECER EM SEPARADO

Senhor Presidente,

Na qualidade de membro desta Comissão Especial, dirijo-me a V.Exa. e aos demais companheiros de trabalho que redigiram e assinaram o parecer de fls., para dizer que em linhas gerais o subscrevo também, acrescentando, todavia, as seguintes considerações por

necessárias a uma mais abrangente apreciação da matéria:

1º – No que diz respeito à participação do DNOS no processo de redução da Lagoa Feia, o parecer da Comissão foi taxativo e contundente, não havendo a menor dúvida quanto a esse aspecto da questão.

Cabe, agora, ressaltar que tal procedimento, ou seja, a redução da Lagoa, não é exclusividade daquele Órgão, uma vez que ficou evidenciada nos autos a atitude dolosa de apropriação de terras pelos fazendeiros por conta própria.

A esse respeito é muito esclarecedor o depoimento do Professor Aristides Arthur Soffiati Netto, Presidente do CENTRO NORTE FLUMINENSE PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, reconhecidamente grande autoridade no assunto. Diz ele:

“O segundo grande problema que afetou a Lagoa Feia é o das invasões de terras por parte de fazendeiros de suas margens. Comparando os mapas de Alberto Lamego, de 1939, com mapas recentes do IBGE, tornou-se inegável a redução descomunal do espelho d’água da Lagoa Feia, produzida pela ação do homem e não pela ação da Natureza. Essas invasões são extremamente prejudiciais à Lagoa...”

Mais adiante, diz o ilustre professor:

“Do ponto de vista legal estas invasões são criminosas, pois infringem os seguintes diplomas legais: Constituição Federal, Constituição Estadual, Código Civil, Código Penal, Código de Águas, Lei nº. 5.197, Lei nº. 4.477, digo 4.771, Decreto-Lei nº. 221, Decreto-Lei Estadual nº. 134/75 e Decreto Estadual nº. 2.330/79, pelo menos”.

Esclarece ainda:

“...a existência de diques feitos por particulares é testemunhada por relatórios e pareceres de especialistas, inclusive alguns de caráter oficial como o da FEEMA”.

Acrescente-se ao que ele acabou de afirmar, a existência de “pareceres de viagens”, elaborados por técnicos registrando tais irregularidades.

Agora, deixemos falar dois homens que, na prática do dia a dia, também registraram suas impressões: Nacy Caetano da Silva e João Pio, ambos com profundo conhecimento da Lagoa através das atividades de pesca.

NACY CAETANO DA SILVA:

“que existem máquinas particulares trabalhando nas margens das terras de fazendeiros locais, cujos serviços ampliam as terras em sua extensão”;

“que os proprietários da região já apanharam mais da metade de terras da Lagoa do Jacaré e também tomaram muita terra da Lagoa Feia e que essa extensão de terras apanhadas é tão grande que o depoente não pode nem calcular”.

JOÃO PIO:

“que os fazendeiros vizinhos da Lagoa estão fazendo diques até mesmo a sua própria custa para acabar tomando conta da Lagoa”;

“que existem dragas de particulares trabalhando na Lagoa Feia”.

2º – Do exposto no item 1º, fica bem evidenciado que, na verdade, vem se operando na Lagoa Feia um escandaloso processo de invasão, apossamento ilícito de terras, ou se quisermos ser mais precisos, grilagem mesmo.

Acontece que, diante dessas afirmações, tentam os fazendeiros apresentar sua defesa alegando que as terras por eles ocupadas na Lagoa resultaram de um processo natural de recuo definitivo das águas ou de assoreamento. Dizem ainda que os diques construídos por eles têm por finalidade resguardar suas propriedades das “enchentes”.

Ora, se alegam que o recuo das águas é definitivo, como explicar o retorno delas por ocasião de “enchentes”?

Na verdade, o que eles estão omitindo é que tais “enchentes” nada mais são que um esforço da Lagoa no sentido de retornar ao seu leito natural na estação das cheias. Logo, o recuo anterior não é definitivo, mas sim temporário ou cíclico, o que, aliás, representa um dos princípios mais elementares para os que se dedicam ao estudo dessa matéria.

Para arrematar: se os fazendeiros tivessem ocupado terras resultantes de recuo definitivo natural da Lagoa, jamais se utilizariam de diques de construção caríssima – teriam eles se utilizado de cercas de arame como é comum na região. Porém, cerca de arame não impede o retorno natural das águas...

Isso demonstra que esses diques são construídos dentro do leito maior da Lagoa, que se vê, assim, cada vez mais reduzido por essa ocupação gradativa, constante e criminosa.

3º – Por último, entendo que os resultados do trabalho desta Comissão devem ter seguinte desdobramento:

a) – Ao encaminhar cópias desses resultados às autoridades referidas no parecer assinado pela maioria, deverá ser colocado à disposição da mesma, mediante requisição, todo o processamento contido nos autos, em cópias xerográficas;

b) – Remessa de cópias dos resultados do trabalho da Comissão ao Exmo. Sr. Dr. Promotor de Justiça da Comarca de Campos;

c) – Idêntico procedimento para o Ministério do Interior e para a SUDEPE, assim como também para o Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza.

Com essas providências, entendo que nos limites de sua competência legal, a Câmara Municipal de Campos, através desta Comissão, cumpriu com o seu dever.

Peço vênias para, em caráter bem pessoal, deixar registrado meu ponto de vista favorável ao retorno do espelho d’água da Lagoa Feia, em seu perímetro máximo, ao seu “status quo ante” da forma mais aproximada possível, o que implicaria, inclusive, na devolução das terras ocupadas artificialmente por Fazendeiros e na demarcação da orla da Lagoa e de sua faixa marginal de proteção.

Este é o meu parecer.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS, EM 18 DE JANEIRO DE 1980.

– Vereador – HÉLIO DE FREITAS COELHO –

Anexo 7 – Posição do Centro Norte Fluminense em relação aos agressores da Lagoa Feia, logo após a conclusão dos trabalhos da Comissão da Câmara Municipal de Campos, criada para investigar irregularidades nas obras do DNOS e na invasão do leito da Lagoa Feia por proprietários marginais.

Nota do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza sobre os verdadeiros inimigos da Lagoa Feia

Em virtude dos últimos acontecimentos em torno do caso conhecido como “Escândalo da Lagoa Feia”, o Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza

considerou conveniente, em reunião de diretoria do dia 25 de janeiro último, divulgar uma nota, a fim de deixar bem claro para a comunidade o seu posicionamento face à questão.

Há um ano e meio, o CNFCN vem se batendo em favor da Lagoa Feia por reconhecer o importante papel que ela representa para o equilíbrio ambiental da região e para a economia pesqueira. Nós, ambientalistas filiados ao CNFCN, em nenhum momento de nossa luta, visamos interesses pecuniários ou politiqueros. Sempre colocamos, acima de tudo, as preocupações de ordem ecológica e social. Desde o início de nossa campanha, soubemos identificar os verdadeiros inimigos da Lagoa Feia, quais sejam, as obras de macro-drenagem do DNOS e a invasão do seu leito por fazendeiros ribeirinhos. E, a despeito de todas as explicações pseudo-científicas do DNOS ou pseudo-jurídicas de grileiros, nunca deixamos de denunciar seus agressores.

No decorrer de um ano e meio, conseguimos reunir uma documentação considerável sobre a questão, que consolida cada vez mais a nossa posição a respeito do assunto. Não há mais como negar ou camuflar a verdade. Geólogos, químicos, ecologistas, limnólogos e biólogos são unânimes em afirmar que as obras de macro-drenagem do DNOS e a apropriação ilícita de terras por fazendeiros provocam o desequilíbrio ambiental da Lagoa Feia, com graves conseqüências para a flora e a fauna da região, o que acarreta prejuízos à economia pesqueira e intensifica o problema social. Os pareceres emitidos pela Comissão Especial da Câmara Municipal de Campos confirmam denúncias que vimos formulando todo esse tempo.

Agora que um inquérito foi instaurado para apurar irregularidades, envolvendo a questão da Lagoa Feia, esperamos que toda a verdade venha à tona e que todos os responsáveis pelo atual estado de degradação daquele ecossistema sejam punidos. Esperamos também que os Governos Federal e Estadual não fujam de sua responsabilidade no tocante ao problema. Insistimos para que a Comissão Especial, instituída pelo Convênio celebrado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1978, funcione efetivamente e não permita que o DNOS prossiga em suas obras irresponsáveis. Insistimos também para que o Governador do Estado deixe de ser omisso e decrete a demarcação da orla da Lagoa Feia, baseando-se em dados científicos e não nos interesses de fazendeiros inescrupulosos.

Enfim, insistimos para que todas as reivindicações que apresentamos ao ex-Ministro do Interior, sr. Maurício Rangel Reis (novembro de 1978) no Documento de Ponta Grossa dos Fidalgos e que pretendemos entregar também ao atual Ministro Mário Andreazza sejam atendidas prontamente. Por último, depositamos nas mãos do sr. Promotor da Comarca de Campos, dr. João Said Vargas, nossas esperanças de que a justiça prevaleça na solução dos problemas que afetam a Lagoa Feia, assim como reafirmamos a nossa disposição inabalável de levar esta luta, se necessário for, até as últimas conseqüências.

A Notícia. Campos (RJ), 31 de janeiro de 1980.

REFERÊNCIAS

ACIESP. *Glossário de Ecologia*. São Paulo: ACIESP, 1997.

AMADOR, Elmo da Silva. Lagunas fluminenses: classificação com base na origem, idade e processos da evolução. ANAIS DO 1º SEMINÁRIO SOBRE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS – SUDEPE-RJ, 1., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – COREG-RJ, 1986.

ARAÚJO, Dorothy Sue Dunn de e MACIEL, Norma Crud. *Análise do Material Relativo ao Projeto do DNOS na Baixada Campista*. Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, 29 de outubro de 1979.

BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro Apresentado à Respectiva Diretoria em Agosto de 1837*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.F. da Costa, 1837.

BELLEGARDE. P. A.; NIEMEYER, C.J. *Nova Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, publicada às expensas de Eduardo Bensburg*. Rio de Janeiro: Litografia Imperial, 1865.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Defesa contra Inundações: Melhoramentos do Rio Paraíba e da Lagoa Feia*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projetos e Relatórios: Saneamento de Campos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CAMPOS, Acir. *Parecer sobre as obras do DNOS na Baixada dos Goytacazes*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 22 de julho de 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases, que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Senhor Luíz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que Debaixo da Dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: 1785 (manuscrito original). São Paulo: Edusp, 1980.

DNOS sugere obra em foz do canal em Campos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 abr. 1981.

DNOS volta a negar prejuízo para a Lagoa Feia com obras de drenagem. *A Notícia*. Campos (RJ), 19 de agosto de 1978.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

FALCÃO, Mônica Miranda e MATTA, Verônica da. *Relação das Lagoas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, 1995.

FARO, João Pereira Darrigue (Visconde de Rio Bonito); RODRIGUES, Antonio Justiniano. *Planta Geral do Canal do Nogueira*. Rio de Janeiro: 13 de dezembro de 1857.

FOLHA DA MANHÃ. Construção da Pousada para segundo supervisor. *Folha da Manhã*, Campos (RJ), 03 de abril de 1991.

FOLHA DA MANHÃ. Pescadores são incitados à violência por terceiros. *Folha da Manhã*, Campos (RJ), 22 e 23 de outubro de 1978.

FOLHA DA MANHÃ. Problema do Campelo é falta de verba. *Folha da Manhã*, Campos (RJ), 07 de maio de 1981.

FORNARI NETO, Ernani. *Dicionário Prático de Ecologia*. Brasília: Alhambra, 1992.

FUNDENOR/PRO-AGRO. *Estudo das Possibilidades da Lagoa de Cima*. Campos:

Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional, 1974.

GALLIOLI LTDA, Engenharia. *Baixada Campista: Saneamento das Várzeas nas Margens do Rio Paraíba do Sul à Jusante de São Fidélis*. Rio de Janeiro: setembro de 1969.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, Hildebrando de Araujo. *Saneamento da Baixada Fluminense*. [Sl.] : [sn.], 1934.

GOLFARI, L. e MOOSMAYER, H. *Manual de Reflorestamento do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, s/d.

GUERRA, Antônio Teixeira Guerra. *Dicionário Geológico Geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

IBGE. *Carta do Brasil – Esc. 1:50.000, folhas Barra Seca, Morro do Coco, Itabapoana, Travessão e São João da Barra*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1968.

ISOP/FGV. *Otimização ergonômica nos tratos culturais da cana de açúcar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, março de 1980.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Carta Geológica do Brasil*, escala 1:100.000, folhas Campos (2708), Cabo de São Tomé (2709), Lagoa Feia (2744) e Xexé (2745). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Departamento Nacional da Produção Mineral/Divisão de Geologia e Mineralogia, 1954.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. *Boletim nº. 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1945.

LEÃO, Manoel Vieira. *Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Conde de Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil por Manoel Vieira Leão, Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o ano de 1767*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

MALDONADO, Miguel Aires; PINTO, José de Castilho. Descrição que faz o Capitão Miguel Aires Maldonado e o Capitão José de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas das suas vidas, que tiveram nas conquistas da capitania do Rio de

- Janeiro e São Vicente, com a gentilidade e com os piratas nesta costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* tomo XVII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.
- MARTIN, Louis; SUGUIO, Kenitiro; DOMINGUEZ, José M. L.; e FLEXOR, Jean-Marie. *Geologia do Quaternário Costeiro do Litoral Norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo*. Belo Horizonte: CPRM, 1997.
- MATSUURA, Yasunobu. Perspectiva de pesca de bonitos e atuns no Brasil. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 34, n. 3, mar. 1982.
- MENDONÇA, José Carlos. Parecer ao Inquérito Civil Público nº. 224/2008, instaurado pelo Ministério Público Estadual. Campos dos Goytacazes, 10 dez. 2008 (inédito).
- MENEZES, Camilo. *Descrição Hidrográfica da Baixada dos Goitacases*. Campos: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1940.
- NASCIMENTO, Léo e MELLO FILHO, Osvaldo Caetano de. *Invasão da Lagoa do Jacaré*. Rio de Janeiro: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, março de 1982.
- NIEMEYER, Conrado Jacob de et al. *Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro* coordenada e desenhada pelo engenheiro Pedro Taulois encarregado do Arquivo da Diretoria, sendo presidente da mesma o Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto. Rio de Janeiro: seção de iconografia da Biblioteca Nacional, 1839, cód. ARC 13-4-18.
- O GLOBO. DNOS diz que não tem culpa pelo estado da lagoa Feia. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 de jun. 1978.
- OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- PETROBRAS. *Vocabulário Básico de Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social da Petrobras, 1990.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*, v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, José Carneiro. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacases com uma Notícia Breve de suas produções e Comércio*. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima, 2010 (1ª ed.: 1819).
- SILVA, Marcelino Ramos da. *Carta Lagoa Feia e suas Dependências*. Petrópolis: Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, 1898.

SIMÕES, Dilson F. Norte fluminense: uma opção ecológica. *Saneamento*: revista técnica e informativa do DNOS, nº. 3 e 4. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Obras e Saneamento, jul./dez. 1977.

SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. A agonia das lagoas do Norte Fluminense. *Ciência e Cultura* v. 37, nº. 10. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 37, n. 10, out. 1985.

SOFFIATI NETTO, Aristides Arthur. *Entre a Terra e a Água*: Estudo das Relações das Antropossociedades com os Manguezais na Ecorregião de São Tomé entre 1950-2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SOFFIATI, Arthur. Novos Rumos. *A Cidade*. Campos (RJ), 2 jan. 1986.

SOFFIATI, Arthur. Chegou ao meu conhecimento. *Folha da Manhã*, Campos (RJ), 15 out. 1991.

SOFFIATI, Arthur. Dom João e o norte fluminense. *Revista da Academia Campista de Letras*, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 1, jun. 2008.

SOFFIATI, Arthur. Lagamar. *Folha da Manhã*, Campos, 15 fev. 2001.

SOFFIATI, Arthur. *Redução do Impacto das Cheias pelo Manejo das Águas na Planície Fluviomarinha do Norte Fluminense*. Parecer ao Inquérito Civil Público nº. 224/2008, instaurado pelo Ministério Público Estadual. Campos dos Goytacases, 06 de abril de 2009 (inédito).

SOFFIATI, Arthur. Se ficar o bicho pega, se correr... *Folha da Manhã*, Campos (RJ), 22 out. 1991.

TOYNBEE, Arnold J. *A Humanidade e a Mãe Terra*: Uma História Narrativa do Mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

Papel Cartão Supremo 250 g/m²
Pólen Soft 90 g/m²
Tipologia Arno Pro
Formato 16 x 23 cm
Tiragem 1.000
Impressão Global Print Editora Gráfica Ltda
Tel: (31) 23]557-8030

